

Relatório de Gestão 2013

Rio de Janeiro

Março de 2014

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

RELATÓRIO DE GESTÃO

2013

Relatório de Gestão do exercício 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, da Decisão Normativa TCU nº 127 de 15 de maio de 2013, da Portaria TCU nº 175, de 9 de julho de 2013 e das orientações do órgão de controle interno constantes na Portaria CGU nº 133, de 18 de janeiro de 2013.

Rio de Janeiro
Março de 2014

APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem por objetivo revelar aos órgãos de controle e à sociedade em geral o desempenho do IBGE, no que diz respeito aos direcionamentos estratégicos da Instituição e à gestão das Ações sob sua responsabilidade.

Dentre as informações encontradas neste documento, destacam-se: responsabilidades institucionais; implementação dos macroprocessos finalísticos e de apoio; estratégias adotadas no decurso do exercício; parcerias firmadas; principais resultados das Ações implementadas em 2013 e suas mais expressivas despesas; metas alcançadas; programação e execução orçamentária, em seus múltiplos focos; indicadores gerenciais sobre recursos humanos; gestão do patrimônio; gestão da tecnologia da informação e do conhecimento; sustentabilidade e relacionamento com a sociedade.

A consolidação das informações que compõem o Relatório de Gestão se materializa como veículo informativo e instrumento de transparência, fundamental ao processo de gestão institucional e necessário à prestação de contas diante do Tribunal de Contas da União no exercício de 2013.

Por fim, trata-se do resultado de um processo de trabalho que envolve diferentes equipes do IBGE, tendo a participação de praticamente toda a Instituição.

Presidenta do IBGE

Wasmália Bivar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
PARTE A - CONTEÚDO GERAL	29
1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE	29
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada	29
1.2 Finalidade e Competências Institucionais do IBGE	32
1.3 Organograma Funcional.....	32
1.4 Macroprocessos Finalísticos	34
1.5 Macroprocessos de Apoio	37
1.6 Principais Parceiros	39
2 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	45
2.1 Planejamento da Unidade	45
2.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados	48
2.2.1 Temático	48
2.2.2 Objetivo	48
2.2.3 Ações	48
2.3 Informações sobre Outros Resultados da Gestão	123
3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	128
3.1 Estrutura de Governança	128
3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	135
3.3 Remuneração Paga a Administradores	135
3.4 Sistema de Correição.....	135
3.5 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	138
3.6 Indicadores para Monitoramento e Avaliação do Modelo de Governança e Efetividade dos Controles Internos	138
4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	140
4.1 Execução das Despesas.....	140
4.1.1 Programação	140
4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa	142
4.1.3 Realização da Despesa	143
4.2 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	148

4.3	Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	148
4.3.1	Análise Crítica.....	148
4.4	Transferências de Recursos	149
4.4.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	149
4.4.2	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	149
4.4.3	Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	150
4.4.4	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	150
4.4.5	Análise Crítica.....	150
4.5	Suprimento de Fundos	151
4.5.1	Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por Meio da Conta Tipo “B” e por Meio do Cartão de Crédito Corporativo	151
4.5.2	Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”.....	151
4.5.3	Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	151
4.5.4	Prestações de Contas de Suprimento de Fundos.....	151
4.5.5	Análise Crítica.....	152
4.6	Renúncias sob a Gestão da UJ.....	152
5	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.	153
5.1	Estrutura de Pessoal da Unidade	153
5.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	153
5.1.2	Qualificação da Força de Trabalho.....	154
5.1.3	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	156
5.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	157
5.1.5	Cadastramento no Sisac	157
5.1.6	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	158
5.1.7	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	159
5.1.8	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	159
5.2	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	164
5.2.1	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão.....	164
5.2.2	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.....	164
5.2.3	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	164
5.2.4	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	164
5.2.5	Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4	164
5.2.6	Composição do Quadro de Estagiários	165
6	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	166
6.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	166
6.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	169
6.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	169
6.2.2	Discriminação dos Bens Imóveis sob a Responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional.....	169
6.2.3	Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ	169
6.3	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	170

7	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	171
7.1	Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	171
7.1.1	Análise Crítica.....	171
8	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	172
8.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	172
8.2	Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	172
9	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.	173
9.1	Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU.....	173
9.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	173
9.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	173
9.2	Tratamento de Recomendações do OCI.....	173
9.2.1	Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício	173
9.2.2	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	173
9.3	Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	173
9.4	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	174
9.4.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	174
9.4.2	Situação do Cumprimento das Obrigações	175
9.5	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário.....	175
9.6	Alimentação SIASG E SICONV	176
10	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	177
11	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	180
11.1	Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	180
11.2	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.....	181
11.2.1 Declaração Plena do Contador	181
12	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	182
	PARTE B – INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS.....	183
27	INFORMAÇÕES SOBRE CONSULTORIA NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS.....	183

27.1 Contratação de Consultores na Modalidade “Produto”	183
45 ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA.....	183
45.1 Informações sobre a Entidade Fechada de Previdência Complementar	183
45.2 Informações sobre as Ações de Fiscalização Empreendidas no Exercício com Base no Disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001, Demonstrando o Tipo de Fiscalização Efetuada, a Data em que Ocorreu, as Principais Constatações e as Providências Adotadas para Sanear as Irregularidades Verificadas.....	187
ANEXO 1: PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO IBGE POR MACROPROCESSO	188
ANEXO 2 – AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	192
ANEXO 3 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR.....	194
ANEXO 4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.....	216
ANEXO 5 - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO	220
ANEXO 6 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	226
ANEXO 7 - DISCRIMINAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ.....	228
ANEXO 8 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS	231
ANEXO 9 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	237
ANEXO 10 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	239
ANEXO 11 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO	241
ANEXO 12 - RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	243

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Identificação das Unidades Orçamentárias do IBGE.....	31
Quadro 2 – Relação entre o PPA 2012-2015, Plano Estratégico e Ações e Planos Orçamentários do IBGE	47
Quadro 3 – Identificação da Ação 20U6	50
Quadro 4 - Principais Despesas da Ação 20U6 – LOA2013.....	58
Quadro 5 - Identificação da Ação 20U8.....	59
Quadro 6 - Dados Coletados e Disponibilizados pela RBMC	71
Quadro 7 - Principais Despesas da Ação 20U8 – LOA2013.....	75
Quadro 8 – Identificação da Ação 20U7	76
Quadro 9 - Principais Despesas da Ação 20U8 – LOA2013.....	78
Quadro 10 – Identificação da Ação 2230	79
Quadro 11 - Principais Despesas da Ação 2230 - LOA2013	80
Quadro 12 – Identificação da Ação 20U5	81
Quadro 13 - Principais Despesas da Ação 20U5 em 2013.....	85
Quadro 14 – Identificação da Ação 2000	86
Quadro 15 - Principais Despesas da Ação 2000 em 2013.....	93
Quadro 16 – Identificação da Ação 2004	94
Quadro 17 - Principais Despesas da Ação 2004 em 2013.....	95
Quadro 18 – Identificação da Ação 2010	95
Quadro 19 - Principais Despesas da Ação 2010 em 2013.....	96
Quadro 20 – Identificação da Ação 2011	96
Quadro 21 - Principais Despesas da Ação 2011 em 2013.....	97
Quadro 22 – Identificação da Ação 2012	97
Quadro 23 - Principais Despesas da Ação 2012 em 2013.....	97
Quadro 24 – Identificação da Ação 4641	98
Quadro 25 – Identificação da Ação 09HB.....	99
Quadro 26 - Principais Despesas da Ação 09HB em 2013	99
Quadro 27 – Identificação da Ação 0181	100
Quadro 28 - Principais Despesas da Ação 0181 em 2013.....	100
Quadro 29 – Identificação da Ação 00G5	101
Quadro 30 – Identificação da Ação 0005	102
Quadro 31 – Restos a Pagar (Ação 4227).....	103
Quadro 32 – Restos a Pagar (Ação 4228).....	104
Quadro 33 – Restos a Pagar (Ação 2228).....	105
Quadro 34 – Restos a Pagar (Ação 200J).....	106
Quadro 35 – Restos a Pagar (Ação 2231).....	107
Quadro 36 – Restos a Pagar (Ação 2665).....	108
Quadro 37 – Restos a Pagar (Ação 2229).....	109
Quadro 38 – Restos a Pagar (Ação 2236).....	110
Quadro 39 – Restos a Pagar (Ação 8547).....	111
Quadro 40 – Restos a Pagar (Ação 8015).....	112
Quadro 41 – Restos a Pagar (Ação 5280).....	113
Quadro 42 – Restos a Pagar (Ação 1793).....	114
Quadro 43 – Restos a Pagar (Ação 110G).....	115
Quadro 44 – Restos a Pagar (Ação 147I)	116
Quadro 45 – Restos a Pagar (Ação 12DT)	117
Quadro 46 – Restos a Pagar (Ação 20Q3).....	118

Quadro 47 – Restos a Pagar (Ação 11EF).....	119
Quadro 48 – Restos a Pagar (Ação 3596).....	120
Quadro 49 – Restos a Pagar (Ação 2229).....	121
Quadro 50 – Restos a Pagar (Ação 2272).....	122
Quadro 51 – Indicadores de Desempenho.....	124
Quadro 52 - Indicadores de Sustentabilidade.....	127
Quadro 53 – Programação de Despesas.....	140
Quadro 54 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa.....	142
Quadro 55 - Despesas por Modalidade de Contratação - créditos originários - Total	143
Quadro 56 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total	144
Quadro 57 – Despesas por Modalidade de Contratação– Créditos de Movimentação	145
Quadro 58 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	146
Quadro 59 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores.....	148
Quadro 60 - Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência.....	149
Quadro 61 - Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios	149
Quadro 62 - Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse	150
Quadro 63 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	151
Quadro 64 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos.....	151
Quadro 65 – Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12/2013.....	153
Quadro 66 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ.....	153
Quadro 67 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31/12/2013).....	154
Quadro 68 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária (Situação em 31/12/2013).....	154
Quadro 69 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade (Situação em 31/12/2013).....	155
Quadro 70 – Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores....	156
Quadro 71 – Composição do Quadro de Servidores Inativos (Situação em 31/12/2013)	157
Quadro 72 – Instituições de Pensão (Situação em 31/12/2013).....	157
Quadro 73 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	157
Quadro 74 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	158
Quadro 75 – Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac.....	158
Quadro 76 - <i>Turnover</i> 2013 – Servidores Efetivos + Contratados.....	160
Quadro 77 - <i>Turnover</i> 2013 – Servidores Efetivos.....	161
Quadro 78 - <i>Turnover</i> 2013 – Servidores Contratados.....	161
Quadro 79 - Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais.....	161
Quadro 80 – Aposentadorias, por Cargo, Ocorridos em 2013.....	164
Quadro 81 – Composição do Quadro de Estagiários.....	165
Quadro 82 – Média Anual de Quilômetros Rodados e Custos Totais de Veículos Próprios, anos 2011, 2012 e 2013.....	167
Quadro 83 – Contratos de Locação de Veículos por Unidade Estadual.....	167
Quadro 84 – Média Anual de Quilômetros Rodados e Custos Totais de Veículos Alugados, anos 2011, 2012 e 2013.....	168

Quadro 85 - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	172
Quadro 86 - Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR	174
Quadro 87 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013	175
Quadro 88 – Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV – Coordenador de Recursos Materiais.....	176
Quadro 89 – Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV – Coordenadora de Orçamento e Finanças	176
Quadro 90 – Declaração Plena do Contador	181
Quadro 91 - Salário de Contribuição e Contribuição IBGE – Plano RJU - 2013	183
Quadro 92 - Posição de Alocação dos Recursos Consolidados por Segmento de Aplicação em 2013	184
Quadro 93 – Política de Investimentos 2013-2017	184
Quadro 94 - Rentabilidade dos Segmentos - 2013	185

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Média de Acesso Diário por Mês ao Serviço RBMC-IP	70
Gráfico 2 - Número de Acessos ao Banco de Dados Geodésicos - BDG	72
Gráfico 3 - Resultados do Indicador Taxa de Resultados Alcançados – IBGE 2008-2013	125
Gráfico 4 - Taxa de Crescimento Acumulado da Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas, para os Planos Plurianuais 2008-2011 e 2012-2015 – IBGE ...	125
Gráfico 5 - Tempo de Resposta – Médio em dias do Serviço de Atendimento por Correspondência - IBGE – Jan 2012 / Dez 2013.....	126
Gráfico 6 – Distribuição Percentual por Procedimentos Disciplinares Instaurados.....	136
Gráfico 7 – Distribuição Percentual dos Resultados de Julgamento por Situação.....	136
Gráfico 8 – Distribuição Percentual dos Procedimentos Instaurados por Assunto.....	137
Gráfico 9 – Processos Disciplinares Instaurados por Unidades Estaduais.....	137
Gráfico 10 – Turmas Realizadas em 2013.....	162
Gráfico 11 – Concluintes em 2013	162
Gráfico 12 – Turmas Realizadas por EAD em 2013	163
Gráfico 13 – Concluintes no EAD em 2013.....	163
Gráfico 14 - Taxa de Satisfação dos Usuários de Informações Estatísticas e Geocientíficas	179

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma Funcional do IBGE	34
Figura 2 – Pesquisa Anual de Serviço	51
Figura 3 – Pesquisa Anual de Comércio	52
Figura 4 – Pesquisa Anual de Indústria e Comércio	52
Figura 5 – Cadastro Central de Empresas	53
Figura 6 – PNAD Brasil	54
Figura 7 – PNAD – Síntese dos Indicadores	54
Figura 8 – Suplemento PNAD - Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal – 2011	55
Figura 9 - Mapa do Uso da Terra do Estado do Amazonas (escala 1:250.000)	60
Figura 10 - Mapa da Cobertura e Uso da Terra do Estado do Rio Grande do Sul (escala 1:250.000).....	60
Figura 11 - Mapa da Cobertura e Uso da Terra do Estado de Rondônia (escala 1:1.000.000).....	61
Figura 12 - Divisão Urbano Regional do Brasil	62
Figura 13 - As Ligações Aéreas 2010, volume da Série Redes e Fluxos no Território (Capa)	63
Figura 14 - As Ligações Aéreas 2010, Volume da Série Redes e Fluxos no Território	63
Figura 15 - Atlas do Censo Demográfico 2010.....	64
Figura 16 - Aglomerados Subnormais – Informações Territoriais.....	65
Figura 17 - Mapa da Densidade Demográfica de 2010.....	65
Figura 18 – Mapa da Distribuição Espacial da População, Segundo a Cor ou Raça – Pretos e Pardos	66
Figura 19 - Base Cartográfica Contínua na Escala de 1:250.000.....	67
Figura 20 - Mosaico de Imagens Disponibilizado do Estado de Pernambuco	67
Figura 21 - Mosaico de Imagens Disponibilizado do Estado de Tocantins	68
Figura 22 - Mapa Físico da Região Norte	68
Figura 23 - Mapa Político na Escala de 1:5.000.000.....	69
Figura 24 - Cartograma do Relatório da ANP.....	72
Figura 25 - Camadas Disponíveis no GeoServer e Página Relativa às Informações Geodésicas	73
Figura 26 - Distribuição das Estações Gravimétricas Medidas em 2013.....	74

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ABEP	Associação Brasileira de Estudos Populacionais
ABER	Associação Brasileira de Estudos Regionais
ABIN	Agencia Brasileira de Inteligência
AGU	Advocacia Geral da União
ALAP	<i>Asociación Latinoamericana de Población</i>
ANP	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
ASA	<i>American Sociological Association</i>
AUD	Auditoria Interna do IBGE
BDA	Banco de Dados Administrativo
BDG	Banco de Dados Geodésicos
BDIA	Banco de Dados e Informações Ambientais
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BME	Banco Multidimensional de Estatística
BT	Base Territorial
CAF	Corporação Andina de Fomento
CEF	Caixa Econômica Federal
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDDI	Centro de Documentação e Disseminação de Informações
CEMADEN	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
CEMPRE	Cadastro Central de Empresas do IBGE
CEPAL	<i>Comisión Económica para América Latina</i>
CGU	Controladoria Geral da União
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNAE	Classificação Nacional de Atividade Econômica
CNEFE	Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COC	Coordenação Operacional dos Censos
CONCAR	Comissão Nacional de Cartografia
CONFEGE	Conferências Nacionais de Geociências
CONFEST	Conferências Nacionais de Estatística
CPCN	Comissão Permanente de Contas Nacionais
CPGF	Cartão de Pagamento do Governo Federal
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Naturais
CPS	Coordenação de Planejamento e Supervisão
CTIC	Comitê de Tecnologias de Informação e Comunicação
DBDG	Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais
DE	Diretoria-Executiva
DGC	Diretoria de Geociências
DI	Diretoria de Informática
DN	Decisão Normativa
DOU	Diário Oficial da União

DPE	Diretoria de Pesquisas
DSG	Diretoria de Serviço Geográfico do Exército
EAD	Ensino a Distância
ECT	Empresa de Correios e Telégrafos
EDATA	Editor e Analisador de Tabelas
EMBRACE	Programa de Estudo e Monitoramento Brasileiro do Clima Espacial
EMCDC	Estudo da Modalidade de Censo Demográfico Contínuo -
EMPLASA	Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
ENCE	Escola Nacional de Ciências Estatísticas
ESTADIC	Pesquisa Básica de Informações dos Estados
ESAMP	Escola de Amostragem, Metodologia e Pesquisa
EPUSP	Escola Politécnica da Universidade de São Paulo
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FIGG	Fórum Intergovernamental de Gestores de Geoinformação
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GEPAD	Gerência de Processos Administrativos Disciplinares
GNSS	<i>Global Navigation Satellite System</i>
GPS	<i>Global Positioning System</i>
IAG	International Association of Geodesy
IASI	<i>Inter-American Statistical Institute</i>
IAPAR	Instituto Agrônomo do Paraná
IATUR	International Association for Time Use Research
IARIW	International Association for Research in Income and Wealth
IBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICAS	<i>International Conference on Agricultural Statistics</i>
ICC 2015	<i>International Cartographic Association</i>
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IDE	Infraestrutura de dados espaciais
IG	informações geoespaciais
IGS	<i>International GNSS Service</i>
IMB	Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
IN	Instrução Normativa
INDA	Infraestrutura Nacional de Dados Abertos
INDE	Implantação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
INECV	Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde
INEST	Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe
INEI PERU	Instituto Nacional de Estatística e Informática Peru
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSS	Ministério da Previdência Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPGH	Instituto Panamericano de Geografia e História

IPP	Índice de Preços ao Produtor
ISI	<i>International Statistical Institute</i>
ISC	Instituto Serzedello Corrêa
JBRJ	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro
LOA	Lei Orçamentária Anual
MACUV	Mapa Auxiliar de Controle de Utilização de Veículo
MCT	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MS	Ministério da Saúde
MT	Ministério dos Transportes
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
NRCan/ESS	<i>Natural Resources Canada/Earth Sciences Sector</i>
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
OI	Orçamento de Investimento
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONE	Oficina Nacional de Estatística - ONE República Dominicana
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAC	Pesquisa Anual do Comércio
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PAIC	Pesquisa Anual da Indústria da Construção
PAS	Pesquisa Anual de Serviços
PDA	<i>Personal Digital Assistant</i>
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE
PENSE	Pesquisa Nacional de Saúde Escolar
PEPS	Pesquisa de Especificação de Produtos e Serviços
PGB	Plano Geodésico Brasileiro
PGIEG	Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas
PIA	Pesquisa Industrial Anual
PIB	Produto Interno Bruto
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PLC	Pesquisa de Locais de Compra
PMC	Pesquisa Mensal de Comércio
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PMS	Pesquisa Mensal de Serviços

PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNAG	Pesquisa Nacional da Atividade Agropecuária
PNS	Pesquisa Nacional de Saúde
PNGEO	Política Nacional de Geoinformação
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
POF Contínua	Pesquisa de Orçamento Familiar Contínua
PO	Plano Orçamentário
PPA	Plano Plurianual
PPM	Pesquisa da Pecuária Municipal
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
PROAP	Programas de Apoio à Pós-Graduação
PSD	Processo Seletivo Discente
PSS	Processo Seletivo Simplificado
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RA	Taxa de Resultados Alcançados
RAAP	Rede Altimétrica de Alta Precisão
RELAP	Revista da <i>Asociación Latinoamericana de la Papa - ALAP</i>
RBE	Revista Brasileira de Estatística
RBMC	Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
RBMC-IP	Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS
RCB	Revista Brasileira de Cartografia
REES	Reunião Especializada de Estatística do Mercosul
REGIC	Projeto de Regiões de Influência das Cidades
REV	Requisição de Veículo
RIBaC	Rede INCRA de Bases Comunitárias
RJU	Regime Jurídico Único
RMPG	Rede Maregráfica Permanente para Geodésia
SAS	<i>Statistical Analysis System</i>
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SDA	Sistema de Dados Administrativos
SDDI	Setores de Documentação e Disseminação de Informações
SEEA	Sistema de Contas Econômico-Ambientais
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SEGPLAN-GO	Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás
SEV	Serviço de Veículo
SGB	Sistema Geodésico Brasileiro
SIAD	Sistema Informatizado dos Atos Deliberativos do IBGE
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIAPENET	Sítio oficial das informações do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos-SIAPE
SIAS	Sociedade Ibgeana de Assistência e Seguridade
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal
SIDs	Supervisões de Documentação e Disseminação de Informações
SIDRA	Banco de Dados Agregados - Sistema IBGE de Recuperação Automática
SIG Brasil	Sistema de Informações Geográficas do Brasil
SIRGAS-CON	Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPD	Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares
SIPEC	Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
SIRGAS	Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas
SISAC	Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SMI	Seminário de Metodologia do IBGE
SNIPC	Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor
SNPA	Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária
SOBRAPO	Sociedade Brasileira de Pesquisa Operacional
SOF	Secretaria de Orçamento e Finanças
SPI	Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos
SPU	Superintendência do Patrimônio da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TCA	Termo Circunstanciado Administrativo
TCU	Tribunal de Contas da União
TDIEG	Taxa de Crescimento Acumulado da Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TRm	Tempo de Resposta
UG	Unidade Gestora
UJ	Unidade Jurisdicionada
UNRCC-A	<i>United Nations Regional Cartographic Conference for the Americas</i>
UNGEGN	<i>United Nations Group of Experts on Geographical Names</i>
UNCE-GGIM	<i>United Nations Initiative on Global Geospatial Information Management</i>
UNCEEA	<i>United Nations Committee of Experts on Environmental-Economic Accounting</i>
UNSD	<i>United Nations Statistics Division</i>
UNFPA	<i>United Nations Population Fund</i>
UO	Unidade Orçamentária

INTRODUÇÃO

De acordo com a Lei nº 5878 de maio de 1973, o IBGE é o órgão responsável por “assegurar informações e estudos de natureza estatística, geográfica, cartográfica e demográfica necessários ao conhecimento da realidade física, econômica e social do País, visando especificamente ao planejamento econômico e social e à segurança nacional”.

Por ser a informação um recurso cada vez mais essencial na moderna sociedade do conhecimento e por ser o IBGE uma instituição que pauta pela qualidade da informação por ele gerada, o Instituto conta com o reconhecimento da sociedade pela importância de seu produto.

Nesse contexto o Relatório de Gestão vem a ser um dos principais instrumentos que viabilizam o princípio constitucional da transparência e da obrigatoriedade da prestação de contas do gasto público, apresentando e analisando os aspectos inerentes ao processo de gestão institucional e às práticas ocorridas no exercício que propiciaram a produção das informações.

Em consequência da reformulação do PPA 2012-2015, em 2013 a estrutura orçamentária apresentou mudanças relevantes a partir da revisão do escopo das Ações. Nessa revisão, o número de Ações publicadas na Lei Orçamentária Anual foi consideravelmente reduzido em função da fusão de algumas Ações e da criação dos planos orçamentários, elemento que não aparece em lei por ter um caráter mais gerencial. Essas mudanças estarão refletidas neste documento.

A Instituição buscou nas disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, da Decisão Normativa TCU nº 127 de 15 de maio de 2013, da Portaria TCU nº 175, de 9 de julho de 2013 e da Portaria CGU nº 133, de 18 de janeiro de 2013, o embasamento teórico-normativo para a elaboração do Relatório de Gestão 2013.

O conteúdo do presente documento está apresentado conforme a estrutura definida no Anexo Único da Portaria TCU nº 175, de 09 de julho de 2013, tendo sido dividido em duas partes: A – Conteúdo Geral; B – Conteúdo Específico.

Os itens ou subitens que não se aplicam ao IBGE ou que não possuem conteúdo a ser declarado no exercício de 2013 e com suas respectivas justificativas encontram-se listados a seguir:

Parte A

1.1.2 Relatório de Gestão Consolidado, 1.1.3 Relatório de Gestão Agregado e 1.1.4 Relatório de Gestão Consolidado e Agregado: o IBGE não possui unidade jurisdicionada consolidada nem agregada;

2.2.1 Programa Temático e 2.2.1.1 Análise Situacional: no PPA 2012-2015 o IBGE não consta como responsável por Programas Temáticos de governo;

2.2.2 Objetivo e 2.2.2.1 Análise Situacional: no PPA 2012-2015 o IBGE não consta como responsável por Programas Temáticos de governo;

2.2.3.2 Ações/Subtítulos – OFSS: o IBGE é responsável integralmente pela execução da Ação;

2.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento – OI e 2.2.3.5 Análise Situacional: o IBGE não possui orçamento de investimento por não se tratar de empresa estatal;

3.3 Remuneração Paga a Administradores e seus subitens: o IBGE não efetua pagamento a administradores por não ser uma empresa estatal;

4.1.3.2 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ: não se aplica ao IBGE pelo fato de ser uma única Unidade Jurisdicionada onde os créditos da UO são registrados contabilmente, na UG 114601, denominada Administração Central;

4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ: não se aplica ao IBGE pelo fato de ser uma única Unidade Jurisdicionada onde os créditos da UO são registrados contabilmente, denominada Administração Central;

4.2 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos: no exercício de 2013 não houve registros de passivos por insuficiência de créditos ou recursos;

4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse: o item não tem aplicação ao IBGE uma vez que não transfere recursos a Estados, Municípios, Distrito Federal e Entidades privadas sem fins lucrativos, através da celebração de convênios, como também não figura como Contratante em Contratos de Repasse, dada a sua natureza jurídica;

4.5.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”: o IBGE não utiliza a conta tipo “B”;

4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ e seus subitens: o IBGE não gere sobre renúncias de receitas, ou seja, não recebe benefícios financeiros e creditícios, bem como não faz arrecadação tributária;

4.7 Gestão de Precatórios e seus subitens: os Precatórios são geridos pela Advocacia Geral da União – AGU;

5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico: não ocorreu remessa ao TCU em meio físico no ano de 2013;

5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do órgão: o IBGE não possui terceirizados ocupando cargos e desempenhando atividades inerentes às do Plano de Cargos e Carreiras do órgão;

5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados: o IBGE não possui terceirizados ocupando cargos e desempenhando atividades inerentes às do Plano de Cargos e Carreiras do órgão. Assim, não houve a realização de concurso público com intuito de substituir terceirizados, pois essa prática não ocorre na Fundação;

6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional: todos os imóveis sob a responsabilidade do IBGE são de uso funcional;

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício: não houve deliberações do TCU a serem atendidas no exercício de 2013, exceto pela situação apresentada no item 9.1.2;

11.2.2 Declaração com Ressalva: a Declaração com Ressalva não se aplica quando há a Declaração Plena do Contador;

11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008: o IBGE participa do

SIAFI integralmente tendo suas Demonstrações Contábeis consolidadas diretamente no Sistema;

11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976: o IBGE não se configura como uma companhia ou sociedade anônima.

Parte B

27 Informações sobre as Contratações de Consultores na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais e 27.1 Contratação de Consultores na Modalidade Produto: no exercício de 2013, o IBGE não contratou consultores internacionais na modalidade produto;

45.2 – Informações sobre as Ações de Fiscalização Empreendidas no Exercício com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar nº108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanear as irregularidades verificadas: Durante o exercício de 2013 não ocorreram ações de fiscalização realizadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

No tocante às principais realizações da gestão institucional do IBGE em 2013, abordadas neste relatório, podem ser destacadas, dentre outros:

- ✓ o lançamento da Base Cartográfica Contínua na escala de 1:250.000;
- ✓ o lançamento do Atlas do Censo Demográfico 2010;
- ✓ a publicação “As Ligações Aéreas 2010, volume da Série Redes e Fluxos no Território”;
- ✓ a realização da coleta da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua;
- ✓ divulgação dos resultados da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - ESTADIC
- ✓ inclusão do tema aquicultura na Pesquisa da Pecuária Municipal - PPM
- ✓ implementação do Inventário de Operações Estatísticas, projeto concebido no âmbito da Reunião Especializada de Estatísticas do Mercosul.

PARTE A - CONTEÚDO GERAL

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

a) Poder e Órgão de Vinculação

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE é uma fundação pública do Poder Executivo, de direito público vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

b) Identificação da Unidade Jurisdicionada

O IBGE, constante na tabela institucional da Lei Orçamentária Anual – LOA, sob o código 47205, encontra-se cadastrado no Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal – SIORG, sob o número 29813, e no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, sob o número 11301, com todas as suas Unidades Gestoras - UG em funcionamento, tendo como principal atividade econômica a produção de informações geográficas e estatísticas - federal, estadual e municipal - classificada na Classificação Nacional de Atividade Econômica - CNAE sob o código 8411-6/00.

A Presidência do IBGE está situada na cidade do Rio de Janeiro, na Avenida Franklin Roosevelt número 166, Centro, CEP 20021-120, de onde são articuladas, coordenadas e supervisionadas, por meio de suas Unidades Estaduais, as atividades da Fundação nas 27 unidades da federação e nas 583 agências espalhadas em todo o território nacional, podendo ser contatada pelos telefones (21)21424501, (21) 21424502 e 0800.7218181 e *fac-símile*: (21) 21420893.

O endereço da página institucional na internet é <http://www.ibge.gov.br> e está voltado para atender um conjunto diversificado de usuários, com canais de conteúdos direcionados aos jovens e adolescentes, canais de banco de dados e *downloads* de resultados de estudos e pesquisas, canais de conteúdo histórico e loja virtual.

c) Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Normas de Criação e Alteração

O IBGE foi instituído nos termos do Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, com duração indeterminada, e sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro. Rege-se pela Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, pelo Estatuto aprovado pelo Decreto no 4.740, de 13 de junho de 2003, publicado no DOU 114, de 16 de junho de 2003, pelo Regimento Interno aprovado na Portaria MP nº 215, de 12 de agosto de 2004, e publicado no DOU nº156, de 13 de agosto de 2004, e demais disposições que lhe sejam aplicáveis.

Os atos normativos de criação do IBGE conferiram-lhe por missão “retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da

cidadania"¹, por meio da produção, análise, pesquisa e disseminação de informações de natureza estatística – demográfica e socioeconômica, e geocientífica – geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental, sendo ainda de competência do IBGE propor a revisão periódica do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - PGIEG; atuar nos Planos Geodésico Fundamental e Cartográfico Básico e no Sistema Estatístico Nacional, mediante a produção de informações e a coordenação das atividades técnicas, em consonância com o PGIEG, sob sua responsabilidade, instituído pela Lei nº 5.878, de 1973, e aprovado pelo Decreto nº 74.084, de 20 de maio de 1974, como também acompanhar a elaboração da proposta orçamentária da União referente ao previsto no Plano.

Normas Relacionadas à Gestão e Estrutura do IBGE

O IBGE conta com o Sistema Informatizado dos Atos Deliberativos do IBGE - SIAD, disponível na intranet, que agrega os atos deliberativos, estabelecidos no seu Regimento Interno, classificados por data, assunto, órgão, tipo de ato e situação, conformando as normas regulamentadoras da gestão e estrutura organizacional da instituição.

Manuais e Publicações Relacionadas às Atividades do IBGE

O portal do IBGE na internet² mantém disponibilizado, para toda a sociedade, os produtos e serviços da instituição, as informações sobre metodologias e tecnologias utilizadas nas diversas atividades que desenvolve, bem como dá transparência aos processos de contas anuais dos quais este Relatório de Gestão faz parte.

Em relação à gestão, cabe também informar que, paralelamente à distribuição aos líderes estratégicos do Órgão, todos os relatórios se encontram disponíveis a todos os servidores, na rede interna do IBGE, precisamente no portal da Diretoria-Executiva.

d) Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

A Fundação IBGE - Administração Central (RJ), cadastrada no SIAFI sob o número 114601, é a unidade gestora onde é centralizado o orçamento, cujo código de gestão é 11301 para todas as gestões relacionadas ao IBGE. A seguir são apresentadas todas as Unidades Gestoras relacionadas ao IBGE.

¹ <http://www.ibge.gov.br>

² <http://www.ibge.gov.br>

Quadro 1 - Identificação das Unidades Orçamentárias do IBGE

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
IBGE- Diretoria Executiva - ATUFOLHA	47205	110325
Fundação IBGE - Administração Central (RJ)	47205	114601
Unidade Estadual do IBGE em Rondônia	47205	114602
Unidade Estadual do IBGE no Acre	47205	114603
Unidade Estadual do IBGE no Amazonas	47205	114604
Unidade Estadual do IBGE em Roraima	47205	114605
Unidade Estadual do IBGE no Pará	47205	114606
Unidade Estadual do IBGE no Amapá	47205	114607
Unidade Estadual do IBGE no Maranhão	47205	114608
Unidade Estadual do IBGE no Piauí	47205	114609
Unidade Estadual do IBGE no Ceará	47205	114610
Unidade Estadual do IBGE no Rio Grande do Norte	47205	114612
Unidade Estadual do IBGE na Paraíba	47205	114613
Unidade Estadual do IBGE em Pernambuco	47205	114614
Unidade Estadual do IBGE em Alagoas	47205	114615
Unidade Estadual do IBGE em Sergipe	47205	114616
Unidade Estadual do IBGE na Bahia	47205	114617
Unidade Estadual do IBGE em Minas Gerais	47205	114618
Unidade Estadual do IBGE no Espírito Santo	47205	114619
Unidade Estadual do IBGE no Mato Grosso Sul	47205	114620
Coordenação de Recursos Materiais	47205	114621
Unidade Estadual do IBGE em São Paulo	47205	114622
Unidade Estadual do IBGE no Paraná	47205	114623
Unidade Estadual do IBGE em Santa Catarina	47205	114624
Unidade Estadual do IBGE no Rio Grande do Sul	47205	114625
Unidade Estadual do IBGE no Mato Grosso	47205	114626
Unidade Estadual do IBGE em Goiás	47205	114627
Unidade Estadual do IBGE no Distrito Federal	47205	114629
Unidade Estadual do IBGE no Rio de Janeiro	47205	114631
Presidência/IBGE	47205	114632
Escola Nacional de Ciências Estatística	47205	114633
Diretoria de Informática/IBGE	47205	114634
Diretoria de Pesquisas/IBGE	47205	114635
Diretoria de Geociências/IBGE	47205	114636
Centro Documentação e Disseminação da Informações/IBGE	47205	114637
Unidade Estadual do IBGE em Tocantins	47205	114639
Reforma p/ setor Desenvolvimento Humano BIRD.	47205	114640
Contrato de Empréstimo Ext. BID-991/OC/BR/BRA/97/013	47205	114641

Fonte: SIAFI, 2013

1.2 Finalidade e Competências Institucionais do IBGE

A Fundação IBGE, conforme estabelecido pelo seu Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, tem por competências coordenar as atividades do sistema estatístico nacional, e as de natureza geográfica e cartográfica, bem como, realizar levantamentos e estudos nesses campos para assegurar informações necessárias ao conhecimento da realidade física, econômica e social do País. Tais competências visam, especificamente, ao planejamento econômico e social e à segurança nacional, constituindo-se assim como principal provedor de dados e informações imprescindíveis ao diagnóstico e monitoramento da dinâmica econômica, demográfica, social, política e espacial da sociedade brasileira.

1.3 Organograma Funcional

O estatuto do IBGE define sua natureza, finalidade, estrutura organizacional e competências. A estrutura organizacional compreende: i) órgãos colegiados de direção superior; ii) órgão de assistência direta e imediata ao presidente; iii) órgãos seccionais; iv) órgãos específicos singulares, e v) órgãos descentralizados. Dos órgãos colegiados de direção superior fazem parte os conselhos técnico, diretor e curador. Suas atribuições e competências estão relacionadas à formulação e apreciação de proposições voltadas ao interesse institucional, coordenação das atividades dos órgãos, fiscalização, acompanhamento e controle da gestão patrimonial. O órgão de assistência direta e imediata ao presidente está representado, na estrutura organizacional, pelo gabinete cuja competência é prestar assistência ao presidente na representação política e social, no preparo e despacho do expediente e nas relações interinstitucionais. Ainda na função de assessoria estão os órgãos seccionais Auditoria Interna, Procuradoria Federal e Diretoria - Executiva. À Auditoria Interna compete fiscalizar o uso adequado dos recursos e comprovar a legalidade e legitimidade das ações administrativas. À Procuradoria Federal compete representar judicial e extrajudicialmente a instituição e prestar assessoria jurídica aos demais órgãos e à Diretoria-Executiva compete exercer as atividades de planejamento e coordenação geral, bem como a organização, a coordenação, a orientação e a execução das atividades relativas à administração de recursos humanos, material, patrimônio, orçamento, finanças e contabilidade, dando suporte às unidades descentralizadas na realização dessas atividades. Dos órgãos específicos singulares fazem parte as diretorias, o Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI e a Escola Nacional de Ciências Estatísticas-ENCE. As competências destes órgãos encontram-se abaixo transcritas:

“Art. 18. À Diretoria de Pesquisas compete: I - planejar, organizar, coordenar, supervisionar e executar estudos, pesquisas e trabalhos de natureza estatística relativos à situação demográfica, econômica, social, ambiental e administrativa do País; e II - executar as ações que couberem à Fundação IBGE no âmbito da coordenação do Sistema Estatístico Nacional, assim como em relação aos convênios de cooperação em matéria estatística.

Art. 19. À Diretoria de Geociências compete: I - planejar, organizar, coordenar, supervisionar e executar estudos, pesquisas e trabalhos de natureza geográfica, geodésica e cartográfica, bem como aqueles relativos a recursos naturais e condições do meio ambiente; e II - executar as ações que couberem à Fundação IBGE no âmbito da coordenação dos Planos Geodésico Fundamental e Cartográfico Básico, assim como em relação a convênios de cooperação em matéria geocientífica.

Art. 20. À Diretoria de Informática compete: I - planejar, organizar, coordenar e supervisionar as atividades de processamento de dados e de informações científicas e administrativas, apoiando, promovendo e desenvolvendo os processos de informatização da Fundação IBGE; II - administrar o parque central de equipamentos e a infra-estrutura básica de informática; III - administrar e zelar pela preservação e garantia da integridade das informações contidas na base de dados da Fundação IBGE, proporcionando apoio técnico para o acesso a essas informações; e IV - promover a prospecção de novas tecnologias, difundir-las e assessorar os demais órgãos da

Fundação IBGE em sua utilização.

Art. 21. Ao Centro de Documentação e Disseminação de Informações compete: I - planejar, organizar, coordenar, supervisionar e executar as atividades de documentação e de disseminação do acervo de informações; II - desenvolver produtos e serviços de informação adequados aos vários segmentos de usuários e promover sua divulgação e comercialização; III - divulgar a imagem e preservar a memória institucional; e IV - zelar pelos direitos intelectuais da Fundação IBGE quanto a seus produtos.

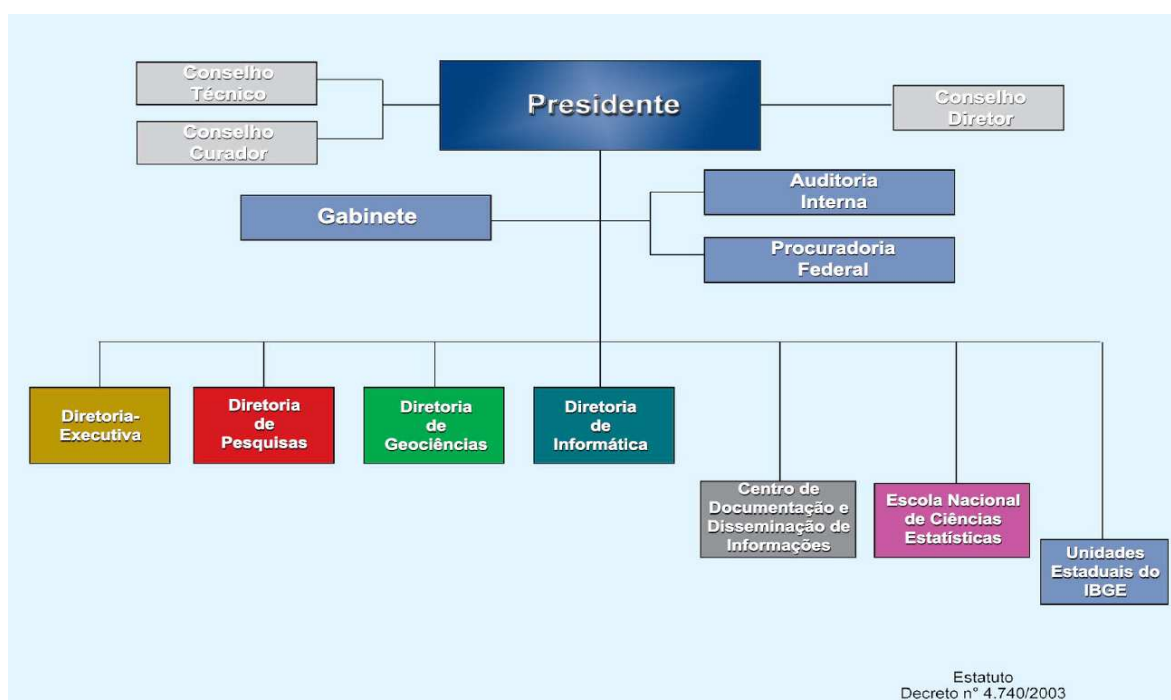
Art. 22. À Escola Nacional de Ciências Estatísticas compete planejar, orientar, coordenar, controlar e executar atividades de ensino e pesquisa em matéria estatística e geográfica, implementando as atividades relacionadas a treinamento, aperfeiçoamento, formação e pesquisa das diferentes áreas da Fundação IBGE, podendo manter cursos de graduação, de pós-graduação e de especialização, tanto para funcionários da Fundação IBGE quanto para o público em geral, observada a legislação educacional vigente.

Parágrafo único. A Escola terá autonomia de ensino, devendo, em sua atuação, articular-se com as demais unidades da Fundação IBGE.”³

Os órgãos descentralizados compreendem as Unidades Estaduais sediadas em cada uma das capitais brasileiras. A elas compete planejar, coordenar, executar e controlar as atividades técnicas e administrativas da instituição no âmbito de sua jurisdição.

³ Fonte: Estatuto/Decreto nº 4.740/2003

Figura 1 - Organograma Funcional do IBGE



1.4 Macroprocessos Finalísticos

O planejamento estratégico 2012-2015 do IBGE contempla oito macroprocessos relacionados às atividades primárias (de negócio) da Instituição, ou seja, à produção de bens ou serviços e à logística de entrega de seus estudos e levantamentos estatísticos e geocientíficos para o Governo e a sociedade. Esses macroprocessos contribuem de forma direta para o cumprimento dos objetivos da organização. São eles:

a) Produção de Informações Estatísticas

Este macroprocesso abrange as atividades envolvidas na produção e sistematização de estudos, pesquisas e trabalhos de natureza estatística relativos à situação demográfica, social e econômica do País. Tem por objetivo produzir informações estatísticas necessárias ao conhecimento da realidade socioeconômica brasileira.

No ano de 2013, este macroprocesso envolveu todas as atividades que garantiram a produção regular tanto das pesquisas conjunturais como das estruturais nas áreas sociodemográfica e econômica. Tais pesquisas são realizadas de forma presencial, através da internet ou por telefone, demandando constante acompanhamento/manutenção dos sistemas utilizados.

b) Produção de Informações Geocientíficas

Compreende os processos de produção de dados e informações geoespaciais - IG de referência, temáticos e especiais, compreendendo, dentre outros: redes de controle geodésico e todos os seus produtos derivados, planos cartográficos básicos e temáticos de qualquer tipo, malhas territoriais, informações de recursos naturais e produtos

cartográficos especiais. Tem por objetivo produzir e fornecer informações de natureza geocientífica – geográfica, cartográfica e geodésica - necessárias à compreensão das realidades nacionais por meio de levantamentos geodésicos, mapeamentos e análises geográficas.

No exercício de 2013, o IBGE atuou neste macroprocesso por meio da disponibilização de dados georreferenciados com alto grau de confiabilidade através da Rede Geodésica Brasileira; atualização da Base Cartográfica Contínua do Brasil; realização da etapa de capacitação da INDE - Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais; produção de informações geoespaciais referentes aos temas de geologia, geomorfologia, vegetação e solos de todo o território nacional; produção de informações geoespaciais referentes ao uso atual e às mudanças de cobertura e uso da terra, além de outras atividades que objetivaram difundir o conhecimento geográfico do Brasil.

c) Produção de Informações Ambientais

Este macroprocesso contempla os processos de produção sistemática de dados e informações ambientais desenvolvidos em âmbito nacional e estruturados no sistema de informação geográfica (banco de dados), compreendendo temas de geologia, geomorfologia, solos, vegetação, recursos hídricos, cobertura e uso da terra, fauna e flora, e a produção de estatísticas e indicadores ambientais e de desenvolvimento sustentável sobre as interações entre os processos socioeconômicos, naturais e demográficos.

No exercício de 2013, o IBGE atuou neste macroprocesso por meio da realização de atividades voltadas a revisão da metodologia de análise da publicação dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentáveis e elaboração do projeto para disponibilização de dados e informações sobre risco ambiental aos recursos hídricos.

d) Produção de Informações Censitárias

Este macroprocesso abrange as atividades envolvidas na produção e sistematização de estudos, pesquisas e trabalhos de natureza estatística relativos ao conhecimento da realidade física, humana, social e econômica do Brasil, e a necessidade de levantamento das características estruturais relativas ao total da população, unidades domiciliares e estabelecimentos agropecuários do País, na maior desagregação geográfica possível, usando conceitos, definições e classificações de aceitação internacional, de modo a subsidiar o estabelecimento de políticas públicas e fundamentar ações de planejamento públicas e privadas.

No exercício de 2013, o IBGE atuou nesse macroprocesso por meio da realização das atividades de planejamento técnico e operacional do Censo Agropecuário e Contagem da População 2015.

É importante ressaltar que este macroprocesso também envolve os mecanismos de acompanhamento e atualização da Base Territorial -BT e do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE, para apoio aos processos operacionais das coletas censitárias e das pesquisas do IBGE. Com vistas à Contagem da População e ao Censo Agropecuário 2015, foi desenvolvido o Projeto de Treinamento para as atividades de atualização da Base Territorial e realizada a primeira parte da cadeia de treinamento.

e) Infraestrutura, Metodologia e Qualidade para a Produção de Informações

Este macroprocesso abrange os processos de pesquisa, difusão e implementação de metodologias estatísticas e computacionais ligadas à modernização do processo de produção das informações. Tem por objetivo consolidar a gestão da qualidade, desenvolver, assimilar e disseminar novas metodologias, novas tecnologias e sistemas voltados para a coleta, aprimorar os mecanismos de acompanhamento e atualização da Base Territorial - BT e do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE, ampliar a abrangência do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE e avançar na consolidação das Classificações Estatísticas.

Em 2013, as atividades relacionadas a este macroprocesso compreenderam a produção e divulgação de documento institucional contendo diretrizes sobre as boas práticas na produção de estatísticas oficiais e o aprimoramento dos mecanismos de acompanhamento e atualização da Base Territorial - BT e do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE, para apoio aos processos operacionais das coletas censitárias e das pesquisas do IBGE e representação do território.

Com vistas às operações censitárias da contagem da população e do censo agropecuário programadas, respectivamente, para 2015 e 2016, foram feitos aperfeiçoamentos no Sistema de Mapeamento - SISMAP com o desenvolvimento da versão SISMAPWEB que integra as agências do IBGE nas atividades de atualização da base territorial.

f) Disseminação de Informações

Este macroprocesso abrange os processos de organização, formatação e disseminação das informações produzidas pelo IBGE para o governo e a sociedade, bem como os processos de organização e disponibilização das informações em bases de dados e metadados apoiadas por ferramentas adequadas à recuperação personalizada da informação. Tem por objetivo garantir o fornecimento de produtos e serviços necessários aos diversos segmentos da sociedade, visando à universalização do acesso e do uso das informações produzidas pela instituição.

No exercício de 2013, as ações se voltaram ao aprimoramento do relacionamento com clientes e informantes e se traduziram nas atividades de promoção da educação geocientífica e estatística do público infanto-juvenil, treinamento para usuários em ferramentas digitais, reformulação do canal Memória Institucional, ampliação do número de seguidores do IBGE no *Twitter*.

g) Coordenação dos Sistemas de Informações Cartográficas e Estatísticas

Este macroprocesso abrange as atividades de planejamento e organização da produção nacional de informações estatísticas e geocientíficas estabelecendo normas, classificações e padrões. Sua finalidade é garantir que todas as informações estatísticas e geocientíficas sejam produzidas de forma padronizada, harmônica e comparável.

No exercício de 2013, o IBGE atuou nesse macroprocesso por meio da realização das atividades de coordenação do Sistema Estatístico Nacional, coordenação do Sistema Cartográfico Nacional e, também, através da manutenção do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas.

h) Ensino Superior, Pesquisa e Extensão

Este macroprocesso abrange os processos de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de estatística e geociências, no âmbito da graduação e pós-graduação (*stricto sensu* e *lato sensu*). Compreende também a formação especializada para a produção e análise de informações estatísticas e geocientíficas oficiais. O mesmo tem por objetivo formar, aperfeiçoar e especializar profissionais nas áreas de estatística e geociências; capacitar e treinar profissionais nos diversos campos de atividades relacionados com as áreas de competência do IBGE; promover a pesquisa nos campos do conhecimento relacionados com a área de estatística e áreas correlatas; realizar estudos, cursos e divulgação de conhecimentos técnicos para a sociedade.

Em 2013, as atividades compreenderam a oferta de ensino de graduação e pós-graduação, a elaboração e encaminhamento à CAPES de proposta de Programa de Doutorado, a reformulação do Regulamento do curso de Mestrado e a reformulação do Portal ENCE .

A oferta de graduação abarca o ingresso de novos estudantes via Sistema de Seleção Unificada - SISU, reingresso ou transferência externa, além da continuidade dos estudos dos já matriculados. Para colaborar com a permanência dos alunos na IES, são oferecidas bolsas e atividades advindas de diferentes Programas (Iniciação Científica – PICIC/CNPq, Monitoria, Assistência Estudantil, Estágios Profissionais, Cursos de Verão, Cálculo Zero, Acompanhamento Pedagógico).

A oferta de pós-graduação envolve o ingresso de novos estudantes aprovados em processo seletivo amplamente divulgado, além da continuidade dos estudos dos já matriculados. Para colaborar com a elaboração da pesquisa dos pós-graduandos, ofertam-se bolsas de duas modalidades (IBGE/Pós-graduação e Demanda Social/CAPES).

1.5 Macroprocessos de Apoio

No planejamento estratégico 2012-2015, estão definidos quatro macroprocessos relacionados às atividades de suporte e gestão necessárias ao bom funcionamento da Instituição. São eles:

a) Governança Institucional

Este macroprocesso abrange os processos de definição e garantia do cumprimento das políticas e diretrizes, o desenvolvimento organizacional, a garantia da manutenção da imagem institucional, a comunicação institucional com a sociedade e com os servidores. Sua finalidade é garantir a qualidade da gestão, assegurando a legitimidade e a transparência, com base nas boas práticas de gestão, nas políticas e diretrizes da Instituição e no envolvimento dos colaboradores internos e externos.

No exercício de 2013, a Instituição deu continuidade ao fomento das ações de planejamento, implantando sistemas e ferramentas, com vistas à articulação e integração das estratégias ao orçamento e à execução e acompanhamento das atividades e projetos. Buscou aprimorar os padrões de relacionamento com os servidores e os diversos setores da sociedade por meio da elaboração e disseminação de documentos e procedimentos, tais como o Regimento Interno da Comissão de Ética, Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais e Procedimentos de Auditoria.

b) Gestão Administrativa

Este macroprocesso abrange as atividades de garantia do funcionamento da infraestrutura, proporcionando o bem estar funcional e a preservação do patrimônio, bem como os processos de aquisição de bens e serviços, a gestão de contratos, administração, manutenção, controle dos bens móveis e imóveis, com base em estudos de logística, atividades de gestão dos créditos e de recursos, da execução da despesa e os processos de análise e conformidade contábeis.

Em 2013, o foco foi o desenvolvimento e a informatização dos controles do Sistema de Registro de Preços, a garantia de licitações dentro dos padrões de sustentabilidade obtida por meio da elaboração do Catálogo de Referência de Materiais de Consumo Certificados, a realização de estudos para melhoria e adequação das instalações físicas, o aperfeiçoamento da gestão do patrimônio e da gestão do orçamento.

c) Gestão de Pessoas

Este macroprocesso abrange as atividades de recrutamento e seleção, desenvolvimento de pessoas, análise, acompanhamento e registros funcionais desde o ingresso até a pós-aposentadoria, garantindo a remuneração. Compreende também os processos necessários à melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho. O mesmo tem por objetivo assegurar um sistema de gestão de pessoas que valorize o potencial humano e gere um ambiente organizacional favorável à motivação das pessoas, levando-as a contribuir e se comprometerem com a excelência do desempenho e dos resultados organizacionais.

No exercício de 2013, o IBGE atuou nesse macroprocesso por meio da realização das atividades de administração de pessoal, elaboração de plano de desenvolvimento de lideranças, aprimoramento da relação sindical, desenvolvimento de treinamentos na modalidade de ensino a distância.

d) Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação

Este macroprocesso abrange as atividades de planejamento e implementação dos projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC para os sistemas informatizados e demais processos da Instituição; gestão de demandas de TIC, da infraestrutura tecnológica (*hardware*, dados, rede e serviços), do atendimento dos serviços de informática. O mesmo tem por objetivo garantir infraestrutura tecnológica adequada acompanhando o estado da arte para os processos da Instituição, de forma planejada, segura e aderente às diretrizes, metodologias, padrões e normas de TIC.

No exercício de 2013, foram realizadas atividades voltadas a adequação e atualização de sistemas, *softwares* e *hardwares* utilizados e desenvolvidos pela Instituição, ao aprimoramento nas contratações de TIC, ao desenvolvimento de ferramentas para a geração de formulários de coleta em dispositivo móvel, a instalação de centrais telefônicas na rede de agências, dentre outras.

Observa-se como meios determinantes para a realização do macroprocesso: a Rede MPLS (rede multiprotocolo com comutação por rótulos), que permite a comunicação entre todos os complexos do Rio de Janeiro e as Unidades Estaduais nas capitais dos estados e possibilita a utilização de multisserviços como: telefonia, internet, intranet e aplicativos interativos, em tempo real; recepção da TV IBGE, videoconferências e

treinamento a distância; o desenvolvimento de diversos sistemas computacionais em apoio às atividades de coleta e apuração, na implementação de pesquisas estatísticas, nas atividades de geociências e nos sistemas de gestão administrativa.

1.6 Principais Parceiros

No exercício de 2013, o IBGE realizou algumas atividades relacionadas a seus macroprocessos finalísticos com o auxílio de parcerias estratégicas e fundamentais para sua consecução, quais sejam:

▪ Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

O Ministério do Trabalho e Emprego – MTE auxiliou o IBGE fornecendo informações de seus registros administrativos: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS; O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED e Programa Seguro-Desemprego, contribuindo para a atualização dos cadastros da instituição;

▪ Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome – MDS

Atuou junto ao IBGE na realização do Suplemento sobre Segurança Alimentar junto à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, a qual agregará insumos importantes para o acompanhamento e avaliação da efetividade das políticas do Ministério;

▪ Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCT

Em parceria com o MCT realizou levantamentos e estudos econômico-sociais para o desenvolvimento da Pesquisa de Inovação Tecnológica - PINTEC 2011 - investigação das atividades inovativas na indústria brasileira;

▪ Ministério da Saúde – MS

Em 2013 o IBGE iniciou, em convênio com o Ministério da Saúde e com a coordenação técnica da Fiocruz, a coleta de informações da Pesquisa Nacional de Saúde 2013 - PNS. A pesquisa também tem o objetivo de produzir dados sobre acesso e uso dos serviços de saúde, ações preventivas, continuidade dos cuidados e financiamento da assistência de saúde;

▪ Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA

A Fundação IBGE em conjunto com o MPA está realizando levantamento de informações estatísticas sobre a aquicultura na Pesquisa da Pecuária Municipal – PPM;

▪ Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR

Juntamente com a SEPPIR promoveu-se o intercâmbio e a difusão de informações de forma a implementar as ações conjuntas de interesses comuns, que compreendem as atividades de desenvolvimento de estudos sociodemográficos e de análises espaciais,

com base nos resultados do Censo Demográfico 2010, referentes aos territórios titulados com a presença de comunidades quilombolas existentes no Brasil, e de inclusão da informação sobre territórios titulados e portariados com a presença de comunidades quilombolas na base territorial do IBGE;

▪ **Secretaria do Tesouro Nacional – STN**

Formalizou Acordo de Cooperação Técnica com vistas ao fortalecimento e aprimoramento das estatísticas econômicas oficiais, em especial, por meio da harmonização de classificações, conceitos e procedimentos; à definição de parâmetros para a produção, manutenção e utilização harmonizada e integrada das fontes de dados, sejam elas registros administrativos, pesquisas por amostragem ou censos, visando a compatibilização conceitual das mesmas e a racionalização da aplicação de recursos públicos na geração e manutenção das referidas bases de dados;

▪ **Caixa Econômica Federal – CEF**

Em conjunto com a CEF firmou Acordo de Cooperação Técnica cujo objetivo é disciplinar as ações a serem desenvolvidas pelos partícipes que se complementam com vistas à produção de informações estatísticas de preços da construção civil, obtidos a partir do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI⁴. O SINAPI divulga mensalmente custos e índices da construção civil. A gestão do sistema é compartilhada entre a CEF e o IBGE. A CEF é responsável pela base técnica de engenharia (especificação de insumos, composições de serviços e projetos referenciais) e pelo processamento de dados, enquanto o IBGE pela pesquisa mensal de preço, metodologia e formação dos índices;

▪ **Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR**

A presente parceria tem o escopo de elaborar a Tipologia de Estabelecimentos Agropecuários do Estado do Paraná por meio de tabulações especiais com dados não desidentificados do Censo Agropecuário 2006;

▪ **Acordo de Cooperação com todos os Órgãos Estaduais de Estatísticas de todas Unidades da Federação**

Por meio deste Acordo objetiva-se a elaboração das Contas Regionais e do Produto Interno Bruto dos Municípios – PIB, segundo normas e recomendações internacionais, adaptadas ao plano estadual, em consonância com práticas seguidas nas Contas Nacionais pelo IBGE, e compatíveis entre todas as Unidades da Federação;

⁴ A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, desde sua edição anual de 2003, determina que os custos do SINAPI sejam utilizados como referências para a razoabilidade de preços de obras públicas executadas com recursos federais do Orçamento Geral da União.

- **Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. - EMPLASA, Sociedade de Economia Mista, integrante da Administração Indireta do Estado de São Paulo**

Prestou apoio técnico à EMPLASA na realização do Projeto Mapeia SP - Mapeamento Sistemático Terrestre Básico (base cartográfica), com vistas à atualização cartográfica do Estado de São Paulo, que contribui para o planejamento e gestão territorial, mediante as informações geoespaciais padronizadas, atualizadas, confiáveis e de fácil acesso, além de permitir a construção otimizada de produtos cartográficos, tais como: ortomosaicos, fotos aéreas digitais e modelos digitais de elevação. Elaboração de termo de referência para contratação de serviços de extração vetorial de feições topográficas, coleta de toponímia/nomes geográficos e compilação para elaboração de cartas, mapas e atlas, dentre outros;

- **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Autarquia Federal**

Atuou junto com o INCRA na implantação de Redes GPS nos estados da Federação e estabelecimento de estações ativas *Global Navigation Satellite System* - GNSS com objetivos de densificação da Rede INCRA de Bases Comunitárias GNSS – RIBaC e da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS – RBMC, contribuindo para desenvolver ações estruturantes para que os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, incluindo as terras públicas federais, terras devolutas estaduais, assim como as terras particulares, em todo o país, sejam executados com absoluta precisão; permite, ainda, que se possa gerenciar a ocupação fundiária do Brasil, e em especial da região amazônica, de forma ordenada, dirigida e sustentável;

- **Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN, Órgão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCT**

Prestou apoio técnico na conjunção de esforços, na complementação de ações e desenvolvimento de pesquisas aplicadas e no fornecimento de dados e informações, com base na associação das informações socioeconômicas do IBGE, às áreas de risco previamente monitoradas pelo CEMADEN, respeitadas as limitações impostas pelo sigilo das informações estatísticas, para a geração de produtos operacionais associados à caracterização das populações vulneráveis a desastres naturais no território brasileiro, que possibilitem auxiliar nas ações de monitoramento, elaboração de alertas e gestão de riscos de desastres naturais, bem como fornecendo subsídios ao governo federal para a condução mais eficiente da aplicação dos recursos públicos em benefício da população;

- **Estado de Goiás, por intermédio da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento - SEGPLAN-GO com a participação do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - IMB**

Auxiliou tecnicamente o estado de Goiás no processo de revisão geral de sua divisão político-administrativa e na atualização dos memoriais descritivos dos limites municipais com pontos descritos por coordenadas vinculadas ao sistema geodésico brasileiro. Tais informações permitem ao órgão técnico do Estado a materialização dos limites anteriormente representados por linhas imaginárias, visando consolidar os limites municipais;

Esta materialização permitirá que os gestores públicos do Estado de Goiás, em especial o Governo do Estado e as Prefeituras Municipais, tenham de forma clara e objetiva a definição dos limites municipais, permitindo, desta forma, que o órgão estadual responsável pela divisão territorial, tão logo ocorra a aprovação da lei complementar federal a que se refere o art. 18, §4, da Constituição Federal, possa tomar as providências necessárias junto a Assembleia Legislativa, visando uma única lei de divisão territorial do estado;

▪ **Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ, Autarquia Federal, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente.**

Deu continuidade aos estudos ambientais por meio de intercâmbio técnico e científico, através de desenvolvimento de projetos de interesse das instituições, intercâmbio de dados, de informações técnicas e de pessoal, assistência e assessoria técnico-científica, treinamento profissional e de desenvolvimento experimental, permitindo as pesquisas relativas à diversidade florística do Brasil e o enriquecimento mútuo dos respectivos acervos, além de fornecer informações atualizadas sobre as espécies de angiospermas brasileiras, através da identificação científica, elaboração e divulgação de pesquisas acadêmicas de grupos de plantas, consideradas relevantes à flora do país;

▪ **Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, Advocacia-Geral da União -AGU, Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ, ISC/TCU - Instituto Serzedello Corrêa, Academia Nacional de Polícia, Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, Ministério da Previdência Social – INSS**

Com as respectivas instituições deu-se continuidade à realização de ações conjuntas de capacitação de servidores públicos para o aperfeiçoamento da gestão pública e da qualidade dos serviços públicos. Cabe ressaltar que tais ações de capacitação, objeto da parceria em tela, foram realizadas nos seus centros de treinamento – escolas das instituições parceiras;

▪ **CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**

Em conjunto com a CAPES, firmou termo de cooperação entre os partícipes para a execução do Programa de Demanda Social, segundo as normas contidas em seu regulamento vigente, no âmbito da Ação 0487 - Concessão de Bolsas de estudo no País, integrante do Programa de Governo 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.

Também foi firmada cooperação para a execução do Programa de Apoio à Pós-Graduação - PROAP, segundo as normas contidas em seu regulamento vigente, no âmbito da Ação 0487 - Concessão de Bolsas de estudo no País, integrante do Programa de Governo 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.

O IBGE também atuou em parceria com diversos organismos internacionais. Foram eles:

▪ **Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde - INECV**

Cooperou para a realização do Censo Demográfico de Cabo Verde com o empréstimo de 950 PDAs;

▪ **Instituto Nacional de São Tomé e Príncipe - INEST**

Cooperou para a realização do Censo Demográfico de São Tomé e Príncipe com o empréstimo de 300 PDAs;

▪ **Instituto Nacional de Estatística e Informática - INEI Peru**

Assinou acordo de cooperação com o Peru para a realização do Censo Agropecuário;

▪ **Instituto Interamericano de Estatística – IASI**

Continuou cooperando no desenvolvimento e na divulgação da Estatística na América Latina, exercendo a secretaria executiva do Instituto.

▪ **International Statistical Institute – ISI**

Deu andamento na cooperação para a realização do 60º *ISI World Congress – 2015*, que ocorrerá em 2015 no Brasil;

▪ **Oficina Nacional de Estatística da República Dominicana - ONE**

Assinou termo para cooperação em matéria de estatística;

▪ **Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE**

Foi assinado Memorando de Entendimento entre o IBGE e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, com vistas à adoção da elaboração de padrões e classificações internacionais para a compilação e a disseminação de estatísticas de qualidade, além da necessidade de fortalecer a intercooperação e as vantagens de compartilhar o conhecimento e a experiência relativos às boas práticas globais, a fim de ampliar a compreensão e a implementação de metodologias estatísticas;

▪ ***Earth Sciences Sector, Departament of Natural Resources, Canadá - NRCAM/ESS***

Manteve acordo de cooperação no campo das ciências da Terra em que se estabelece um relacionamento de trabalho entre os participantes com base na igualdade, reciprocidade global e benefícios mútuos;

- ***United Nations Regional Cartographic Conference for the Americas - UNRCC-A***

Organizada pela Divisão de Estatística da ONU, estabelece as agendas conceituais para a implementação das Infraestruturas de Dados Espaciais - INDE nacionais em um contexto de integração às infraestruturas regional e global. Atualmente cabe ao Brasil, no caso ao IBGE, a *vocalia* da América do Sul, bem como a participação em Grupo de Trabalho – Gts. Cabe informar que o IBGE atua em parceria com o Comitê *Global Geospatial Information Management - Americas - GGIM Américas*, que se reporta à UNRCC-A;

- ***United Nations Committee of Experts on Global Geographic Information Management - UNCE-GGIM***

Como mecanismo de consulta oficial das Nações Unidas para o Gerenciamento Global da Informação Geoespacial – GGIM, o Comitê tem no Brasil o IBGE com representante especialista. A página do comitê na *web* é <http://ggim.un.org>;

- ***United Nations Group of Experts on Geographical Names – UNGEGN***

O Brasil, por intermédio do IBGE, participa da Conferência da ONU sobre Padronização de Nomes Geográficos, atuando neste Comitê. Participando na Divisão da América Latina e na Divisão de Língua Portuguesa. O IBGE mantém o *site* da Divisão da Língua Portuguesa;

- ***Projeto Instituto Panamericano de Geografia e História - IPGH/ Corporação Andina de Fomento - CAF***

O Programa GeoSUR, liderado pela CAF e pelo IPGH, visa colocar à disposição do público informação geográfica da América Latina e do Caribe, útil para planejar e analisar atividades em desenvolvimento. O IBGE participa informalmente, recebendo capacitação voltada ao desenvolvimento de geosserviços.

2 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 Planejamento da Unidade

Para alcançar o nível de excelência desejável, a Instituição vem procurando ampliar sua capacidade de planejamento e gestão, adotando novas práticas e ferramentas gerenciais.

O Plano Estratégico 2012-2015 configura-se como exemplo das novas práticas apregoadas. Contempla um conjunto de estratégias, o caminho a ser seguido pelo IBGE para o alcance da visão institucional definida até o ano 2020 “Manter a excelência da produção, consolidar a coordenação e universalizar o uso das informações estatísticas e geocientíficas”⁵, definida durante o processo de planejamento estratégico por um grupo expressivo de líderes. Neste documento estão relacionados os objetivos estratégicos e as metas, agrupados nos doze macroprocessos institucionais já mencionados anteriormente.

Cabe destacar que o Plano Estratégico foi elaborado de modo a possibilitar a atualização de objetivos e metas a partir da realização de revisões anuais.

O cumprimento das metas está relacionado diretamente à conclusão dos seus respectivos resultados. Da mesma maneira, o alcance dos objetivos estratégicos está relacionado à conclusão das metas propostas. Dos resultados alcançados, em 2013, pode-se destacar:

Governança Institucional - (1) participação do IBGE em eventos internacionais; Disseminação da política de comunicação integrada junto aos servidores do IBGE e um servidor de cada unidade estadual treinado e capacitado para atuar como disseminador; (2) treinamento dado a assessores de imprensa e técnicos para o aprimoramento das divulgações para a mídia de produtos da área de geociências; (3) treinamento de jornalistas para a compreensão, recuperação e utilização de informações estatísticas e geocientíficas produzidas pelo IBGE; e (4) desenvolvimento de procedimentos para assegurar prestação no atendimento do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC e a sua execução e conformidade com o que dispõe a Lei de Acesso à Informação;

Coordenação dos Sistemas de Informações Cartográficas e Estatísticas – (1) realização de reuniões da Comissão Nacional de Classificação – CONCLA, no sentido de coordenar o sistema de produção de estatísticas oficiais, (2) realização de reunião com o Conselho dos Sistemas de Índices de Preço; (3) realização do inventário das informações estatísticas oficiais, visando a ampliação da abordagem para os diversos índices de preços; e (4) realização de reuniões da Comissão Nacional de Cartografia – CONCAR, com o objetivo de coordenar o sistema cartográfico nacional;

Produção de Informações Estatísticas – (1) divulgação dos resultados das pesquisas correntes; (2) divulgação das novas projeções de população e as novas tábuas de mortalidade, para o Brasil e Unidades da Federação, com as devidas revisões e atualizações, a partir da incorporação dos resultados do Censo Demográfico 2010; (3) divulgação das estimativas de população municipais elaboradas com base nos resultados da Revisão do Sistema de Projeções para o Brasil e Unidades da Federação; (4) divulgação da síntese de indicadores sociais, com a incorporação de novos indicadores que atendam as demandas de políticas públicas e as comparações internacionais; (5) realização de seminários sobre a nova série do Sistema de Contas Nacionais no sentido

⁵ Fonte: Identidade Cultural e Alinhamento Estratégico – volume 1.

de aperfeiçoar e completar o Sistema; e (6) disponibilização das informações básicas da PNAD Contínua;

Produção de Informações Geocientíficas – (1) aprimoramento do Sistema de Posicionamento por Ponto Preciso, disponível na página do IBGE na internet; (2) implantação de novas estações da RBMC; (3) Publicação de Metodologias e análises da produção de informações relativas à Região de Influência das Cidades – REGIC;

Produção de Informações Censitárias – (1) avaliação técnica do Censo Demográfico; (2) avaliação técnica do Censo Agropecuário 2006; (3) planejamento das Comissões Municipais de Geografia e Estatística – CMGEs;

Produção de Informações Ambientais – (1) introdução de variáveis sobre gestão ambiental na Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC; (2) revisão da metodologia de análise da publicação dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável; (3) elaboração de projeto para disponibilização de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável Municipal;

Infraestrutura, Metodologia e Qualidade para a Produção de Informações – (1) produção e divulgação de documento sobre as diretrizes das boas práticas na produção de estatísticas oficiais; (2) atualização dos cadastros e as malhas das estruturas territoriais referentes aos limites político-administrativos dos municípios brasileiros; (3) realização do diagnóstico da situação dos setores censitários, com vistas a sua adequação para a realização da Contagem da População 2015; (4) revisão do conceito e da metodologia dos setores censitários; (5) atualização do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE;

Disseminação de Informações – (1) ampliação do número de seguidores da rede social *twitter*; (2) promoção das ações de *marketing* em eventos previstos no Calendário do IBGE; (3) disponibilização dos módulos de registro de chamadas telefônicas e de reuniões do Sistema de Acompanhamento Gerencial do Atendimento – SIGA; (4) realização de turmas de treinamentos de usuários externos, em ferramentas digitais; (5) ampliação do acervo de monografias do IBGE, em formato digital, na Biblioteca Virtual; (6) lançamento de um produto voltado à disseminação da memória histórica do IBGE; e (7) reformulação do canal Memória Institucional no portal do IBGE;

Ensino Superior, Pesquisa e Extensão – (1) aprovação da proposta do Programa de Doutorado pelo Conselho Diretor; (2) promoção do credenciamento do corpo docente do mestrado ao Programa de Mestrado; (3) implementação do Sistema Acadêmico do Mestrado; e (4) reformulação do portal da ENCE.

A associação do Plano Estratégico com as Ações e Planos Orçamentários - PO definidos na LOA possibilita a identificação e análise do conjunto de metas e de objetivos estratégicos que cada PO responde. O quadro 2 demonstra a relação entre o Plano Orçamentário, os Objetivos Estratégicos e os Macroprocessos envolvidos na realização dos objetivos.

Quadro 2 – Relação entre o PPA 2012-2015, Plano Estratégico e Ações e Planos Orçamentários do IBGE

Programa Temático 2032 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública			
Objetivo 0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacitação institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.			
Iniciativa 0290 - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira.			
Quantidade de Objetivos Estratégicos associados ao PO*	Macroprocessos finalísticos envolvidos	Ação	Plano Orçamentário (PO)
1	Produção de Informações Estatísticas	Pesquisas e Estudos Estatísticos	Implantação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua
1	Produção de Informações Estatísticas	Pesquisas e Estudos Estatísticos	Implantação da Pesquisa Nacional de Saúde
1	Produção de Informações Estatísticas	Pesquisas e Estudos Estatísticos	Implantação do Novo Modelo Nacional de Índices de Preços ao Consumidor
17	Coordenação dos Sistemas de Informações Cartográficas e Estatísticas; Produção de Informações Estatísticas, Infraestrutura, Metodologia e Qualidade para a Produção de Informações	Pesquisas e Estudos Estatísticos	Pesquisas Conjunturais, Estruturais e Especiais
2	Coordenação dos Sistemas de Informações Cartográficas e Estatísticas; Produção de Informações Estatísticas	Pesquisas e Estudos Estatísticos	Implantação do Sistema Nacional de Pesquisas Agropecuárias - SNPA
2	Coordenação dos Sistemas de Informações Cartográficas e Estatísticas; Produção de Informações Censitárias	Censos Demográfico e Agropecuário	Contagem da População 2015
2	Coordenação dos Sistemas de Informações Cartográficas e Estatísticas; Produção de Informações Censitárias	Censos Demográfico e Agropecuário	Censo Agropecuário 2015
1	Infraestrutura, Metodologia e Qualidade para a Produção de Informações	Censos Demográfico e Agropecuário	Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos
6	Coordenação dos Sistemas de Informações Cartográficas e Estatísticas; Produção de Informações Geocientíficas, Produção de Informações Ambientais	Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos	Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais
4	Coordenação dos Sistemas de Informações Cartográficas e Estatísticas; Produção de Informações Geocientíficas, Infraestrutura, Metodologia e Qualidade para a Produção de Informações	Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos	Mapeamento Terrestre de Referência
1	Produção de Informações Geocientíficas	Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos	Sistema Geodésico Brasileiro
2	Coordenação dos Sistemas de Informações Cartográficas e Estatísticas	Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos	Implantação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE
1	Produção de Informações Estatísticas; Disseminação de informações	Disseminação de informações Estatísticas e Geocientíficas	Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas
Programa Temático 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão			
Objetivo 0803 - Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.			
Iniciativa 0391 - Fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, com apoio à pesquisa, à inovação, à manutenção e promoção de mecanismos de cooperação internacional, à ampliação de programas de acesso a acervos digitais e a bases de dados.			
Quantidade de Objetivos Estratégicos associados ao PO*	Macroprocessos envolvidos	Ação	Planos Orçamentários
3	Ensino Superior, Pesquisa e Extensão	Ensino de Graduação e Pós Graduação em Estatísticas e Geociências	Ensino e Pesquisa de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências

Fonte: IBGE, 2013

*Foram considerados somente os principais objetivos estratégicos. A descrição destes objetivos encontram-se no Anexo 1.

Vale ressaltar que um PO pode estar associado a mais de um objetivo estratégico, a depender de sua abrangência. Isto pode ser observado no conjunto de metas relacionadas a cada objetivo. As informações acima detalhadas evidenciam a integração institucional e complexidade das ações para atender a missão institucional.

No que concerne ao Plano Plurianual, o IBGE desenvolve ações que visam garantir o acesso aos dados e às informações produzidas no âmbito de sua atuação. No Plano Plurianual para o período 2012–2015 Plano Mais Brasil, o IBGE responde pela Iniciativa “Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira”⁶, como pode ser visto no quadro anterior.

A estratégia para a realização dos principais objetivos do IBGE, no exercício de 2013, considerando os riscos da não execução do que foi planejado, consistiu em estabelecer um sistema de monitoramento e avaliação do plano, onde o gestor registra as restrições e providências adotadas para o cumprimento das metas.

2.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

2.2.1 Temático

No PPA 2012-2015 o IBGE não consta como responsável por Programas Temáticos de governo, estando vinculado a dois Programas Temáticos, onde desenvolve as ações orçamentárias a seguir citadas:

- 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública, de responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e
- 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão, de responsabilidade do Ministério da Educação.

2.2.2 Objetivo

Como mencionado anteriormente, no PPA 2012-2015, o IBGE não responde diretamente por Programas Temáticos de governo.

2.2.3 Ações

As Ações pelas quais o IBGE responde estão estruturadas no orçamento da seguinte forma:

- Programa 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública:
 - ✓ 20U6 - Pesquisas e Estudos Estatísticos
 - ✓ 20U8 - Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos
 - ✓ 20U7 - Censos Demográfico e Agropecuário
 - ✓ 2230 - Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas

As Ações vinculadas ao Programa 2038 estão voltadas à obtenção e disseminação de informações estatísticas e geocientíficas, necessárias à compreensão das realidades

⁶ PPA 2012-2015

nacionais, por meio de pesquisas conjunturais, estruturais, mapeamentos, estudos e análises diversas de indicadores.

- Programa 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão:

- ✓ 20U5 - Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências

A Ação vinculada ao Programa 2032 está voltada para a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de profissionais das áreas de estatística e de geociências.

- Programa 2125 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

- ✓ 2000 - Administração da Unidade

- ✓ 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes

- ✓ 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares

- ✓ 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares

- ✓ 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares

- ✓ 4641 - Publicidade de Utilidade Pública

- ✓ 20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União

- ✓ 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

- Programa 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União

- ✓ 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis

- Programa 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

- ✓ 00G5 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor

- ✓ 0005 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)

Não se aplicam ao IBGE os seguintes subitens:

- ✓ **2.2.3.2 Ações/Subtítulos – OFSS:** O IBGE responde integralmente pela execução de todas as Ações sob sua responsabilidade;

- ✓ **2.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento – OI:** O IBGE não possui Ações integrantes do Orçamento de Investimento

2.2.3.1 Ações - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS

2.2.3.1.1 Ação Pesquisas e Estudos Estatísticos - Código: 20U6

Quadro 3 – Identificação da Ação 20U6

Identificação da Ação						
Tipo		Atividade				
Descrição		Fornecimento de informações de natureza estatística – demográfica e socioeconômica necessárias à compreensão das realidades nacionais, de modo a subsidiar o estabelecimento de políticas públicas e fundamentar ações de planejamento públicas e privadas.				
Iniciativa		0290 - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania.				
Objetivo		0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.				
Unidade Responsável		Diretoria de Pesquisas – DPE				
Unidade Orçamentária		Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601				
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
30.935.580,00	30.935.580,00	30.815.317,03	28.375.153,52	28.363.423,45	11.730,07	2.440.163,51
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Resultado divulgado		Unidade	153	-	153	
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

No âmbito das pesquisas e estudos de natureza estatística, cobrindo as áreas sociodemográfica e econômica, foram divulgados os 153 resultados previstos. Esses resultados possibilitaram o acompanhamento da evolução do País em seus vários aspectos, através de séries contínuas de resultados anuais, trimestrais e mensais.

Em relação ao acompanhamento conjuntural da economia, o IBGE divulgou uma série de resultados que cobrem vários setores. Além das Contas Nacionais Trimestrais, foram disponibilizados resultados mensais para o Comércio (Pesquisa Mensal de Comércio - PMC), para a Indústria (Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física – PIM-PF e Pesquisa de Emprego e Salário - PIMES), e, ainda, um conjunto de pesquisas com resultados relativos ao setor Agropecuário, onde se destacam o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA, além das Pesquisas Trimestrais do Abate de Animais, do Leite, do Couro e da Produção de Ovos de Galinha.

Em 2013, a divulgação dos resultados da Pesquisa Mensal de Serviços - PMS veio complementar o conjunto de informações necessárias ao acompanhamento de curto prazo da economia do País e o aprimoramento do Sistema de Contas Nacionais do Brasil.

Foram publicados também os índices mensais do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC, que revelam a variação dos preços na economia. A pesquisa, realizada nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife,

Salvador, Belém, Fortaleza e Curitiba, além do Distrito Federal e do município de Goiânia, passou, em 2013, a incorporar as regiões metropolitanas de Campo Grande e Vitória.

Foram divulgados, ainda, para todas as capitais do país, resultados provenientes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI.

Para o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho, foram divulgados os resultados da Pesquisa Mensal de Emprego - PME.

Ao lado dos indicadores conjunturais de emprego, salário, produção e preços ao consumidor, o IBGE divulgou, também, resultados do Índice de Preços ao Produtor - IPP para a indústria de transformação.

Para o acompanhamento da evolução estrutural da economia do País, o IBGE desenvolveu uma gama de pesquisas contínuas, disponibilizando séries de resultados de pesquisas anuais voltadas para vários setores. Foram divulgadas as informações da Pesquisa Anual de serviços - PAS; da Pesquisa Anual do Comércio - PAC; da Pesquisa Industrial Anual - PIA/Empresa e Produto; da Pesquisa Anual da Indústria da Construção - PAIC; da Pesquisa da Produção Agrícola Municipal - PAM; da Pesquisa da Pecuária Municipal - PPM; e da Pesquisa da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS. As figuras 2, 3 e 4 representam a versão impressa da divulgação da PAS, PAIC e da PAC.

Figura 2 – Pesquisa Anual de Serviço

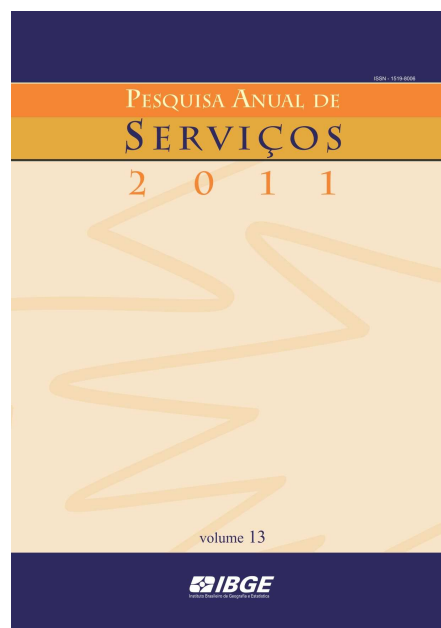


Figura 3 – Pesquisa Anual de Comércio

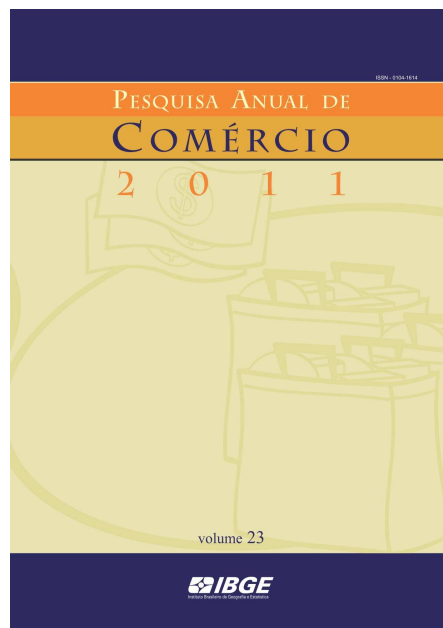
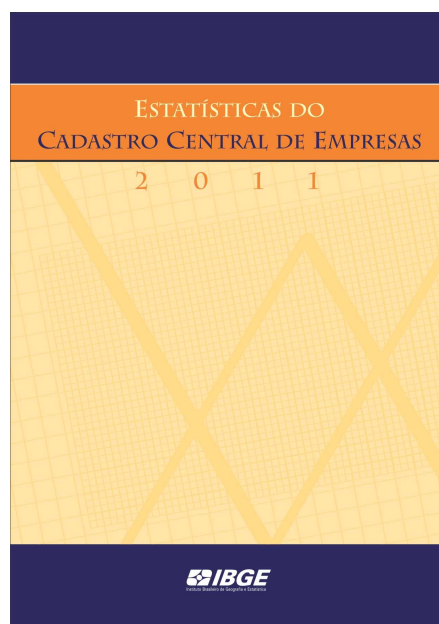


Figura 4 – Pesquisa Anual de Indústria e Comércio



Ademais, no âmbito do Sistema de Contas Nacionais, foram divulgadas as Contas Nacionais do Brasil e as Contas Regionais do Brasil, contemplando, entre várias outras informações nessa área, o Produto Interno Bruto – PIB do Brasil, dos Estados e dos Municípios. Foram também divulgadas as Estatísticas do Cadastro Central de Empresas do IBGE - CEMPRE, conforme a figura 5, permitindo conhecer dados sobre pessoal ocupado total e assalariado, bem como os salários pagos nas empresas, nos órgãos da administração pública e em entidades sem fins lucrativos.

Figura 5 – Cadastro Central de Empresas



O estudo Estatísticas do Empreendedorismo apresentou estatísticas provenientes do CEMPRE e das pesquisas econômicas anuais nas áreas de indústria, construção civil, comércio e serviços, contemplando informações sobre o segmento empresarial formalmente constituído da economia brasileira em 2011. O conjunto dessas informações contribui para o debate sobre a dimensão e a importância do empreendedorismo no País, assunto que vem assumindo relevância cada vez mais acentuada na economia, tanto em nível nacional quanto global.

Ainda com base nas informações do CEMPRE foi divulgado o estudo sobre Demografia das Empresas 2011, que analisa alguns aspectos da dinâmica demográfica do segmento formal das empresas brasileiras, em particular os movimentos de entrada, saída e sobrevivência dessas entidades no mercado.

Em relação às pesquisas estruturais da área sociodemográfica, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD investiga anualmente, de forma permanente, características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação e outras, com periodicidade variável, de acordo com as necessidades de informação para o País, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar, entre outros temas. O levantamento dessas estatísticas constitui, ao longo dos 45 anos de realização da pesquisa, um importante instrumento para formulação, validação e avaliação de políticas orientadas para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria das condições de vida no Brasil. A divulgação dos resultados da PNAD é feita através da publicação de dois volumes: PNAD Brasil (figura 6), que fornece um detalhado conjunto de informações sobre a população brasileira, em seus múltiplos aspectos; e Síntese de Indicadores Sociais (figura 7), que traz ao público uma síntese dos principais indicadores da PNAD em variados períodos.

Figura 6 – PNAD Brasil

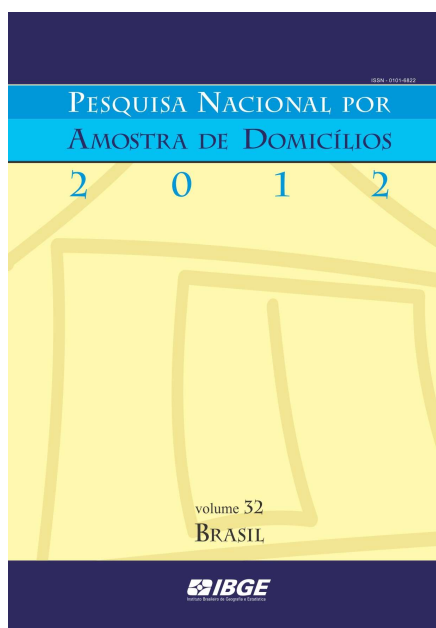
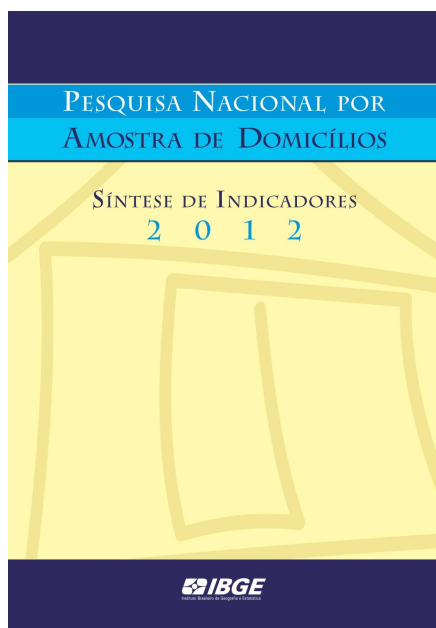


Figura 7 – PNAD – Síntese dos Indicadores

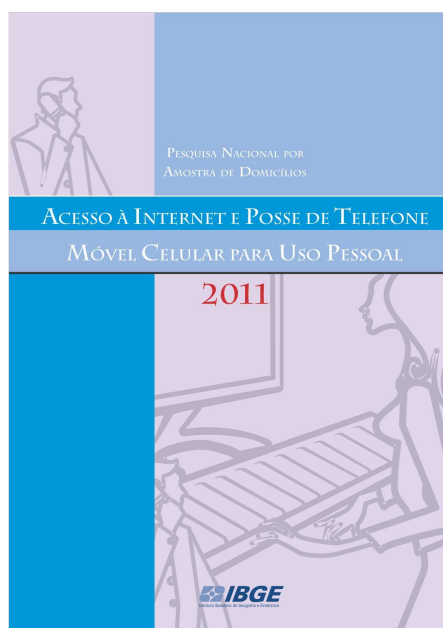


A Síntese de Indicadores Sociais reuniu indicadores sobre a realidade social brasileira, abrangendo informações sobre aspectos demográficos, educação, trabalho e rendimento, domicílios, famílias, saúde, e grupos populacionais específicos – crianças, adolescentes e jovens, mulheres e idosos – entre outros temas, acompanhados de breves comentários que destacam algumas das principais características observadas nos diferentes estratos geográficos e populacionais. Os indicadores foram elaborados, principalmente, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2012, utilizando-se, ainda, outras pesquisas do IBGE, como a Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC 2011, a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE 2012, a Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 2008-2009 e a Pesquisa Mensal de Emprego – PME 2002-2012, além de registros de fontes externas. A sistematização desses indicadores atende a recomendações

internacionais e objetiva possibilitar o conhecimento da realidade brasileira, especialmente, para avaliar a qualidade de vida e os níveis de bem-estar das pessoas, as famílias e grupos sociais, a efetivação de direitos humanos e sociais, o acesso a diferentes serviços, bens e oportunidades.

Em 2013, foi divulgado, também, o resultado do suplemento PNAD – Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal – 2011. (Figura 8)

Figura 8 – Suplemento PNAD - Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal – 2011



De acordo com a legislação em vigor, o IBGE publicou no Diário Oficial da União, as estimativas anuais de população para Estados e Municípios, com data de referência em 1º de julho de 2013 (conforme Artigo 102, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992) e realizou, também, a divulgação anual, pela internet, da Tábua de Mortalidade do Brasil 2012 (conforme artigo 2º, do Decreto Presidencial nº 3266 de 29, de novembro de 1999).

A par do cumprimento dessas obrigações legais, o IBGE também publica anualmente as Estatísticas do Registro Civil relativas ao ano anterior. Essa pesquisa apresenta informações sobre os fatos vitais ocorridos no País, reunindo a totalidade dos registros de nascidos vivos, óbitos e óbitos fetais, bem como sobre os casamentos, informados pelos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, além de informações sobre as separações e os divórcios declarados pelas Varas de Família, Foros, Varas Cíveis e Tabelionatos.

Além dessa produção corrente, merecem destaque, em 2013, as seguintes atividades:

No contexto da implantação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD, deu-se continuidade à coleta da PNAD Contínua. Também no âmbito do SIPD, foi realizada a coleta da Pesquisa Nacional de Saúde - PNS 2013 em parceria com o Ministério da Saúde, cujos resultados serão divulgados em 2014.

Cabe ressaltar a divulgação dos resultados referentes às Projeções de População, que incorporaram as informações mais recentes sobre as componentes do crescimento demográfico (mortalidade, fecundidade e migração), obtidas através dos resultados do Censo Demográfico 2010 e dos registros administrativos de nascimentos e óbitos. Além dos dados

em nível nacional, pela primeira vez foram disponibilizadas as projeções por sexo e idade para as Unidades da Federação.

Os resultados da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - ESTADIC 2012 foram divulgados pela primeira vez, contribuindo para a consolidação e ampliação de um sistema avançado de informações sobre gestão governamental que passou a abranger não apenas o nível municipal – que já vem sendo contemplado, desde 1999, pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC – mas, também, o estadual. Tanto a ESTADIC como a MUNIC são desenhadas para acoplar investigações sobre temas específicos através de Suplementos. Ademais, foram divulgados também os resultados dos Suplementos da ESTADIC/2012 sobre Assistência Social e da MUNIC/2012 sobre Segurança Alimentar e Nutricional, ambos realizados em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

Ainda na área sociodemográfica, cabe mencionar que foram efetuados testes-pilotos da Pesquisa de População em Situação de Rua, no Rio de Janeiro.

Na área de informações de natureza econômica, houve a divulgação dos resultados da Pesquisa Mensal de Serviços - PMS que, junto aos demais indicadores conjunturais produzidos pelo IBGE, nas áreas de indústria, comércio, agropecuária, preços e mercado de trabalho, vêm complementar o conjunto de informações necessárias ao acompanhamento de curto prazo da economia do País e o aprimoramento do Sistema de Contas Nacionais do Brasil.

Também na área econômica, foi dado prosseguimento ao projeto de implantação da Série de Contas Nacionais - referência 2010, atendendo às recomendações internacionais do manual das Nações Unidas, *System of National Accounts* – revisão 2008, e à necessidade de incorporação de nova classificação de atividades e produtos, de novas fontes de dados disponibilizadas sobre a economia brasileira bem como de resultados de pesquisas realizadas, visando ao estabelecimento de marcos estruturais. Para promover a transparência e a compreensão desse processo, foram organizadas reuniões sobre o projeto no âmbito do Governo Federal e com demais usuários, além de terem sido disponibilizadas seis Notas Metodológicas na página do IBGE na internet.

Cabe ressaltar que foi dado prosseguimento ao projeto de revisão das estatísticas econômicas da indústria, comércio e serviços. Esse projeto tem como objetivos básicos a racionalização dos processos de produção, a adequação da estrutura organizacional, e a revisão do programa de pesquisas, buscando a efetiva integração e o aperfeiçoamento das pesquisas existentes, além da identificação de lacunas temáticas ou de abrangência a serem cobertas até 2020. Essa identificação visa o aprimoramento do Sistema de Contas Nacionais do Brasil.

O planejamento do Sistema Nacional de Pesquisas por Amostragem de Estabelecimentos Agropecuários - SNPA também teve continuidade, tendo sido definidos o questionário básico e um dos módulos temáticos da Pesquisa Nacional de Atividades Agropecuárias - PNAG, pesquisa que se constitui em um dos pilares do Sistema. O SNPA tem por objetivo aprimorar a produção de estatísticas agropecuárias, disponibilizando novas informações, como condições de vida e pobreza nas áreas rurais.

Ainda com relação à agropecuária, a Pesquisa da Pecuária Municipal – PPM passou a incorporar a investigação do tema aquicultura. Além disso, iniciou-se a coleta das pesquisas trimestrais (Abate de Animais, Leite, Couro e Produção de Ovos de Galinha), através da internet.

No que concerne a área de preços, continuaram em desenvolvimento o projeto de Índice de Preços ao Produtor - IPP para a Indústria e o projeto de ampliação do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC.

O IPP Indústria avançou para incorporar, à Indústria de Transformação, a Indústria Extrativa.

No âmbito do projeto de ampliação do SNIPC foram incorporadas as Unidades da Federação do Mato Grosso do Sul e do Espírito Santo. Já nas Unidades da Federação do Acre, Maranhão, Sergipe e Mato Grosso foram executadas as etapas básicas para implantação do SNIPC, com a realização da Pesquisa de Locais de Compra - PLC e da Pesquisa de Especificação de Produtos e Serviços - PEPS, tendo sido iniciada a Pesquisa Mensal de Preços piloto. A ampliação do SNIPC produzirá índices para todas as Regiões Metropolitanas dos municípios das capitais, para as demais capitais das Unidades da Federação, Distrito Federal, além de Brasil.

No âmbito do projeto Estudo da Modalidade de Censo Demográfico Contínuo - EMCDC, foram finalizadas as análises comparativas das variáveis investigadas tanto na amostra do Censo 2010 como na modalidade censo contínuo. Os resultados foram apresentados no Congresso Mundial de Estatística, em Hong Kong, e no evento pelo Ano Internacional da Estatística, realizado em Quito, pelo Instituto de Estatística do Equador.

Em 2013, com relação ao desenvolvimento de projetos e da divulgação de resultados das pesquisas, foi publicado o Código de Boas Práticas das Estatísticas do IBGE. Em 2014, esse tema será discutido com os demais órgãos produtores de estatísticas oficiais, visando a definição do Código de Boas Práticas das Estatísticas Oficiais do País.

Foi também implementado o Inventário de Operações Estatísticas, projeto concebido no âmbito da Reunião Especializada de Estatísticas do Mercosul. O Inventário reúne todas as operações estatísticas produzidas pelo IBGE e pelos demais órgãos produtores de estatísticas oficiais brasileiros. O sistema com as informações, concluído em 2013, será divulgado em 2014, em conjunto com as informações dos demais países membros do bloco.

Finalmente, cabe mencionar que, em 2013, o Brasil foi indicado, oficialmente, como integrante da Comissão de Estatística das Nações Unidas, para mandato de quatro anos (2014-2017), o que é um reconhecimento da importância do País no contexto da produção de informações de natureza estatística, de responsabilidade do IBGE.

Em 2013, a Ação contou com dotação orçamentária no valor de R\$30.935.580,00, toda na fonte 0100 (Recursos do Tesouro).

Foram liquidados R\$28.375.153,52 o que significa 91,72% dos recursos autorizados no exercício. Por outro lado, encontra-se inscrito em restos a pagar não processados o valor de R\$2.440.163,51 o que totaliza a execução da Ação em R\$30.815.317,03 e eleva o percentual ao patamar de 99,71%.

As despesas de maior vulto financeiro encontram-se relacionadas no quadro 4, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 4 - Principais Despesas da Ação 20U6 – LOA2013

Despesa	Valor Liquidado	%	% Acumulado
Diárias no país	8.080.532,16	28,48	28,48
Combustíveis e lubrificantes automotivos	2.505.656,66	8,83	37,31
Serviços técnicos profissionais de T.I.	2.050.348,72	7,23	44,53
Locação de meios de transporte	1.776.478,82	6,26	50,79
Manutenção e conservação de veículos	1.685.516,78	5,94	56,73
Locomoção urbana	1.672.364,62	5,89	62,63
Indenizações a servidores exec. trab. campo	1.392.935,73	4,91	67,54
Apoio administrativo, técnico e operacional	1.199.301,51	4,23	71,76
Passagens para o país	949.154,29	3,35	75,11
Material para manutenção de veículos	877.058,76	3,09	78,20
Outras despesas	6.185.805,47	21,80	100,00
Total	28.375.153,52	100,00	

Fonte: SAG, fev/2013

Como órgão oficial responsável pela produção e disseminação de informações estatísticas e geocientíficas, o IBGE está estruturado em todo o território nacional. A extensão e complexidade da missão que lhe é conferida requerem uma infraestrutura física de grande porte, com representação em todas as Unidades da Federação, em 583 agências de coleta, cobrindo todos os municípios brasileiros.

O levantamento dos dados das pesquisas exige um constante deslocamento dos agentes de coleta, o que faz incorrer em despesas com diárias, locomoção urbana e indenizações para trabalho de campo. Os gastos com combustível se justificam na medida em que parte dos deslocamentos é feita com a utilização da frota da Instituição.

Cabe mencionar que a implantação da PNAD Contínua tem provocado um maior desgaste da frota, levando a gastos mais expressivos com a manutenção dos veículos, e tornando cada vez mais necessária a locação.

2.2.3.1.2 Ação Estudos e Levantamentos Geocientíficos – Código: 20U8

Quadro 5 - Identificação da Ação 20U8

Identificação da Ação						
Tipo	Atividade					
Descrição	Fornecimento de informações de natureza geocientífica – geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental, necessárias à compreensão das realidades nacionais por meio de levantamentos geodésicos, mapeamentos e análises geográficas, bem como através da representação sistemática do País, em linguagem cartográfica, com mapas e cartas que retratem a paisagem natural e social do território nacional, a delimitação de áreas legais e operacionais, fundamentando ações imprescindíveis à atuação de planejamento, tanto na área pública, quanto na iniciativa privada, de forma a contribuir para o processo de desenvolvimento e consolidação da cidadania.					
Iniciativa	0290 - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania.					
Objetivo	0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.					
Unidade Responsável	Diretoria de Geociências – DGC					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.292.517,00	5.395.400,00	3.464.343,43	3.059.258,22	3.059.258,22	0,00	405.085,21
Execução Física						
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Informação disponibilizada ao público	Unidade	4.095	-	4.178		
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Em 2013, no âmbito das **Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais**, deu-se continuidade, à produção de informações ambientais dos temas geologia, vegetação, geomorfologia, solos, recursos hídricos e uso da terra, com o objetivo de se constituir o Banco de Dados e Informações Ambientais - BDIA, e a análise das informações sobre a organização do território.

No que se refere à atividade de levantamento de recursos naturais destacam-se os seguintes resultados: disponibilização das informações geoespaciais sobre a hidroquímica, superficial e subterrânea, e hidrogeologia da região Nordeste; disponibilização de 442⁷ folhas com

⁷ Folhas ao milionésimo correspondentes trabalhadas: **Geologia** - Folhas SA.23 São Luís, SA.24 Fortaleza, SB.23 Teresina, SC.23 Rio São Francisco, SD.22 Goiás, SH.21 Uruguaiana, SH.22 Porto Alegre e SI.22 Lagoa Mirim. **Geomorfologia** – Folhas SA.23 São Luís, SB.23 Teresina, SC.23 Rio São Francisco, SD.22 Goiás, SE.21 Corumbá, SE.23 Belo Horizonte, SH.21 Uruguaiana, SH.22 Porto Alegre e SI.22 Lagoa Mirim. **Pedologia (Solos)** – Folhas SA.23 São Luís, SD.22 Goiás, SE.22 Goiânia, SH.21 Uruguaiana, SH.22 Porto Alegre e SI.22 Lagoa Mirim. **Vegetação** - Folhas SA.23 São Luís, SB.23 Teresina, SD.22 Goiás, SD.23 Brasília, SE.21 Corumbá, SE.22 Goiânia, SE.23 Belo Horizonte, SF.21 Campo Grande, SF.22 Paranapanema, SH.21 Uruguaiana, SH.22 Porto Alegre e SI.22 Lagoa Mirim.

informações geoespaciais na escala 1:250.000 e tabelas de atributos compreendendo os temas de geologia, geomorfologia, pedologia (solos) e vegetação.

Quanto à atividade de levantamento e classificação da cobertura e do uso da terra, que objetiva recobrir o país em termos da classificação dos tipos de uso, a análise dos impactos e a definição dos indicadores da qualidade ambiental destacam-se os seguintes resultados:

- ✓ Disponibilização do Mapa do Uso da Terra do Estado do Amazonas na escala 1:250.000 (Figura 9);
- ✓ Disponibilização do Mapa da Cobertura e Uso da Terra do Estado do Rio Grande do Sul na escala 1:250.000 (figura 10);
- ✓ Disponibilização do Mapa da Cobertura e Uso da Terra do Estado de Rondônia – 2012 na escala 1:1.000.000 (figura 11).

Destacam-se ainda a disponibilização das publicações: (i)Relatório sobre Uso da Terra do Estado do Pará; (ii)Relatório sobre Uso da Terra e Gestão do Território – Estado de Sergipe; (iii) Manual Técnico de Uso da Terra (3ª edição).

Figura 9 - Mapa do Uso da Terra do Estado do Amazonas (escala 1:250.000)

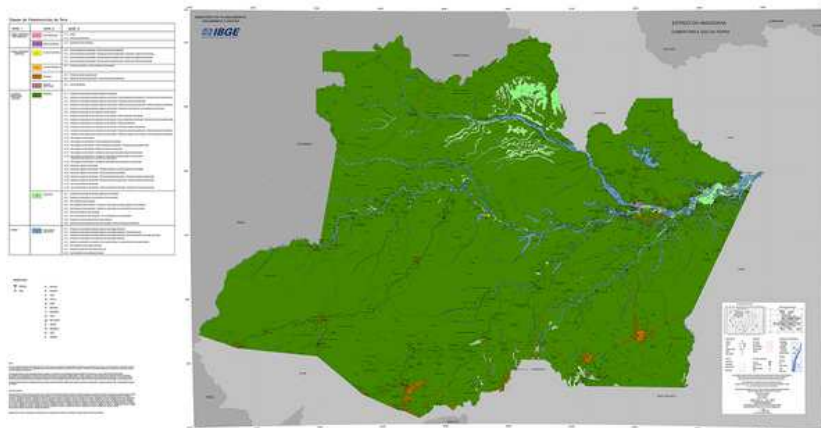


Figura 10 - Mapa da Cobertura e Uso da Terra do Estado do Rio Grande do Sul (escala 1:250.000)

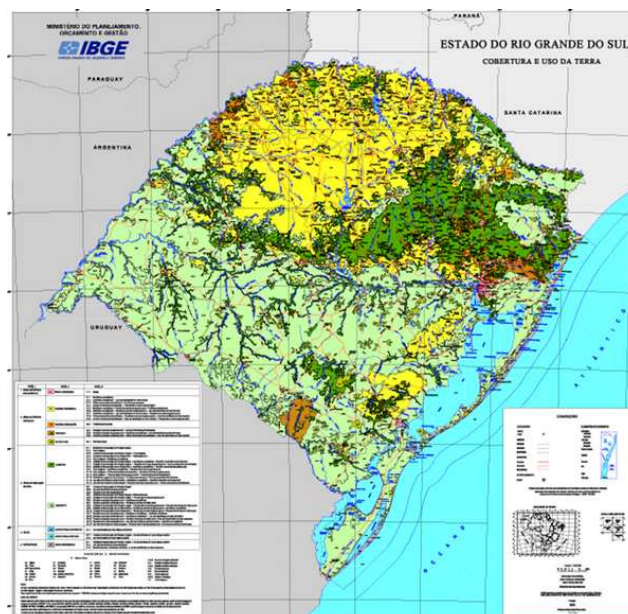
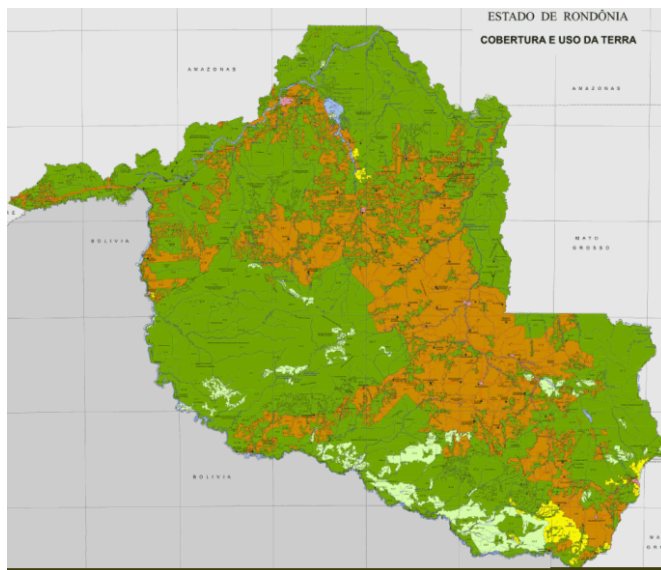


Figura 11 - Mapa da Cobertura e Uso da Terra do Estado de Rondônia (escala 1:1.000.000)

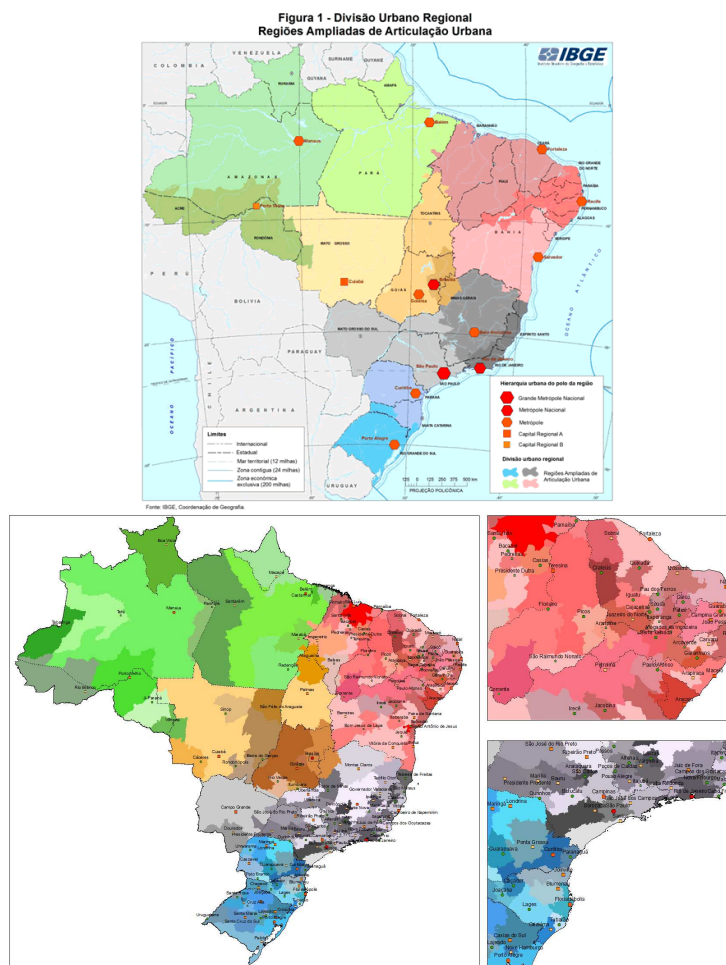


Em relação à atividade de produção de Estatísticas Ambientais e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável realizou-se a atualização dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável - IDS.

Dentre as atividades de campo para o mapeamento, destacam-se: a)atualização do mapeamento de geologia das folhas de Paranapanema, Rio de Janeiro, Vitória, Curitiba e Porto Alegre; b)atualização do mapeamento de geomorfologia das folhas de Brasília, Rio de Janeiro, Curitiba e Iguape; c)atualização do mapeamento de solos das folhas de Jaguaribe, Natal, Rio Doce, Paranapanema, Curitiba e Iguape; d)atualização do mapeamento de vegetação das folhas de Jaguaribe, Natal, Rio Doce, Asunción, Curitiba e Iguape; e)reconhecimento hidrogeológico e coleta de amostras de águas subterrâneas para realização de análises físico-químicas na folha de Fortaleza; f)levantamento e classificação da cobertura e do uso da terra dos estados de Rondônia e Mato Grosso; e g)coleta de amostras de padrões de imagens orbitais com a finalidade de identificação e caracterização das Mudanças na Cobertura e Uso da Terra.

Ainda no campo das pesquisas geográficas e ambientais, cabe mencionar a divulgação da Divisão Urbano Regional do Brasil (figura 12), que integra e conclui o projeto Regiões de Influência das Cidades - REGIC 2008. A Divisão Urbano Regional delimita regiões de modo a obter agregados coesos de municípios que apresentam múltiplas vinculações.

Figura 12 - Divisão Urbano Regional do Brasil



Merecem também destaque as seguintes publicações:

a) As Ligações Aéreas 2010 (figuras 13 e 14), volume da série Redes e Fluxos no Território, que caracteriza a posição das cidades brasileiras no sistema urbano nacional a partir das redes de transporte aéreo, descrevendo e analisando seus fluxos de passageiros e carga. Além disso, no volume avalia-se a acessibilidade das cidades a partir dos custos e tempo das viagens nessa modalidade de transporte, relacionando-a com a hierarquia urbana;

Figura 13 - As Ligações Aéreas 2010, volume da Série Redes e Fluxos no Território (Capa)

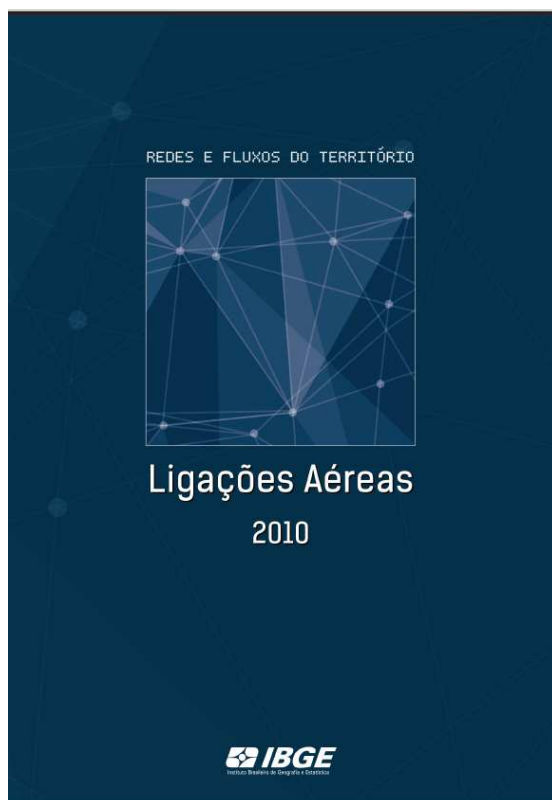
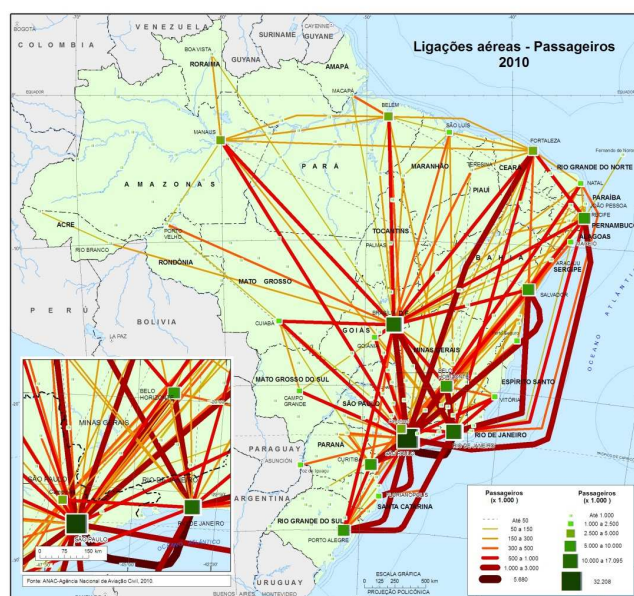
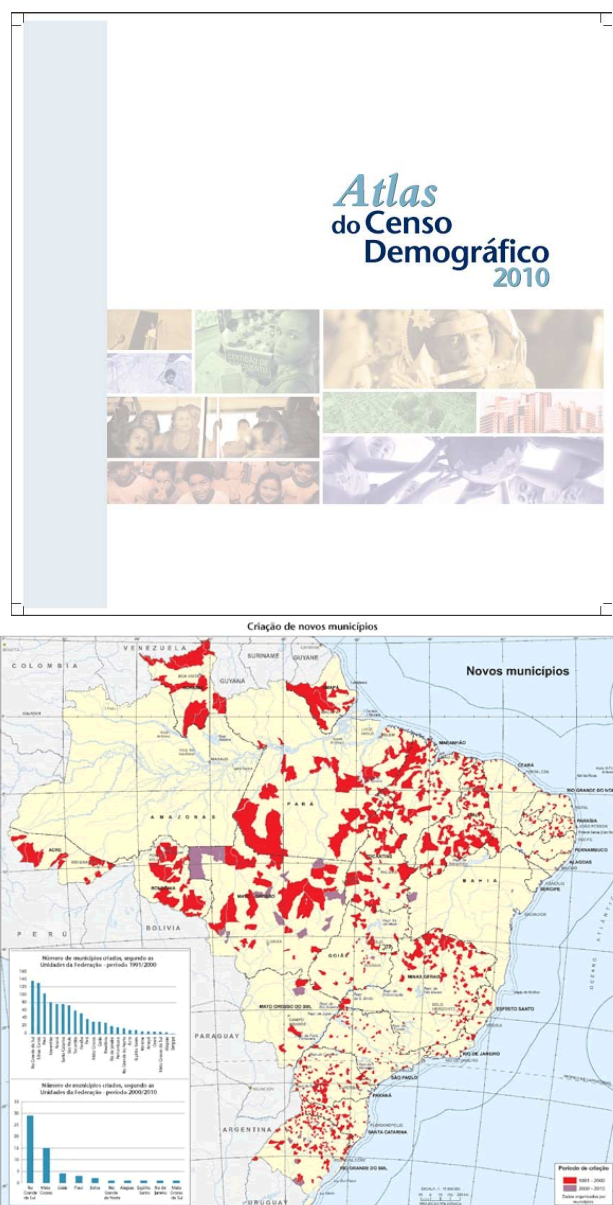


Figura 14 - As Ligações Aéreas 2010, Volume da Série Redes e Fluxos no Território



b) Atlas do Censo Demográfico 2010 (figura 15), publicação estruturada por meio de um temário que propõe abordar, de forma abrangente e interligada, as várias dimensões que compõem a dinâmica e o perfil demográfico da população brasileira dando ênfase às diferenças regionais e locais aí contidas;;

Figura 15 - Atlas do Censo Demográfico 2010



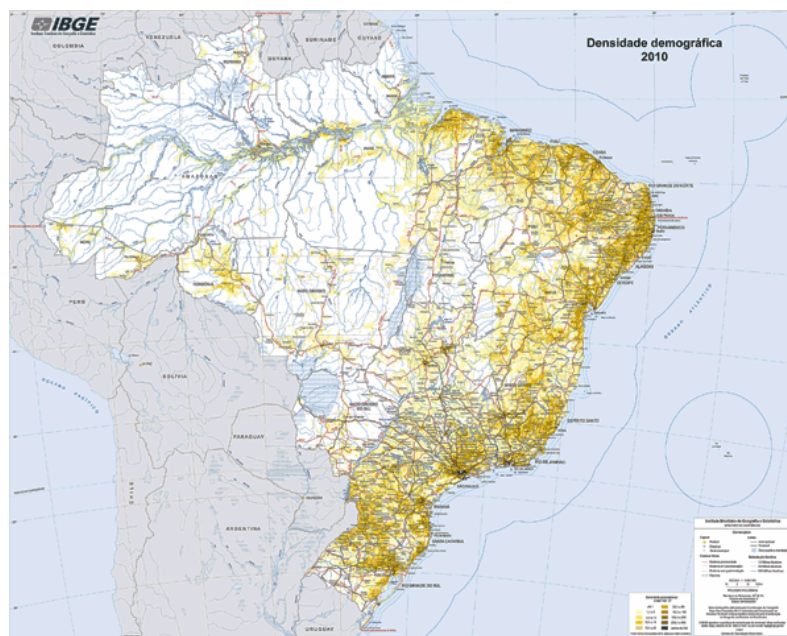
c) Censo Demográfico 2010 – Aglomerados Subnormais – Informações Territoriais (figura 16), publicação que divulga novas informações sobre os recortes territoriais classificados como aglomerados subnormais no Censo Demográfico 2010, nomenclatura que engloba os diversos tipos de assentamentos irregulares existentes no País, como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros;

Figura 16 - Aglomerados Subnormais – Informações Territoriais



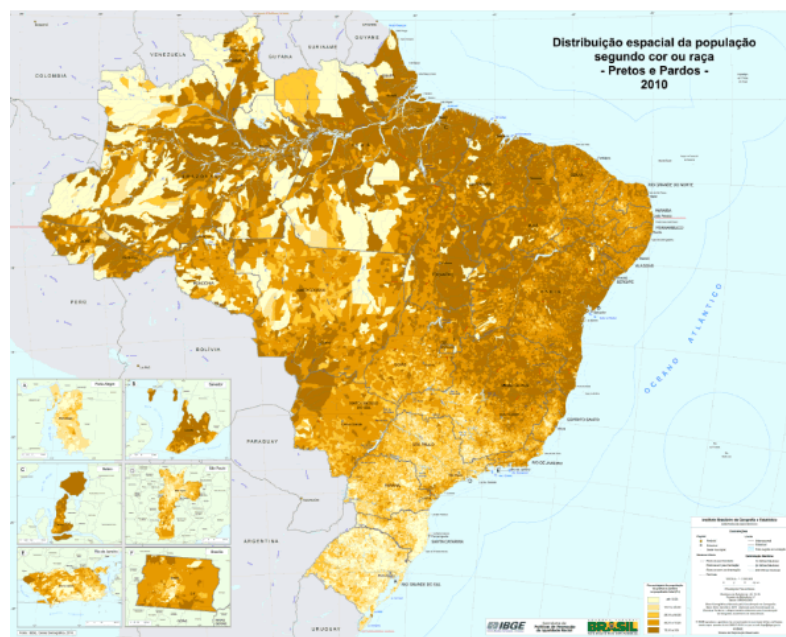
d) Mapas de Densidade Demográfica de 2010 (figuras 17), representa uma imagem detalhada da distribuição espacial da população brasileira no território nacional, a partir dos resultados do Censo Demográfico 2010.

Figura 17 - Mapa da Densidade Demográfica de 2010



e) Mapa da Distribuição Espacial da População, segundo a cor ou raça – Pretos e Pardos (figuras 18), representa o primeiro produto de uma parceria técnica com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, onde as informações do quesito cor ou raça do Censo Demográfico 2010 foram desagregadas segundo os 316.574 setores censitários urbanos e rurais com os quais o IBGE trabalhou nesta operação censitária.

Figura 18 – Mapa da Distribuição Espacial da População, Segundo a Cor ou Raça – Pretos e Pardos



No âmbito da **Implantação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE**, foram capacitados 273 técnicos de diversos órgãos da Administração Pública Federal. Além destes, atendendo às ações do CICLO II da INDE no que tange à implementação das Agendas Territoriais Estaduais, foram capacitados 47 técnicos da Secretaria de Planejamento dos Estados do Rio Grande do Sul, Sergipe, Pernambuco e Alagoas. O processo de capacitação faz parte da adesão dos órgãos federais e das secretarias de planejamento estaduais à INDE e trata-se de uma iniciativa da Comissão Nacional de Cartografia, cujo objetivo é a padronização e a disponibilização de forma distribuída dos dados geoespaciais produzidos pelas instituições governamentais em diversos níveis.

Cabe ressaltar o trabalho de sensibilização e divulgação da INDE, por meio de participação em eventos, como a realização do Fórum Intergovernamental de Gestores de Geoinformação–FIGG, responsável pelo início das discussões para a construção da Política Nacional de Geoinformação – PNGEO, o qual reuniu diversos órgãos da administração pública, com vistas à disseminação da INDE.

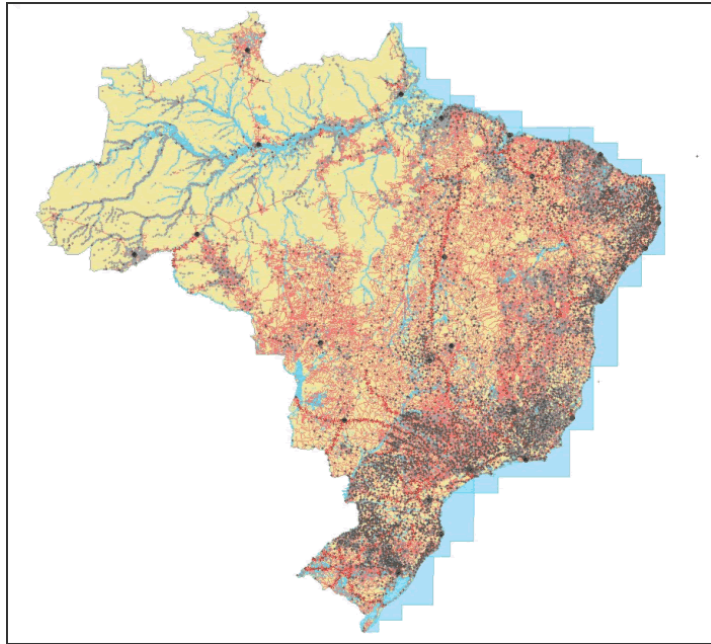
Destaca-se também a disponibilização, por 30 instituições, de informações geoespaciais para livre acesso na INDE, bem como o incremento de dados no seu visualizador e catálogo de metadados perfazendo mais de nove mil metadados geoespaciais disponíveis para a sociedade.

No âmbito do **Mapeamento Terrestre de Referência** - base cartográfica de referência sobre as quais todas as outras informações, produzidas pelo IBGE e outros órgãos públicos, possam ser georeferenciadas, com vistas a ações de análise, planejamento, gestão e educação - destacam-se os seguintes resultados:

- a) Divulgação da Base Cartográfica Contínua na escala de 1:250.000 (figura 19) de todo o território nacional de forma contínua, que equivale a 550 folhas do mapeamento sistemático. A Base foi disponibilizada no formato geodatabase e sua modelagem está implementada conforme as Especificações Técnicas para Estruturação de Dados Geoespaciais Vetoriais na versão 2.1, contemplando 7 das 13 categorias de informação previstas: hidrografia, sistema de transporte, energia e comunicações, abastecimento de água e saneamento básico, estrutura econômica, localidades e limites. A Base Cartográfica foi

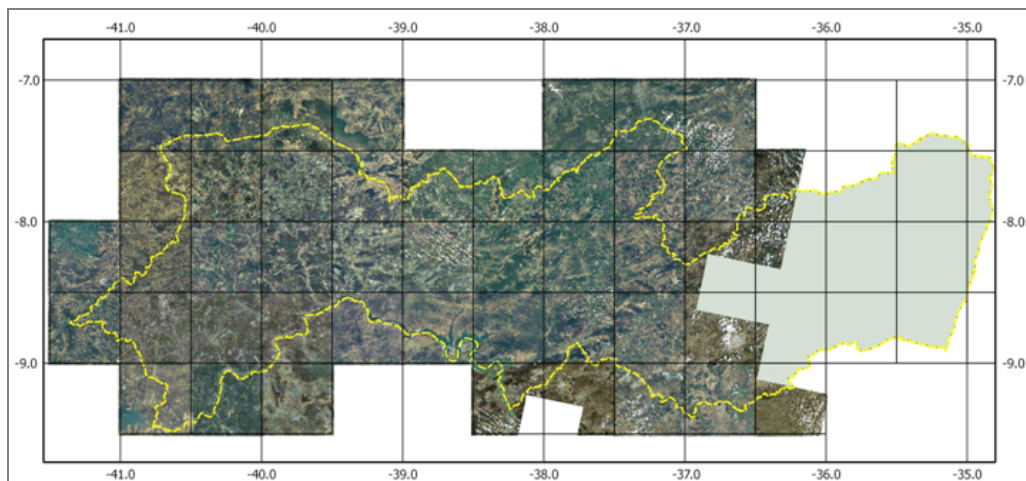
elaborada nesta escala para servir de referência cartográfica às ações de planejamento, monitoramento e gestão territorial e de atualização das informações dos recursos naturais do país;

Figura 19 - Base Cartográfica Contínua na Escala de 1:250.000



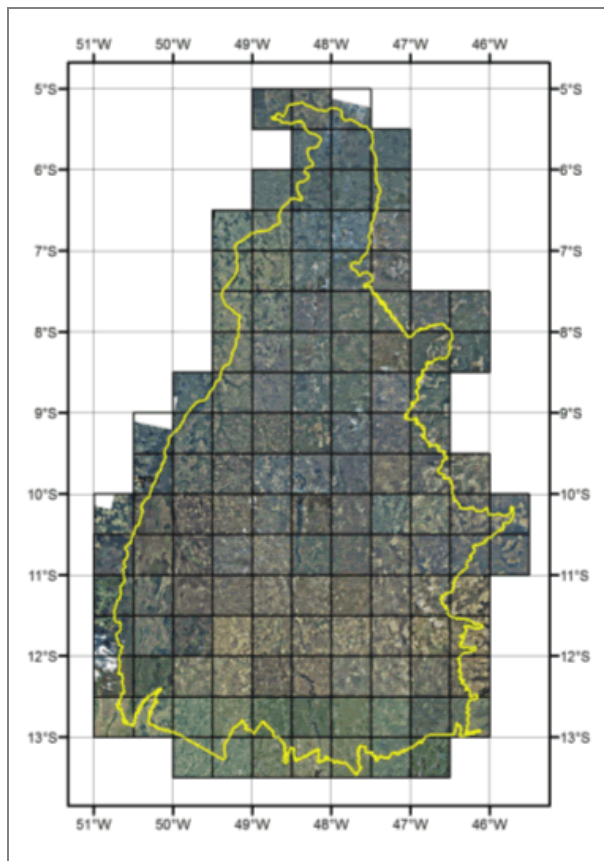
b) Divulgação da Base Cartográfica Contínua do Estado de Pernambuco (figura 20) na escala de 1:100.000, correspondendo ao total, tanto de cenas ortorretificadas (46 unidades) como dos mosaicos, o que representa 75% do território deste estado;

Figura 20 - Mosaico de Imagens Disponibilizado do Estado de Pernambuco



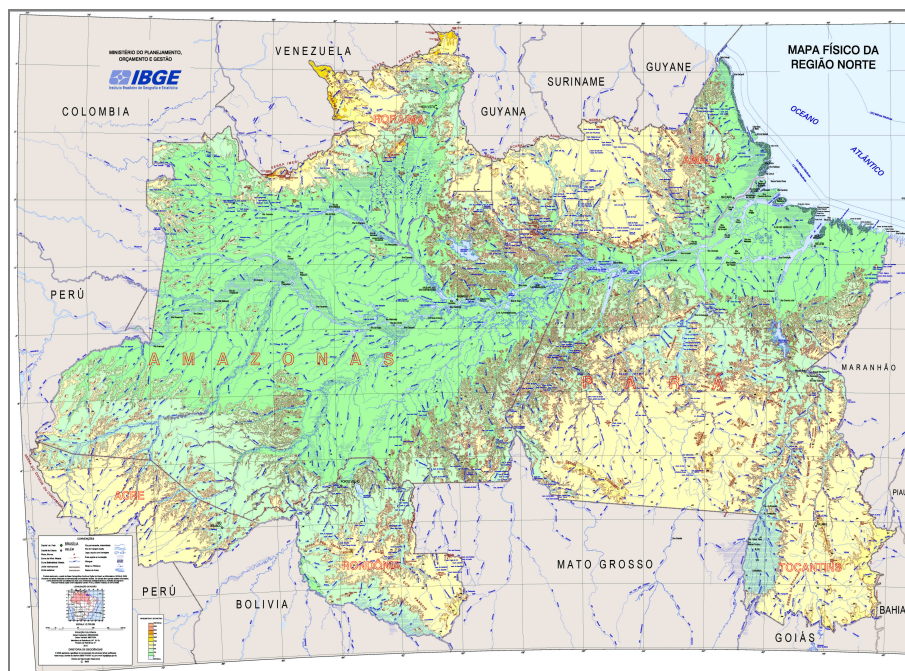
c) Disponibilização da Base Cartográfica Contínua do estado de Tocantins (figura 21) na escala de 1:100.000, correspondendo a totalidade das cenas ortorretificadas (152 unidades) e dos mosaicos (que representa o total do território deste Estado);

Figura 21 - Mosaico de Imagens Disponibilizado do Estado de Tocantins



d) Disponibilização de cinco novos mapas físicos da Série Regional: Centro-Oeste, Norte (figura 22), Nordeste, Sul e Sudeste, que abordam dados referentes ao relevo destes estados, completando o conjunto de mapas físicos de todas as regiões do país;

Figura 22 - Mapa Físico da Região Norte



e) Disponibilização e impressão do Mapa Político na escala de 1:5.000.000 (figura 23) que é a representação cartográfica de todo o território brasileiro com as suas principais localidades, seus pontos extremos, os limites estaduais e internacionais, sistema viário e ferroviário, feições hidrográficas e principais obras e edificações. Busca-se é ressaltar alguns dos principais aspectos físicos do país, com ênfase na divisão político-administrativa, que representam a república federativa brasileira.

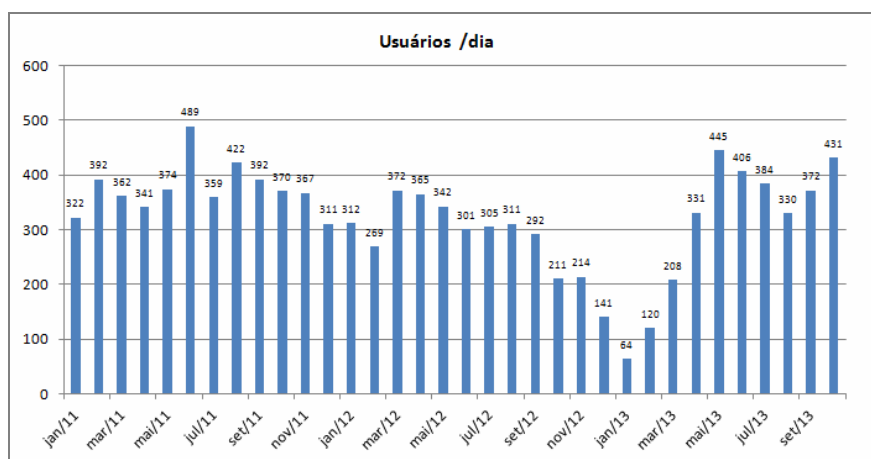
Figura 23 - Mapa Político na Escala de 1:5.000.000



Cabe ressaltar que estão acessíveis os metadados referentes a todos os produtos disponibilizados e divulgados.

No âmbito do Sistema Geodésico Brasileiro, caber citar a ampliação do serviço gratuito de posicionamento em tempo real RBMC-IP de 27 para 60 estações. Esse serviço transmite correção dos dados GNSS e permite a determinação de coordenadas mais precisas. A média de acesso diário é de 300 usuários, como demonstra o gráfico 1.

Gráfico 1 - Média de Acesso Diário por Mês ao Serviço RBMC-IP



Os dados deste serviço também são utilizados pelo Programa de Estudo e Monitoramento Brasileiro do Clima Espacial - EMBRACE do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE para a geração de modelos de ionosfera a cada 10 minutos e divulgação na internet (<http://www2.inpe.br/climaespacial/>).

Em relação à Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS - RBMC, que concluiu o ano de 2013 com 109 estações instaladas, das quais 99 encontram-se em operação, destacam-se as seguintes atividades:

- a) Aquisição de quatro novos receptores GNSS que se encontram instalados nas estações da RBMC: Tefé (AM), Observatório Nacional (RJ), Rio de Janeiro (RJ) e Florianópolis (SC);
- b) Instalação de 18 novas estações da RBMC nas seguintes cidades: Tefé (AM), Laranjal do Jari (AP), Bacabal (MA), Correntes e Floriano (PI), Sobral (CE), Pau dos Ferros (RN), Afogados da Ingazeira (PE), João Pessoa (PB), Aracajú (SE), Ilhéus (BA), Goiânia (GO), Dourados (MS), Cascavel (PR), São José dos Campos (SP), Araquari e Florianópolis (SC), Alegrete e Pelotas (RS). Dentre estas, encontram-se em operação e incluídas na rede SIRGAS *Continuously Operating Network* - SIRGAS-CON⁸: as cidades de Aracajú, João Pessoa, Dourados, Cascavel, Alegrete, Goiânia, Ilhéus;
- c) Inspeção e manutenção em 42 estações da RBMC Jataí (GO); Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Irecê, Teixeira de Freitas, Vitória da Conquista e Salvador/Capitania dos Portos (BA); Petrolina (PE); Cananéia, São Paulo e Ubatuba (SP); Gurupi e Palmas (TO); Imperatriz, São Luis e Balsas (MA); Marabá e Itaituba (PA); Santana e Macapá (AP); Santa Maria (SC); Porto Alegre e Santa Maria (RS); Campos dos Goytacazes (RJ); Vitória (ES); Inconfidentes, Rio Paranaíba, Uberlândia, Varginha (MG); Mossoró e Natal (RN); Campina Grande (PB); Teresina e São Raimundo Nonato (PI); Crato, Euzébio e Fortaleza (CE), Boa Vista (RR); e São Gabriel da Cachoeira e Manaus (AM), Rio Branco (AC), Campo Grande (MS);
- d) Recebimento de novos receptores GNSS em 12 estações RBMC, tendo sido em sua maioria cedidos pelo Projeto Sistema Integrado de Posicionamento para Estudos Geodinâmicos - SIPEG do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE: Observatório Nacional e Rio de Janeiro (RJ), Brasília (DF), Natal (RN), Rio Branco (AC), Manaus (AM), Porto Alegre e Santa Maria (RS), Palmas (TO), São Luiz (MA), Varginha e Uberlândia (MG);

⁸ Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas.

e) Conexão de 10 estações da RBMC a sensores meteorológicos cedidos pelo projeto SIPEG/INPE: Aracajú (SE), Arapiraca (AL), João Pessoa e Campina Grande (PB), Natal (RN), Recife (PE), Florianópolis (SC), Alegrete, Pelotas e Santa Maria (RS). Os dados coletados e disponibilizados pela RBMC em 2013 podem ser observados e comparados com os de 2012 no quadro 6:

Quadro 6 - Dados Coletados e Disponibilizados pela RBMC

	Estações em operação	Arquivos diários coletados	Arquivos disponibilizados na Internet
2012	86	23.765	22.774
2013	99	33.524	32.370

f) Homologação e integração ao Sistema Geodésico Brasileiro de 11 estações SAT de outras instituições, além de 27 estações SAT determinadas de levantamentos do IBGE, totalizando 38 novas estações SAT, que se encontram disponíveis, gratuitamente, no Banco de Dados Geodésicos;

g) Atualização do serviço IBGE-PPP⁹ por meio de uma nova versão de *software* e órbitas advindos da cooperação entre o Brasil e Canadá. Em 2013, este serviço teve uma média diária de 280 usuários e apresentou as seguintes melhorias: processamento GNSS (desde que os dados fornecidos pelo usuário sejam GNSS) 36 horas após o término do rastreamento e em pontos observados no território nacional; processamento GPS a partir de 2h30min após o término do rastreamento e em pontos observados no território nacional; aplicação da correção dos erros dos relógios dos satélites a cada 30 segundos; correção dos efeitos da troposfera através da função de mapeamento GMF (*Global Mapping Function*); cálculo da temperatura e pressão baseado no modelo empírico GPT (*Global Pressure and Temperature*); e saída PDF com gráficos da precisão e convergência das coordenadas;

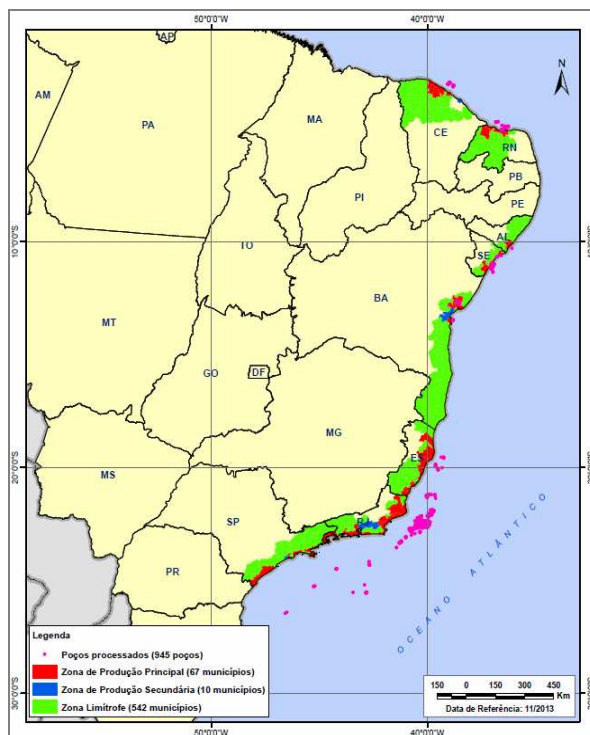
h) Divulgação na internet da nova versão do documento Orientações para instalação de Estações de Monitoramento Contínuo GNSS compatíveis com a RBMC; e

i) Realização do *workshop* de usuários e parceiros da RBMC no evento MundoGEO., com transmissão online via *webinar*.

Em cumprimento à Lei n.º 7.525, de 22 de julho de 1986 - Art. 9º - e ao Decreto n.º 93189, de 29 de agosto de 1986 – Art. 7º, o IBGE possui a atribuição legal de determinar os municípios confrontantes a poços de petróleo e gás natural em produção na plataforma continental. Neste âmbito, em 2013, foram realizados 18 atendimentos à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, sendo processados um total de 945 poços em produção, resultando em 67 municípios beneficiários na zona de produção principal, 10 municípios beneficiários na zona de produção secundária e 542 municípios beneficiários na zona limítrofe, como mostra a figura 24. Também foram realizados 10 atendimentos à Prefeituras Municipais, Governos Estaduais, Ministério Público, Supremo Tribunal Federal, Petrobras, Diretoria de Serviço Geográfico do Exército - DSG, entre outros, e cinco atendimentos à Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei nº12.527).

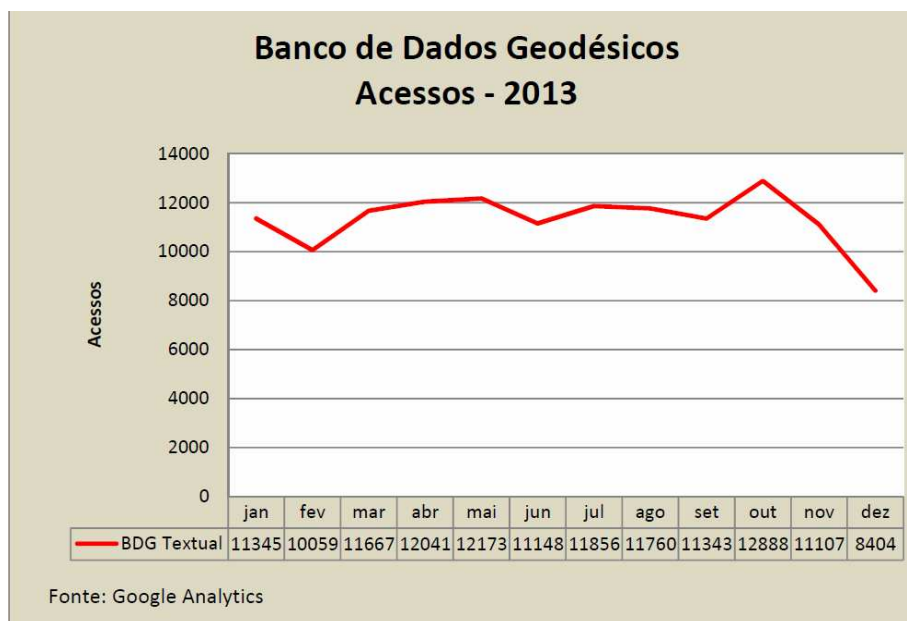
⁹ O IBGE-PPP (Posicionamento por Ponto Preciso ou Posicionamento Absoluto Preciso) é um serviço on-line para o pós-processamento de dados GPS (Global Positioning System). Ele permite aos usuários de GPS, obterem coordenadas de boa precisão no Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS2000) e no International Terrestrial Reference Frame (ITRF).

Figura 24 - Cartograma do Relatório da ANP



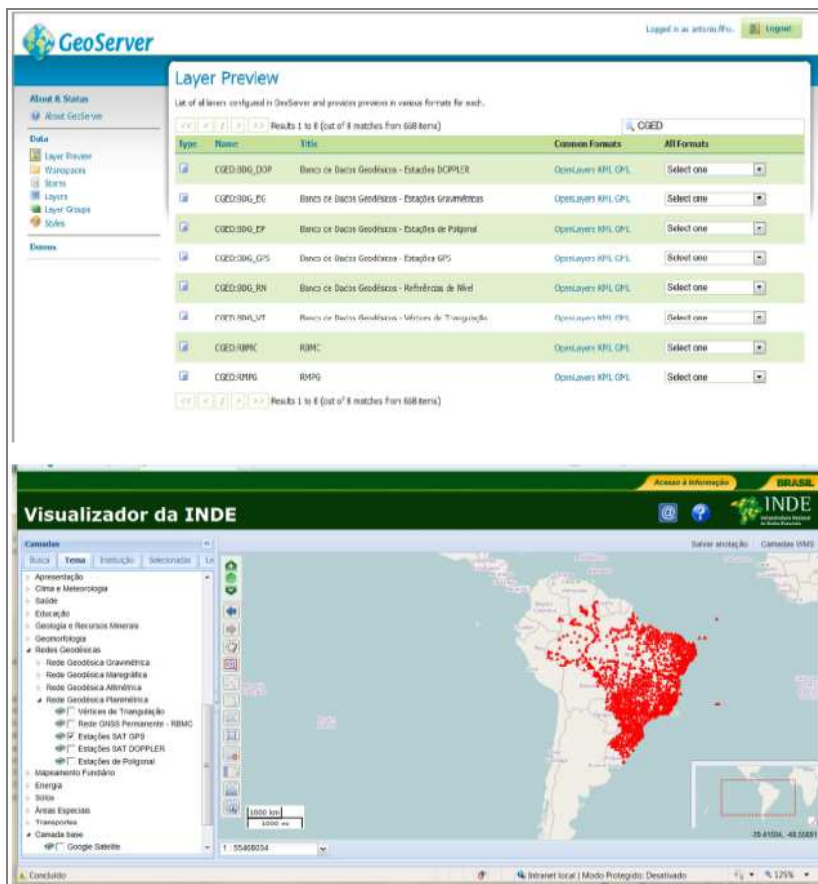
Foram incluídas no Banco de Dados Geodésicos - BDG, no primeiro semestre, 1.055 estações geodésicas, sendo 561 referências de nível, 478 estações gravimétricas e 16 estações SAT. No mesmo período, foram atualizadas as informações de 1.870 estações geodésicas. No segundo semestre, foram incluídas 1016 estações geodésicas, sendo 981 estações gravimétricas e 35 estações SAT. O acesso de usuários ao BDG em 2013 está representado no gráfico 2:

Gráfico 2 - Número de Acessos ao Banco de Dados Geodésicos - BDG



Destaca-se, ainda, a publicação na INDE (figura 25), para consulta e *download* em diversos formatos, dados e informações constantes no BDG, bem como o desenvolvimento e disponibilização para teste de uma versão do Sistema de Apoio da Rede Maregráfica Permanente para a Geodésia - RMPG–MAREGRAF, cujo objetivo é automatizar o processamento dos dados digitais e a geração de relatórios com o intuito de descentralizar as atividades com as unidades regionais do IBGE.

Figura 25 - Camadas Disponíveis no GeoServer e Página Relativa às Informações Geodésicas no Visualizador da INDE (VINDE)



Ainda com relação à RMPG, foi divulgado o Relatório de Monitoramento da Variação do Nível Médio do Mar nas Estações da Rede Maregráfica Permanente para Geodésia - RMPG - 2001-2012. O relatório apresenta os equipamentos utilizados nas estações da RMPG e faz uma discussão detalhada dos procedimentos de controle e tratamento dos dados. Não houve mudança nos referenciais verticais brasileiros (estações de Imbituba, SC, e Santana, AP – marcos de altitude zero do Brasil), mas o relatório aponta para a futura divulgação dos resultados finais do reprocessamento de todas as informações maregráficas e geodésicas coletadas nas estações da RMPG. Como responsável pelos marcos de altitude, o IBGE iniciou há 12 anos a implantação da Rede Maregráfica Permanente para Geodésia, com o objetivo de fazer a correlação entre os dados de nível do mar e as altitudes terrestres. Além dos equipamentos maregráficos instalados nas cinco estações da RMPG (Santana, Amapá; Fortaleza, Ceará; Salvador, Bahia; Macaé, Rio de Janeiro; e Imbituba, Santa Catarina), o IBGE vem instalando receptores de sinais de satélites GPS para monitorar os possíveis movimentos da crosta terrestre nas imediações dos marégrafos e efetuar as devidas correções nos dados. As informações produzidas pelas estações da RMPG são úteis para diversas aplicações, tais como redução de sondagens para conservação e ampliação da capacidade de

portos e vias navegáveis, implantação de infraestrutura (portos, rodovias, redes de água e esgoto) em regiões litorâneas e estudo de possíveis medidas de adaptação e mitigação dos impactos da elevação global do nível do mar.

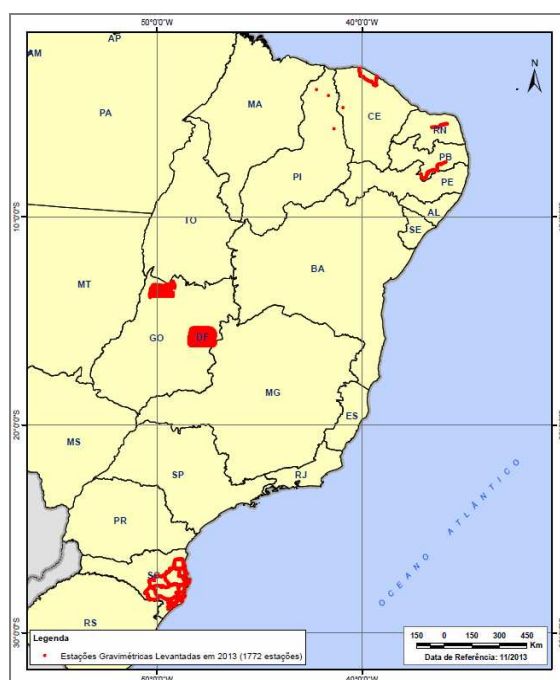
Quanto às atividades relativas à Rede Altimétrica de Alta Precisão - RAAP do Sistema Geodésico Brasileiro - SGB, além das 561 novas referências de nível disponibilizadas no BDG, foram implantadas e medidas cerca de 130 novas referências de nível nas regiões Norte e Nordeste, que fornecem informações oficiais e altamente precisas de altitude, fundamentais para subsidiar grandes obras de engenharia de infraestrutura que dependem da correta e precisa caracterização do fluxo de água em canais, reservatórios, bem como para estudos geofísicos.

Destaque, também, para o Planejamento do Projeto Amapá, que está previsto para ser executado nos exercícios de 2014 e 2015, com a implantação de aproximadamente 800 novas estações geodésicas no Estado proporcionando uma futura conexão internacional entre os sistemas geodésicos do Brasil e da Guiana Francesa.

Encontra-se em fase de finalização o Plano Geodésico Brasileiro – PGB 2013- 2016, que compatibiliza os trabalhos de Geodésia no IBGE com o Planejamento Estratégico do IBGE. Além disso, o plano definirá linhas de ação para médio e longo prazos que serão adotadas pelo IBGE, gestor do Sistema Geodésico Brasileiro - SGB na área de Geodésia no País.

Por fim, nas atividades relativas à gravimetria e determinação do geóide, merecem destaque: a) a medição de estações gravimétricas de referência (básicas) nos estados de Ceará, Piauí e Goiás; b) medições gravimétricas sobre linhas de nivelamento nos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Santa Catarina e Distrito Federal; c) a densificação gravimétrica em grades 1'x1' em Goiás e Distrito Federal; d) disponibilização no BDG de 1.223 novas estações gravimétricas, de um total de 1.772 estações levantadas, com as 549 restantes em fase de crítica e análise dos dados; e) desenvolvimento de pesquisas para utilização de redes neurais no cálculo de modelos geoidais; e f) realização de campanhas de calibração de gravímetros em conjunto com a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - EPUSP, além de treinamentos em gravímetros absolutos com esta instituição.

Figura 26 - Distribuição das Estações Gravimétricas Medidas em 2013.



Em 2013, a Ação contou com dotação orçamentária no valor de R\$5.395.400,00, sendo R\$4.292.517,00 na fonte 0100 (recursos do tesouro) e R\$1.102.883,00 na fonte 0281(recursos de convênio). Contudo, o orçamento previsto de convênio não se concretizou em função da necessidade de ajustes no instrumento por parte da procuradoria do governo do Amapá, tendo sido liquidados R\$3.059.258,22 o que significa 71,27% dos recursos autorizados no exercício na fonte 0100. Por outro lado, encontra-se inscrito em restos a pagar não processados o valor de R\$405.085,21, o que totaliza a execução da Ação em R\$3.464.343,43, ou seja, 80,71% do orçamento.

O quadro 7 mostra as despesas de maior expressividade financeira, bem como a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação no IBGE.

Quadro 7 - Principais Despesas da Ação 20U8 – LOA2013

Despesa	Valor Liquidado	%	% Acumulado
Diárias no país	1.355.229,83	44,30	44,30
Estagiários	532.347,97	17,40	61,70
Passagens para o país	252.840,53	8,26	69,97
Combustíveis e lubrificantes automotivos	208.470,00	6,81	76,78
Outras despesas	710.369,89	23,22	100,00
Total	3.059.258,22	100,00	

Fonte: SAG, fev/2014

Os gastos como diárias e passagens, combustíveis e lubrificantes se justificam pela necessidade de deslocamento dos técnicos da Instituição para realizar as atividades, em campo, de manutenção e implantação das estações geodésicas, levantamento de dados geoespaciais para a elaboração das Bases Cartográficas, bem como do levantamento de informações territoriais relativas a recursos naturais e meio ambiente, cobrindo amplas e diversas áreas do país. Além dos gastos com as atividades de campo, destaca-se também esses gastos com o objetivo de participar de eventos (exposições, congressos, conferências, seminários, workshops), reuniões técnicas (nas Unidades Estaduais e em instituições públicas) e treinamentos.

Já os gastos com estagiários de ensino superior e ensino médio no IBGE, estes vêm sendo realizados em convênio com o Centro de Integração Empresa Escola - CIEE, com base na nova Portaria nº 07, de 30 de outubro de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, instrumento que regulamenta a realização de estágios nos Órgãos da Administração Pública Federal. Os estagiários apresentam formação específica para atuação nos projetos desenvolvidos na Ação, ou seja: engenharia cartográfica, geografia, análise de sistema e informática.

2.2.3.1.3 Ação Censos Demográfico e Agropecuário - Código: 20U7

Quadro 8 – Identificação da Ação 20U7

Identificação da Ação						
Tipo		Atividade				
Descrição		Fornecimento de informações demográficas, sociais e econômicas com vistas ao conhecimento da realidade do País, por meio do levantamento de características estruturais relativas ao total da população, unidades domiciliares e estabelecimentos agropecuários do país, na maior desagregação geográfica possível, usando conceitos, definições e classificações de aceitação internacional, de modo a subsidiar o estabelecimento de políticas públicas e fundamentar ações de planejamento públicas e privadas.				
Iniciativa		0290 - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania.				
Objetivo		0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.				
Unidade Responsável		Coordenação Operacional dos Censos - COC				
Unidade Orçamentária		Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601				
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
27.500.000,00	23.600.000,00	6.254.804,30	4.730.268,15	4.730.268,15	0,00	1.524.536,15
Execução Física						
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Censo divulgado	Unidade	6	2	2		
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

A Ação compreende três planos orçamentários desenvolvidos - Contagem da População 2015, Censo Agropecuário 2015 e o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos – CNEFE. Sua evolução ocorreu dentro do previsto para o exercício, no que diz respeito às etapas de planejamento, desenvolvimento e implantação de projetos, reuniões com usuários, capacitação, etc.

Especificamente para a Contagem da População 2015, definiu-se: a metodologia da coleta, o conteúdo e o desenho final do questionário da pesquisa. Nos meses novembro e dezembro de 2013, foi realizado no município de Teresópolis no Rio de Janeiro, o primeiro teste-piloto do questionário e avaliação de equipamentos para uso na coleta.

Com vistas à Contagem e ao Censo Agropecuário, foi desenvolvido o Projeto de Treinamento para as atividades de atualização da Base Territorial e realizada a primeira parte da cadeia de treinamento que abrangeu os técnicos das vinte e sete Supervisões Estaduais de Base Territorial e Cadastro de Endereços.

Quanto ao Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE, foram executadas atualizações de logradouros nos setores urbanos e rurais da amostra da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios - PNAD (Contínua e Anual), e da Pesquisa Nacional de Saúde - PNS.

Finalizando a divulgação de resultados do Censo Demográfico 2010, o IBGE colocou à disposição da sociedade brasileira, em 2013, três publicações e vários estudos temáticos, com informações fundamentais para o planejamento de políticas públicas e para o acompanhamento das ações governamentais, especialmente no plano local, como, por exemplo, a publicação que compilou dados sobre as características dos domicílios e das pessoas residentes nos Aglomerados Subnormais (favelas e assemelhados), comparando-os com os dados das áreas de ocupação regular.

Adicionalmente às publicações de resultados, foram também divulgados outros produtos como o Atlas do Censo Demográfico 2010 e a Malha das Áreas de Ponderação: municípios acima de 190 mil habitantes.

Ainda em decorrência do Censo 2010, quando o Brasil teve ampla exposição internacional pelo fato de ter sido o primeiro país de grande porte a realizar um recenseamento populacional totalmente informatizado, o IBGE passou a ser referência para outros países na organização de seus recenseamentos. Tal fato gerou várias demandas para cooperação técnica e empréstimo de equipamentos de coleta eletrônica de dados. Em 2013 foram atendidos, através de cooperação técnica, demandas de Angola, Senegal, Haiti, Moçambique, Cabo Verde e Etiópia.

Quanto às metas físicas, cabe esclarecer que, nos exercícios anteriores, cada censo correspondia a um projeto com uma ação específica, tendo como produto “censo realizado e/ou divulgado” e como unidade de medida “percentual de execução física”. A definição dessa unidade de medida considerava o período, em torno de quatro a cinco anos, entre planejamento, divulgação e conclusão da operação censitária. Face a nova metodologia da programação orçamentária (criação de Planos Orçamentários – PO), os censos passaram a compor uma única ação de atividade contínua. Durante a implantação dessa metodologia, em relação à meta física, houve engano na especificação da unidade de medida da ação, merecendo esclarecer que o quantitativo previsto de “6” foi entendido como realização de “6%” da execução física programada para o exercício e não a quantidade de seis censos divulgados no ano. Então, a interpretação correta acerca do resultado alcançado pela Ação em 2013 é a de que a mesma realizou atividades que estavam previstas para o exercício nos dois censos.

Apesar dos avanços obtidos, dois fatos contribuíram de forma relevante para a limitação das atividades referente a essa Ação no ano de 2013. O primeiro corresponde ao limite orçamentário que a Ação sofreu em decorrência da publicação da portaria MP 268, em 30 de julho de 2013. O segundo corresponde aos atrasos em processos administrativos decorrentes de problemas operacionais. Um diz respeito ao Processo Seletivo Simplificado para contratação do pessoal temporário que atuaria nas atividades de campo da Base Territorial, cujas etapas (definições internas, autorização ministerial, contratação de empresa especializada, execução do processo de recrutamento e seleção) se estenderam ao longo de todo o ano e impediram que as contratações ocorressem dentro do exercício, adiando, assim, o início das atividades de campo. Outro processo corresponde ao da contratação de serviços de padronização e codificação do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos que passou por vários ajustes para atender a recomendações e questionamentos da Procuradoria Federal ficando sem conclusão no exercício, assim como processo de aquisição de licenças de *softwares* de geoprocessamento, também não concluídos a tempo de serem empenhados.

Em 2013, a Ação contou com dotação orçamentária no valor de R\$23.600.000,00 todos na fonte 0100 (Recursos do Tesouro). Foram liquidados R\$4.730.268,15 o que significa 20,04% dos recursos autorizados no exercício. Por outro lado, encontra-se inscrito em restos a pagar não processados o valor de R\$1.524.536,15 o que totaliza a execução da Ação em R\$6.254.804,30 e eleva o percentual ao patamar de 26,50%.

As despesas de maior vulto financeiro estão relacionadas no quadro 9, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 9 - Principais Despesas da Ação 20U8 – LOA2013

Despesa	Valor Liquidado	%	% Acumulado
Locação de <i>Softwares</i>	2.366.269,02	50,02	50,02
Equipamentos de Processamento de Dados	1.357.950,00	28,71	78,73
Outras despesas	1.006.049,13	21,27	100,00
	4.730.268,15	100,00	

Fonte: SAG, fev/2014

Os principais gastos nessa Ação correspondem à tecnologia, tais como "locação de *softwares*" e "equipamentos de processamento de dados". Estes gastos decorrem das atividades de planejamento das ações, preparação de bases de dados e desenvolvimento de aplicativos que darão suporte ao processo de coleta de dados.

2.2.3.1.4 Ação Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas- Código: 2230

Quadro 10 – Identificação da Ação 2230

Identificação da Ação						
Tipo		Atividade				
Descrição		Planejamento, coordenação e execução das atividades de disseminação, divulgação e comercialização das informações produzidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, bem como a produção das publicações impressas e eletrônicas, utilizadas na disseminação e na realização do trabalho de coleta das informações; assim como a manutenção do Portal do IBGE na Internet e o Sistema de Informações Geográfica do Brasil – SIG Brasil.				
Iniciativa		0290 - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania.				
Objetivo		0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.				
Unidade Responsável		Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI				
Unidade Orçamentária		Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601				
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.832.281,00	4.832.281,00	3.884.359,48	3.066.705,79	3.066.705,79	0,00	817.653,69
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Usuário atendido		Unidade		30.000.378	32.463.346	35.522.094
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
941.244,96	471.956,94	60.950,15	Usuário atendido	unidade	27.532.729	

No âmbito da disseminação de informações estatísticas e geocientíficas e do atendimento aos seus usuários, o IBGE atua em nível nacional, em todas as capitais dos Estados brasileiros, permitindo acesso aos dados que refletem a realidade do País em seus múltiplos aspectos. A obtenção dessas informações pode ser feita por meio das livrarias e bibliotecas da Instituição, por telefone, incluindo chamada gratuita de qualquer localidade do país (0800), correspondência, *e-mail* e serviço *on-line* no portal do IBGE através da internet. Cabe citar, também, o atendimento prestado na loja virtual da internet, facilitando ao usuário a aquisição dos produtos do IBGE, disponíveis em meio impresso e digital.

No ano de 2013, foram atendidos 35.522.094 de usuários. A partir da previsão atual, reprogramada, esperava-se atender 32.463.346 de usuários. O resultado mostra um aumento real de usuários atendidos de 9,4% em relação à meta física prevista reprogramada para o período, explicado pelo bem-sucedido trabalho do IBGE na reformulação e atualização do Portal do Instituto. É preciso mencionar que o acompanhamento mensal da execução física foi realizado a partir do cálculo corrigido da previsão de atendimentos em 2013 – baseado exclusivamente em estimativas estatísticas produzidas com o aplicativo X12 Arima U.S.

Census Bureau, em que foram expurgados (a partir de 2008, da série histórica de usuários atendidos através do Portal do IBGE na Internet) os valores de CIDADES@, de PAISES@, e de ESTADOS@ em função da nova metodologia adotada pelo IBGE para a publicação dos atendimentos do Portal.

Em 2013, a Ação contou com dotação orçamentária no valor de R\$4.832.281,00, todos na fonte 0100 (Recursos do Tesouro). Foram liquidados R\$3.066.705,79, o que significa 63,46% dos recursos autorizados no exercício. Por outro lado, encontra-se inscrito em restos a pagar não processados o valor de R\$817.653,69, o que totaliza a execução da Ação em R\$3.884.359,48 e eleva o percentual ao patamar de 80,38 %.

No que diz respeito a restos a pagar não processados de exercícios anteriores, tais despesas referem-se a pagamentos de diversos serviços continuados relacionados à disponibilização de produtos e serviços gerados pelo IBGE em mídia eletrônica e impressa, sem que houvesse descontinuidade no atendimento.

As despesas de maior vulto financeiro estão relacionadas no quadro 11, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao executado na Ação.

Quadro 11 - Principais Despesas da Ação 2230 - LOA2013

Despesa	Valor Liquidado	%	% Acumulado
Locação de equipamentos de proc. de dados.	660.342,80	21,53	21,53
Apoio administrativo, técnico e operacional	539.438,68	17,59	39,12
Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	368.860,00	12,03	51,15
Exposições, congressos e conferencias	332.813,38	10,85	62,00
Manutenção de <i>software</i>	251.884,80	8,21	70,22
Material para manutenção de bens móveis	195.757,44	6,38	76,60
Outras despesas	717.608,69	23,40	100,00
Total	3.066.705,79	100,00	

Fonte: SAG, fev/2014

A execução dos recursos se referem às despesas necessárias e essenciais ao desenvolvimento das atividades específicas da área de atuação da Unidade, tendo sido aplicados recursos na aquisição de materiais, locação de equipamentos de processamento de dados, exposições, congressos e conferências, bem como nos serviços de apoio administrativo técnico e operacional na disseminação de informações do IBGE.

2.2.3.1.5 Ação Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências – Código: 20U5

Quadro 12 – Identificação da Ação 20U5

Identificação da Ação						
Tipo		Atividade				
Descrição		Realização de curso de Graduação em Estatística e Geociências, e de pós-graduação em Estudos Populacionais, para formar, aperfeiçoar e especializar profissionais das áreas de Estatística, Pesquisas Sociais e de Geociências. Realizar estudos, pesquisas e desenvolver tecnologias com vistas a contribuir com o enfrentamento dos problemas brasileiros, e o aperfeiçoamento técnico-científico e cultural do país.				
Iniciativa		0391– Fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, com apoio à pesquisa, à inovação, à manutenção e promoção de mecanismos de cooperação internacional, à ampliação de programas de acesso a acervos digitais e a bases de dados				
Objetivo		0803 – Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.				
Unidade Responsável		Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE				
Unidade Orçamentária		Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601				
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.038.034,00	1.038.034,00	845.515,10	796.836,67	796.836,67	0,00	48.678,43
Execução Física						
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Aluno matriculado	Unidade	420	-	345		
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Em virtude de ingressos e desligamentos de alunos, o número de discentes regularmente matriculados sofre alterações ao longo do ano, fato que é considerado normal. Assim, o número de 345 alunos inscritos em 2013 nos cursos de graduação, especialização e mestrado da ENCE ficou abaixo do previsto.

No que diz respeito à **Graduação**, o curso da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE contou, em 2013, com 20 professores em seu quadro permanente e 18 professores colaboradores. No conjunto, foram oferecidas dez turmas com 46 disciplinas em cada semestre com 244 alunos no primeiro semestre e 270 alunos no segundo, totalizando 6.228 horas-aula nos dois semestres, em dois turnos, manhã e noite.

Foram oferecidos 120 vagas no ano letivo, cuja graduação contou com 17 alunos no primeiro semestre e 15 no segundo.

Como incentivo ao desenvolvimento acadêmico e profissional dos alunos de graduação, a ENCE ofereceu bolsas de monitoria, garantindo, assim, a participação dos discentes em atividades de apoio didático e iniciação científica e bolsas do Projeto Ação Afirmativa –

Inclusão Social, cujo objetivo é propiciar condições de permanência do aluno carente e, conseqüentemente, maior dedicação e aumento no rendimento escolar.

O projeto contou com 14 bolsas-auxílio no primeiro semestre e 11 no segundo, mantidas pelo IBGE. Foram realizados dois processos seletivos durante este ano. Até dezembro o projeto beneficiou 103 alunos, dos quais 25 já estão formados, 39 estão em curso e 39 são considerados evadidos por transferência, matrícula trancada ou desligamento.

No intuito de estimular o desenvolvimento do pensamento científico e facilitar a iniciação nas atividades de pesquisa dos estudantes, a ENCE mantém, além do projeto Ação Afirmativa – Inclusão social, o projeto de Iniciação Científica.

Importante se faz mencionar que 56 alunos de graduação realizaram estágio supervisionado durante o ano de 2013, cuja remuneração média, observada para estágios de 6h/dia, foi de R\$985,37, além dos benefícios.

Ao longo de 2013, foi centrado esforço na divulgação da carreira de Estatística e da ENCE, além de ter participado de feiras de profissões e proferido palestras em cursos preparatórios em diversas instituições de ensino. Adicionalmente, como estratégias de divulgação, foram enviados fôlderes sobre o curso de graduação para todas as escolas de ensino médio no Rio de Janeiro.

Outra estratégia de divulgação foi a realização das atividades ligadas ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC. A ENCE sediou a VI Jornada de Iniciação Científica. O evento contou com conferência de abertura e apresentação de trabalhos desenvolvidos.

Em 2013, como parte das atividades extracurriculares realizadas ou apoiadas, no âmbito da graduação, destacaram-se:

- ✓ **Cursos de Verão oferecidos em 2013** – Gestão de Riscos, Estratégia Empresarial, empreendedorismo e criação de modelo de negócios, Excel Avançado e Apresentações Eficazes;
- ✓ **Comemoração do Dia do Estatístico** – Organizado pela ENCE, o evento aconteceu nas instalações da ENCE, com as seguintes palestras: Uma Visão da Estatística, IBOPEstatística = Pesquisa + *Big Data* e Uso da Estatística em uma Agência Municipal de Informação;
- ✓ **II Prêmio Graduação ENCE** - Durante o primeiro semestre de 2013, a Coordenação de Graduação promoveu um concurso interno, que visou a incentivar o estudo entre os alunos regularmente matriculados, por meio de uma prova de Estatística. Foram homenageados e premiados os três alunos com melhor desempenho.

Durante o ano de 2013, a ENCE proporcionou, ainda, a participação de docentes e alunos em congressos/simpósios e eventos da área da Estatística, por exemplo: Escola de Amostragem, Metodologia e Pesquisa - ESAMP e Sociedade Brasileira de Pesquisa Operacional - SOBRAPO.

Além das atividades de docência em sala de aula, os professores da ENCE participaram de comitês, comissões, produções bibliográficas, na orientação de monografias/dissertações e na organização de eventos pertinentes à Estatística e ao IBGE.

Ainda no que tange à graduação, cabe mencionar, que houve um aumento no número de bolsas ofertadas; ampliação da divulgação do curso, elevando sua procura (vestibular); reforço no atendimento extraclasse. Conseqüentemente, o curso de Bacharelado em Estatística foi contemplado com mais uma estrela na classificação do Guia do Estudante

2013, publicação anual da Editora Abril, que visa a classificar as instituições de ensino e seus cursos.

Ressalta-se que no segundo semestre de 2013, a Escola foi credenciada para participar do Programa Ciência sem Fronteiras - MEC/MCTI. A participação da ENCE neste programa de intercâmbios facilita a iniciação dos alunos da Graduação nas atividades de pesquisa, além de alavancar a pesquisa científica produzida na escola por meio das futuras parcerias originadas pelo programa.

No Programa, o IBGE, por meio da ENCE, também executa ações relativas à realização de Programas de Pós-Graduação *Stricto e Lato Sensu*. A ENCE oferece desde 1998 um curso de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, nota quatro na CAPES na área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia, com mais de 276 dissertações defendidas; e desde 1997 oferece a Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território com mais de 151 monografias concluídas.

O curso de **Mestrado**, que exige período integral, tem como objetivo a formação de pessoal qualificado, para atividades de docência, pesquisa e de profissionais que possam desenvolver abordagens teóricas, métodos e práticas para a produção, análise, interpretação, preservação e disseminação de estatísticas e informações que ampliem o conhecimento da realidade demográfica, econômica, social, territorial e ambiental do País.

Em 2013 houve 22 alunos regularmente matriculados que ingressaram naquele ano, 15 alunos da turma de 2012 e 17 alunos da turma de 2011, totalizando 54 alunos regularmente matriculados no curso de mestrado.

O curso oferece bolsas de estudos a todos os alunos que estejam aptos a recebê-la. Em 2013 foram 13 bolsistas com Bolsa de Demanda Social oferecida pela CAPES e nove bolsistas com recursos do IBGE, além de alunos com afastamento remunerado de seus trabalhos. Cabe ressaltar que ter alunos em tempo integral é muito importante para um Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*, pois é um facilitador para que o aluno termine nos prazos recomendados pela CAPES. Neste sentido, a bolsa de estudo é fundamental para manter os alunos com dedicação em tempo integral.

Ressalta-se que ao todo ocorreram 16 defesas de dissertações dos alunos ingressados em 2011, com prazo médio de 28,0 meses, abaixo dos trinta meses sugeridos pela CAPES. Todos os alunos entregaram a versão final do documento que se encontra disponível na biblioteca da ENCE e no Portal da Instituição para leitura de texto completo.

Todo ano um edital é lançado para seleção de novos candidatos, oferecendo até trinta vagas. Em 2013 inscreveram-se sessenta candidatos no processo seletivo, sendo que nove foram de fora do Estado do Rio de Janeiro, e dez de fora do município do Rio de Janeiro. A nova turma iniciará o curso em março de 2014.

Com relação ao corpo docente do programa, em 2013 encerramos com um corpo docente permanente - CDP com catorze professores e três colaboradores e um professor encontrava-se afastado para outro órgão público; os professores estavam envolvidos em mais de 25 projetos de pesquisa; tiveram um número de orientações que variou de um a no máximo cinco alunos por professor; houve maior participação dos docentes ministrando aula na graduação; a maioria dos treze professores do CDP tiveram publicações em pelo menos um periódico classificado pelo *Qualis* da CAPES (conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação); oito professores participaram de 23 congressos e seminários, com pelo menos um trabalho apresentado em cada evento; até o final de 2013 foram atualizados os *CV lattes* dos professores com suas produções completas. Os professores participaram de atividades de caráter de inserção social, tais como: planejamento e organização do 60º Congresso Mundial

de Estatística - ISI 2015, organização do 1º Seminário de Metodologia do IBGE com o IASI; editoria da Revista Brasileira de Estatística - RBEs e comitê editorial da Revista Brasileira de Cartografia - RBC e da Revista da Associação Latino Americana de População - ALAP, participação em associações científicas (ALAP, ABEP, ISI, IASI, ABER, ASA, SBPC dentre outras¹⁰); participação no projeto Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE que tem por objetivo a disponibilização, o compartilhamento e o acesso a dados e informações geoespaciais.

Com relação a atividades e projetos futuros foi enviada à Comissão de Avaliação de Novos Cursos da CAPES uma proposta de Doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas, que foi discutida internamente desde 2012. Em 2013, ocorreram alguns avanços principalmente em questões administrativas como, por exemplo, a continuação da implementação de sistema acadêmico informatizado, revisão do Portal e publicação de novo portal, definição de modelo de dissertação para padronização de formato, e implementação de regulamento da pós-graduação para contemplar novos critérios da CAPES.

A outra atividade de ensino da Pós-Graduação é o curso de **Especialização**, que têm aulas na parte da manhã e alguns sábados. Este tem por objetivo contribuir para o aprimoramento da formação e da qualificação profissional daqueles que pretendem atuar ou que já atuam como planejadores, nas esferas pública e privada, formulando e implementando estratégias de apropriação e de uso dos recursos naturais orientadoras dos processos de gestão e organização do espaço territorial. O curso é desenvolvido enfatizando questões pertinentes à formação de gestores ambientais, que serão trabalhadas considerando uma clientela multidisciplinar.

Adicionalmente, cabe destacar que foi dada continuidade à implementação do planejamento estratégico do IBGE, onde o Programa de Pós-Graduação tem objetivos específicos e metas delineadas para implementação em 2013 e algumas para os anos seguintes. Em conjunto com a implementação do doutorado tem sido realizada uma revisão e ajuste do programa de mestrado em curso. Neste sentido, já em 2013 o programa de pós-graduação teve aprovação de mudança de nome, que passou a se chamar Pós-Graduação em População, Território e Estatísticas Públicas. Neste ano foi definido e publicado o edital de contratação de oito professores para compor o quadro de docentes da graduação e pós-graduação. No que se refere a processos administrativos, em 2013 se implementou o novo regulamento da Pós-Graduação, que já incorporará questões relativas ao curso de doutorado, assim como o credenciamento de professores permanentes, colaboradores e visitantes, seguindo as novas diretrizes da CAPES. Finalmente, relativo à administração e disponibilização de informações, se deu continuidade à informatização do Sistema Acadêmico de Atos Escolares para o mestrado onde se está incluindo no sistema as informações dos alunos desde o início do Programa, que aconteceu em 1998, gerando assim uma documentação sistematizada e informatizada importante sobre o histórico do Programa. Da mesma forma, foi realizada a reformulação, com a modernização, e atualização da página da Pós Graduação no Portal da ENCE.

Com relação ao curso de Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território, durante o ano de 2013 foram colocadas em prática as recomendações contidas no diagnóstico/avaliação inicial realizado no primeiro semestre de 2012. De fato, a maior meta durante o ano de 2013 foi promover uma avaliação aprofundada e revisão do curso de Especialização em conjunto com a Diretoria de Geociências -DGC.

¹⁰ ALAP - Associação Latino Americana de População; ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais; ISI – Instituto Internacional de Estatística; IASI - *Instituto Interamericano de Estadística*; ABER: Associação Brasileira de Estudos Regionais; ASA – American Sociological Association; SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

Em 2013, a Escola teve 16 alunos regularmente matriculados que ingressaram no ano de 2013 e 18 alunos matriculados da turma de 2012, totalizando 34 alunos regularmente matriculados no curso de Especialização.

No ano de 2013, foram apresentadas 16 monografias de alunos ingressados em 2011 e uma de ingressado em 2012. Espera-se que até o primeiro trimestre de 2014 os demais alunos concluam suas monografias.

Em 2013, a Ação contou com dotação orçamentária no valor de R\$1.038.034,00, todos na fonte 0100 (Recursos do Tesouro). Foram liquidados R\$796.837,00 o que significa 76,76% dos recursos autorizados no exercício. Por outro lado, encontra-se inscrito em restos a pagar não processados o valor de R\$48.678,43, o que totaliza a execução da Ação em R\$845.515,10, ou seja, 81,45% do orçamento.

As despesas de maior vulto financeiro encontram-se relacionadas no quadro 13, mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação.

Quadro 13 - Principais Despesas da Ação 20U5 em 2013

Despesa	Valor Liquidado	%	% Acumulado
Serviço de seleção e treinamento	353.866,66	44,41	44,41
Estagiários	275.227,35	34,54	78,95
Outras despesas	167.742,66	21,05	100,00
Total	796.836,67	100,00	

Fonte: SAG, fev/2014

A contratação de professores colaboradores para a graduação, especialização e mestrado foi essencial para a atualização e manutenção dos cursos de Bacharelado em Estatística, Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território e Mestrado em População, Território e Estatísticas Públicas da ENCE, o que demandou gastos com serviços de seleção e treinamento.

As despesas com estagiários são referentes à concessão de bolsas de estudo. O objetivo dessas bolsas é garantir a participação dos discentes da graduação e do mestrado da ENCE em atividades de apoio didático aos demais alunos e de iniciação científica.

Os gastos referentes a bolsas de estudo no país objetivaram propiciar condições de permanência de alunos carentes da graduação e, conseqüentemente, maior dedicação e aumento no rendimento escolar.

As demais despesas referem-se a gastos com apoio administrativo, técnico e operacional, indispensáveis para viabilizar o funcionamento das diversas atividades de manutenção da ENCE.

2.2.3.1.6 Ação Administração da Unidade – Código: 2000

Quadro 14 – Identificação da Ação 2000

Identificação da Ação						
Tipo		Atividade				
Descrição		Com a finalidade de constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas, a Ação compreende: serviços administrativos ou de apoio; manutenção e uso de frota veicular; manutenção e conservação de bens imóveis próprios da União, cedidos ou alugados; despesas com tecnologia de informação e comunicações, sob a ótica "meio", que incluem o desenvolvimento de sistemas de informações, aquisição de equipamentos e contratação de serviços técnicos e administrativos de apoio, desde que voltados à administração geral de cada Órgão; capacitação de servidores em temas e ferramentas de uso geral; despesas com viagens e locomoção, incluindo aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins; realização de estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas; demais atividades-meio necessárias à gestão e à administração da unidade.				
Unidade Responsável		Diretoria-Executiva - DE				
Unidade Orçamentária		Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601				
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
111.631.766,00	127.176.076,00	115.542.120,77	101.944.656,44	100.945.383,22	999.273,22	13.597.464,33
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
7.563.669,07	5.173.600,11	2.060.340,33	-	-	-	

A Ação compõe as atividades de apoio à gestão, que compreende a manutenção da infraestrutura e dos sistemas informatizados, a capacitação dos servidores e a coordenação dos sistemas nacionais de informações estatísticas e geocientíficas.

No campo da informática, para o desenvolvimento e suporte a projetos especiais para atendimento ao Sistema de Metadados, foi realizada a reformulação do sistema para sua adequação aos padrões internacionais, integração com os sistemas SIDRA e BME e incorporação de dados e metadados ao acervo institucional. Realizou-se também, a implementação de *web services* visando a disponibilização dos metadados para outros *sites* e sistemas institucionais.

No âmbito dos sistemas de Microdados merecem destaque:

a) O Gerador de Tabela SIDRA Multidimensional (Tabulador de agregados), onde foram realizadas manutenções e melhorias de interface do sistema. Através do tabulador, foram gerados arquivos agregados de grande parte dos temas do Censo Demográfico 2010. Estes arquivos serviram de base para o sistema SIDRA programar os planos tabulares dos seguintes temas: Aglomerados Subnormais da LIT (Universo), Resultados da Amostra por Área de Divulgação, Trabalho Infantil (Amostra) e Resultados da Amostra por Área de Ponderação.

b) O Editor e Analisador de Tabelas - EDATA, um sistema cujo objetivo principal é permitir ao usuário, de maneira simples e com alto apelo visual, criar e editar tabelas e planos tabulares, utilizando como base a pesquisa já modelada no BME. Foram realizadas melhorias que propiciaram uma melhor organização do desenvolvimento, eliminação de redundâncias desnecessárias e a implementação das funcionalidades que estão planejadas.

c) O Construtor de Metamodelos, que se encontra em fase de homologação. Trata-se de um módulo do sistema BME, cujo objetivo principal é automatizar as atividades do projeto de disseminação de pesquisas e permitirá maior facilidade na manutenção das estruturas de controle e das estruturas descritivas dos dados das pesquisas armazenados na base do BME.

Foi desenvolvida uma interface para consulta aos dados via dispositivos móveis, permitindo que programas rodando em dispositivos móveis consultem os dados do Banco de Dados SIDRA. Tal solução busca atender uma demanda cada vez mais presente na Instituição.

Dentro da área de operação encontra-se em fase de customização o novo sistema em plataforma *web* para apoio a Central de Atendimento. Esse novo sistema possibilitará um atendimento mais eficiente aos problemas e demandas operacionais.

Dentro da área de tecnologia foram realizados: A elaboração do Plano Diretor de Tecnologias de Informação e Comunicação - PDTI do IBGE para os anos de 2013 e 2014; a atualização da Intranet da Diretoria de Informática - DI, quanto à forma e disseminação de normas de utilização de recurso; implantação e disseminação do uso dos recursos de NAS e de Backup; a adequação e padronização das contas de usuário de todos os Complexos e Unidades Estaduais do IBGE; prospecção de novas tecnologias que atendam às demandas de TI do IBGE.

Deu-se andamento ao projeto de aquisição da tecnologia de coletores móveis de dados como instrumento de coleta nas pesquisas do IBGE com realização de licitação para fornecimento de equipamentos pelo mercado para que o IBGE possa definir as características do equipamento a ser licitado em 2014 para Censo Agropecuário e Contagem Populacional.

No âmbito do desenvolvimento de sistemas, foi desenvolvido o portal *web* SigaEconômicas, contendo relatórios de acompanhamento de coleta das pesquisas estruturais e conjunturais.

Foi realizada alteração no processo de geração dos arquivos de emissão das pesquisas Estruturais Anuais (PIA, PAC, PAS e PAIC), trazendo para plataforma baixa o último processo do Cadastro Central de Empresas do IBGE – CEMPRE, que ainda utilizava o *Mainframe*¹¹; e inclusão das informações de gênero e escolaridade recebidos da RAIS¹² na base do CEMPRE. A nova forma de apropriação de informações permitiu a obtenção de estatísticas mais detalhadas, como a desagregação do pessoal ocupado por gênero e escolaridade, de forma conjugada com informações obtidas nas pesquisas anuais realizadas pelo IBGE.

Para atendimento à área administrativa ocorreu a implantação do novo Sistema de Dados Administrativos - SDA módulo de Recursos Humanos. O módulo possibilita uma melhoria na visualização das informações dos funcionários com dados atualizados com maior periodicidade.

Destaca-se ainda a implantação do Sistema de Documentos Fiscais, onde todos os documentos fiscais, oriundos dos contratos celebrados pelo IBGE, são cadastrados previamente pelos responsáveis por esse sistema, na sua imediata recepção. Esse novo procedimento assegura que apenas os gestores de contrato previamente cadastrados poderão executar as respectivas autorizações de pagamento.

¹¹ Computador de grande porte

¹² RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

Foi também implantado o Sistema de Concurso Público e Processo Seletivo Simplificado - PSS que permite o controle das vagas e a contratação dos aprovados no concurso público do IBGE que se encontram em andamento.

Para o visualizador da Infraestrutura Nacional de Dados Estatísticos - INDE foi realizada a implantação de três nós proprietários no Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais - DBDG: nó Companhia de Pesquisa de Recursos Naturais - CPRM, nó Ministério dos Transportes - MT e nó da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Ocorreu a inserção de novos dados, provenientes do Ministério das Cidades, que contemplam o tema Saneamento. Cabe ressaltar que a solução INDE foi contemplada com o Prêmio MundoGEO#connect 2013: Melhor Iniciativa de IDE (Infraestrutura de Dados Espaciais) da América, em junho de 2013.

Adicionalmente foram realizados ajustes no serviço que permite a integração entre INDE e Infraestrutura Nacional de Dados Abertos - INDA, destacando-se a construção de um serviço que possibilita a visualização da informação textual como um dado geográfico em um navegador da Terra como *Google Earth*, *Google Maps* e o VINDE (Visualizador da INDE).

Foi consolidado o Sistema de Videoconferências do IBGE com a realização de diversas reuniões virtuais, entre unidades do próprio IBGE e com outros órgãos do governo, universidades e organismos internacionais. A essa infraestrutura estão sendo incorporados recursos que permitirão integrá-la com sistemas de videoconferência de outras instituições, através da internet, para possibilitar a participação, simultânea, com mais de uma instituição externa.

Quanto a segurança de acesso à internet, o ambiente de *proxies* e *firewalls* do IBGE, administrado e mantido pela instituição, implementa a Política de Acesso à internet, que inclui o suporte e manutenção dos filtros de conteúdo e as regras de segurança de acesso às aplicações do IBGE.

Além desses acessos, a Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE está integrada à Rede Nacional de Pesquisas, através de conexão direta com a PUC-Rio com banda de 4 Megabits por segundo - Mbps.

Ao longo do último ano, foi consolidado o uso de “salas de SDI” nas Unidades Estaduais, que são salas para recepção de vídeo em tempo real, com recepção ponto-a-ponto, nos Setores de Disseminação de Informações e que têm permitido a participação dos funcionários das UEs nas divulgações realizadas pelo IBGE, no Rio de Janeiro.

Na área de recursos humanos do IBGE, deu-se continuidade à otimização dos seus fluxos de trabalho, com a implantação de novos processos automatizados. Tal prática reduz os recursos necessários para executar as atividades internas, diminui o seu tempo de execução e proporciona maior agilidade no atendimento de demandas dos servidores.

No ano de 2013 foram implantados oito novos processos: Inclusão de Diploma, Comprovação de Escolaridade dos Dependentes, Licença-Gestante, Auxílio-Natalidade, Auxílio Pré-escolar, Salário-Família, Enquadramento de Gratificação de Qualificação -GQ e Concessão de GQ. Tendo em vista a redução gradual do quadro dos servidores do IBGE, e procurando minimizar seus efeitos, a automatização de processos continua em andamento.

Em janeiro de 2013 passou a vigorar a GQ, para servidores de nível médio, com três níveis diferentes – I, II e III. desde que tivessem diplomados em cursos, cujos somatórios fossem de 180, 250 ou 360 horas, respectivamente; resultando em incremento de remuneração. Sendo esse assunto de grande interesse de todos os servidores, gerando muita expectativa, a Coordenação de Recursos Humanos automatizou três processos para agilizar a análise e concessão da GQ – Inclusão de Diploma, Enquadramento de GQ e Concessão de GQ. Ao

tudo, foram analisadas 8.200 solicitações referentes a esses processos no ano de 2013, demandando muitos esforços da Coordenação.

Proporcionando aumento de renda por grande parte dos servidores, a GQ intensificou ainda a quantidade de aposentadorias. Em 2013, 382 dos 6.154 servidores se aposentaram, número que corresponde a mais de 6% do quadro da instituição.

Para suprir essa lacuna foi realizado concurso para cargos de nível médio e superior. Entretanto, os novos servidores serão nomeados somente em 2014, apesar do evento ter ocorrido em 2013. O total de vagas abertas foi de 440, dividindo-se em: 300 cargos de Técnico, 120 de Analista e Tecnologista; e 20 de Pesquisador. Os cargos de Técnico, de nível médio, serão distribuídos entre as Agências das Unidades Estaduais; e as outras 140 vagas, de nível superior, serão distribuídas na Administração Central.

Adicionalmente, a área de Recursos Humanos coordenou mais uma campanha de vacinação no ano, imunizando servidores ativos efetivos e temporários em todos os Estados da Federação.

No que diz respeito à capacitação, foram habilitados pela Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento 6.230 servidores do IBGE.

Vale destacar o crescente envolvimento da ENCE nos treinamentos de pesquisas da Diretoria de Pesquisas, na modalidade a distância, garantindo uma transmissão homogênea das instruções para a coleta dos dados e também a redução dos custos relativos às ações de treinamento alcançando toda a rede de Agências do IBGE. O público-alvo desses treinamentos são os servidores, do quadro efetivo de servidores e também os contratados temporariamente para a coleta dos dados das pesquisas. Assim, foram desenvolvidos e aplicados os treinamentos de Atualização dos Setores que compõem a Base Territorial das pesquisas, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, a PNAD 2013 e da Pesquisa Nacional de Saúde.

Pela parceria estabelecida, desde 1997, entre o IBGE e a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, foram realizados oito cursos para servidores do IBGE e servidores públicos de outras instituições.

No que se refere à coordenação dos sistemas nacionais de informações estatísticas e geocientíficas, o IBGE sediou diversos eventos internacionais, quais sejam:

a) ***United Nations Regional Workshop on Data Dissemination and Communication*** - o *workshop*, organizado em parceria com a Divisão de Estatística das Nações Unidas e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, teve como objetivo proporcionar o intercâmbio de práticas e de experiências nacionais na divulgação de dados estatísticos e metadados;

b) **Primeira Reunião do Grupo de Trabalho de Transporte Rodoviário Internacional de Cargas no Âmbito da Reunião Especializada de Estatísticas do Mercosul – REES** - discutir os projetos de harmonização das estatísticas do transporte rodoviário internacional de cargas, para os países do Mercosul, as pesquisas existentes e suas metodologias, bem como as metas de médio e longo prazo a serem alcançadas para a consolidação do projeto;

c) **35ª Conferência da *International Association for Time Use Research* – IATUR** - as conferências da IATUR (Associação Internacional de Pesquisas de Uso do Tempo) são realizadas pelo menos uma vez por ano, com o objetivo de incentivar a troca de ideias entre os pesquisadores para promover a qualidade na coleta e análise de pesquisas de uso do tempo, bem como discutir o seu uso na formulação de políticas públicas e suas implicações para os mais variados campos da vida;

d) **Special Conference on Income, Wealth and Well-being in Latin America, organizada em parceria com a International Association for Research on Income and Wealth – IARIW** - a conferência internacional “Renda, riqueza e bem-estar na América Latina” foi organizada pelo IBGE, em parceria com a Associação Internacional de Pesquisa sobre Renda e Riqueza (IARIW). O evento contou com a participação de acadêmicos e pesquisadores de instituições públicas e privadas, cujos trabalhos originais têm por finalidade ampliar o conhecimento teórico e empírico sobre as desigualdades (incluindo as desigualdades de educação e oportunidades), a pobreza, a mobilidade socioeconômica, a “nova” classe média e o bem-estar na América Latina. Outros temas igualmente importantes também foram abordados, como a redistribuição de renda, impostos e transferências e a mensuração da renda nacional.

e) **Seminário sobre Desenvolvimento de Programa para a Implantação do Sistema de Contas Nacionais 2008 e Apoio às Estatísticas do Brasil e Seminário sobre Desenvolvimento de Programa para a Implantação do Sistema de Contas Econômicas Ambientais do Brasil** - os seminários foram organizados em parceria com a Divisão de Estatística das Nações Unidas - UNSD e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL.

O objetivo do primeiro seminário foi iniciar, em nível nacional, o desenvolvimento de uma visão estratégica comum e um programa de trabalho para a implantação do *Sistem National Accounts* - SCN 2008, com o apoio da UNSD, CEPAL e IBGE, destacando os benefícios da mudança para o referido sistema e apoio as estatísticas de curto prazo em uma economia global com vulnerabilidades internas e fronteiriças. Na oportunidade, foi discutido o alcance e os detalhes das contas nacionais necessárias para fins de políticas eficazes.

O propósito do segundo seminário foi iniciar, também em nível nacional, o desenvolvimento de uma visão estratégica comum e um programa de trabalho para a implantação do *System of Environmental-Economic Accounts* - SEEA, Sistema de Contas Econômicas Ambientais, com o apoio da UNSD, CEPAL e IBGE, destacando os benefícios de sua implementação, tendo como ponto focal as necessidades das políticas públicas na determinação do escopo e detalhamento do sistema que está sendo estruturado. Na oportunidade, foi discutido o alcance e os detalhes das contas econômicas ambientais necessárias para fins de políticas eficazes;

f) **VI Conferência Internacional sobre Estatísticas Agropecuárias - ICAS-VI** - a Conferência Internacional sobre Estatísticas Agropecuárias (*International Conference on Agriculture Statistics* - ICAS é organizada a cada três anos, desde 1998, sob os auspícios do Comitê de Estatísticas Agropecuárias do Instituto Internacional de Estatística (*International Statistical Institute* - ISI).

O tema da VI Conferência Internacional sobre Estatísticas Agropecuárias (ICAS-VI) foi "Melhorar as estatísticas para segurança alimentar, agricultura sustentável e desenvolvimento rural. Vincular as estatísticas com a tomada de decisão, com foco nas questões levantadas pela implementação da Estratégia Global.";

g) **Segundo Seminário de Análise Temática dos Resultados da Rodada dos Censos 2010** - o IBGE, com o apoio do Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA, vem, desde 2011, organizando seminários sobre a experiência de alguns países da América Latina que realizaram seus censos na rodada de 2010. Dando continuidade a essa cooperação técnica, o Segundo Seminário de Análise Temática teve como objetivo principal dar prosseguimento ao intercâmbio de experiências da análise de resultados dos censos da rodada 2010 na região, referentes aos temas fecundidade, mortalidade, migração e educação, com enfoque na população jovem.

Como participação em eventos internacionais destacam-se:

- a) **Nova Iorque/Estados Unidos da América** - Participação do IBGE, como representante do órgão coordenador do Sistema Estatístico Nacional, nos seguintes eventos promovidos pelas Nações Unidas: i) *Big Data: A New Opportunity or Challenge for Official Statistics?*, no dia 22 de fevereiro; ii) *High Level Forum on Official Statistics: Response to Rio+20 in the Context of the Post-2015 Agenda*, no dia 25 de fevereiro; e iii) *44ª Sessão da Comissão de Estatística das Nações Unidas*;
- b) **Buenos Aires/Argentina** - Primeira reunião do Grupo de Trabalho de Inventário de Operações Estatísticas do MERCOSUR;
- c) **Montevidéu/Uruguai** - VI Encontro da Reunião Especializada de Estatísticas – REES
- d) **Pucón/Chile** – XII Reunião do Comitê Executivo da Conferência Estatística das Américas da CEPAL, promovida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL;
- e) **Montevidéu/Uruguai** - 3ª Reunião da Comissão Permanente de Contas Nacionais - CPCN, associada à Reunião Especializada de Estatística do MERCOSUL;
- f) **Port of Spain/Trinidad e Tobago** - 26ª Sessão do Grupo de Trabalho FAO-OEA/CIEE-IICA de Estatísticas Agrícolas e Pecuárias para a América Latina e Caribe;
- g) **Genebra/Suíça** - Participação do IBGE, como representante do órgão coordenador do Sistema Estatístico Nacional, nos seguintes eventos: i) 61ª Sessão Plenária da Conferência dos Estatísticos Europeus – CES, de 10 a 12 de junho de 2013. ii) 10ª Reunião do Comitê de Estatística da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE;
- h) **Montevidéu/Uruguai** - Encontro do Grupo de Trabalho de Classificações e Nomenclaturas da REES;
- i) **Cambridge/Reino Unido** - Representante do Brasil, no *Twentieth Meeting of ISCGM - ISCGM20*, em 20 de julho de 2013, na *Third Session of the UN Committee of Experts on Global Geospatial Information Management*;
- j) **Nova Iorque / Estados Unidos da América** – 10ª. Conferência Cartográfica Regional das Nações Unidas para as Américas;
- k) **Hong Kong e Bangkok/Hong Kong e Tailândia** – 59º- Congresso Mundial de Estatística do Instituto Internacional de Estatística - ISI, e reuniões complementares, em Hong Kong - CHINA e do *The First Asian ISI Satellite Meeting on Small Area Estimation - SAE*
- l) **Hong Kong/Hong Kong (China)** - Participou do 59º Congresso Mundial de Estatística do ISI;
- m) **Hong Kong / Hong Kong (China)** – 59º- Congresso Mundial de Estatística do Instituto Internacional de Estatística - ISI, e reuniões complementares, em Hong Kong – CHINA;
- n) **Pretória/África do Sul** - 5ª Reunião dos Dirigentes dos Institutos Nacionais de Estatística dos Países BRICS;
- o) **Santiago/Chile** - Sétimo Seminário Regional sobre os ODM e Sétima Reunião da CEA da CEPAL.

Dada a importância da instituição no cenário internacional, o IBGE participou também em diversos eventos de natureza estatística e geocientífica custeados por outros órgãos, tais como: Agência Brasileira de Cooperação - ABC, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, Divisão de Estatística das Nações Unidas, Organização das Nações Unidas para Alimentação e

Agricultura FAO, *International Association of Geodesy* - IAG e *Instituto Panamericano de Geografía Y Historia* - IPGH, *International Statistical Institute* - ISI, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômicos - OCDE, Organização Internacional do Trabalho - OIT, Organização das Nações Unidas - ONU, entre outros.

Por fim, cabe ressaltar que o IBGE sediará, em 2015, os seguintes congressos, cujas atividades já demandaram ações de planejamento em 2013. A seguir, informações sobre os congressos:

a) **Congresso Mundial de Estatística – ISI2015** - o 60º Congresso Mundial de Estatística (*World Statistics Congress*) promovido pelo Instituto Internacional de Estatística (*International Statistical Institute* – ISI, trata-se da mais importante conferência internacional sobre Estatística do mundo e ocorre a cada dois anos. Uma das características marcantes deste congresso é a participação de grande número de dirigentes e técnicos dos órgãos de estatísticas oficiais dos países, pois se trata do maior fórum mundial de debate dos problemas e questões, das práticas e dos desenvolvimentos ligados às atividades de produção, análise e disseminação de estatísticas oficiais.

b) **Conferência Mundial de Cartografia - ICC2015** – dada a importância que o mapeamento assume atualmente, seja para fins de planejamento, regulação, tributação ou preservação do meio ambiente, a Associação Cartográfica Internacional – ICA realizará, em 2015, a Conferência Internacional de Cartografia, com o tema principal: *Maps connecting the World*, Mapas conectando o Mundo, para mostrar a Cartografia como uma ciência, ferramenta e tecnologia, capaz de contribuir em todas as áreas do conhecimento, para o desenvolvimento científico, tecnológico e social em todos os níveis de gestão, onde a informação geoespacial, ou a geoinformação, passa a ser o elemento essencial que permitirá, nos mais diversos níveis, a integração do mundo atual. O IBGE é uma das instituições na organização desse evento, sendo um dos principais atores de apoio com atuação em diversas frentes, incentivando a realização desse fórum técnico-científico.

Em 2013, a Ação contou com dotação orçamentária no valor de R\$127.176.076,00, sendo R\$112.869.735,00 na fonte 0100 (Recursos do Tesouro), R\$13.621.414,00 na fonte 0250 (Recursos Próprios não Financeiros) e R\$ 684.927,00 na fonte 0280 (Recursos Próprios Financeiros). Foram liquidados R\$101.944.656,44, o que significa 80,16% dos recursos autorizados no exercício. Por outro lado, encontra-se inscrito em restos a pagar não processados o valor de R\$13.597.464,33, o que totaliza a execução da Ação em R\$115.542.120,77, ou seja, 90,85%.

Do montante autorizado, foram descentralizados, R\$ 849.702,09 referentes ao pagamento de despesas condominiais da sede da Unidade Estadual de Pernambuco, compartilhado com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

As despesas de maior vulto financeiro encontram-se relacionadas no quadro 15 mostrando a representatividade de cada uma em relação ao total dos gastos da Ação no IBGE.

Quadro 15 - Principais Despesas da Ação 2000 em 2013

Despesa	Valor Liquidado	%	% Acumulado
Locação de Imóveis	14.611.084,67	14,33	14,33
Comunicação de Dados	10.449.291,09	10,25	24,58
Limpeza e Conservação	8.065.826,14	7,91	32,49
Contribuição para o Pis/Pasep	7.190.921,19	7,05	39,55
Condomínios	6.483.840,37	6,36	45,91
Apoio Administrativo, Técnico E Operacional	5.489.364,52	5,38	51,29
Serviços de Energia Elétrica	5.204.435,07	5,11	56,40
Serviço de Seleção e Treinamento	4.628.762,93	4,54	60,94
Locação de Imóveis	4.143.769,44	4,06	65,00
Serviços de Telecomunicações	3.603.917,79	3,54	68,54
Desenvolvimento de <i>Software</i>	3.397.627,44	3,33	71,87
Locação de <i>Softwares</i>	3.026.595,26	2,97	74,84
Vigilância Ostensiva	2.503.276,45	2,46	77,30
Serviços Técnicos Profissionais de T.I.	1.905.930,79	1,87	79,17
Outras Despesas	21.240.013,29	20,83	100,00
Total	101.944.656,44	100,00	

A estrutura do IBGE abrange todos os estados da União, o que acarreta elevados custos com locação de imóveis, sendo que o Rio de Janeiro, onde está localizada a sede, responde pela maior parcela dos gastos. Da mesma forma ocorre com as despesas relacionadas aos imóveis locados e próprios, como condomínio, serviços de água e esgoto, de energia elétrica e tributos.

Outros serviços que elevam os gastos com a administração, são os de terceiros como limpeza e conservação, apoio administrativo, técnico e operacional e comunicação de dados dentre outros.

Quanto às despesas de informática, estas referem-se principalmente a comunicação de dados, locação e desenvolvimento de *software*, e serviços técnicos e Profissionais de TI.

As despesas com comunicação de dados englobam as contratações da Rede MPLS¹³, que permite a comunicação entre todos os complexos do Rio de Janeiro e as Unidades Estaduais nas capitais de Estados e possibilita a utilização de multisserviços como telefonia, internet, intranet e aplicativos interativos, em tempo real; recepção da TV IBGE, videoconferências e treinamento a distância. Adicionalmente existe a contratação da solução de internet corporativa, instalada nos complexos Canabarro e Chile na cidade do Rio de Janeiro, englobando soluções de segurança e controle de conexões com proteção contra invasões em servidores do nó central da rede. Complementarmente, também são contratadas conexões tipo banda larga via satélite para utilização em Agências onde não há outro tipo de tecnologia de comunicação.

As despesas com *softwares* visam atender, principalmente, as necessidades essenciais da instituição direcionadas aos *softwares* de processadores, tanto de grande porte (*mainframe*) quanto de outras plataformas, sendo responsáveis pelo processamento de pesquisas e pelo gerenciamento da segurança do acervo de dados do IBGE.

Os gastos realizados com desenvolvimento de *software* e serviços técnicos profissionais de TI destinam-se ao atendimento institucional em diversas Ações, apoiando no

¹³ Rede multiprotocolo com comutação por rótulos.

desenvolvimento dos sistemas computacionais de coleta e apuração, implementação de pesquisas estatísticas, nas atividades de geociências e nos sistemas de gestão administrativa.

No que se refere aos restos a pagar de exercícios anteriores liquidados em 2013, a Ação em análise não possui meta física associada, portanto os valores inscritos em restos a pagar não processados não podem ser relacionados a uma meta física. Esses valores referem-se a contratos que se deveram, de uma maneira geral, à manutenção da infraestrutura de administração da Instituição. Tais despesas compreenderam reforma de edificações, compra de equipamentos de processamento de dados e aquisição de licenças para o uso de *softwares*.

2.2.3.1.7 Ação Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes – Código: 2004

Quadro 16 – Identificação da Ação 2004

Identificação da Ação						
Tipo		Atividade				
Descrição		Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, militares e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclui pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.				
Unidade Responsável		Diretoria Executiva - DE				
Unidade Orçamentária		Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601				
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
18.023.684,00	19.267.100,00	18.942.128,38	18.942.128,38	18.942.128,38	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa beneficiada		Unidade		14.526	-	15.452
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Foram beneficiados, em média, 15.452 pessoas por mês, o que significou 6,37% além do previsto na meta física.

Para o controle dessa concessão, o IBGE conta com um sistema automatizado para os servidores comprovarem, mensalmente, o pagamento dos seus respectivos planos de saúde e

assim serem ressarcidos. A concessão de benefícios sofre uma oscilação esperada, já que o benefício está condicionado à iniciativa do servidor de apresentar o comprovante, bem como das adesões ou evasões dos planos de saúde. Tanto ativos quanto aposentados apresentam seus comprovantes e de seus dependentes. Desse modo, o IBGE vem garantindo o direito dos seus servidores com o devido controle necessário.

No que se refere aos exames periódicos, apesar de ter havido previsão orçamentária pelo Governo Federal, a direção do IBGE decidiu não realizá-lo devido à limitação do recurso disponibilizado e às dificuldades operacionais que tornariam inexecutável a qualidade e a própria realização dos exames. Dessa forma, os resultados da ação seriam insatisfatórios, não justificando o gasto.

Em 2013 a Ação contou com dotação orçamentária no valor de R\$19.267.100,00, dos quais foram executados R\$18.942.128,38, representando 98,31% dos recursos autorizados no exercício.

Quadro 17 - Principais Despesas da Ação 2004 em 2013

Despesa	Valor Liquidado	%	% Acumulado
Ressarcimento Assistência Medica/Odontológica	18.942.128,38	100,00	
Total	18.942.128,38	100,00	

Fonte: SAG, fev/2014

2.2.3.1.8 Ação Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares– Código: 2010

Quadro 18 – Identificação da Ação 2010

Identificação da Ação						
Tipo	Atividade					
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.					
Unidade Responsável	Diretoria Executiva - DE					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.080.000,00	1.080.000,00	947.505,59	947.505,59	947.505,59	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Criança atendida	Unidade	1.011	-	794		
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

A Ação contou com dotação orçamentária no valor de R\$1.080.000,00, dos quais foram executados R\$947.505,59, o que significa 87,73% dos recursos autorizados no exercício.

Em 2013 houve menor quantidade de solicitações de auxílio pré-escolar do que o estimado.

Quadro 19 - Principais Despesas da Ação 2010 em 2013

Despesa	Valor Liquidado	%	% Acumulado
Auxílio-Creche civil	692.224,31	73,06	73,06
Auxílio-Creche	255.281,28	26,94	100,00
Total	947.505,59	100,00	

Fonte: SAG, fev/2014

2.2.3.1.9 Ação Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares – Código: 2011

Quadro 20 – Identificação da Ação 2011

Identificação da Ação						
Tipo	Atividade					
Descrição	Pagamento pela União de auxílio-transporte em pecúnia, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos servidores, militares e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. A concessão do benefício por intermédio desta ação não é extensiva a estagiários, cuja despesa deverá correr à conta das dotações pelas quais correm o custeio das respectivas bolsas de estágio.					
Unidade Responsável	Diretoria Executiva - DE					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
8.698.860,00	9.848.860,00	9.616.322,56	9.616.322,56	9.616.322,56	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Pessoa beneficiada	Unidade	4.027	-	5.748		
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Foram beneficiados, em média, 5.748 servidores a cada mês, o que significou 42,74% além do previsto na meta física.

Essa variação ocorreu em virtude de contratações de temporários para atender as necessidades de pesquisa do IBGE.

A Ação contou com dotação orçamentária no valor de R\$9.848.860,00, todos na fonte 0100 (Recursos do Tesouro). Foram executados R\$9.616.322,56, ou seja, 97,64% dos recursos previstos na Ação.

Quadro 21 - Principais Despesas da Ação 2011 em 2013

Despesa	Valor Liquidado	%	% Acumulado
Indenização Auxílio-Transporte	6.471.944,47	67,30	67,30
Auxílio-Transporte	3.144.378,09	32,70	100,00
Total	9.616.322,56	100,00	

Fonte: SAG, fev/2014

2.2.3.1.10 Ação Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares – Código: 2012

Quadro 22 – Identificação da Ação 2012

Identificação da Ação						
Tipo	Atividade					
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores, militares e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório, benefício que será pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.					
Unidade Responsável	Diretoria Executiva - DE					
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
37.080.000,00	49.511.400,00	48.699.448,04	48.699.448,04	48.699.448,04	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Pessoa beneficiada	Unidade	10.164	-	10.692		
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

O auxílio-alimentação é um benefício pago automaticamente pelo sistema SIAPE a todos os servidores ativos e contratados temporários pela Lei 8.745/93. Foram beneficiados em média, 10.692 servidores, superando em 5,19% a meta inicialmente prevista.

Em 2013 a Ação contou com dotação orçamentária no valor de R\$49.511.400,00 e foram executados R\$48.699.448,04, o que significa 98,36 % dos recursos autorizados no exercício.

Quadro 23 - Principais Despesas da Ação 2012 em 2013

Despesa	Valor Liquidado	%	% Acumulado
Indenização Auxílio-Alimentação	34.807.724,54	71,47	71,47
Auxílio-Alimentação	13.891.723,50	28,53	100,00
Total	48.699.448,04	100,00	

Fonte: SAG, fev/2014

2.2.3.1.11 Ação Publicidade de Utilidade Pública – Código: 4641

Quadro 24 – Identificação da Ação 4641

Identificação da Ação						
Tipo		Atividade				
Descrição		<p>A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.</p> <p>Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.</p>				
Unidade Responsável		Diretoria Executiva - DE				
Unidade Orçamentária		Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601				
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Em 2013 a execução da Ação ficou inviabilizada por conta de limites orçamentários.

2.2.3.1.12 Ação Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – Código: 09HB

Quadro 25 – Identificação da Ação 09HB

Identificação da Ação						
Tipo		Operação Especial				
Descrição		Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.				
Unidade Responsável		Diretoria Executiva - DE				
Unidade Orçamentária		Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601				
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
128.666.345,00	145.947.517,00	142.969.474,70	142.969.474,70	142.969.474,70	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

A contribuição previdenciária é Ação obrigatória e ocorre de forma automática por meio do sistema SIAPE.

A Ação contou com orçamento no valor de R\$145.947.517,00, todos na fonte 100. Foram executados R\$142.969.474,70, representando 97,96 % dos recursos previstos para o exercício.

Quadro 26 - Principais Despesas da Ação 09HB em 2013

Despesa	Valor Liquidado	%	% Acumulado
Contribuição Patronal para o Rpps	142.966.088,58	100,00	100,00
Obrigações Patronais	3.386,12	0,00	100,00
Total	142.969.474,70	100,00	

Fonte: SAG, fev/2014

2.2.3.1.13 Ação Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis – Código: 0181

Quadro 27 – Identificação da Ação 0181

Identificação da Ação						
Tipo		Operação Especial				
Descrição		Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou dos seus pensionistas.				
Unidade Responsável		Diretoria Executiva - DE				
Unidade Orçamentária		Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601				
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
557.900.600,00	707.234.962,00	707.153.740,21	707.153.740,21	707.153.740,21	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Em 2013, a Ação contou com orçamento no valor de R\$707.234.962,00.

Foram executados R\$707.153.740,21, o que significa 99,99% dos recursos autorizados no exercício.

Quadro 28 - Principais Despesas da Ação 0181 em 2013

Despesa	Valor Liquidado	%	% Acumulado
Proventos - Pessoal Civil	447.620.392,46	63,16	63,16
Civis	125.457.366,17	17,70	80,86
Outras Despesas	135.634.291,17	19,14	100,00
Total	708.712.049,80	100,00	

Fonte: SAG, fev/2014

2.2.3.1.14 Ação Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor – Código: 00G5

Quadro 29 – Identificação da Ação 00G5

Identificação da Ação						
Tipo		Operação Especial				
Descrição		Pagamento da contribuição patronal para o regime de previdência dos servidores públicos federais correspondente ao pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.				
Unidade Responsável		Diretoria Executiva - DE				
Unidade Orçamentária		Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601				
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.722.914,00	1.762.914,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

O valor de R\$1.762.914,00 autorizado na Ação foi descentralizado em sua totalidade aos Tribunais Regionais do Trabalho.

2.2.3.1.15 Ação Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) – Código: 0005

Quadro 30 – Identificação da Ação 0005

Identificação da Ação						
Tipo		Operação Especial				
Descrição		Pagamento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas. Proporcionar o pagamento de precatórios devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas em razão de Sentença Transitada em Julgado.				
Unidade Responsável		Diretoria Executiva - DE				
Unidade Orçamentária		Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601				
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
17.167.387,00	15.866.381,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

O valor de R\$15.866.381,00 previsto na Ação foi descentralizado em sua totalidade aos Tribunais Regionais do Trabalho.

2.2.3.2 Ações/Subtítulos – OFSS

Não se aplica. O IBGE responde integralmente pela execução de todas as Ações sob sua responsabilidade.

2.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados – OFSS

2.2.3.3.1 Pesquisas Conjunturais – Código: 4227

Quadro 31 – Restos a Pagar (Ação 4227)

Identificação da Ação					
Tipo	Atividade				
Iniciativa	Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania				
Objetivo	Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.			Código:0579	
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública			Código:2038 Tipo: Temático	
Unidade	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601				
Ação	() Sim (x) Não Caso Positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
1.270.970,54	933.543,94	233.236,76	Resultado divulgado	unidade	18

Em 2013 a Ação foi fundida com outras Ações que passaram a compor o Plano Orçamentário “000K - Pesquisas Conjunturais, Estruturais e Especiais” da Ação “20U6 - Pesquisas e Estudos Estatísticos”.

As despesas inscritas em restos a pagar e liquidadas no exercício de 2013 referem-se a gastos com passagens aéreas, locomoção urbana, locação de equipamentos e veículos, contratação de consultores, aquisição de combustível e contratação de motoristas para os veículos oficiais e despesas com telefonia, entre outros. Tais pagamentos referem-se a despesas feitas no exercício de 2012 cujas faturas foram entregues e pagas em 2013.

No que diz respeito à meta física da Ação, com os recursos inscritos em restos a pagar e liquidados em 2013, pode-se afirmar que tais recursos foram primordiais para o cumprimento da meta contratada. Tal afirmação justifica-se à medida em que a execução de 18 dos 137 resultados previstos para o exercício materializou-se com a utilização dos serviços descritos acima, que seria inviabilizada não fosse a liquidação dos recursos inscritos em restos a pagar.

2.2.3.3.2 Pesquisas Estruturais da Área Econômica – Código: 4228

Quadro 32 – Restos a Pagar (Ação 4228)

Identificação da Ação					
Tipo	Atividade				
Iniciativa	Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania				
Objetivo	Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.				Código:0579
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública				Código:2038 Tipo: Temático
Unidade	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601				
Ação	() Sim (x) Não Caso Positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
834.746,06	490.050,08	216.238,07	Resultado divulgado	unidade	3

Em 2013 a Ação foi fundida com outras Ações que passaram a compor o Plano Orçamentário “000K - Pesquisas Conjunturais, Estruturais e Especiais” da Ação “20U6 - Pesquisas e Estudos Estatísticos”.

As despesas inscritas em restos a pagar e liquidadas no exercício de 2013 referem-se a gastos com consultoria para apoio técnico à direção do IBGE, locação de equipamentos e veículos, manutenção de veículos da frota, bem como algumas despesas de infraestrutura destinadas a viabilizar a execução das metas físicas previstas. Tais pagamentos referem-se a despesas feitas no exercício de 2012, cujas faturas foram entregues e pagas em 2013.

No que diz respeito à meta física da Ação, com os recursos inscritos em restos a pagar e liquidados em 2013, pode-se afirmar que tais recursos foram primordiais para o alcance da meta contratada. Tal afirmação justifica-se à medida em que a execução de três dos 15 resultados previstos para o exercício materializou-se com a utilização dos serviços descritos acima, que seria inviabilizada, não fosse a liquidação dos recursos inscritos em restos a pagar.

2.2.3.3.3 Pesquisas Estruturais da Área Sociodemográfica – Código: 2228

Quadro 33 – Restos a Pagar (Ação 2228)

Identificação da Ação					
Tipo	Atividade				
Iniciativa	Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania				
Objetivo	Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.				Código:0579
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública				Código:2038 Tipo: Temático
Unidade	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601				
Ação	() Sim (x) Não Caso Positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
664.065,06	527.388,72	136.676,34	Resultado divulgado	unidade	1

Em 2013 a Ação foi fundida com outras Ações que passaram a compor o Plano Orçamentário “000K - Pesquisas Conjunturais, Estruturais e Especiais” da Ação “20U6 - Pesquisas e Estudos Estatísticos”.

As despesas inscritas em restos a pagar e liquidadas no exercício de 2013 referem-se a gastos com consultoria para apoio técnico à direção do IBGE, locação de equipamentos e veículos, manutenção de veículos da frota, bem como algumas despesas de infraestrutura destinadas a viabilizar a execução das metas físicas previstas. Tais pagamentos referem-se a despesas feitas no exercício de 2012, cujas faturas foram entregues e pagas em 2013.

No que diz respeito à meta física da Ação, com os recursos inscritos em restos a pagar e liquidados em 2013, pode-se afirmar que tais recursos foram primordiais para que se chegasse à meta contratada. Tal afirmação justifica-se à medida em que a conclusão de um dos cinco resultados previstos para o exercício materializou-se com a utilização dos serviços descritos acima, que seria inviabilizada não fosse a liquidação dos recursos inscritos em restos a pagar.

2.2.3.3.4 Atualização Contínua da Base Territorial – Código: 200J

Quadro 34 – Restos a Pagar (Ação 200J)

Identificação da Ação					
Tipo	Atividade				
Iniciativa	Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania				
Objetivo	Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.			Código:0579	
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública			Código:2038 Tipo: Temático	
Unidade	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601				
Ação	() Sim (x) Não Caso Positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
8.102,50	3.901,81	4.200,69	Componente da base atualizado	unidade	5.565

Em 2013 a Ação foi fundida com outra Ação que passou a compor o Plano Orçamentário “0004 - Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos” da Ação “20U7 - Censos Demográfico e Agropecuário”.

A despesa foi realizada com o objetivo de atender a necessidade de aquisição de passagens nacionais, visando o deslocamento de servidores nas atividades em campo de mapeamento de localidades urbanas e rurais.

A liquidação da despesa em 2013 não impactou no cumprimento da meta no ano referência, uma vez que produtos referentes à meta física foram, em grande parte, gerados a partir dos insumos adquiridos nas campanhas de campo executadas pelas Supervisões de Base Territorial das Unidades Estaduais nos semestres anteriores.

2.2.3.3.5 Sistema Geodésico Brasileiro – Código: 2231

Quadro 35 – Restos a Pagar (Ação 2231)

Identificação da Ação					
Tipo	Atividade				
Iniciativa	Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania				
Objetivo	Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.				Código:0579
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública				Código:2038 Tipo: Temático
Unidade	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601				
Ação	() Sim (x) Não Caso Positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
72.907,40	71.167,78	1.739,62	Informação	unidade	3.600

Em 2013 a Ação passou a ser o Plano Orçamentário “0003 – Sistema Geodésico Brasileiro” da Ação “20U8 - Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos”.

A despesa foi realizada em sua maior parte com TIC, com o objetivo de atender a necessidade de criação e manutenção de um ambiente para o armazenamento, compatibilização, integração e disponibilização dos dados e informações geodésicas; a aquisição de material técnico; e a aquisição de material para manutenção preventiva das viaturas utilizadas nas atividades de campo.

A liquidação da despesa em 2013 não impactou no cumprimento da meta no ano referência, uma vez que produtos referentes à meta física não dependiam diretamente da liquidação dessas despesas. A manutenção das viaturas era preventiva e só poderia ser feita quando as atividades de campo tivessem terminado; a aquisição de material técnico foi para reposição do estoque utilizado ao longo do exercício e os gastos com TI para manutenção e melhorias no ambiente.

2.2.3.3.6 Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais – Código: 2665

Quadro 36 – Restos a Pagar (Ação 2665)

Identificação da Ação					
Tipo	Atividade				
Iniciativa	Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania				
Objetivo	Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.			Código:0579	
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública			Código:2038 Tipo: Temático	
Unidade	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601				
Ação	() Sim (x) Não Caso Positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
178.750,50	176.947,40	1.803,10	Resultado divulgado	unidade	120

Em 2013 a Ação passou a ser o Plano Orçamentário “0001 – Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais” da Ação “20U8 - Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos”.

A despesa foi realizada em sua maior parte com TIC, investimentos essenciais ao alcance do resultado da Ação, com o objetivo de atender a necessidade de criação e manutenção de um ambiente para o armazenamento, compatibilização, integração e disponibilização dos dados e informações geoespaciais ambientais.

A liquidação da despesa em 2013 não impactou no cumprimento da meta no ano referência uma vez que produtos referentes à meta física não dependiam diretamente da liquidação dessas despesas. Os gastos com TI envolveram a aquisição de equipamentos e *softwares* de armazenamento e processamento de dados para manutenção e melhorias no ambiente a serem aplicados no exercício seguinte.

2.2.3.3.7 Mapeamento Terrestre de Referência – Código: 2229

Quadro 37 – Restos a Pagar (Ação 2229)

Identificação da Ação					
Tipo	Atividade				
Iniciativa	Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania				
Objetivo	Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.				Código:0579
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública				Código:2038 Tipo: Temático
Unidade	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601				
Ação	() Sim (x) Não Caso Positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
12.827,35	12.427,54	409,81	Base cartográfica publicada	unidade	-

Em 2013 a Ação passou a ser o Plano Orçamentário “0002 – Mapeamento Terrestre de Referência” da Ação “20U8 - Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos”.

A despesa foi realizada em sua maior parte com aquisição de material para manutenção das viaturas utilizadas nas atividades de campo.

A liquidação da despesa em 2013 não impactou no cumprimento da meta no ano referência uma vez que produtos referentes à meta física não dependiam diretamente da liquidação dessas despesas. A manutenção das viaturas era preventiva e só poderia ser feita quando as atividades de campo tivessem terminado.

2.2.3.3.8 Sistema Informatizado de Dados Estatísticos e Geocientíficos – Código: 2236

Quadro 38 – Restos a Pagar (Ação 2236)

Identificação da Ação					
Tipo	Atividade				
Iniciativa	Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania				
Objetivo	Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.			Código:0579	
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública			Código:2038 Tipo: Temático	
Unidade	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601				
Ação	() Sim (x) Não Caso Positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
1.248.727,98	1.145.820,52	11.404,25	Sistema mantido	unidade	1

Em 2013 a Ação passou a ser o Plano Orçamentário “0005 – Sistema Informatizado de Dados Estatísticos e Geocientíficos” da Ação “2000 – Administração da Unidade”.

As despesas inscritas em restos a pagar e liquidadas no exercício de 2013 referem-se a gastos com serviços continuados como prestação de serviços técnicos em sistemas informatizados, serviços de locação e manutenção de *software*, serviços de comunicação de dados e serviços de impressão e de locação de impressoras.

No que diz respeito à relação da meta física da Ação (sistema mantido) com os recursos inscritos em restos a pagar e liquidados em 2013, pode-se afirmar que tais recursos são primordiais para o cumprimento da meta contratada. Tal afirmação justifica-se à medida que a manutenção do sistema (meta da Ação) materializa-se pela continuidade no provimento dos serviços descritos acima, que seria inviabilizada não fosse a liquidação dos recursos inscritos restos a pagar ."

2.2.3.3.9 Ensino e Pesquisa de Graduação em Estatística e Geociências – Código: 8547

Quadro 39 – Restos a Pagar (Ação 8547)

Identificação da Ação					
Tipo	Atividade				
Iniciativa	Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência				
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.			Código:0841	
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão			Código:2032 Tipo: Temático	
Unidade	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601				
Ação	() Sim (x) Não Caso Positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
19.763,77	12.647,44	6.624,36	Aluno matriculado	unidade	310

Em 2013 a Ação foi fundida com a Ação “8015 – Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências” que passaram a compor o Plano Orçamentário “0001 - Ensino e Pesquisa de Graduação e Pós-Graduação em Estatística e Geociências” da Ação “20U5 - Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências”.

Os recursos inscritos em restos a pagar e liquidados no exercício de 2013 referem-se a despesas com o pagamento das bolsas de estudo dos monitores de graduação da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE.

Tais despesas não influenciaram o cumprimento da meta (aluno matriculado), pois dizem respeito ao pagamento das bolsas de estudo dos monitores, referentes ao mês de dezembro de 2013, que só foi liquidado em janeiro de 2014.

2.2.3.3.10 Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências – Código: 8015

Quadro 40 – Restos a Pagar (Ação 8015)

Identificação da Ação					
Tipo	Atividade				
Iniciativa	Fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, com apoio à pesquisa, à inovação, à manutenção e promoção de mecanismos de cooperação internacional, à ampliação de programas de acesso a acervos digitais e a bases de dados				
Objetivo	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.				Código:0803
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão				Código:2032 Tipo: Temático
Unidade	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601				
Ação	() Sim (x) Não Caso Positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
15.010,00	15.010,00	-	Aluno matriculado	unidade	120

Em 2013, a Ação foi fundida com a Ação “8547 – Ensino e Pesquisa de Graduação em Estatística e Geociências” que passaram a compor o Plano Orçamentário “0001 - Ensino e Pesquisa de Graduação e Pós-Graduação em Estatística e Geociências” da Ação “20U5 - Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências”.

Os recursos inscritos em restos a pagar e liquidados no exercício de 2013 referem-se a despesas com o pagamento das bolsas de estudo dos monitores de mestrado da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE.

Tais despesas não influenciaram a conclusão da meta (aluno matriculado), pois dizem respeito ao pagamento das bolsas de estudo dos monitores, referentes ao mês de dezembro de 2013, que só foi liquidado em janeiro de 2014.

**2.2.3.3.11 Implantação do Novo Modelo Nacional de Índices de Preços ao Consumidor
– Código: 5280**

Quadro 41 – Restos a Pagar (Ação 5280)

Identificação da Ação					
Tipo	Projeto				
Iniciativa	Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania				
Objetivo	Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.			Código:0579	
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública			Código:2038 Tipo: Temático	
Unidade	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601				
Ação	() Sim (x) Não Caso Positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
60.123,76	60.056,20	67,56	Modelo implantado	% de execução física	1

Em 2013 a Ação passou a ser o Plano Orçamentário “000E – Implantação do Novo Modelo Nacional de Índices de Preços ao Consumidor” da Ação “20U6 - Pesquisas e Estudos Estatísticos”.

As despesas inscritas em restos a pagar e liquidadas no exercício de 2013 referem-se basicamente a gastos com serviços técnicos de TI. Trata-se de despesas feitas no exercício de 2012, cujas faturas foram entregues e pagas em 2013.

No que diz respeito à meta física da Ação, com os recursos inscritos em restos a pagar e liquidados em 2013, pode-se afirmar que tais recursos foram primordiais para o fechamento da meta contratada. Tal afirmação justifica-se à medida em que a execução de aproximadamente 1% dos 19% previstos para o exercício materializou-se com a utilização dos serviços descritos acima, que seria inviabilizada não fosse a liquidação dos recursos inscritos em restos a pagar.

2.2.3.3.12 Implantação de Sistemas de Índice de Preços ao Produtor – IPP – Código: 1793

Quadro 42 – Restos a Pagar (Ação 1793)

Identificação da Ação					
Tipo	Projeto				
Iniciativa	Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania				
Objetivo	Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.			Código:0579	
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública			Código:2038 Tipo: Temático	
Unidade	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601				
Ação	() Sim (x) Não Caso Positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
112.160,31	110.677,91	1.482,40	Sistema implantado	% de execução física	1,5

Em 2013 a Ação foi fundida com outras Ações que passaram a compor o Plano Orçamentário “000K - Pesquisas Conjunturais, Estruturais e Especiais” da Ação “20U6 - Pesquisas e Estudos Estatísticos”.

As despesas inscritas em restos a pagar e liquidadas no exercício de 2013 referem-se basicamente a gastos com serviços técnicos de TI. Trata-se de despesas feitas no exercício de 2012 cujas faturas foram entregues e pagas em 2013.

No que diz respeito à meta física da Ação, com os recursos inscritos em restos a pagar e liquidados em 2013, pode-se afirmar que tais recursos foram primordiais para que a meta contratada fosse concluída. Tal afirmação justifica-se à medida em que a execução de aproximadamente 1,5% dos 15% previstos para o exercício materializou-se com a utilização dos serviços descritos acima, que seria inviabilizada não fosse a liquidação dos recursos inscritos em restos a pagar.

2.2.3.3.13 Implantação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD- Contínua – Código: 110G

Quadro 43 – Restos a Pagar (Ação 110G)

Identificação da Ação					
Tipo	Projeto				
Iniciativa	Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania				
Objetivo	Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.			Código:0579	
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública			Código:2038 Tipo: Temático	
Unidade	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601				
Ação	() Sim (x) Não Caso Positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
866.082,69	680.940,25	176.188,21	Pesquisa implantada	% de execução física	1,9

Em 2013 a Ação passou a ser o Plano Orçamentário “0001 – Implantação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua” da Ação “20U6 - Pesquisas e Estudos Estatísticos”.

As despesas inscritas em restos a pagar e liquidadas no exercício de 2013 referem-se a gastos com serviços técnicos de TI, manutenção de veículos da frota, locação de veículos e contratação de motoristas, aquisição de material de consumo e aquisição de combustível, bem como algumas despesas de infraestrutura destinadas a viabilizar a execução das metas físicas previstas. Trata-se de despesas feitas no exercício de 2012, cujas faturas foram entregues e pagas em 2013.

No que diz respeito à meta física da Ação, com os recursos inscritos em restos a pagar e liquidados em 2013, pode-se afirmar que tais recursos foram primordiais ao alcance da meta contratada. Tal afirmação justifica-se à medida em que a execução de aproximadamente 1,9% dos 31% previstos para o exercício materializou-se com a utilização dos serviços descritos acima, que seria inviabilizada, não fosse a liquidação dos recursos inscritos em restos a pagar.

2.2.3.3.14 Implantação da Pesquisa Nacional de Saúde – Código: 147I

Quadro 44 – Restos a Pagar (Ação 147I)

Identificação da Ação					
Tipo	Projeto				
Iniciativa	Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania				
Objetivo	Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.			Código:0579	
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública			Código:2038 Tipo: Temático	
Unidade	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601				
Ação	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
96.576,41	67.649,61	28.926,80	Pesquisa implantada	% de execução física	1

Em 2013 a Ação passou a ser o Plano Orçamentário “0004 – Implantação da Pesquisa Nacional de Saúde” da Ação “20U6 - Pesquisas e Estudos Estatísticos”.

As despesas inscritas em restos a pagar e liquidadas no exercício de 2013 referem-se basicamente a gastos com locação de veículos para a execução da pesquisa. Trata-se de despesas feitas no exercício de 2012, cujas faturas foram entregues e pagas em 2013.

No que diz respeito à meta física da Ação, com os recursos inscritos em restos a pagar e liquidados em 2013, pode-se afirmar que tais recursos foram primordiais para que se chegasse à meta contratada. Tal afirmação justifica-se à medida em que a execução da totalidade da meta física prevista para os recursos do IBGE (1%) materializou-se com a utilização dos serviços descritos acima, que seria inviabilizada não fosse a liquidação dos recursos inscritos em restos a pagar.

Importante ressaltar que a pesquisa foi executada em sua quase totalidade com recursos do Ministério da Saúde.

2.2.3.3.15 Implantação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE – Código: 12DT

Quadro 45 – Restos a Pagar (Ação 12DT)

Identificação da Ação					
Tipo	Projeto				
Iniciativa	Coordenação, aperfeiçoamento e e integração dos Sistemas Nacionais de Estatísticas e de Geociências				
Objetivo	Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.				Código:0579
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública				Código:2038 Tipo: Temático
Unidade	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601				
Ação	() Sim (x) Não Caso Positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
579.244,26	563.775,76	15.468,50	Diretório brasileiro de dados geoespaciais ativado	% de execução física	14

Em 2013 a Ação passou a ser o Plano Orçamentário “0004 – Implantação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE” da Ação “20U8 - Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos”.

A despesa foi realizada em sua maior parte com TIC, por meio da aquisição e atualização de licenças de *softwares* de processamento de dados e imagens; aquisição de equipamentos de rede de computadores e de armazenamento, investimentos essenciais ao alcance do resultado da ação, com o objetivo de ampliar a capacidade de armazenamento de dados da INDE no IBGE.

A não liquidação da despesa em 2013 impactaria no cumprimento da meta, uma vez que a proposta da mesma envolvia a efetivação das licitações planejadas. A meta física era composta por uma parte de capacitação e divulgação da INDE, uma segunda parte em aquisições de imagens como insumo e uma terceira parte pelo desenvolvimento de um ambiente tecnológico viabilizado por meio da realização dessas licitações.

2.2.3.3.16 Sistema de Informações Geográficas do Brasil - SIG Brasil – Código: 20Q3

Quadro 46 – Restos a Pagar (Ação 20Q3)

Identificação da Ação					
Tipo	Projeto				
Iniciativa	Coordenação, aperfeiçoamento e e integração dos Sistemas Nacionais de Estatísticas e de Geociências				
Objetivo	Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.				Código:0579
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública				Código:2038 Tipo: Temático
Unidade	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso Positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
27.987,20	27.987,20	-	Consulta realizada	unidade	91.332

Em 2013 a Ação passou a ser o Plano Orçamentário “0002 – Sistema de Informações Geográficas do Brasil – SIG Brasil” da Ação “2230 - Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas”.

Tal despesa refere-se ao pagamento de manutenção/suporte do *software Oracle* (serviço continuado) utilizado para armazenar dados geográficos e estatísticos acessados por aplicações disponibilizadas no portal do IBGE na Internet. Tal atraso não afetou a realização da meta.

2.2.3.3.17 Mudança do Referencial Geodésico– Código: 11EF

Quadro 47 – Restos a Pagar (Ação 11EF)

Identificação da Ação					
Tipo	Projeto				
Iniciativa	Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania.				
Objetivo	Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.			Código:0579	
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública			Código:2038 Tipo: Temático	
Unidade	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601				
Ação	() Sim (x) Não Caso Positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
227.971,05	227.971,05	-	Sistema implantado	% de execução física	15

Em 2013 a Ação se fundiu com outra Ação que passou a ser o Plano Orçamentário “0002 – Mapeamento Terrestre de Referência” da Ação “20U8 - Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos”.

A despesa foi realizada em sua maior parte com TIC, com o objetivo de atender a necessidade de criação e manutenção de um ambiente para o armazenamento, compatibilização, integração e disponibilização dos dados e informações geodésicas; a aquisição de material técnico; e a aquisição de material para manutenção das viaturas utilizadas nas atividades de campo.

A não liquidação da despesa em 2013 impactaria no cumprimento da meta. O impacto imediato ocorreria por conta da não conclusão dos processos das licitações planejadas, o que prejudicaria o objetivo de modernizar a estrutura geodésica ativa para prover o país de um novo sistema de referência geodésico compatível com as mais modernas tecnologias de posicionamento. O segundo impacto, nesse caso indireto, pela não realização da manutenção das viaturas e aquisição de material técnico, teria reflexo no exercício seguinte, prejudicando as atividades de campo planejadas.

2.2.3.3.18 Implantação do Sistema de Geoprocessamento e Modernização da Cartografia – Código: 3596

Quadro 48 – Restos a Pagar (Ação 3596)

Identificação da Ação					
Tipo	Projeto				
Iniciativa	Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania				
Objetivo	Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.			Código:0579	
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública			Código:2038 Tipo: Temático	
Unidade	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601				
Ação	() Sim (x) Não Caso Positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
1.075.819,60	1.075.819,60	-	Sistema implantado	% de execução física	10

Em 2013 a Ação se fundiu com outra Ação que passou a ser o Plano Orçamentário “0003 - Sistema Geodésico Brasileiro” da Ação “20U8 - Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos”.

A despesa foi realizada em sua maior parte com TIC, por meio da aquisição e atualização de licenças de *softwares* de processamento de dados e imagens; aquisição de equipamentos de rede de computadores e de armazenamento, investimentos essenciais ao alcance do resultado da ação, que tem o objetivo de ampliar o uso da geotecnologia aplicada à coleta, ao tratamento e à disponibilização de dados territoriais (geodésicos, geográficos, cartográficos, de recursos naturais e meio ambiente), modernizando os procedimentos de produção cartográfica, consolidando o sistema de produção cartográfica digital e reduzindo os custos e os prazos de produção.

A não liquidação da despesa em 2013 impactaria no cumprimento da meta, uma vez que a proposta da mesma envolvia a efetivação das licitações planejadas. A meta física era composta por uma parte de aquisições de imagens como insumo e uma segunda parte pela realização dessas licitações para aquisição de equipamentos e programas de geoprocessamento, com o objetivo de atender à necessidade de modernizar o processo de produção de informações geoespaciais, bem como melhorar o ambiente de armazenamento de disponibilização dessas informações.

2.2.3.3.19 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação – Código: 2229

Quadro 49 – Restos a Pagar (Ação 2229)

Identificação da Ação					
Tipo	Atividade				
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão			Código:2125 Tipo: Gestão	
Unidade	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso Positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
470.785,59	413.132,84	2.145,23	Servidor	unidade	4.000

Em 2013 a Ação passou a ser o Plano Orçamentário “0002 –Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação” da Ação “2000 – Administração da Unidade”.

Os recursos inscritos em restos a pagar e liquidados no exercício de 2013 referem-se, majoritariamente, a despesas com o pagamento de serviços e equipamentos de tecnologia da informação. Estes serviços são fundamentais para o desenvolvimento e manutenção das atividades de treinamento, sejam eles presenciais ou à distância.

Tais despesas não influenciaram o cumprimento da meta (servidores capacitados), pois dizem respeito ao pagamento de despesas com serviços e equipamentos de tecnologia da informação referentes ao mês de dezembro de 2013, que só foram liquidados em janeiro de 2014.

2.2.3.3.20 Gestão e Administração do Programa – Código: 2272

Quadro 50 – Restos a Pagar (Ação 2272)

Identificação da Ação					
Tipo	Atividade				
Programa	Informações Estatísticas e Geocientíficas			Código:0796 Tipo: Finalístico	
Unidade	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso Positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
1.711.937,59	79.681,82	1.430.592,27	-	-	-

A Ação que compunha o Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas até 2011, a partir de 2012, com a reestruturação do PPA e a extinção do Programa, não faz mais parte do rol de Ações desenvolvidas pelo IBGE.

A Ação em análise não possui meta física associada, portanto os valores inscritos em restos a pagar não processados não podem ser relacionados a uma meta física.

No que se refere aos contratos inscritos em restos a pagar e liquidados em 2013, os mesmos se deveram, principalmente, a contratos de serviços de telecomunicações e de substituição de equipamentos elétricos em uma das unidades da Instituição

2.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento – OI

Não se aplica. O IBGE não possui Ações integrantes do Orçamento de Investimento.

2.2.3.5 Análise Situacional

As atividades regulares desenvolvidas pelo IBGE apresentaram em 2013 um bom desempenho, uma vez que as Ações de natureza contínua, parte essencial do plano de trabalho da instituição, foram implementadas dentro da normalidade. Contudo, vale ressaltar que para dar conta delas, foi preciso repensar alguns projetos, por conta dos limites orçamentários impostos no exercício.

Nesse sentido, projetos como a Pesquisa de Orçamento Familiar Contínua – POF Contínua, Implantação do Novo Modelo de Índice de Preços ao Consumidor e Implantação da Pesquisa Especial sobre a População em Situação de Rua – POPRUA não tiveram orçamento para 2013. Inclusive a Contagem da População 2015, que obteve dotação orçamentária, sofreu o impacto dos limites ocorridos no decorrer do exercício, permitindo desempenhar apenas as atividades que não demandaram maiores recursos.

Os projetos que tiveram andamento previsto em 2013 foram: a PNAD Contínua, em que se finalizou a coleta em 2013; a Pesquisa Nacional de Saúde, cuja parceria com o Ministério da Saúde permitiu a realização da coleta; e o projeto INDE, que visa o compartilhamento dos dados geoespaciais de diversos órgãos das esferas federal, estadual, distrital e municipal e que, em 2013, se realizou treinamentos no sentido de se padronizar as informações compartilhadas.

Importante registrar, que em consequência da aglutinação de algumas Ações orientada pela reformulação da estrutura do PPA 2012-2015, os projetos, anteriormente com maior visibilidade tornaram-se planos orçamentários de Ações com *status* de atividade. Assim, os resultados da Ação refletem apenas as metas dos planos orçamentários que compõem as atividades regulares da Instituição.

No aspecto administrativo, em 2013, o aumento de requerimento de aposentadorias também influenciou o desempenho das atividades ibgeanas. Tal impacto nem sempre afeta diretamente os resultados das metas das Ações, contudo prejudicam as rotinas de trabalho, gerando atrasos e perda da qualidade em alguns processos administrativos. Como medida crucial, o IBGE providenciou, em 2013, a realização de concurso de nível médio e superior, autorizado pela portaria nº 114, de 23/04/2013 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, numa estratégia de se buscar implementar de forma contínua a reposição do quadro permanente do IBGE.

2.3 Informações sobre Outros Resultados da Gestão

Para avaliar o desempenho da gestão, quanto à eficácia e eficiência, o IBGE utiliza três indicadores, conforme mostra o quadro 51 - Indicadores de Desempenho.

Os indicadores ‘Taxa de Resultados Alcançados’ e ‘Taxa de Crescimento Acumulado da Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas’ objetivam a mensuração do fator eficácia. O cálculo da Taxa de Resultados Alcançados é de responsabilidade da Coordenação de Planejamento e Supervisão/Diretoria-Executiva – DE/CPS, que o executa a partir dos resultados de cumprimento das metas das Ações consideradas para efeito da Avaliação de Desempenho Institucional. A responsabilidade pelo cálculo da ‘Taxa de Crescimento Acumulado da Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas’ é do Centro de Documentação e Disseminação de Informações – CDDI que o executa a partir do número de usuários atendidos pela Ação Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas, informado pelo próprio CDDI.

Foi implantado, a partir de 2004, o indicador ‘Tempo Médio de Resposta’ que permite o acompanhamento da eficiência da Instituição no atendimento às solicitações feitas pelos usuários por meio de correio eletrônico no endereço ibge@ibge.gov.br. O cálculo desse indicador é de responsabilidade da Coordenação de Atendimento Integrado do CDDI, cujos resultados são obtidos com as correspondências de usuários que tiveram uma resposta final e conclusiva.

Quadro 51 – Indicadores de Desempenho

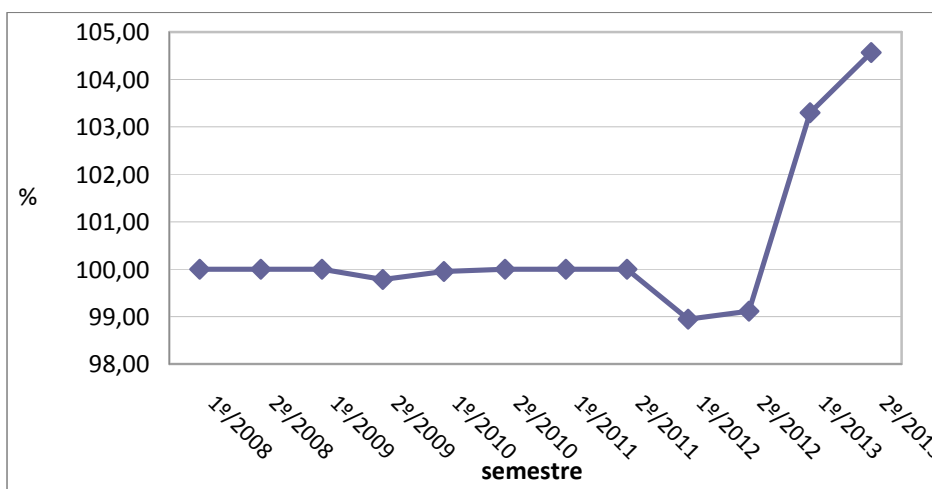
	INDICADOR / DESCRIÇÃO	ATRIBUTOS	
		Fórmula de cálculo	Unidade Periodicidade
E F I C Á C I A	<p>Taxa de Resultados Alcançados - RA</p> <p>A composição desse indicador tem como base as metas das Ações Orçamentárias do IBGE, consideradas para efeito da Avaliação de Desempenho Institucional, e é dado pela média aritmética do conjunto de resultados obtidos.</p>	$\overline{RA} = \frac{\sum \left(\frac{M_R}{M_P} \times 100 \right)}{n}$ <p>M_R = metas realizadas M_P = metas prevista n = nº de resultados obtidos</p>	% Semestral
	<p>Taxa de Crescimento Acumulado da Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas - TDIEG</p> <p>A partir da obtenção do número índice e da variação percentual do número de usuários que buscaram acesso às informações publicadas pelo IBGE, no ano em análise, em relação ao ano anterior ao do início do quadriênio do PPA, é possível acompanhar a evolução do IBGE no que diz respeito a demanda por informações estatísticas e geocientíficas.</p>	$TDIEG = \left(\frac{NU_n}{NU_{n-1}} \times 100 \right) \times 100$ <p>NU_n = nº de usuários atendidos no ano NU_{n-1} = nº de usuários atendidos no ano anterior ao do início do PPA</p>	% Anual
E F I C I Ê N C I A	<p>Tempo de Resposta - TRm</p> <p>Tempo médio de resposta (atendimento) às solicitações feitas pelos usuários por meio de correio eletrônico. Esse indicador permite avaliar mês a mês o desempenho do atendimento a essas demandas.</p>	$\overline{TR} = \frac{\sum T_i}{n}$ <p>$\sum T_i$ = somatório dos tempos de resposta a cada usuário atendido no mês n = nº de atendimentos realizados no mês</p>	Dias Mensal

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

No exercício de 2013, a Instituição atingiu o patamar de 103,30% no primeiro semestre e 104,57% no segundo semestre do exercício, mantendo assim a eficácia no alcance das metas estabelecidas.

O gráfico 3 apresenta uma série histórica que permite a visualização do cumprimento das metas das Ações consideradas para efeito da Avaliação de Desempenho Institucional no período 2008-2013.

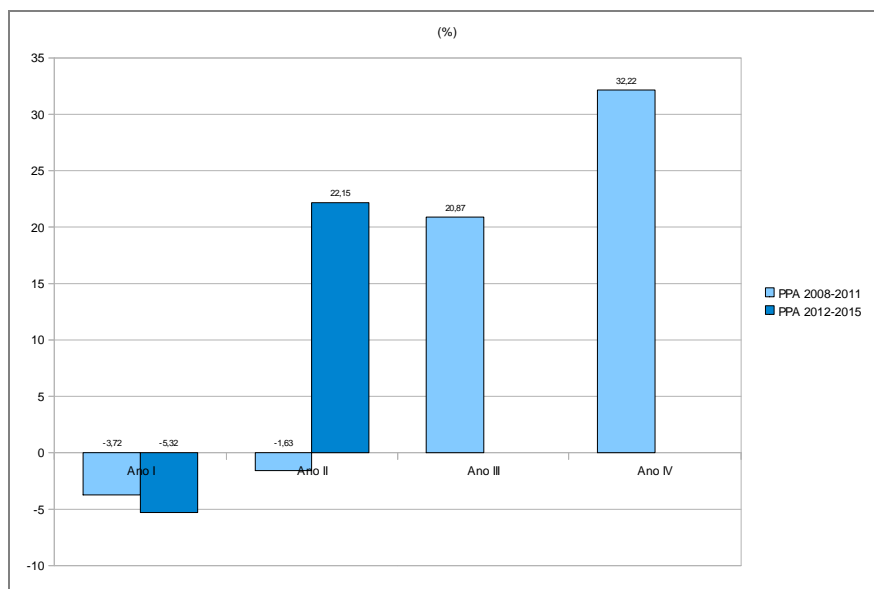
Gráfico 3 - Resultados do Indicador Taxa de Resultados Alcançados – IBGE 2008-2013



Fonte: Diretoria-Executiva do IBGE, fev/2014

A Taxa de Crescimento Acumulado da Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas - TDIEG do novo quadriênio do Plano Plurianual - PPA 2012-2015 alcançou o valor de 22,15%, considerando o número acumulado de usuários que buscaram acesso às informações publicados pelo IBGE nos anos de 2011 e 2013, 29.081.173 e 35.522.094, respectivamente.

Gráfico 4 - Taxa de Crescimento Acumulado da Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas, para os Planos Plurianuais 2008-2011 e 2012-2015 – IBGE



Fonte: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações – CDDI, Coordenação de Atendimento Integrado - COATI

Vale destacar que o IBGE vem tendo um elevado número de usuários de informações estatísticas e geocientíficas, devido ao seu Portal na Internet, que conta com uma grande oferta de informações sempre com novidades a cada semana. Esse resultado de aumento real de usuários atendidos também é justificado pelo bem sucedido trabalho do IBGE de reformulação e atualização do Portal do Instituto, o que mostra já no final de 2013 a

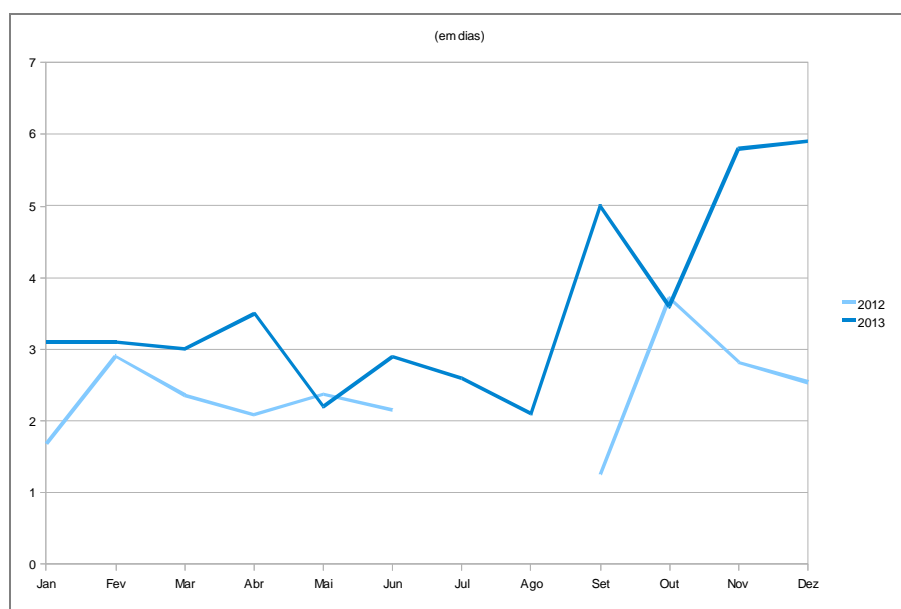
superação da TDIEG almejada de crescimento para o final do período do PPA no nível de 4.5%.

Para atendimento ao cidadão-usuário o correio eletrônico é um dentre os diversos canais disponibilizados pelo IBGE. O indicador Tempo de Resposta – Médio - TRm é utilizado para avaliar a eficiência desse atendimento.

Na comparação dos resultados alcançados em 2013 em relação a 2012 observa-se, em uma análise global, no gráfico 5, uma pequena perda da eficiência no Atendimento por Correspondência, pois o tempo médio de resposta anual passou de 2,4 dias em 2012 para 3,6 dias em 2013.

Parte do aumento do tempo médio de atendimento por correspondência em 2013 deve-se ao novo perfil da demanda que vem se tornando cada vez mais seletivo, em função da grande oferta de informações no Portal do IBGE, na Internet.

Gráfico 5 - Tempo de Resposta – Médio em dias do Serviço de Atendimento por Correspondência - IBGE – Jan 2012 / Dez 2013



Fonte: IBGE, Sistema de Acompanhamento Gerencial do Atendimento – Siga IBGE

Nota: Nos meses de jul. e ago. de 2012 não houve cálculo de indicadores devido à greve dos servidores do IBGE.

Vale salientar que, uma das áreas finalísticas do IBGE, a Diretoria de Pesquisas, já trabalha com indicadores relacionados ao percentual de execução das pesquisas no campo, visando o atendimento ao cronograma de realização das mesmas.

Ademais, a Instituição vem convergindo esforços para institucionalizar uma cultura de gestão por resultados. Neste sentido, o IBGE vem trabalhando na proposição de indicadores nas demais dimensões do desempenho, tais como: economicidade, sustentabilidade e confiabilidade.

Para o acompanhamento e avaliação do Plano Estratégico, além do indicador geral, está sendo criado um conjunto de indicadores de desempenho que possam viabilizar a comparação entre o planejado e o realizado.

Outro resultado desses esforços foi a criação do Plano de Logística Sustentável 2014-2016 aprovado pelo Conselho Diretor em 2013, com vigência prevista a partir do atual exercício. O objetivo é reduzir desperdícios e racionalizar processos evitando retrabalho. Nesse

sentido, a definição dos instrumentos de medição é voltada para o controle do consumo em termos físicos e financeiros por servidor, por área, pessoal total, etc. Os quesitos que serão medidos em 2014: material de consumo (papel, descartáveis e cartuchos de impressoras), energia, elétrica, água e esgoto, telefonia, aquisições e contratações, deslocamento de pessoal, vigilância, limpeza e processamento de dados. A prática da coleta seletiva também será acompanhada por meio da separação e destinação correta do lixo gerado na Instituição. O quadro a seguir resume os indicadores de sustentabilidade propostos.

Quadro 52 - Indicadores de Sustentabilidade

Indicadores de Sustentabilidade		
Nome	Descrição	Apuração
Consumo de papel branco	Quantidade de folhas de papel branco utilizadas / Total de servidores	Mensal e Anual
Consumo <i>per capita</i> de copos descartáveis	Quantidade de copos descartáveis utilizados / Total de servidores	Mensal e Anual
Consumo de energia <i>per capita</i>	Quantidade de kwh consumidos / Total de servidores	Mensal e Anual
Gasto com energia <i>per capita</i>	Valor da fatura em reais (R\$) / Pessoal total	Mensal e Anual
Volume de água <i>per capita</i>	Quantidade de m ³ de água consumido / Total de servidores	Mensal e Anual
Gasto com água <i>per capita</i>	Valor da fatura em reais (R\$) / Pessoal total	Mensal e Anual
Gasto por ramal com ligações externas	Valor em reais (R\$) por ramal	Mensal e Anual
Gasto por linha móvel	Valor em reais (R\$) por linha	Mensal e Anual
Gasto por linha direta fixa	Valor em reais (R\$) por linha	Mensal e Anual
Quantidade de contratos de obras e manutenção predial com critérios de sustentabilidade	Quantidade de contratos de obras e manutenção predial com critérios de sustentabilidade / Quantidade total de contratos de obras e manutenção predial.	Anual
Índice de quilometragem <i>per capita</i>	Quilometragem rodada / n° de servidores	Mensal e Anual
Gasto total de combustível da frota (veíc. oficiais e alugados)	Consumo total de combustível (álcool +gasolina +diesel)	Mensal e Anual
Valor inicial do posto	Valor total anual do contrato / n° de Postos	Anual
Valor atual do posto	Valor total anual de repactuação / Valor total de assinatura	Anual
Gasto de limpeza pela área interna	R\$ / área interna	Anual
Quantidade de contas criadas	(número de contas criadas / número total de contas) *100	Anual
Quantidade de contas extintas	(número de contas extintas / número total de contas) *100	Anual

3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Estrutura de Governança

Em sua estrutura de governança e autocontrole da gestão, o IBGE tem em seu estatuto explicitado as seguintes instâncias:

- I. Órgãos colegiados de direção superior:
 - a. Conselho Técnico
 - b. Conselho Curador
 - c. Conselho Diretor
- II. Órgão de assistência direta e imediata ao Presidente: Gabinete da Presidência
- III. Órgãos seccionais:
 - d. Auditoria Interna
 - e. Procuradoria Federal
 - f. Diretoria-Executiva
- IV. Órgãos específicos singulares:
 - g. Diretoria de Pesquisas
 - h. Diretoria de Geociências
 - i. Diretoria de Informática
 - j. Centro de Documentação e Disseminação de Informações
 - k. Escola Nacional de Ciências Estatísticas
- V. Órgãos descentralizados: Unidades Estaduais

A seguir, são apresentadas a base normativa, atribuições e forma de atuação de cada órgão da instituição:

Conselho Técnico

O Conselho Técnico do IBGE é um órgão colegiado destinado a acompanhar e pronunciar-se acerca de questões concernentes ao planejamento e à execução das atividades nas áreas de competência da missão institucional.

Está previsto nos artigos 13º da Lei 5.878/73, de 11 de maio de 1973, e 5º do Estatuto do IBGE aprovado pelo Decreto 4.740, de 13 de junho de 2003. Além disso, rege-se pelas normas e disposições contidas em regimento próprio, elaborado e expedido em decorrência do disposto no inciso V, do artigo 8º, do mencionado Estatuto.

É composto pelo Presidente do IBGE, na qualidade de membro nato, que o preside, e por 10 conselheiros escolhidos e designados pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, dentre pessoas de reconhecida representatividade e competência técnica e profissional na área de produção ou utilização de informações estatísticas e geocientíficas.

Dentre os membros do conselho, quatro são indicados e representam, respectivamente, os titulares dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda, do Trabalho e Emprego e da Defesa.

Ao **Conselho Técnico** compete:

- a. Formular propostas e pronunciar-se acerca de questões concernentes ao planejamento e à execução das atividades nas áreas de competência da missão institucional da Fundação IBGE, dando publicidade de seus atos e deliberações;
- b. Apreciar a proposta do Conselho Diretor referente aos planos de trabalho anuais e plurianuais, bem como em relação aos respectivos orçamentos, encaminhando suas conclusões e recomendações à Direção da Fundação IBGE;
- c. Apreciar o relatório anual de atividades da Fundação IBGE e a execução de seus planos de trabalho, encaminhando suas conclusões e recomendações à Direção da Fundação;
- d. Apreciar assuntos de natureza técnica que lhe sejam submetidos pelos seus membros, pelo Conselho Diretor, por órgãos governamentais ou instituições da sociedade civil, encaminhando suas conclusões e recomendações à Direção da Fundação IBGE; e
- e. Elaborar seu Regimento Interno.

O Conselho Técnico se reúne ordinariamente duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou pela maioria de seus membros.

Conselho Curador

O Conselho Curador do IBGE é um órgão colegiado destinado a exercer, em caráter permanente, a fiscalização, o acompanhamento e o controle de gestão patrimonial, econômica, orçamentária e financeira da Instituição, cabendo-lhe também o exercício de atividades consultivas da Presidência do Instituto.

Está previsto nos artigos 13º da Lei 5.878/73, de 11 de maio de 1973, e 5º do Estatuto do IBGE aprovado pelo Decreto 4.740, de 13 de junho de 2003. Além disso, rege-se pelas normas e disposições contidas em regimento próprio, elaborado e expedido em decorrência do disposto no inciso VIII, do artigo 10º, do mencionado Estatuto.

É composto pelo Presidente do IBGE, que o preside, e por cinco membros de reconhecida competência em assuntos contábeis e financeiros designados pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, sendo um representante do próprio Ministério; um da Secretaria do Tesouro Nacional, indicado pelo titular do Ministério da Fazenda; um representante do Banco Central, indicado pelo titular do órgão; e dois representantes do quadro de pessoal permanente do IBGE, escolhidos de lista composta dos seis nomes mais votados, em pleito de âmbito nacional, vedada a eleição de servidores que exerçam cargos em comissão.

Ao Conselho Curador compete:

- a. Apreciar os balancetes periódicos;
- b. Pronunciar-se sobre o balanço e a prestação anual de contas, dando publicidade de seus atos e deliberações;
- c. Examinar ou mandar examinar a contabilidade, o caixa, os valores em depósitos e os relatórios de auditoria;
- d. Pronunciar-se sobre as propostas de aquisição, oneração, cessão ou alienação de bens imóveis e aceitação de doações com encargos;

- e. Formular representação ao Presidente da Fundação IBGE quanto a irregularidades que, de qualquer forma, chegarem ao seu conhecimento;
- f. Sugerir ao Presidente da Fundação IBGE medidas e providências que reputar úteis às atividades e ao conceito da entidade;
- g. Pronunciar-se sobre consultas que lhe forem dirigidas pelo Presidente da Fundação IBGE sobre matéria de sua competência;
- h. Elaborar seu Regimento Interno;
- i. Aprovar a nomeação e exoneração do titular da Auditoria Interna.

As deliberações do Conselho Curador são tomadas por maioria simples de votos, presentes no mínimo quatro membros, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Conselho Diretor

O Conselho Diretor do IBGE é um órgão colegiado a quem cabe estabelecer as políticas reitoras da atuação da Instituição, dando publicidade de seus atos e deliberações.

Está previsto no artigo 5º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto 4.740, de 13 de junho de 2003, e rege-se pelas normas e disposições contidas no regimento do Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

É composto pelo Presidente do IBGE, pelos Diretores e Coordenadores-Gerais do Centro de Documentação e Disseminação de Informações e da Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

Ao Conselho Diretor compete:

- a. Estabelecer as políticas reitoras da atuação da Fundação IBGE, dando publicidade de seus atos e deliberações;
- b. Submeter ao Conselho Técnico as propostas do programa de trabalho anual e plurianual e de orçamentos-programa;
- c. Avaliar periodicamente o desempenho dos diferentes órgãos da Fundação IBGE, estabelecendo metas e recomendações de atuação, a partir das deliberações adotadas;
- d. Coordenar a atuação dos órgãos da Fundação IBGE, garantindo sua integração e a adequada repartição dos meios necessários, determinando a adoção de medidas corretivas pertinentes;
- e. Estabelecer a política de recursos humanos, observadas as diretrizes fixadas pelas autoridades competentes;
- f. Estabelecer a distribuição dos cargos em comissão de Gerente e das funções gratificadas que serão alocados às Coordenações e Unidades Estaduais, mantidos os quantitativos fixados no Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Fundação IBGE, bem como definir suas competências;
- g. Elaborar o relatório anual de atividades e a execução orçamentária, com o objetivo de estabelecer ações gerenciais;
- h. Elaborar e submeter ao Conselho Curador os balancetes periódicos, o balanço e a prestação anual de contas e as propostas de aquisição, cessão, oneração e alienação de bens imóveis ou de aceitação de doações com encargos;
- i. Pronunciar-se sobre a celebração de convênios e outros ajustes similares;

- j. Encaminhar ao Conselho Técnico propostas para revisão dos planos de trabalho anuais e plurianuais da Fundação IBGE;
- k. Pronunciar-se sobre propostas de modificações do Estatuto da Fundação IBGE; e
- l. Elaborar a proposta do Regimento Interno da Fundação IBGE e suas alterações.

As deliberações do Conselho Diretor são tomadas por maioria simples de votos, presentes no mínimo três membros, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Gabinete da Presidência

De acordo com no artigo 14 do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto 4.740, de 13 de junho de 2003, e pelas normas e disposições contidas no regimento deste Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004, o Gabinete da Presidência é o órgão que assiste ao Presidente na representação política e social, no preparo e despacho do expediente e nas relações interinstitucionais. A ele compete:

- a. Coordenar a elaboração da agenda e dos programas de viagens do Presidente, promovendo os meios para sua execução;
- b. Providenciar o atendimento a consultas e aos requerimentos recebidos;
- c. Preparar documentação referente às estimativas de população, tábua de mortalidade e afastamentos do país para publicação oficial na imprensa nacional;
- d. Preparar documentação oficial para publicação em Boletim interno, tais como Portarias e Resoluções (Presidente e Conselho Diretor), em matérias relacionadas à participação de servidores em cursos no país;
- e. Articular-se com órgãos em nível de governo federal, quando de solenidades conjuntas ou de visitas de autoridades (p. ex.: lançamento de pesquisa, divulgação de resultados, divulgação de resultados provenientes de projetos realizados em parceria, etc.);
- f. Articular-se com demais unidades organizacionais do IBGE, efetuando o intercâmbio de assuntos relacionados às decisões no âmbito da Presidência da Instituição;
- g. Receber, analisar e processar solicitações de audiências com o Presidente;
- h. Receber, encaminhar e responder correspondências dirigidas ao Presidente;
- i. Planejar, dirigir, orientar e coordenar a execução das atividades das áreas do Gabinete;
- j. Autorizar a participação de servidores subordinados às unidades organizacionais vinculadas à Presidência;
- k. Autorizar viagens a serviço, bem despesas com passagens, diárias e adicionais de deslocamento no país; e
- l. Desempenhar outras atribuições que lhes sejam conferidas.

Auditoria Interna

A atividade de auditoria interna tem como objetivo agregar valor e melhorar as operações de uma organização. Seu objetivo primordial é o de garantir resultados operacionais na gerência da coisa pública, tendo por finalidade básica comprovar a legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos e avaliar os resultados alcançados, quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional,

contábil e finalística. Para tanto, a auditoria interna do IBGE dispõe de um conjunto de procedimentos, tecnicamente normatizados, que funciona por meio de acompanhamento indireto de processos, avaliação de resultados e proposição de ações corretivas para os desvios gerenciais. Pela atividade de fiscalização é avaliada a execução de programas de governo inclusos nos orçamentos da União e no Plano Plurianual.

A Auditoria Interna do IBGE vincula-se administrativamente ao Conselho Curador, de acordo com artigo 15º do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, e está sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (Lei nº 10.180/2001; IN nº 01/2001 – Ministério da Fazenda/Secretaria Federal de Controle Interno).

Nos termos do artigo 15º do Estatuto do IBGE (Decreto nº 4.740, de 13/06/2003), compete à Auditoria Interna - AUD:

- a. Fiscalizar o uso adequado dos recursos por parte das unidades gestoras da Fundação IBGE; e
- b. Comprovar a legalidade e a legitimidade das ações administrativas quanto à economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos.

Procuradoria Federal

A Procuradoria Federal no IBGE é um órgão vinculado à Advocacia-Geral da União, nos termos do artigo 2º, parágrafo 3º, da lei complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 e, na qualidade de órgão executor da Procuradoria-Geral Federal, conforme estabelecido pelo artigo 16º do Estatuto do IBGE (Decreto nº 4.740, de 13/06/2003), compete:

- a. Representar judicial e extrajudicialmente a Fundação IBGE;
- b. Prestar assessoria aos órgãos da estrutura regimental do IBGE, nos assuntos de natureza jurídica, aplicando-se, no que couber, o disposto no artigo 11º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; e
- c. Apurar a liquidez e certeza dos créditos de qualquer natureza, inerentes às atividades da Fundação IBGE, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Diretoria-Executiva

A Diretoria-Executiva é a área responsável por exercer as atividades de planejamento e coordenação geral, de administração de recursos humanos, materiais e patrimoniais, orçamentários e financeiros, de registros e análises contábeis, e de atividades de suporte às unidades descentralizadas.

Está prevista no artigo 17º do Estatuto, aprovado Decreto nº 4.740, de 13/06/2003, e nas normas e disposições contidas no regimento deste Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

Diretoria de Pesquisas

A Diretoria de Pesquisas é responsável por levantar a realidade social e econômica do país, de forma sistemática, fundamentando o planejamento público e privado em suas políticas e estratégias de ação, por meio da realização de pesquisas e estudos estatísticos.

Para tanto, de acordo com o artigo 18º do Estatuto, aprovado Decreto nº 4.740, de 13/06/2003, e nas normas e disposições contidas no regimento deste Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004, compete à Diretoria de Pesquisas:

- a. Planejar, organizar, coordenar, supervisionar e executar estudos, pesquisas e trabalhos de natureza estatística relativos à situação demográfica, econômica, social, ambiental e administrativa do País; e
- b. Executar as ações que couberem à Fundação IBGE no âmbito da coordenação do Sistema Estatístico Nacional, assim como em relação aos convênios de cooperação em matéria estatística.

Diretoria de Geociências

A Diretoria de Geociências do IBGE é responsável pela produção de informações territoriais básicas e sistemáticas, além de análises espaciais integradas, com o objetivo de representar o país em linguagem cartográfica com mapas e cartas que retratam a paisagem natural do território nacional, a delimitação de áreas legais e operacionais, elaborando e levantando informações geográficas, ambientais, cartográficas e geodésicas.

De acordo com o artigo 1º do Estatuto, aprovado Decreto nº 4.740, de 13/06/2003, e nas normas e disposições contidas no regimento deste Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004, compete à Diretoria de Geociências:

- a. Planejar, organizar, coordenar, supervisionar e executar estudos, pesquisas e trabalhos de natureza geográfica, geodésica e cartográfica, bem como aqueles relativos a recursos naturais e condições do meio ambiente; e
- b. Executar as ações que couberem à Fundação IBGE no âmbito da coordenação dos Planos Geodésico Fundamental e Cartográfico Básico, assim como em relação a convênios de cooperação em matéria geocientífica.

Diretoria de Informática

A Diretoria de Informática é responsável por prover a constante prospecção, integração e disponibilização da Tecnologia da Informação, assim como administra o acervo institucional de dados, em consonância à missão do IBGE de satisfazer as necessidades de informação da sociedade. Para tanto, é sua responsabilidade planejar, pesquisar, orientar, adquirir, desenvolver, integrar, implementar, disponibilizar, suportar e gerir o ambiente de informática da Instituição.

Desta forma, em cumprimento ao Estatuto do IBGE (Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003) e ao Regimento Interno (Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004), à Diretoria de Informática compete:

- a. Planejar, organizar, coordenar e supervisionar as atividades de processamento de dados de informações científicas e administrativas, apoiando, promovendo e desenvolvendo os processos de informatização da Fundação IBGE;
- b. Administrar o parque central de equipamentos e a infraestrutura básica de informática;
- c. Administrar e zelar pela preservação e garantia da integridade das informações contidas na base de dados da Fundação IBGE, proporcionando apoio técnico para o acesso a essas informações; e

d. Promover a prospecção de novas tecnologias, difundi-las e assessorar os demais órgãos do IBGE em sua utilização.

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

O Centro de Disseminação e Documentação de Informações busca desenvolver produtos e serviços de informações adequadas aos vários segmentos dos usuários do IBGE, divulgando e comercializando os produtos institucionais.

Em consonância com a competência estatutária (Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003) e regimental (Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004), ao Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, enquanto centro de referência de informações estatísticas e geográficas, compete:

- a. Planejar, organizar, coordenar, supervisionar e executar as atividades de documentação e de disseminação do acervo de informações;
- b. Desenvolver produtos e serviços de informação adequados aos vários segmentos de usuários e promover sua divulgação e comercialização;
- c. Divulgar a imagem e preservar a memória institucional; e
- d. Zelar pelos direitos intelectuais da Fundação IBGE quanto a seus produtos.

Escola Nacional de Ciências Estatísticas

A Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE é uma instituição federal de ensino superior, que promove atividades de pesquisa e, além de responsável pelas atividades de capacitação e treinamento de servidores do IBGE, atua em três níveis de ensino, oferecendo também cursos avulsos de atualização e extensão. Entre seus programas de trabalho destacam-se:

- ✓ Curso de Bacharelado em Estatística;
- ✓ Curso de Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território;
- ✓ Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais;
- ✓ Capacitação e treinamento de servidores do IBGE - Plano Anual de Treinamento – PAT.

A ENCE está prevista no Estatuto do IBGE aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições da Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004, cabendo-lhe planejar, orientar, coordenar, controlar e executar atividades de ensino e pesquisa em matéria estatística e geográfica, implementando as atividades relacionadas a treinamento, aperfeiçoamento, formação e pesquisa das diferentes áreas da Fundação IBGE, podendo manter cursos de graduação, de pós-graduação e de especialização, tanto para funcionários da Fundação IBGE quanto para o público em geral, observada a legislação educacional vigente.

Unidades Estaduais

De acordo com o artigo 23º do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, o IBGE possui órgãos descentralizados em todo o território nacional, com a seguinte distribuição:

- ✓ 26 Unidades Estaduais - UEs situadas nas capitais do país e um no Distrito Federal;
- ✓ 26 Setores de Documentação e Disseminação de Informações - SDDIs situados nas capitais e 1 no Distrito Federal;
- ✓ 26 Supervisões de Base Territorial situadas nas capitais e um no Distrito Federal;
- ✓ 581 Agências de Coleta de dados nos principais municípios.

A essa estrutura compete planejar, coordenar, executar e controlar as atividades técnicas e administrativas da Fundação IBGE no limite de suas jurisdições.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

O quadro de avaliação do funcionamento dos controles internos encontra-se no Anexo 2.

3.3 Remuneração Paga a Administradores

Este item não se aplica ao IBGE

3.4 Sistema de Correição

O IBGE não dispõe em sua estrutura organizacional de uma unidade de Corregedoria. As atividades correcionais são desenvolvidas pela Gerência de Processos Administrativos Disciplinares – GEPAD, subordinada à Diretoria-Executiva, e tendo como base normativa a R.CD nº 15, de 04 de novembro de 2011.

Desta forma, à GEPAD compete:

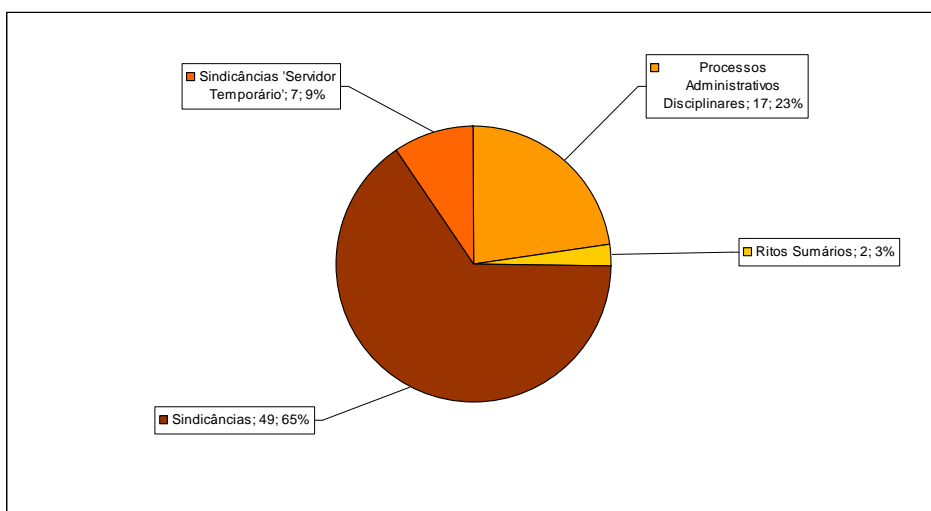
- a) Orientar e emitir instruções técnico-normativas às Unidades Organizacionais e às Comissões de Processo Administrativo Disciplinar e de Sindicância, em âmbito nacional, quanto à matéria de processo administrativo disciplinar;
- b) Acompanhar, controlar e analisar os processos administrativos disciplinares e sindicâncias, instaurados no âmbito do IBGE, para atender à demanda de auditorias interna e externa;
- c) Fornecer à Direção Superior e aos Órgãos Fiscalizadores informações gerenciais que retratem os resultados das ações desenvolvidas; e
- d) Coordenar, organizar, instrumentalizar, integrar e acompanhar a rede de colaboradores que atuam nos trabalhos referentes aos procedimentos disciplinares.

A seguir está apresentado o desenvolvimento dos procedimentos disciplinares no exercício 2013, compilando trabalhos desenvolvidos pelas Comissões de Processos Disciplinares do IBGE em todo o Brasil. Em alinhamento com a Controladoria Geral da União – CGU, as informações são oriundas do sistema CGU/PAD.

Procedimentos Instaurados

Em 2013 foram instaurados 75 procedimentos, conforme distribuição evidenciada a seguir.

Gráfico 6 – Distribuição Percentual por Procedimentos Disciplinares Instaurados



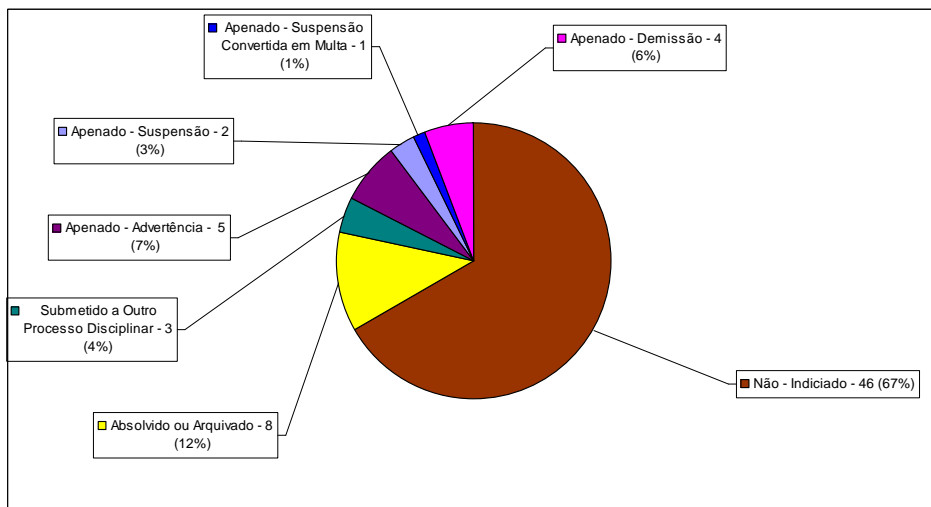
Fonte: CGU/PAD, dez 2013

Conforme gráfico 6, a maior parte dos procedimentos instaurados diz respeito a sindicâncias (65%), seguido por Processos Administrativos Disciplinares (23%). Sindicâncias de contratados temporários e ritos sumários correspondem ao total de 12% dos procedimentos instaurados.

Resultados de Julgamento por Situação

Com relação aos 69 casos julgados em 2013, 17% dos procedimentos resultaram em penas relativas a suspensões, advertência e demissão. 67% dos julgamentos resultaram no não-indiciamento dos servidores, e 12% resultaram em arquivamento ou absolvição. Por fim, 4% dos casos foram submetidos a outro processo disciplinar.

Gráfico 7 – Distribuição Percentual dos Resultados de Julgamento por Situação

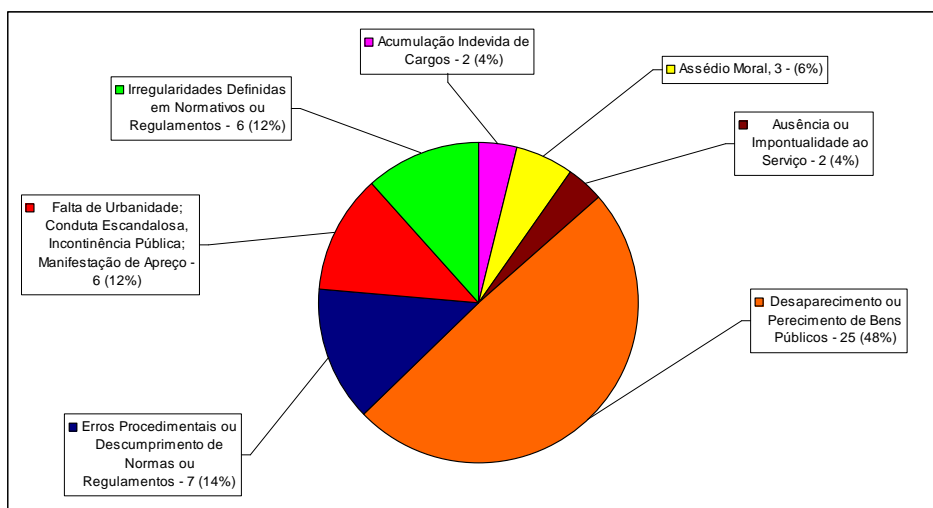


Fonte: CGU/PAD, dez 2013

Procedimentos por Assunto

Os procedimentos instaurados foram divididos em sete grupos, conforme evidencia o gráfico 8.

Gráfico 8 – Distribuição Percentual dos Procedimentos Instaurados por Assunto



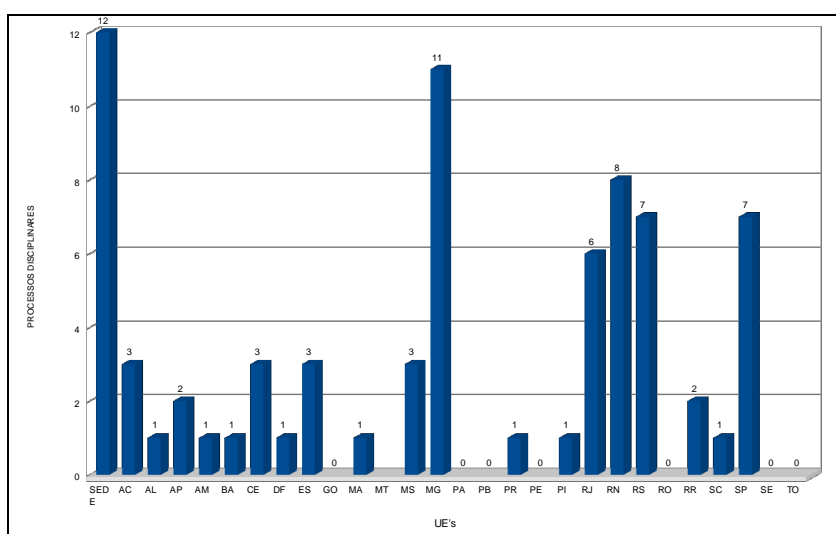
Fonte: CGU/PAD, dez 2013

Importa ressaltar que o quantitativo de procedimentos disciplinares relativos ao desaparecimento e/ou peregimento de bens públicos, abrangem em sua grande maioria *Personal Digital Assistant* - PDAs – computadores de bolso utilizados –, não só por servidores do quadro, como também, por contratados temporários em pesquisas. Entretanto, apesar de maior incidência, a quantidade de PDAs desaparecidos (em torno de 500) e/ou peregidos é pouco expressivo, considerando que o IBGE possui, aproximadamente, 186.400 desses equipamentos, ou seja, cerca de 0,27%.

Procedimentos por Unidades Estaduais

O gráfico 9 mostra o quantitativo de procedimentos disciplinares instaurados por Unidades Estaduais.

Gráfico 9 – Processos Disciplinares Instaurados por Unidades Estaduais



Fonte: CGU/PAD, dez 2013

Análise Crítica:

O quantitativo de procedimentos disciplinares instaurados em 2013 mostra acentuada queda com relação ao exercício passado. O uso de ferramentas mais simples (TCA¹⁴ e a Investigação Preliminar), que alcançam os mesmos resultados de procedimentos mais complexos (Sindicâncias e PAD), ajudam a explicar essa redução.

3.5 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Desde 2007, época em que foi implementado o Sistema CGU/PAD, o IBGE vem, em consonância com o disposto na Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU, alimentando regularmente o referido sistema, respeitados os devidos critérios de confidencialidade das informações registradas.

3.6 Indicadores para Monitoramento e Avaliação do Modelo de Governança e Efetividade dos Controles Internos

O IBGE não possui indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos. Contudo, possui normativos internos que asseguram o cumprimento dos objetivos. Nesse aspecto é relevante mencionar a existência de Política de Comunicação Integrada como um instrumento orientador e normativo, concebido para sistematizar as ações de comunicação do IBGE. A Comunicação Integrada, alinhada à missão institucional do IBGE e aos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais da Comissão de Estatística das Nações Unidas, fortalece o inter-relacionamento dos elementos de controle interno.

Em 2013 foi elaborado o Código de Ética Profissional do Servidor Público do IBGE, que é a materialização de uma tarefa coletiva realizada pela Comissão de Ética do IBGE e segue, de maneira estrita, o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, a ele agregando importantes princípios e particularidades inerentes ao trabalho realizado na Instituição. Espera-se que o Código de Ética Profissional do Servidor Público do IBGE venha a contribuir de maneira decisiva para a avaliação e profunda compreensão do papel de todos os agentes públicos lotados no IBGE, contribuindo para fortalecimento do principal elemento de controle interno.

Se por um aspecto o ambiente de controle é fortalecido, por outro há de se considerar o expressivo percentual (38% em dezembro/2013) do quadro de servidores efetivos do IBGE que já reúnem os requisitos para aposentadoria, potencializando possíveis impactos a esse mesmo elemento do controle interno.

Embora deva ocorrer o suprimento de 440 vagas por concurso público já realizado em 2013, a capacitação de novos servidores requer esforço adicional e, principalmente, tempo. Parcela da *expertise* alcançada ao longo do tempo requer o compartilhamento de experiências para que ocorra o processo de transferência de conhecimento.

A estrutura de governança do IBGE oferece elementos para mitigação do grau de assimetria de informações e *accountability*, mediante atividades realizadas pela Auditoria Interna AUD. Com periodicidade trimestral são emitidos relatórios de auditoria interna com os resultados da avaliação de contas. Esses relatórios são apresentados ao Conselho Diretor e ao Conselho Curador para fins de pronunciamento sobre as constas do período. Com relação às Unidades

¹⁴ A Controladoria-Geral da União (CGU), mediante a Instrução Normativa nº 4 (IN/CGU 04/2009), instituiu o Termo Circunstanciado Administrativo (TCA) como alternativa ao PAD e à Sindicância para apuração de fatos, desde que em casos de danos ao erário inferiores a R\$8.000,00. A decisão tem a ver com a busca da eficiência, da desburocratização e da racionalização de procedimentos com custo desproporcional em relação ao benefício.

Estaduais, são realizadas ações de auditoria, em ciclo não superior a dois anos, para avaliação da gestão da Unidade.

Apesar dos riscos relacionados à rotatividade de pessoal, principalmente por motivo de inatividade, em 2013 as metas físicas foram integralmente cumpridas, evidenciando a efetividade do controle interno do IBGE

4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Execução das Despesas

4.1.1 Programação

Quadro 53 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária:			Código UO:			UGO:		
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Corrente					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3 – Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL			1.375.579.228,00				229.345.734,00	
CRÉDITOS	Suplementares		289.779.623,00				32.885.693,00	
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Cancelados		1.164.133,00				5.500.557,00		
Outras Operações								
Dotação final 2013 (A)			1.664.194.718,00				256.730.870,00	
Dotação final 2012(B)			1.416.867.983,00				234.824.285,00	
Variação (A/B-1)*100			17,46				9,33	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 – Reserva de Contingência		
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida			
DOTAÇÃO INICIAL			17.761.516,00	10.000,00				
CRÉDITOS	Suplementares		50.000,00					
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos	5.920.506,00	3.333,00				
		Reabertos						
Cancelados		5.920.506,00	3.333,00					
Outras Operações								
Dotação final 2013 (A)			17.811.516,00	10.000,00				
Dotação final 2012(B)			11.973.645,00	3.333,00				
Variação (A/B-1)*100			48,76	200,03				

4.1.1.1 Análise Crítica

Os créditos iniciais aprovados na LOA para o cumprimento dos programas de trabalho do IBGE no exercício de 2013 totalizaram R\$ 1.622.696.478,00 (um bilhão, seiscentos e vinte e dois milhões, seiscentos e noventa e seis mil, quatrocentos e setenta e oito reais). Deste montante, R\$1.604.924.962,00 (um bilhão, seiscentos e quatro milhões, novecentos e vinte e quatro mil, novecentos e sessenta e dois reais), foram destinados à Categoria Econômica Despesas Correntes e R\$ 17.771.516,00 (dezessete milhões, setecentos e setenta e um mil, quinhentos e dezesseis reais), à Categoria Econômica Despesas de Capital.

Durante o decorrer do exercício, houve algumas suplementações para suprir necessidades de créditos nas Ações: Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Federais, Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor; Pagamento de Pessoal Ativo da União, Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis; Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares; Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares; Administração da Unidade; Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos; e Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes no valor de R\$322.715.316,00 (trezentos e vinte e dois milhões, setecentos e quinze mil, trezentos e dezesseis reais), sendo R\$289.779.623,00 (duzentos e oitenta e nove milhões, setecentos e setenta e nove mil, seiscentos e vinte e três reais), para atender as despesas relacionadas à Pessoal e Encargos Sociais, R\$32.885.693,00 (trinta e dois milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e noventa e três reais) para atender as Outras Despesas Correntes e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para Investimentos.

Ainda durante o exercício 2013, foram cancelados créditos no total de R\$12.588.529,00 (doze milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, quinhentos e vinte e nove reais). Na Ação Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) foram cancelados R\$1.164.133,00 (um milhão, cento e sessenta e quatro mil, cento e trinta e três reais) no grupo “Pessoal e Encargos Sociais”, e R\$136.873,00 (cento e trinta e seis mil, oitocentos e setenta e três reais) no grupo “Outras Despesas Correntes”, ambos cancelados automaticamente pela SOF. Na Ação Censos Demográfico e Agropecuário, no grupo “Outras Despesas Correntes” foram cancelados R\$3.900.000,00 (três milhões e novecentos mil) para suplementar a Ação Administração da Unidade e na Ação Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes o cancelamento foi no valor de R\$1.463.684,00 (um milhão, quatrocentos e sessenta e três mil, seiscentos e oitenta e quatro reais), referente a exames periódicos não realizados. Já no grupo “Despesa de Capital”, os cancelamentos de créditos totalizaram R\$5.923.839,00 (cinco milhões, novecentos e vinte e três mil, oitocentos e trinta e nove reais), sendo R\$5.920.506,00 (cinco milhões, novecentos e vinte mil, quinhentos e seis reais) em Investimentos e R\$3.333,00 (três mil, trezentos e trinta e três reais) em Inversões Financeiras, inerentes às Ações Pesquisas e Estudos Estatísticos; Censos Demográfico e Agropecuário; Administração da Unidade; Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos e Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas, referentes a créditos concedidos e cancelados no final do exercício de 2012, que foram reabertos pela SOF no mês de janeiro de 2013 e cancelados em 30 de junho de 2013.

4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

A Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa não se aplica ao IBGE pelo fato da movimentação ser efetuada por uma única Unidade Jurisdicionada onde os créditos da UO são registrados contabilmente, na UG 114601, denominada Administração Central.

Quadro 54 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Valores em R\$1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
			Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes
Concedidos	080009	47205.28.846.0901.0005	7.887.823		274.229
Concedidos	080014	47205.28.846.0901.0005	48.200		
Concedidos	080015	47205.28.846.0901.0005	137.815		
Concedidos	080016	47205.28.846.0901.0005	134.016		
Concedidos	090032	47205.28.846.0901.0005	79.768		
Concedidos	090033	47205.28.846.0901.0005	2.784.214		
Concedidos	090034	47205.28.846.0901.0005	3.426.890		1.093.426
Concedidos	533014	47205.04.122.2125.2000			849.702
Concedidos	080009	47205.28.846.0901.00G5	937.950		
Concedidos	080014	47205.28.846.0901.00G5	5.302		
Concedidos	080015	47205.28.846.0901.00G5	16.866		
Concedidos	080016	47205.28.846.0901.00G5	14.742		
Concedidos	090032	47205.28.846.0901.00G5	9.485		
Concedidos	090033	47205.28.846.0901.00G5	371.074		
Concedidos	090034	47205.28.846.0901.00G5	407.495		
Total			16.261.640		2.217.357
Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente	Classificação da ação	Despesas Correntes		
			Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes
Recebidos	154003	26291.12.364.2032.0487			21.766
Recebidos	110614	65101.14.422.2016.210A			507.322
Recebidos	201002	47101.04.122.2125.2000			8.087
Recebidos	201002	47101.04.122.2038.20U0			4.000
Recebidos	257001	36901.10.303.2055.8636			4.370.268
Recebidos	257001	36901.10.122.2115.20YQ			3.003.398
Recebidos	257001	36901.10.305.2015.20YJ			4.576.069
Recebidos	550005	55101.08.121.2122.4923			1.979.941
Recebidos	240101	24101.19.571.2021.20US			999.999
Recebidos	110008	58101.20.125.2052.20Y2			439.680
Recebidos	550008	55101.08.306.2069.8624			4.286.330
Recebidos	201002	47101.09.272.0089.0181	1.558.310		0
Total			1.558.310	0	20.196.860
Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente	Classificação da ação	Despesas de Capital		
			Investimentos	Inversões Financeiras	Amortizações da Dívida
Recebidos	201002	47101.04.122.2125.2000	374.540	0	0
Total			374.540	0	0

4.1.3 Realização da Despesa

4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Quadro 55 - Despesas por Modalidade de Contratação - créditos originários - Total

Valores em R\$1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	75.054.334,67	79.224.729,92	59.883.989,72	65.753.749,77
a) Convite	309.548,00	252.675,88	131.279,39	64.260,70
b) Tomada de Preços	381.162,96	791.332,23	-	640.160,24
c) Concorrência	4.236.440,57	1.400.954,17	737.684,06	373.647,06
d) Pregão	70.127.183,14	76.779.767,64	59.015.026,27	64.675.681,77
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	47.476.761,51	41.938.254,08	43.145.971,37	38.144.525,75
h) Dispensa	28.471.218,76	22.910.651,16	26.381.330,09	22.011.146,72
i) Inexigibilidade	19.005.542,75	19.027.602,92	16.764.641,28	16.133.379,03
3. Regime de Execução Especial	5.992.592,85	5.148.349,39	5.991.437,29	5.148.349,39
j) Suprimento de Fundos	5.992.592,85	5.148.349,39	5.991.437,29	5.148.349,39
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.643.496.956,31	1.453.154.536,22	1.642.288.543,67	1.453.154.536,22
k) Pagamento em Folha	1.633.154.442,72	1.440.819.661,29	1.631.949.164,31	1.440.819.661,29
l) Diárias	10.342.513,59	12.334.874,93	10.339.379,36	12.334.874,93
5. Outros	100.145.662,06	2.579.184,84	99.806.502,33	2.364.408,05
6. Total (1+2+3+4+5)	1.872.166.307,40	1.582.045.054,45	1.851.116.444,38	1.564.565.569,18

Fonte: SIAFI, 2013

O quadro 56 - Despesas por Modalidade de Contratação - créditos originários – Total, contempla as despesas referente aos créditos constantes na Lei Orçamentária Anual. Esses créditos foram executados nas diversas Unidades Gestoras do IBGE que agregam a UJ única 47205.

Cabe ressaltar que houve um significativo aumento na despesa com Pessoal e Encargos (13%), em decorrência do aumento salarial concedido no exercício de 2013. Essas despesas são executadas na modalidade de licitação “Não se Aplica”.

Com relação a diárias, também executadas na modalidade “Não se Aplica”, ao contrário, houve uma redução de 16% na despesa executada em função dos limites orçamentários que reduziram os gastos com diárias e passagens.

4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

Não se aplica ao IBGE pelo fato de ser uma única Unidade Jurisdicionada onde os créditos da UO são registrados contabilmente, na UG 114601, denominada Administração Central.

4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Quadro 56 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Despesas Correntes								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1 - Despesas de Pessoal	1.633.154.442,72	1.364.252.298,79	1.633.154.442,72	1.364.252.298,79	-	-	1.631.949.164,31	1.364.244.565,61
11-Venc. e Vantagens Fixas	715.252.247,74	613.439.462,07	715.252.247,74	613.439.462,07	-	-	715.252.247,74	613.431.728,89
01-Aposentadorias e Reformas	556.830.490,98	437.123.137,20	556.830.490,98	437.123.137,20	-	-	556.830.490,98	437.123.137,20
03-Pensões, Excluído do RGPS	145.610.326,44	124.254.058,11	145.610.326,44	124.254.058,11	-	-	145.610.326,44	124.254.058,11
Demais Elementos do Grupo	215.461.377,56	189.435.641,41	215.461.377,56	189.435.641,41	-	-	214.256.099,15	189.435.641,41
2 - Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
21-Juros s/a Dívida p/Contrato	-	-	-	-	-	-	-	-
22-Outros Encargos s/ a Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	230.245.256,69	211.741.378,69	217.569.862,19	199.848.666,30	12.675.394,50	11.892.712,39	216.558.858,90	198.436.675,03
39-Outros Serv. de Terceiros - PJ	86.386.891,77	82.498.791,82	76.767.867,08	74.285.603,70	9.619.024,69	8.213.188,12	75.838.935,74	73.324.516,01
46-Auxílio-Alimentação	34.807.724,54	38.611.467,73	34.807.724,54	38.611.467,73	-	-	34.807.724,54	38.611.467,73
37-Locação de Mão -de- Obra	20.508.312,74	16.855.634,06	19.466.308,13	15.890.371,39	1.042.004,61	965.262,67	19.394.065,04	15.520.553,97
Demais elementos do grupo	88.542.327,64	73.775.485,08	86.527.962,44	71.061.223,48	2.014.365,20	2.714.261,60	86.518.133,58	70.980.137,32
Despesas de Capital								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4 - Investimentos	8.766.607,99	6.051.376,97	2.608.421,17	1.889.728,54	6.158.186,82	4.161.648,43	2.608.421,17	1.885.328,54
52-Equip. e Mat. Permanente	3.965.512,37	3.212.234,03	1.940.947,89	1.274.834,57	2.024.564,48	1.937.399,46	1.940.947,89	1.270.434,57
51-Obras e Instalações	3.515.412,04	1.234.136,26	567.004,70	133.303,25	2.948.407,34	1.100.833,01	567.004,70	133.303,25
39-Outros Serv. de Terceiros - PJ	1.285.683,58	1.246.535,43	100.468,58	295.119,47	1.185.215,00	951.415,96	100.468,58	295.119,47
Demais elementos do grupo	-	358.471,25	-	186.471,25	-	172.000,00	-	186.471,25
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
71-Principal da Dívida p/Cont.	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (1+2+3+4+5+6)	1.872.166.307,40	1.582.045.054,45	1.853.332.726,08	1.565.990.693,63	18.833.581,32	16.054.360,82	1.851.116.444,38	1.564.566.569,18

4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ

Não se aplica ao IBGE pelo fato de ser uma única Unidade Jurisdicionada onde os créditos da UO são registrados contabilmente, denominada Administração Central.

4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro 57 – Despesas por Modalidade de Contratação– Créditos de Movimentação

Valores em R\$1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	12.756.795,73	1.621.875,45	10.960.947,38	1.621.875,45
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	374.540,00	-	74.908,00	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	12.382.255,73	1.621.875,45	10.886.039,58	1.621.875,45
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	984.113,27	237.244,54	898.288,08	237.244,54
h) Dispensa	229.094,84	17.272,86	166.399,08	17.272,86
i) Inexigibilidade	755.018,43	219.971,68	731.889,00	219.971,68
3. Regime de Execução Especial	464.425,59	12.360,72	464.425,59	12.360,72
j) Suprimento de Fundos	464.425,59	12.360,72	464.425,59	12.360,72
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	7.894.230,84	576.568,66	7.893.342,11	576.568,66
k) Pagamento em Folha	1.558.309,59	-	1.558.309,59	-
l) Diárias	6.335.921,25	576.568,66	6.335.032,52	576.568,66
5. Outros	29.338,39	15.000,00	21.629,62	15.000,00
6. Total (1+2+3+4+5)	22.127.903,82	2.463.049,97	20.239.632,78	2.463.049,97

Fonte: SIAFI, dez 2013

4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro 58 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Despesas Correntes								
Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1 - Despesas de Pessoal	1.558.309,59	-	1.558.309,59	-	-	-	1.558.309,59	-
01- Aposentadorias e Reformas	1.558.309,59	-	1.558.309,59	-	-	-	1.558.309,59	-
2 - Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
21-Juros s/a Dívida p/Contrato	-	-	-	-	-	-	-	-
22-Outros Encargos s/ a Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	20.195.054,23	2.587.199,73	18.627.325,19	2.463.049,97	1.567.729,04	124.149,76	18.606.415,19	2.463.049,97
39 – Outros Serv. de Terceiros - PJ	7.523.529,61	252.972,24	6.996.285,17	186.412,24	527.244,44	66.560,00	6.994.650,90	186.412,24
14-Diárias - Pessoa Civil	6.336.613,74	572.343,06	6.335.921,25	572.343,06	692,49	-	6.335.032,52	572.343,06
30-Material de Consumo	3.949.997,36	257.482,41	3.130.982,36	251.108,41	819.015,00	6.374,00	3.112.616,07	251.108,41
Demais elementos do grupo	2.384.913,52	1.504.402,02	2.164.136,41	1.453.186,26	220.777,11	51.215,76	2.164.115,70	1.453.186,26
Despesas de Capital								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4 - Investimentos	374.540,00	9.732,00	74.908,00	-	299.632,00	9.732,00	74.908,00	-
51-Obras e Instalações	374.540,00	9.732,00	74.908,00	-	299.632,00	9.732,00	74.908,00	-
52-Equip. e Mat. Permanente	-	-	-	-	-	-	-	-
39 – Outros Serv. de Terceiros - PJ	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
71-Principal da Dívida p/Cont.	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (1+2+3+4+5+6)	22.127.903,82	2.596.931,73	20.260.542,78	2.463.049,97	1.867.361,04	133.881,76	20.239.632,78	2.463.049,97

4.1.3.7 Análise Crítica da Realização da Despesa

A programação orçamentária do IBGE de 2013, comparada com a de 2012, sofreu alterações significativas no grupo “Pessoal e Encargos” devido ao aumento salarial concedido pelo governo. No grupo “Outras Despesas Correntes”, as variações se mantiveram em níveis regulares, sendo que no elemento de despesa 46 – Auxílio-Alimentação - houve uma redução no valor empenhado na ordem de 10% (dez por cento), decorrentes de aposentadorias concedidas no exercício e contratos de trabalho temporário encerrados pelo decurso do prazo.

Para as Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos por Movimentação, destacamos o item “Diárias”, que apresenta um aumento considerável em relação ao exercício de 2012, que se justifica pelo intuito de melhoria da qualidade da amostra, reduzindo o número de pesquisas sem respostas.

4.2 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

No exercício de 2013 não houve registros de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

4.3 Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 59 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar em 31/12/2013
2012	16.188.242,58	12.267.064,70	2.888.815,68	1.032.362,20
2011	1.920.534,22	112.204,62	1.510.905,93	297.423,67
2010	108.446,74	0,00	35.609,31	72.837,43
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2012	1.416.391,27	1.413.157,63	3.233,64	0,00
2011	4.725,03	0,00	2.265,89	2.459,14
2010	6.440,48	0,00	2.698,09	3.742,39

Fonte: SIAFI, 2013

4.3.1 Análise Crítica

Da análise do quadro anterior, verifica-se que há permanência de valores inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados referentes a exercícios anteriores. Essas inscrições tiveram respaldo nos Decretos nº 7.418, de 31/12/2010, nº 7.468, de 28/04/2011, nº 7.511, de 30/06/2011, e nº 7.654, de 23/10/2011, havendo a prorrogação da validade dos restos a pagar não processados e inscritos – exercícios financeiros de 2010, até 30 de dezembro de 2012, registrando em conta específica para Restos a Pagar Bloqueados.

Em 19/12/2012, por meio da mensagem SIAFI nº 2012/1995056, a Secretaria do Tesouro Nacional informou que os valores de RP não processados referentes aos empenhos de 2011 (inscrição) serão transpostos para a conta 29.511.01.01 (RP não processados a liquidar) e terão validade até 30/06/2013, exceto se a execução da despesa já tiver sido iniciada até essa data, hipótese que tais empenhos permanecerão válidos após essa data, conforme disposto no § 3º, do art. 68, do Decreto nº 93.872/1986.

Ressalta-se o esforço da gestão financeira no sentido de realizar a execução dos Restos a Pagar, o que se evidencia pelo pagamento em torno de 99% dos restos a pagar processados e 93% dos restos a pagar não processados.

4.4 Transferências de Recursos

4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro 60 - Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística									
CNPJ: 33.787.094/0001-40					UG/GESTÃO: 114601				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	01/12	Ministério do Meio Ambiente – MMA	R\$ 3.500.000,00	-	-	-	09/11/12	21/12/13	1
3	01/13	SUDENE	R\$ 912.000,00	-	R\$ 912.000,00	-	08/03/13	31/12/13	1

LEGENDA:
Modalidade: 1 - Convênio, 2 - Contrato de Repasse, 3 - Termo de Cooperação, 4 - Termo de Compromisso
Situação da Transferência: 1 - Adimplente, 2 - Inadimplente, 3 - Inadimplência Suspensa, 4 - Concluído, 5 - Excluído, 6 - Rescindido, 7 - Arquivado

Fonte: SIAFI, 2013

4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro 61 - Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:		Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística				
CNPJ:33.787.094/0001-40			UG/GESTÃO:114601			
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (Valores em R\$1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	1	1	-	912.000,00	3.350.000,00	-
Termo de Compromisso						
Total						

Fonte: SIAFI, 2013

4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro 62 - Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse

Unidade Concedente					
Nome: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística					
CNPJ: 33.787.094/0001-40			UG/GESTÃO: 114601		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Valores em R\$1,00		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	-	1	-
		Montante Repassado	-	R\$ 912.000,00	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2012	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	-	1	-
		Montante Repassado	-	R\$ 900,00,00	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: SIAFI, 2013

4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

O item não tem aplicação ao IBGE uma vez que não transfere recursos a Estados, Municípios, Distrito Federal e entidades privadas sem fins lucrativos, através da celebração de convênios, como também não figura como Contratante em Contratos de Repasse, dada a sua natureza jurídica.

4.4.5 Análise Crítica

O IBGE não tem como prática firmar parcerias na qualidade de Concedente. Nos últimos anos foram celebrados apenas um instrumento em cada exercício, visando atender situações pontuais, conforme segue:

Ano 2010 – Termo de Cooperação firmado com a FUNASA, com o fim de viabilizar o CENSO 2010 junto às comunidades indígenas, cuja prestação de contas financeira foi realizada integralmente no exercício de 2011.

Ano de 2011 - Não houve parceria firmada na qualidade de concedente.

Ano de 2012 - Termo de Cooperação firmado com o MMA, visando a contratação compartilhada de serviço de fornecimento de imagens de acervo, orbitais multiespectrais e ortorretificadas, coletadas no ano de 2011, de todo o território

nacional, totalizando 8.5141.877 km², evitando-se a sobreposição de dispêndios com obtenção de produtos iguais ou muito semelhantes para as atividades comuns do IBGE e do MMA e demais órgãos da esfera federal, cuja prestação de contas se dará no início de 2014.

Ano de 2013 – Termo de Cooperação Simplificado firmado com a SUDENE, visando a descentralização de créditos para rateio das despesas condominiais, pela utilização compartilhada do imóvel situado na Praça Ministro João Gonçalves de Souza s/nº - Eng. do Meio – Recife - PE.

4.5 Suprimento de Fundos

4.5.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por Meio da Conta Tipo “B” e por Meio do Cartão de Crédito Corporativo

Quadro 63 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Saque		Fatura		
			Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	0	0	12216	3.739.924,75	5.628	2.662.670,67	6.402.595,42
2012	0	0	10471	2.992.140,17	5.389	2.131.596,23	5.123.736,40
2011	0	0	7037	1.684.738,00	5.240	2.006.630,25	3.691.368,25

Fonte: SIAFI, 2013

4.5.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

O IBGE não utiliza a conta tipo “B”.

4.5.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

A informação relativa a Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo encontra-se no Anexo 3.

4.5.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro 64 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Suprimento de Fundos						
CPGF						
Situação	2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não apresentadas	0	-	0	-	0	-
PA Aguardando Análise	0	-	0	-	0	-
PC em Análise	0	-	0	-	0	-
PN não Aprovadas	0	-	0	-	0	-
PC Aprovadas	6904	6.402.595,42	6.370	5.123.736,40	5.670	3.691.368,25

4.5.5 Análise Crítica

O suprimento de fundos no IBGE é utilizado em quase sua totalidade para atender as atividades finalísticas. Para o acompanhamento e controle da solicitação, concessão, comprovação e prestação de contas institucionalizamos um sistema corporativo que monitora as quatro fases, a partir de limites pré-estabelecidos no início do exercício.

A cada solicitação o gestor recebe automaticamente as justificativas e o limite disponível para atender a excepcionalidade do uso do suprimento de fundos, os percentuais para saque e fatura que serão utilizados, visando subsidiar a sua autorização, além do saldo de limites da sua UG.

Após a concessão o sistema monitora os prazos de aplicação e comprovação através de relatórios ativos e avisos por *e-mail*.

A cada concessão, o suprido (portador de cartão) recebe instruções de como o recurso deve ser utilizado, de forma a atender o disposto na legislação.

Encontra-se disponibilizado no sistema, que obrigatoriamente é utilizado pelo suprido, os manuais e o caderno de perguntas e respostas da CGU.

Dentre os resultados obtidos em 2013 pode-se destacar a homogeneidade do procedimento, tendo em vista que todos os processos para esse fim têm suas peças padronizadas, resultado da automação do sistema, facilitando, assim, a análise por parte dos contadores e auditores.

Em 2013 foi aplicado no suprimento de fundos, através do cartão de pagamento do governo federal, o montante de R\$3.739.924,75, sendo que deste R\$2.174.887,05 (58%) para pagamento de despesas com deslocamentos (locomoção+combustível), R\$933.626,54 (25%) em limpeza de agências (faxineiras), R\$268.302,44 (7%) em serviços de terceiros – PJ e os restantes R\$363.575,87 (10%) em material de consumo e demais despesas.

O uso do saque teve um avanço expressivo no final do exercício devido a implantação das pesquisas Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, em conjunto com a PNAD tradicional e a Pesquisa Nacional de Saúde – PNS.

4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ

O IBGE não gere sobre renúncias de receitas, ou seja, não recebe benefícios financeiros e creditícios, bem como não faz arrecadação tributária.

5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

5.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1 Lotação

Quadro 65 – Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12/2013

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		6154	0	441
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	6154	-	441
1.2.1. Servidores de carreira vinculados ao órgão	-	6131	-	439
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	15	-	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	5	-	1
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	3	-	0
2. Servidores com Contratos Temporários	-	4828	3821	3089
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	2	-	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	-	10984	3821	3089

Fonte: 1 - Fita Espelho, ref. dez/2013; 2 – Transação GRCOLOTDIS (SIAPE), ref. dez/2013

5.1.1.2 Situações que Reduzem a Força de Trabalho da Unidade Jurisdicionada

Quadro 66 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	107
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	42
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (Lei 6.999/82, Lei 9.007/95, Lei Complementar 73/93, Lei Complementar 75/93 e Lei 9.020/95)	65
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	38
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	4
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	2
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> no País	32
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	-
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	-
3.3. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração para Acompanhar Cônjuge/Companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de Saúde	-
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	1
4.1. Doença em Pessoa da Família	-
4.2. Capacitação	1
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	16
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	5
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	11
5.5. Mandato Classista	-

6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	162

Fonte: Fita Espelho SIAPE dezembro de 2013

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

Quadro 67 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31/12/2013)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	423	402	66	61
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	423	390	66	61
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	11	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	1	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	-	1402	235	231
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	1402	235	231
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	423	1804	301	292

Fonte: Fita Espelho SIAPE dezembro de 2013

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro 68 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária (Situação em 31/12/2013)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	3.813	1.517	1.098	3.429	995
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	345	766	770	3207	936
1.3. Servidores com Contratos Temporários	3.468	751	328	222	59
2. Provimento de Cargo em Comissão	97	240	243	988	236
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	6	64	81	201	50
2.3. Funções Gratificadas	91	176	162	787	186
3. Totais (1+2)	3.910	1.757	1.341	4.417	1.231

Fonte: Fita Espelho SIAPE dezembro de 2013

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro 69 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade (Situação em 31/12/2013)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	4	60	116	6182	2984	723	560	232
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	4	60	116	2261	2077	723	560	223
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	3921	907	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	1	3	17	594	689	253	193	54
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	1	33	88	144	100	36
2.3. Funções Gratificadas	-	1	3	16	561	601	109	93	18
3. Totais (1+2)	-	5	63	133	6776	3673	976	753	277

Fonte: Fita Espelho SIAPE dezembro de 2013

LEGENDA: Nível de Escolaridade: 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 70 – Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores

Valores em R\$1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	227.974.342,07	553.384,17	34.155.613,77	199.061.991,52	25.050.882,82	25.720.331,00	0	261.333,08	766.197,91	513.544.076,34
	2012	200.339.090,94	516.537,07	30.281.732,29	171.543.067,39	21.821.628,46	20.346.540,83	0	275.823,39	776.061,08	445.900.481,45
	2011	211.375.480,00	466.742,00	31.187.116,00	178.862.994,00	22.462.588,00	21.062.673,00	0	0	786.473,00	466.204.067,00
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	45.405.296,87	0	2.844.372,53	80.441,13	14.636.384,25	400.647,96	0	313.83,00	0	63.367.456,57
	2012	41.252.968,14	0	2.853.400,18	76.392,54	23.212.374,08	383.948,06	0	1.457,59	0	67780540,59
	2011	29.763.200,00	0	1.881.663,00	120.260,00	21.198.110,00	187.789,00	0	0	0	53.151.023,00
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	6.198.453,93	0	859.608,53	4.887.617,31	455.832,44	581.629,28	0,	1.686,53	25.662,28	13.010.490,30
	2012	7.148.109,65	0	811.699,23	5.144.573,42	555.654,99	567.926,68	0	163.108,69	26418,60	14417491,26
	2011	6.338.815,00	0	868.435,00	4.511.037,00	442.534,00	476.214,00	0	0	37.222,00	12.674.258,00
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	0	344,38	0	111,16	1.080,00	0	0	0	0	1.535,54
	2012	606,31	2694,69	0	202,10	606,31	0	0	0	0	4109,41
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	30.906.919,91	7.987.312,52	5.198.976,01	23.585.170,49	2.068.435,47	3.071.681,52	0	61.300,90	105.839,50	72.985.636,32
	2012	25.760.324,32	7.750.664,03	4.792.432,90	23.994.905,68	1.772.259,13	2.664.249,75	0	48.432,62	99.221,68	66882490,11
	2011	26.036.881,00	7.810.637,00	4.719.707,00	23.726.262	1.724.566,00	2.596.890,00	0	0	88.410,00	66.703.353,00
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	69.346.069,85	5.259.825,34	11.097.115,28	61.427.015,99	7.759.726,44	8.729.666,34	0	97.875,00	186.048,61	163.903.342,85
	2012	59.045.097,03	5.239.211,69	8.912.002,03	45.497.157,70	6.270.546,70	6.579.603,76	0	57.809,69	186.718,75	131788147,35
	2011	58.202.365,00	5.113.352,00	8.944.115,00	44.498.422,00	5.983.100,00	6.292.240,00	0	0	186.757,00	129.220.351,00

Fonte: Fita Espelho SIAPE dezembro de 2013

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro 71 – Composição do Quadro de Servidores Inativos (Situação em 31/12/2013)

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	3.674	369
1.1. Voluntária	3.185	363
1.2. Compulsória	15	2
1.3. Invalidez Permanente	474	4
1.4. Outras	-	-
2. Proporcional	2.500	13
2.1. Voluntária	2.167	1
2.2. Compulsória	35	
2.3. Invalidez Permanente	298	12
2.4. Outras	-	-
3. Totais (1+2)	6.174	382

Fonte: Fita Espelho SIAPE de janeiro a dezembro 2013.

5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 72 – Instituições de Pensão (Situação em 31/12/2013)

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	2.521	93
1.1. Integral	2.136	19
1.2. Proporcional	385	74
2. Em Atividade	21	0
3. Total (1+2)	2.542	93

Fonte: SIAPE, 2013

5.1.5 Cadastramento no Sisac

5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro 73 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	191	0	191
Concessão de Aposentadoria	382	307	379	304
Concessão de Pensão Civil	108	130	103	128
Concessão de Pensão Especial a Ex-Combatente	-	-	-	-
Concessão de Reforma	-	-	-	-
Concessão de Pensão Militar	-	-	-	-
Alteração do Fundamento Legal de Ato Concessório	101	465	101	465
Totais	591	1.023	583	1.088

Fonte: SIAPE e SISAC, ref. dez/2013

5.1.5.2 Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU

Quadro 74 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	56	46*	56	46
Cancelamento de Concessão	19	17	19	17
Cancelamento de Desligamento	-	-	-	-
Totais	75	63	75	63

Fonte: SIAPE e SISAC, ref. dez/2013

* Há dois desligamentos pendentes de 2012, não sujeitos ao envio da ficha SISAC, por se tratarem de recondução (art. 8º, IX, lei 8.112/90).

5.1.5.3 Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac

Quadro 75 – Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de Aposentadoria	260	87	16	19
Concessão de Pensão Civil	86	13	3	6
Concessão de Pensão Especial a Ex-Combatente	-	-	-	-
Concessão de Reforma	-	-	-	-
Concessão de Pensão Militar	-	-	-	-
Alteração do Fundamento Legal de Ato Concessório	67	23	7	4
Total	413	123	26	29
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	4	12	7	33
Cancelamento de Concessão	-	-	-	-
Cancelamento de Desligamento	-	-	-	-
Total	4	12	7	33

Fonte: SIAPE e SISAC, ref. dez 2013

5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico

Não ocorreu remessa ao TCU em meio físico no ano de 2013.

5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.

A insuficiência e a constante redução de servidores, somadas às crescentes demandas do Órgão, torna-se inviável adotar uma sistemática de acompanhamento de acumulações remuneradas de cargos, funções e empregos públicos.

Contudo, apesar de não existir norma ou documentação formal estabelecendo a necessidade de informar acumulações de cargos que venham a ocorrer ao longo da vida funcional do servidor, o Instituto exige o preenchimento por parte dos nomeados da declaração de não-

acumulação de cargos, empregos e funções no momento de sua posse. Na declaração consta a seguinte afirmação: “Comprometo-me a comunicar ao IBGE qualquer alteração que vier a ocorrer em minha vida funcional, que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos”.

É pertinente esclarecer que esta Fundação não possui acesso aos sistemas de outras esferas de governo e de outros poderes da União, motivo pelo qual não é realizada uma verificação externa das informações prestadas pelos servidores nomeados. As auditorias externas da Controladoria Geral da União ou da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão cruzam os dados do SIAPE com dados de administrações estaduais e municipais. Se nesses cruzamentos forem identificadas situações de acumulação é instaurado um procedimento de averiguação da situação apontada.

Adotam-se os procedimentos especificamente traçados nos art. 133 da Lei 8.112/90, sem quaisquer outras nuances. É feito um contato prévio com o servidor em situação de acumulação, solicitando o comparecimento no IBGE, e, na ocasião do comparecimento, é notificado oficialmente para apresentar opção no prazo de 10 dias, adotando-se, na hipótese de omissão em fazê-lo, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar – Rito Sumário, conforme definido no artigo referenciado. No exercício de 2013 não houve processos oriundos de acumulação de cargos.

Além das medidas já citadas, o IBGE utiliza um Sistema Eletrônico de Controle de Acesso e Frequência para apurar a assiduidade dos servidores da instituição. Nesse sistema é indicada a carga horária diária de cada servidor, sua carga horária mensal, sua jornada de trabalho e a apuração diária de sua frequência. A chefia imediata dos servidores e a Coordenação de Recursos Humanos acompanham a frequência de todos os servidores, adotando as providências necessárias no caso de descumprimento da jornada de trabalho, gerando os descontos salariais decorrentes de ausências ou saídas antecipadas e não compensadas.

5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.

Casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos, são tratados pontualmente. Nessas situações, é instaurado um procedimento de averiguação da situação apontada.

5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Embora o IBGE ainda não possua, de forma sistematizada, indicadores de gestão de recursos humanos que permitam a verificação de todos os índices pertinentes à área, o órgão vem investindo em sistemas de informação para que se possam gerar tais números e, dessa forma, melhorar a atuação na formulação de políticas e programas que atendam às necessidades dos servidores.

5.1.8.1 Rotatividade (*Turnover*)

Para o cálculo de rotatividade no IBGE foi considerado o número de admissões e desligamentos, assim como o número de aposentadorias (no caso de servidores efetivos). Este indicador é relevante na medida em que possibilita mensurar e acompanhar o grau de renovação dos funcionários dentro da organização.

O quadro a seguir oferece uma visão geral do *turnover* entre os servidores efetivos e contratados.

Quadro 76 - Turnover 2013 – Servidores Efetivos + Contratados

Servidores Efetivos + Contratados	Turnover Anual %	Turnover Mensal Médio %
<i>Turnover (Sem Aposentadoria)</i>	33,12%	2,95%
<i>Turnover (Com Aposentadoria)</i>	34,86%	3,11%

Fonte: Fita Espelho, jan a dez/2013

Como se pode perceber, o *turnover* mensal médio gira em torno de 3%, enquanto o anual se aproxima de 34%. Houve um pequeno aumento com relação ao ano de 2012, que obteve percentuais aproximados de 2% e 25%, respectivamente.

Para uma análise mais apurada, porém, é necessário distinguir servidores efetivos e contratados, visto a natureza dos vínculos empregatícios.

No que se refere aos servidores efetivos e desconsiderando a quantidade de aposentadorias, o *turnover* é pouco expressivo, sendo impulsionado basicamente pelos que estão a menos tempo no IBGE – atraídos por outros órgãos ou empresas públicas que oferecem maior remuneração. Entretanto, o número cresce significativamente se considerado as aposentadorias na casa, passando de um *turnover* anual de 0,50% para 3,55%.

Quadro 77 - Turnover 2013 – Servidores Efetivos

Servidores Efetivos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Turnover Anual	Turnover Mensal Médio
	%													
Sem Aposentadoria	0,07%	0,02%	0,02%	0,07%	0,06%	0,05%	0,06%	0,02%	0,02%	0,03%	0,07%	0,00%	0,50%	0,04%
Com Aposentadoria	0,09%	0,33%	0,29%	0,75%	0,42%	0,07%	0,43%	0,62%	0,05%	0,26%	0,23%	0,00%	3,55%	0,30%

Fonte: Fita Espelho, jan a dez/2013

Este número reflete o impacto na casa devido à grande quantidade de servidores se aposentando.

No que se refere aos contratados temporários, a rotatividade é alta, chegando a quase 80% ao ano. Ou seja, em média, oito em cada dez contratados temporários ficam somente um ano na Fundação.

Quadro 78 - Turnover 2013 – Servidores Contratados

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Turnover Anual	Turnover Mensal Médio
%													
3,74%	3,84%	5,95%	9,77%	7,93%	9,31%	11,62%	13,62%	3,75%	3,87%	5,76%	1,43%	78,07%	6,57%

Fonte: Fita Espelho, jan a dez/2013

Este fato se justifica pela falta de estabilidade e pelo período máximo de até três¹⁵ anos de trabalho no cargo. Dessa forma, os desligamentos tanto a pedido quanto por decisão do IBGE – assim como as novas admissões – sejam mais frequentes e em quantidade consideravelmente maior que o efetivo.

5.1.8.2 Acidente de Trabalho e Doenças Ocupacionais

No ano de 2013 o IBGE teve 35 acidentes que abrangeram servidores e contratados temporários, tendo ocorrido 12 sem afastamento e 23 com afastamento. A maior quantidade de ocorrências foi nas unidades estaduais, já que há maior concentração de servidores e contratados.

Quadro 79 - Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Registros de Acidente do Trabalho e Doenças Ocupacionais -2013			
Localização	Quantidade		TOTAL
	Sem Afastamento	Com Afastamento	
Sede	4	8	12
Unidade Estadual	8	15	23

Fonte: Sistema de Informações de Saúde, ref. Dez/2013

¹⁵ Período recentemente modificado de dois para três anos, conforme alteração na lei 8.745/93.

5.1.8.3 Educação Continuada

a. Ensino Presencial

A Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento do IBGE realizou um total de 33 treinamentos presenciais em 2013, capacitando 556 servidores. Os cursos oferecidos são divididos em quatro grandes áreas: estatística, geociências, informática e administração. Esses treinamentos são de curta duração e ministrados por instrutores internos, visando atender a demandas das próprias áreas. A grande maioria dos participantes são do Rio de Janeiro, A seguir a distribuição das turmas ao longo de 2013.

Gráfico 10 – Turmas Realizadas em 2013

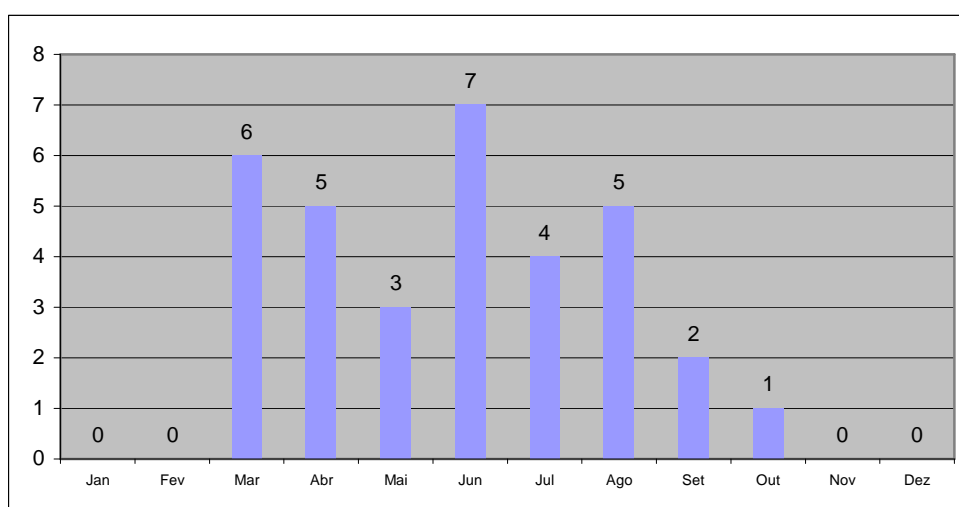
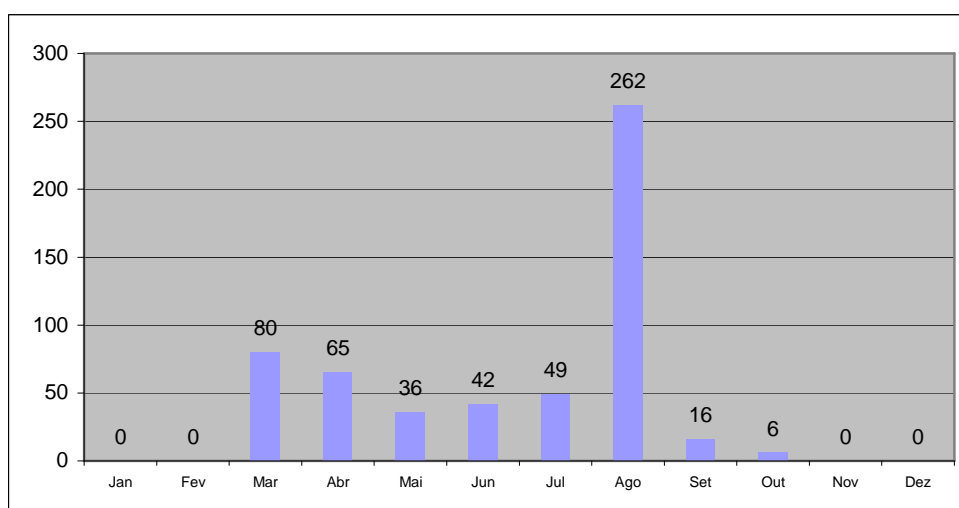


Gráfico 11 – Concluintes em 2013



Nesse total estão incluídas as turmas realizadas pela parceria ENCE/ENAP. Em agosto foi também computada uma conferência pela internet realizada com 215 participantes, cujo tema abordado dizia respeito à elaboração de gráficos e tabelas. Cabe ressaltar que os dados acima consideram somente os servidores do IBGE.

b. Ensino a Distância - EAD

Além dos treinamentos presenciais, foram realizadas 473 turmas a distância com 5639 concluintes, conforme gráficos 11 e 12:

Gráfico 12 – Turmas Realizadas por EAD em 2013

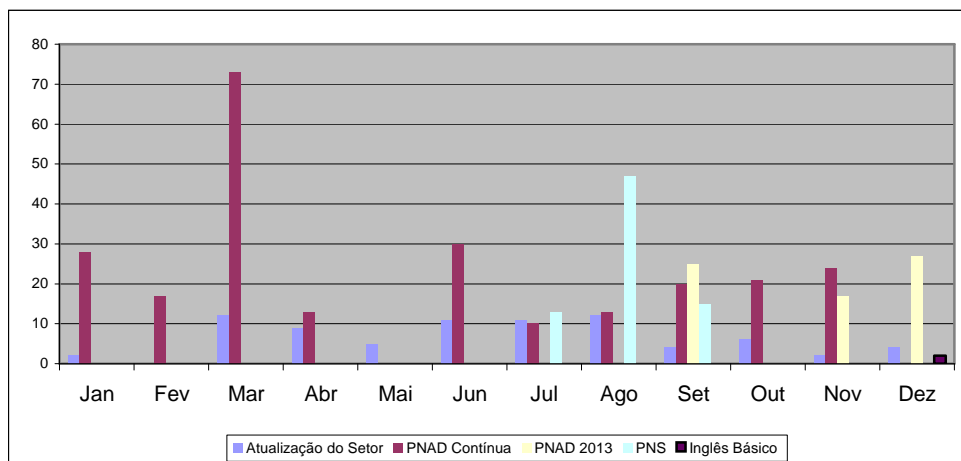
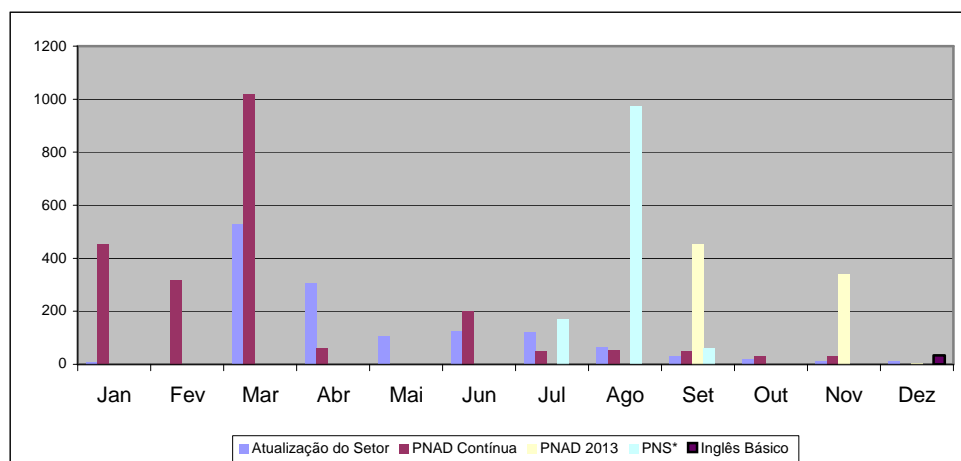


Gráfico 13 – Concluintes no EAD em 2013



Devido à dispersão geográfica dos servidores do IBGE, distribuídos em mais de 500 agências por todo o país, o treinamento a distância fez-se, mais uma vez, uma estratégia essencial para a capacitação da força de trabalho da instituição.

5.1.8.4 Aposentadoria *versus* Reposição do Quadro

O IBGE ficou quase 17 anos sem realizar concursos públicos para o ingresso de servidores em seus quadros efetivos. A partir de 2001 foram realizados alguns concursos para provimento de cargos de nível superior e médio, de forma que os primeiros ingressos ocorreram em 2002.

Em 2013 ocorreram 382 aposentadorias no IBGE, representando uma perda de aproximadamente 6% do quadro de efetivos desta Fundação. O Quadro a seguir detalha as aposentadorias, por cargo, ocorridas em 2013, ressaltando-se que não houve ingresso de servidores no mesmo ano.

Quadro 80 – Aposentadorias, por Cargo, Ocorridos em 2013

Aposentadorias	Quantidade
Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Informações Geográficas e Estatísticas	21
Pesquisador em Informações Geográficas e Estatísticas	6
Técnico em Informações Geográficas e Estatísticas	243
Técnico em Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Informações Geográficas e Estatísticas	67
Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas	40
Médico	2
Auxiliar de Serviços Gerais	1

Fonte: Fita Espelho dez/2013

A Fundação vem lidando com a redução gradual de seu quadro. Considerando-se que as atribuições da instituição se mantêm, tem-se buscado soluções para lidar com esse cenário, principalmente por meio da automatização de processos, visando a elevar sua produtividade.

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

No IBGE não há terceirizados exercendo atividades típicas das categorias funcionais do plano de cargos da instituição.

5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Tendo em vista que não há utilização de terceirizados nas atividades típicas do órgão não existem autorizações de concurso público para substituição de terceirizados. As autorizações para realização de concursos públicos que o IBGE obteve são para reposição de servidores do quadro efetivo de pessoal face às aposentadorias.

5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

As informações referentes à Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva encontra-se no Anexo 4.

5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

As informações referentes à Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão encontra-se no Anexo 5.

5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

Com o advento da Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece normas gerais ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado à microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, contratar empresas para prestação de serviços de terceirizações com emprego de mão de obra, tem causado sérios transtornos para a Administração, pois as empresas não

possuem capital de giro suficiente para arcar com suas obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias, o que inviabiliza a prestação de serviços adequada a necessidade do órgão. Constantemente os prestadores de serviços por não recebimento dos pagamentos relativos ao auxílio-alimentação, vale-transporte e atrasos nos pagamentos de salários, deixam de comparecer à Unidade de trabalho. Esta situação, além de prejudicar as atividades do órgão, gera um desconforto aos gestores dos contratos que são obrigados a adotar os procedimentos inerentes a aplicação das penalidades junto as empresas, cumprindo todos os prazos legais, culminando com a rescisão dos contratos e conseqüentemente, várias ações trabalhistas são ajuizadas no Ministério do Trabalho.

5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 81 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágio Vigentes				Despesa no Exercício (em R\$1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	304	323	304	300	R\$603.121,78
1.1. Área Fim	215	226	218	219	R\$433.285,03
1.2. Área Meio	89	97	86	81	R\$169.836,75
2. Nível Médio	132	149	159	170	R\$195.720,45
2.1. Área Fim	60	67	72	70	R\$86.087,53
2.2. Área Meio	72	82	87	100	R\$109.632,92
3. Total (1+2)	436	472	463	470	R\$798.842,23

Fonte: Fita Espelho SIAPE dos meses de março, junho, setembro e dezembro 2013.

6 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

A Legislação que regula a forma de utilização da frota de veículo é a Instrução Normativa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 3, de 15 de maio de 2008, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

Como normativos internos relacionados à referida Instrução Normativa, são citadas aqui as seguintes Ordens de Serviços:

- ✓ Ordem de Serviço nº 4, de 25 de abril de 2012 – Estabelece procedimentos para registro de ocorrência de condutores autorizados a conduzir veículos oficiais ou a serviços do IBGE;
- ✓ Ordem de Serviços nº 6, de 23 de novembro de 2012 – Estabelece procedimentos para controle de utilização de veículos oficiais em todas as Unidades Administrativas do IBGE;
- ✓ Ordem de Serviços nº 7, de 23 de novembro de 2012 – Estabelece critérios e procedimentos para solicitação automatizada de veículos oficiais, próprios ou alugados, por todos os usuários lotados na Administração Central e nas Unidades Estaduais do IBGE;
- ✓ Ordem de Serviços nº 1, de 9 de dezembro de 2013 – Estabelece procedimentos operacionais para apurar responsabilidade por multa de infração de trânsito e respectivo ressarcimento ao erário;
- ✓ Ordem de Serviços nº 2, de 9 de dezembro de 2013 – Estabelece procedimentos operacionais para apurar responsabilidade por acidente de trânsito visando a reparação do veículo e ressarcimento de danos.

Por conta da necessidade de sua presença em todo território nacional, com suas 583 Agências de Coleta cobrindo todos os municípios brasileiros, faz-se necessário possuir uma frota de veículos próprios para a coleta de dados imprescindíveis para a realização de nossas atividades.

Visando o cumprimento de sua missão “Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania”, necessário se faz possuir uma frota de veículos próprios para a coleta de dados imprescindíveis ao diagnóstico e monitoramento da dinâmica econômica, demográfica, social que subsidiam as políticas do governo federal, e também acesso de informações à toda sociedade brasileira.

Até o ano de 2000, a frota do IBGE era composta de 1.387 veículos. Entre o período de 2000 a 2012, várias alienações foram realizadas, totalizando a baixa de 968 veículos, considerados antieconômicos. No período de 2006 a 2010 foram adquiridos 1075 veículos passando a frota a ser composta por 1.494 veículos (10 veículos de representação e 1.484 veículos de transporte institucional). No período de 2010 a 2013 foram alienados 63 veículos. Atualmente, a frota é composta de 1.431, sendo: 10 veículos de representação e 1.421 veículos de transporte institucional. (quadro 85). Como plano de substituição, consideramos a idade média dos veículos associada ao custo de manutenção, substituição de peças e, também a disponibilidade orçamentária.

Destaca-se que deste total 140 veículos, que durante a realização do Inventário de Bens móveis foram classificados com estado de conservação “péssimo”, passíveis de alienação, o que gerará providências para o seu desfazimento, através da modalidade de Leilão Público.

Quadro 82 – Média Anual de Quilômetros Rodados e Custos Totais de Veículos Próprios, anos 2011, 2012 e 2013

Veículos Próprios	Quantidade de veículos	Média anual de Km rodados (km/veículo)			Idade média anual (anos/veículo)	Custos totais associados à manutenção da frota (mão de obra + peças + pneus + combustível + estadia, etc) (R\$)		
		2011	2012	2013		2011	2012	2013
Representação	10	3.975	6.422	6.516	6,9	24.325,96	34.220,09	31.087,85
Institucional	1.421	8.675	25.973	25.403	7,0	4.913.285,57	7.605.497,35	8.997.572,17

Observa-se também no, quadro 82, um significativo aumento na média anual de quilômetros rodados nos exercícios de 2012 e 2013. O motivo desse aumento é decorrente da implantação da PNAD Contínua, que abrange toda a amostra-mestra nas 27 Unidades da Federação, acarretando diretamente o aumento dos gastos de manutenção.

Não obstante à frota de veículos próprios (1.431 veículos) ainda não ser a ideal para as atividades inerentes ao órgão, optou-se pela aquisição, face o alto custo dos gastos com locação, cuja média mensal de preços praticados no mercado é da ordem de R\$ 1.100,00.

Não há estudos realizados pelo IBGE para avaliar a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte, tendo em vista que as pesquisas são realizadas em âmbito nacional (zonas urbanas e rurais) em todo o território nacional, sendo que as locações são realizadas sazonalmente para suprir demandas de coletas de dados pelo órgão pontualmente.

No quadro 83 pode-se observar as locações realizadas em algumas Unidades Estaduais em 2013.

Quadro 83 – Contratos de Locação de Veículos por Unidade Estadual

UE	Nº de Veículos	Contratada	CNPJ	Tipo de Licitação	Nº do Contrato	Vigência do Contrato	Valor Contratado	Valor Pago Exercício 2013
BA	9	Localiza rent a car	07.150.288/0001-20	Pregão Eletrônico	11/2012	12/11/2012 a 11/11/2013	86.367,83	48.508,80
	9	Francisco de Assis Fernandes da Silva - ME	10.502.083/0001-70	Pregão Eletrônico	11/2013	11/11/2013 a 11/11/2014	60.299,80	9.867,24
RN	7	Maria Goreti Paiva da Silva – ME	40.763.641/0001-12	Pregão Eletrônico	Ata de Registro de Preços	30/07/2012 a 30/07/2013	198.000,00	58.800,00
	10	Maria Goreti Paiva da Silva – ME	40.763.641/0001-12	Pregão Eletrônico	04/2013	02/08/2013 a 02/08/2014	222.078,38	60.893,55
MS	7	Localiza Car Rental S.A	07.150.288/0001-20	Pregão Eletrônico	APS 10/2012	22/05/2012 à 22/05/2013	240.298,20	50.640,65
	7	Localiza Car Rental S.A	07.150.288/0001-19	Pregão Eletrônico	APS 01/2013	22/05/2013 a 22/05/2014	111.000,00	38.850,00
	7	JF Logística e Serviços Ltda	03.655.382/0001-80	Pregão Eletrônico	APS 02/2013	22/05/2013 a 22/05/2014	234.000,00	45.500,00

Conclusão

UE	Nº de Veículos	Contratada	CNPJ	Tipo de Licitação	Nº do Contrato	Vigência do Contrato	Valor Contratado	Valor Pago Exercício 2013
GO	4	Premium Veículos Ltda-ME	06922950/0001-50	Pregão 02/2013	APS 01/2013	12/08/13 a 11/08/14	80.540,00	62.073,03
MT	9	Luis Cesar Kawasaki & Cia Ltda ME	09.007.624/0001-05	Pregão Eletrônico	APS 2/2013	12/03/2013 a 11/03/2014	159.965,00	122.545,00
AL	6	Francisco de Assis Fernandes ME	10.502.083/0001-70	Pregão Eletrônico	SICON 05/2012	05/02/2013 a 04/02/2014	78.798,96	44.801,02
PR	13	LOC CAR Locadora de Veículos Ltda.	08.792.545/0001-90	Pregão Eletrônico	06/2012	24/05/2012 A 24/11/2013	89.910,60	89.910,60
						24/05/2013A 24/11/2014	89.910,60	89.910,60

O IBGE possui um Sistema de Veículos cuja inserção dos dados se dá através dos documentos listados abaixo:

- ✓ Mapa Auxiliar de Controle de Utilização de Veículo – MACUV: tem como finalidade registrar a movimentação mensal de utilização de cada veículo da frota, sendo diariamente, ao final do expediente, transcrito toda a quilometragem do veículo, localidade de destino, identificação do motorista, abastecimento, manutenção (peças e mão-de-obra), estadia, seguro obrigatório e outras despesas. Os dados, no final do mês são lançados no Banco de Dados Administrativo – BDA Veículo, permitindo a emissão de relatórios gerenciais;
- ✓ Serviço de Veículo – SEV: tem como finalidade registrar o condutor do veículo e anotação de cada movimentação (origem e destino), bem como a hora de início de cada movimento e as respectivas quilometragens iniciais e finais, tais dados, ao final do expediente são lançados no MACUV;
- ✓ Requisição de Veículos – VER: destina-se a registrar a solicitação de transporte por meio da frota, por servidor, onde estão informados o local de destino e serviço a serem executados pelo solicitante do veículo.

O quadro 84 apresenta as informações consolidadas sobre a utilização e despesas com a frota de veículos alugados utilizada pelo IBGE, no ano de 2013.

Quadro 84 – Média Anual de Quilômetros Rodados e Custos Totais de Veículos Alugados, anos 2011, 2012 e 2013

Veículos Alugados	Quantidade de Veículos	Média Anual de Km rodados (km/veículo)			Idade Média Anual (anos/veículo)	Custos TOTAIS Associados à Manutenção da frota (mão de obra + peças + pneus + combustível + estadia, etc) (R\$)		
		2011	2012	2013		2011	2012	2013
Grupo	2013	2011	2012	2013	2013	2011	2012	2013
Institucional Total	78	N/A	7.014	12.392	0,38	N/A	33.440,06	273.516,16

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

As informações referentes à distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial encontram-se no Anexo 6.

6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis sob a Responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

Todos os imóveis sob a responsabilidade do IBGE são de uso funcional.

6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

O quadro referente às informações sobre imóveis funcionais da união sob a responsabilidade da UJ encontra-se no Anexo 7.

6.2.3.1 Análise Crítica:

Como responsável pela produção e disseminação de informações estatísticas e geocientífica em âmbito nacional, para o desenvolvimento das atividades tanto na sede quanto nas agências de coleta, o IBGE realiza levantamentos e estudos nesses campos. Assim, necessário se faz possuir imóveis para instalação tanto das Unidades Estaduais, quanto das Agências de coleta de dados imprescindíveis ao diagnóstico e monitoramento da dinâmica econômica, demográfica, social, política e espacial.

O IBGE possui 65 imóveis próprios, sendo que deste total cinco estão desocupados por problemas estruturais, sem condições de uso, e dois terrenos requerendo disponibilidade orçamentária e financeira para construção. Como política para obtenção de imóveis, por meio de normativos internos, é orientado a todas as Unidades que antes de optar pela locação, deve-se consultar a Gerência Regional de Patrimônio da União, bem como o Governo Estadual e Prefeituras locais, além de outros órgãos públicos, quando for o caso, acerca da disponibilidade de imóveis para a cessão. Desse resultado conseguiu-se um total de 214 imóveis cedidos e 21 imóveis por meio de Convênios, sendo ainda necessário a locação de 313 imóveis, conforme totalizado no Anexo 5.

Destaca-se que as áreas administrativas estão concentradas na Administração Central e nas Unidades Estaduais, as quais são responsáveis por todas as aquisições de bens e serviços, acompanhamento dos contratos, patrimônio, bens imóveis, expedição geral de documentação e controle da frota de veículos oficiais. No entanto, o quantitativo de servidores da área administrativa é insuficiente para todas as demandas, causando inclusive a preocupação dos gestores na segregação de funções. Além disso, em virtude das sérias restrições orçamentárias imposta pelo governo federal não há como capacitar os servidores da área administrativa nas legislações pertinentes.

Em levantamento realizado na área de Recursos Humanos, percebe-se que o IBGE vem sofrendo ao longo dos anos significativa baixa no quadro de pessoal permanente, sem reposição na devida proporção das aposentadorias, situação esta agravada ao longo anos. Dos 6.441 servidores do quadro permanente, 35% já recebem abono permanência. No exercício de 2013 se aposentaram 278 servidores, e para janeiro de 2014 já solicitaram aposentadoria 150 servidores. Nos próximos cinco anos mais 50 % dos servidores terão o direito de se aposentar.

Importante salientar que o IBGE vem solicitando ao governo federal realização de concursos públicos visando reposição do quadro de pessoal permanente. No entanto, o ingresso de novos servidores requer capacitação e tempo para que eles se engajem aos trabalhos, tendo em vista o grande número de legislação existente.

Isto posto, caso não haja reposição de servidores na área administrativa a situação alcançará níveis alarmantes, que poderão comprometer seriamente o desempenho institucional, configurando risco concreto inclusive na área finalística, ocasionando cortes nas pesquisas e estudos e/ou perda de precisão, qualidade e agilidade na coleta e divulgação dos dados.

6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

A informação sobre a distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros encontram-se no Anexo 8.

7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

O quadro com informações sobre a gestão da tecnologia da informação encontra-se no Anexo 9.

7.1.1 Análise Crítica

O novo Plano Diretor de Tecnologias de Informação – PDTI teve sua estrutura mudada em relação ao primeiro do IBGE, elaborado em 2010, visando atender as recomendações da Controladoria Geral da União – CGU de se utilizar o padrão de PDTIs sugerido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG. Foi exigida uma Estratégia Geral de TI - EGTI, documento que nortearia as ações de TI, e percebeu-se uma similaridade entre os documentos de EGTIs existentes no Governo Federal e o Planejamento Estratégico recém-lançado pela Administração do IBGE. Assim, a EGTI aprovada pelo diretor responsável pela área de TI está inserida no Planejamento Estratégico do IBGE, aprovado pelo Conselho Diretor presidido pela presidente do Órgão. No entanto, visto que existe uma preocupação do IBGE em ter um documento que apresente a estruturação dos serviços de TI, a Diretoria de Informática criou um terceiro documento, intitulado A TI no IBGE Hoje, que traz toda essa documentação esclarecedora de configurações, equipamentos, *software* e composições de soluções, como um catálogo de serviços. O documento é reservado ao IBGE, diferentemente dos outros (PDTI e EGTI), que são exigidos, devendo ser apresentados na página *web* e dando ampla disseminação na Instituição. Pode-se afirmar que o novo PDTI é completamente aderente ao Planejamento Estratégico do IBGE, o que é o esperado.

Basicamente, o PDTI do IBGE é um documento que deve nortear o uso de recursos de TI para os trabalhos realizados na Instituição e o desenvolvimento de sistemas, assim como as aquisições futuras de tecnologias. Esses recursos, hoje disponíveis, estão listados nas tabelas do capítulo 08 e devem ser observados por todas as áreas. Além disso, para ser completamente compatível com o Planejamento Estratégico, o Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE-CTIC solicitou aos seus membros que, diante dos objetivos estratégicos de cada área, ~~que~~ indicassem as necessidades de tecnologias de informação e comunicação quanto à *hardware*, *software*, pessoas e serviços. É a partir dessa lista de necessidades que o IBGE poderá justificar as novas aquisições de TIC e, portanto, mostra-se aí grande relevância à Administração.

Ressalte-se que a EGTI do IBGE, com seus objetivos e metas estabelecidos, traduz facilmente os produtos-resultados esperados e a periodicidade das entregas. Todo esse arcabouço busca, a cada ano, maior maturidade de TI em seu processo de gestão.

8 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

O Quadro referente à gestão ambiental e licitações sustentáveis encontra-se no Anexo 10.

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro 85 - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Valores em R\$1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	29.276	31.937	35.397	253.105,69	284.902,56	254.489,73
Água	153.034,80	131.703,23	108.581,78	1.611.326,65	1.395.134,20	999.252,55
Energia	11.330.801,28	12.124.885,39	12.668.369,08	5.430.510,63	6.783.901,27	6.854.291,05
Total						

Fonte: BDA – Sistema de Almoxarifado, Sistema de Contratos e SIAFI

Com relação ao consumo de papel, energia elétrica e água, o IBGE tem pautado a sua gestão administrativa, na Sede e em suas Unidades Descentralizadas, com ações que têm origem no Programa de Melhoria da Qualidade da Gestão Institucional e no Programa da Melhoria da Qualidade do Gasto. No que tange ao primeiro programa, a ênfase esteve alocada no projeto Gestão por Processos, que vem automatizando um conjunto de procedimentos administrativos e que tem permitido o alcance do uso mais racional de recursos, como por exemplo, papel. No caso do segundo programa, as ações têm visado instituir boas práticas e novos hábitos, reduzindo despesas sem prejuízo da eficiência, resultando em reduções expressivas nos dados físicos de consumo.

9 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.

9.1 Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Não houve deliberações do TCU a serem atendidas no exercício de 2013, exceto pela situação apresentada no item 9.1.2.

9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

As informações sobre a situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício encontram-se no Anexo 11.

9.2 Tratamento de Recomendações do OCI

9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

As informações sobre as recomendações o OCI atendidas no exercício encontram-se no Anexo 12.

9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

As informações sobre a situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício encontram-se no Anexo 13.

9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Auditoria Interna – AUD do IBGE está administrativamente vinculada ao Conselho Curador, sendo diretamente subordinada à Presidenta do IBGE. Realiza as suas atividades, com 12 servidores do quadro permanente (auditores), um Assistente Técnico, uma Secretária (terceirizada) e um Auditor-Chefe.

Em 2013, foram realizadas 17 Ações previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT/2013, que foram reportadas com a emissão de 14 Relatórios de Auditoria. Esses relatórios foram encaminhados às instâncias envolvidas, à Presidência do IBGE e à CGU/RJ. Dentre esses, o refutado como sendo de maior relevância, foi o referente à folha de pagamento do IBGE, incluindo entre outros, servidores ativos, contratados, aposentados e pensionistas.

A maioria desse universo de recomendações e constatações refere-se a erros administrativos pontuais e de aceitável potencial de risco considerando fatores como impactos e probabilidade de ocorrência. Em situações adversas, providências são prontamente adotadas pela Administração.

Como resultado das auditorias de acompanhamento da gestão, realizadas tanto nas unidades da sede quanto nas Unidades Estaduais, foram emitidas 297 recomendações aos gestores, bem como foram reportadas 480 observações relativas às avaliações de concessão de aposentadorias, pensões e folha de pagamento.

Dessas 297 recomendações, restaram 69 pendentes de atendimento, que serão acompanhadas durante o exercício de 2014, assim como 216 itens por solucionar das 480 observações efetuadas.

Em 2013 foi dada continuidade à implementação de procedimentos de auditoria com uso de recursos de TI, como resultado de aplicativos desenvolvidos na Auditoria Interna (projeto AUDGESTAO). Os aplicativos ofereceram funcionalidades para avaliar objetivamente os resultados dos trabalhos realizados, via fatores de controle como: suporte documental, documentação acessória, consistência material, publicidade e transparência, exercício de competência e organização da documentação. Tais fatores estão associados com os elementos de controle interno do quadro constante no Anexo 2 deste documento, referente ao item 3.2.

Outra funcionalidade oferecida pelo aplicativo é voltada para fomento da cultura do risco. Em ações de auditoria como em folha de pagamento, concessão de pensão e de aposentadoria, já se tornou viável a avaliação de risco em bases objetivas.

Concomitantemente às questões anteriores, foi desenvolvido aplicativo para monitoramento da implementação de plano de providência com origem em demandas da AUD e de órgãos de controle externo como Controladoria-Geral da União - CGU e Tribunal de Contas da União - TCU.

Trimestralmente nos momentos que antecedem às reuniões de análises de contas pelo Conselho Curador, outras reuniões prévias são realizadas, quando então são debatidas as recomendações e providências observadas no período, pela unidade de controle interno, com as Coordenações da Diretoria-Executiva. Essas discussões se desdobram ainda em uma reunião do Conselho Diretor, com a presença da Auditoria Interna do IBGE, onde tais recomendações são apresentadas, com vistas a oferecer indicadores para definição de diretrizes gerais de atuação.

9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 86 - Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a Entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não Cumpriram a Obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a Entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não Cumpriram a Obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a Entregar a DBR	2201	-	-
	Entregaram a DBR	2201	-	-
	Não Cumpriram a Obrigação	-	-	-

Fonte: Banco de Dados Administrativos do IBGE -BDA- dez/2013

9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

Em complemento à Lei nº 8.730/93, o IBGE institui procedimentos de cobrança que assegurem a entrega das declarações de bens e rendas por todos os servidores da entidade, com vistas a atender a portaria MP/CGU nº 298/2007.

Dessa forma, a Fundação possui um sistema informatizado para verificar a autorização ou entrega da declaração de bens e renda. Praticamente a totalidade dos servidores autorizou o respectivo acesso, realizado por meio da intranet e, desde a última entrada de novos servidores, ocorrida em 2010, todos são solicitados a autorizar ou entregar sua declaração no momento de ingresso.

Em 2013, somente 11 dos 6.154 servidores (menos de 0,2% do quadro) não o fizeram, por encontrarem-se, no momento das solicitações, em algum tipo de licença, ou em afastamento prolongado. O IBGE enviou, em dezembro de 2013, telegramas solicitando que esses servidores entrassem em contato com o Instituto, a fim de regularizarem suas situações.

9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Quadro 87 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013

Casos de Dano Objeto de Medidas Administrativas Internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não Instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não Remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Débito < R\$ 75.000	Não Enviadas > 180 dias do Exercício instauração*
Recebimento Débito				Não Comprovação				
12	-	-	-	-	-	-	-	-

De janeiro a dezembro de 2013 foram instaurados 12 procedimentos de sindicância para apurar responsabilidade por desaparecimento ou perecimento de bens públicos, conforme registrado no sistema CGU-PAD. Não houve nenhum caso de Tomada de Contas Especiais.

9.6 Alimentação SIASG E SICONV

Quadro 88 – Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV – Coordenador de Recursos Materiais

DECLARAÇÃO

Eu, **Waldir Fortunato Junior**, CPF nº: 661.383.537-49, Coordenador de Recursos Materiais, exercido na Coordenação de Recursos Materiais da Diretoria Executiva, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo, que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade encontram-se disponíveis e atualizadas, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2013.

Waldir Fortunato Junior

CPF 661.383.537-49

Coordenador de Recursos Materiais

Coordenação de Recursos Materiais da Diretoria Executiva

Quadro 89 – Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV – Coordenadora de Orçamento e Finanças

DECLARAÇÃO

Eu, **Rose Mary Rodrigues**, CPF nº: 512.110.417-00, Coordenadora de Orçamento e Finanças, exercido na Coordenação de Orçamento e Finanças da Diretoria Executiva, declaro, junto aos órgãos de controle interno e externo, em relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria (SICONV), que não é aplicável ao IBGE. A Portaria Interministerial nºs 127/2008, alterada pela Portaria Interministerial nº 507/2011, estabelece o registro no SICONV apenas para Convênios e Termos de Parceria, quando o IBGE não possui esses instrumentos firmados sob a égide do Decreto nº 6.170/2007. Os instrumentos firmados pela Instituição são Termos de Cooperação, que, segundo as Portarias supracitadas, não obriga o registro no SICONV.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2013

Rose Mary Rodrigues

CPF 512.110.417-00

Coordenadora de Orçamento e Finanças

Coordenação de Orçamento e Finanças da Diretoria Executiva

10 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

O IBGE, no cumprimento de sua missão institucional de retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania, se constitui no principal provedor de dados e informações do país, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal.

O IBGE oferece uma visão completa e atual do País, por meio do desempenho de suas principais funções:

Coordenação dos Sistemas de Informações Cartográficas e Estatísticas

Produção de informações estatísticas

Produção de informações geocientíficas

Produção de informações ambientais

Disseminação de informações

Requisitos, documentos e informações necessários para a utilização do serviço

Os serviços de atendimento do IBGE são prestados a todo e qualquer cidadão, não sendo necessária a apresentação de qualquer documento, nem requerida qualquer informação obrigatória dos cidadãos.

Prestação do serviço

O provimento de informações pelo IBGE é realizado por meio de suas unidades de disseminação, nas capitais, sinalizadas com a logomarca da Instituição, com áreas de atendimento imediato presencial, oferecendo um dos maiores acervos de publicações impressas e eletrônicas, como também bases de dados, com informações estatísticas e geográficas do país.

Por meio do Portal do IBGE na internet, o seu principal canal de comunicação, disponibiliza os resultados das pesquisas em páginas dinâmicas e arquivos para *download* e banco de dados.

Os produtos do IBGE são comercializados nas principais livrarias do país e também na Loja Virtual.

Todo o acervo institucional pode ser pesquisado no canal Biblioteca.

O IBGE oferece, também, atendimento via e-mail ibge@ibge.gov.br, respondendo aos usuários em um prazo médio de 3 dias. Informações rápidas são atendidas por meio de seu *call center* (0800-721-8181), com tempo de espera da chamada de até 20 segundos.

Em casos de maior complexidade, o atendimento é feito pela Coordenação de Atendimento Integrado que está localizada na Rua General Canabarro, 706 – Maracanã – Rio de Janeiro – RJ.

Os usuários, ao serem atendidos, são recebidos por profissionais especialmente dedicados a prestar informações do IBGE.

Nos atendimentos presenciais os usuários são atendidos imediatamente sendo seguidas as prioridades de atendimento aos idosos e gestantes.

As Unidades de Atendimento do IBGE contam com limpeza, conforto e acessibilidade voltados a possibilitar aos usuários condições adequadas de atendimento.

Cada demanda por informações dos usuários é analisada pelas Equipes de Atendimento do IBGE que, de acordo com o seu grau de complexidade, pode ser respondida imediatamente ou por meio da mediação das equipes responsáveis pelos estudos e pesquisas do IBGE.

Ao encaminhar, por escrito, uma demanda por informações, o usuário é informado, por correspondência, pelo IBGE, quanto à estimativa de prazo de resposta.

A qualquer momento, a consulta sobre o andamento das demandas, encaminhadas às Equipes de Atendimento do IBGE, pode ser feita por meio de chamadas telefônicas ou de e-mail.

Havendo problema com um dos sistemas de atendimento, o usuário pode dirigir-se às demais formas de atendimento oferecidas pelo IBGE.

Forma de comunicação com o solicitante do serviço

As respostas às solicitações serão encaminhadas preferencialmente por *e-mail*, mas poderão utilizar os mesmos canais utilizados pelo cidadão no momento da sua manifestação, a saber: telefone ou atendimento presencial.

Sugestões e reclamações

Sugestões e reclamações, dirigidas por telefone, correspondência ou pessoalmente, são registradas e encaminhadas à Coordenação Geral do Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, do IBGE, para posterior resposta ao cidadão.

Prazo máximo para a prestação do serviço

O prazo máximo de atendimento às manifestações feitas ao IBGE é de 20 dias. Em caso de questões complexas, que demandem pesquisa aprofundada do tema, tal prazo pode ser dilatado.

Indicador da efetividade da Instituição no atendimento aos cidadãos-usuários

Orientada pela Qualidade no Serviço Público, o IBGE realiza anualmente uma Pesquisa de Satisfação dos Usuários nas unidades de documentação e disseminação de informações, localizados no Distrito Federal e nas capitais dos estados brasileiros.

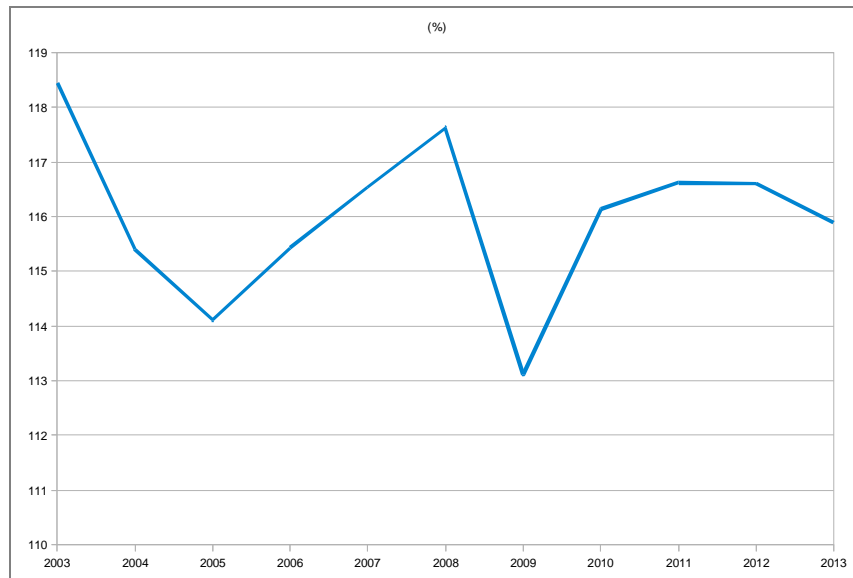
O indicador Taxa de Satisfação dos Usuários - TSU permite uma análise sobre a efetividade do atendimento realizado pelo IBGE. Os dados da pesquisa refletem a opinião dos usuários que buscaram informações fornecidas pela Instituição.

De acordo com a metodologia da pesquisa, deve-se desejar taxas de satisfação em torno de 100%, tendo em vista que esse indicador é obtido a partir da relação entre a avaliação do atendimento pelo usuário e a expectativa que ele tinha antes de ser atendido.

A pesquisa de 2013 apresentou uma Taxa Geral de Satisfação dos Usuários de 115,90%.

Realizada desde 2003, a pesquisa vem apresentando, como resultado, taxas variando entre 113,15% e 118,45%, indicando que o IBGE vem oferecendo serviços com qualidade acima das expectativas dos usuários, representado no Gráfico 1.

**Gráfico 14 - Taxa de Satisfação dos Usuários de Informações Estatísticas e Geocientíficas
IBGE – 2003/2013**



Fonte: IBGE/CDDI/COATI, Pesquisa de Satisfação dos Usuários 2003-2013

11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Desde 2010 o IBGE vem procurando adotar os procedimentos estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, tais como:

- ✓ Em 2010 a contabilização das Provisões para os Adiantamentos de Férias e 13º Salário;
- ✓ Em 2011 as Depreciações do Ativo Imobilizado para os bens adquiridos a partir de 2010 e;
- ✓ Em 2012 as Provisões para os créditos de liquidação duvidosa levando em conta as contas cujos títulos estejam atrasados, preparando uma análise das contas a receber vencidas, comparativa com períodos anteriores.

Os valores provisionados são atualizados anualmente, no momento do encerramento do exercício.

- ✓ Com relação a Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos, no IBGE, adotou-se a depreciação a partir de 2011 para os bens adquiridos a partir de 01 de janeiro de 2010, seguindo as orientações constantes do Manual do SIAFI macro função 02.03.30 -REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL, DEPREC. AMORT. E EXAUSTÃO. A depreciação foi calculada de acordo com as NBCT's 16.9 e 16.10, pelo método linear sobre o custo de aquisição, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil dos bens, utilizando-se a tabela elaborada pela Receita Federal.

Alguns grupos já foram reavaliados pela comissão de reavaliação criada pela Portaria DE nº457/10, porém ainda não foram totalmente depreciados devido a estarmos aguardando a atualização dos relatórios no sistema patrimonial de bens móveis. Com esse relatório será possível proceder com o registro contábil dos ajustes de exercícios anteriores relativos à reavaliação/redução a valor recuperável dos bens móveis adquiridos antes de 2010 e com o registro contábil da depreciação dos bens adquiridos antes de 2010. A previsão para a conclusão dessa atualização é março de 2014.

As amortizações do grupo “Obras em Andamento” foram atualizadas; já a amortização do grupo “Intangível” tem previsão de início em 2014.

Os “Restos a Pagar” foram devidamente acompanhados e baixados sempre que possível.

Numa avaliação final do exercício, conclui-se que as contas estão passíveis de aprovação.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração Plena do Contador

Quadro 90 – Declaração Plena do Contador

Declaração do Contador			
Denominação completa (UJ): Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística			Código da UG: 114601
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Rio de Janeiro	Data	31/12/2013
Contador Responsável	Angela Maria Francisco de Paula	CRC nº	45.498-0/7- RJ

12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

Ao atuar como produtor de informações indispensáveis para a orientação de políticas públicas e atendimento de demandas da sociedade em geral, o IBGE busca continuamente boas práticas de gestão. Tal empenho conferiu à Instituição os seguintes reconhecimentos em 2013:

- **IBGE é premiado como Instituição Pública de Maior Destaque em 2013**

O IBGE recebeu pela segunda vez consecutiva, o prêmio *MundoGeo#Connect 2013* de Instituição Pública de Maior Destaque. O projeto Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE Brasil também foi agraciado como “Melhor Iniciativa de Infraestrutura de Dados Espaciais da América Latina”. O Prêmio MundoGEO#Connect reconhece os profissionais, instituições, empresas e marcas que são destaque no setor de geotecnologia.

- **INDE recebe prêmio da CGU por incentivar a transparência**

A INDE é uma iniciativa de âmbito nacional que permite o armazenamento, acesso, compartilhamento, disseminação e uso dos dados geoespaciais de origem federal, estadual, distrital e municipal. O IBGE é o gestor do Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais, além de ser responsável pelo portal SigBrasil, principal forma de acesso aos dados geoespaciais compartilhados.

O Ministério do Planejamento, coordenador da execução da Política Cartográfica Nacional, através da Comissão Nacional de Cartografia, por meio do programa INDE, foi um dos premiados no Concurso de Boas Práticas, promovido pela Controladoria Geral da União – CGU, para estimular ações que promovam melhorias na transparência e no controle interno dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

A premiação foi recebida pela titular da SPI/MP, que define assim a importância do prêmio: “É uma iniciativa que valoriza a utilização da INDE como instrumento de transparência para o governo. O mais importante é que a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais pode aumentar a transparência do gasto dos empreendimentos que estão sendo feitos pelo governo. Todos os dados da ação governamental já estão divulgados na INDE”.

- **ENCE recebe cinco estrelas na avaliação do Guia do Estudante - Melhores Universidades 2013**

O curso de Graduação em Estatística da ENCE recebeu 5 estrelas na avaliação de cursos superiores realizada pelo Guia do Estudante - GE, tradicional veículo de promoção das Instituições de Ensino Superior - IES no Brasil. Esta classificação posiciona a ENCE no seleto grupo das melhores Instituições de Ensino Superior do país na área de Estatística.

PARTE B – INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS

27 INFORMAÇÕES SOBRE CONSULTORIA NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

27.1 Contratação de Consultores na Modalidade “Produto”

No exercício de 2013, o IBGE não celebrou cooperação técnica com organismos internacionais, portanto, não houve contratação dessa natureza.

45 ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

45.1 Informações sobre a Entidade Fechada de Previdência Complementar

1. **Nome:** Sociedade Ibgeara de Assistência e Seguridade
2. **Razão Social:** SIAS
3. **CNPJ:** 33.937.541-0001.08
4. **Demonstrativo Anual, contendo:**
 - a) **Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes;**
 - b) **Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes;**

Quadro 91 - Salário de Contribuição e Contribuição IBGE – Plano RJU - 2013

Salário de Contribuição e Contribuição		
c) IBGE – Plano RJU 2013		
Mês	Salário de Contribuição Item a	Contribuição Item b
Janeiro	72.098.598,53	817.575,33
Fevereiro	73.123.062,50	887.743,34
Março	75.345.147,98	914.807,39
Abril	75.322.476,84	895.644,96
Mai	74.783.682,35	889.396,35
Junho	78.840.153,43	904.812,85
Julho	79.475.773,47	867.725,70
Agosto	77.515.501,65	883.201,88
Setembro	75.259.083,76	887.813,06
Outubro	75.087.038,36	871.628,27
Novembro	76.014.594,12	873.823,61
Dezembro	86.567.874,45	962.742,50
TOTAL	919.432.987,44	10.656.915,24

Fonte: SIAS, 2013

- c) **Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora;**

Não houve participação da Patrocinadora Instituidora IBGE nos Planos Previdenciários da SIAS.

d) Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora;

Não houve recursos repassados pela Patrocinadora (IBGE).

e) Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições;

Não houve recursos repassados pela Patrocinadora (IBGE).

f) Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal;

Os recursos da SIAS estão totalmente aplicados de acordo com os limites e regras estabelecidas na Resolução CMN 3.792/2009 e legislação correlata.

Quadro 92 - Posição de Alocação dos Recursos Consolidados por Segmento de Aplicação em 2013

Segmentos	Valores em reais				% s/RG
	CLT	RJU	PGA	Consolidado	
Renda Fixa	37.909.056,34	38.196.396,21	7.078.924,59	83.184.377,15	74,32%
Renda Variável	8.586.775,54	8.651.860,86	1.603.446,31	18.842.082,71	16,84%
Investimentos Estruturados	2.652.256,84	2.672.360,19	495.267,57	5.819.884,59	5,20%
Investimentos Imobiliários	43.991,76	44.325,21	8.214,77	96.531,74	0,09%
Empréstimos e Financiamentos	-	352.008,31	-	352.008,31	0,31%
Outros	1.728.528,38	1.741.630,14	322.775,70	3.792.934,22	3,39%
Total Investimento	50.920.608,86	51.658.580,92	9.508.628,94	112.087.818,72	100,15%
(+) Disponível (-) Exigível investimentos	(75.574,94)	(76.147,78)	(14.112,46)	(165.835,18)	-0,15%
Total dos Recursos Garantidores	50.845.033,92	51.582.433,14	9.494.516,48	111.921.983,54	100,00%

Fonte: SIAS, 2013

Quadro 93 – Política de Investimentos 2013-2017

Política de Investimentos 2013-2017 - Limites						Resolução CMN N° 3.792	
CLT		RJU		PGA		% Mínimo	% Máximo
% Mínimo	% Máximo	% Mínimo	% Máximo	% Mínimo	% Máximo		
69,77%	82,47%	76,85%	82,47%	65,00%	100,00%	0,00%	100,00%
17,53%	26,29%	12,58%	18,86%	0,00%	30,00%	0,00%	70,00%
0,00%	7,00%	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%	0,00%	20,00%
0,00%	8,00%	0,00%	8,00%	0,00%	8,00%	0,00%	8,00%
0,00%	15,00%	0,00%	15,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAS 2013

g) Síntese da manifestação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC;

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC somente se manifesta formalmente por ocasião de fiscalização.

h) Avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar, evidenciado o retorno das aplicações, bem como sua conformidade com a Resolução 3792/2009, do Conselho Monetário Nacional;

Quadro 94 - Rentabilidade dos Segmentos - 2013

Descrição	Acumulado (%)	Referência (%)	Descrição
Renda Fixa	3,56	8,90	110% CDI
Renda Variável	-2,77	-12,84	IBOVESPA + 3,15%
Investimentos Estruturados	8,96	7,51	IFM
Imóveis	0,00	11,90	INPC + 6,0% a.a.
Empréstimos	35,94	11,90	INPC + 6,0% a.a.
Global	3,03	11,63	INPC + 5,75% a.a.

OBS: Como as Políticas de Investimento 2013-2017 dos Planos e do PGA apresentam benchmarks e metas atuariais/rentabilidade diferentes, a descrição acima representa os indicadores de maior valor presentes nas Políticas de Investimentos.

Fonte: SIAS, 2013

5. Conclusões contidas no parecer da auditoria independente

As conclusões contidas no parecer da auditoria independente contam no Anexo 14.

6. Demonstração do resultado atuarial no exercício de referência do relatório de gestão e nos dois anteriores, acompanhada de justificativas e análises de eventuais resultados deficitários

Sociedade Igeana de Assistência e Seguridade - SIAS			
Demonstração das Obrigações Atuariais - Plano RJU			
em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011			
(Em R\$ mil)			
Descrição	2013	2012	2011
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	29.214	42.779	35.966
1. Provisões Matemáticas	32.585	25.109	23.156
1.1. Benefícios Concedidos	31.869	24.471	22.321
Benefício Definido	31.869	24.471	22.321
1.2. Benefício a Conceder	716	638	835
Benefício Definido	716	638	835
2. Equilíbrio Técnico	-3.371	17.670	12.810
2.1. Resultados Realizados	-3.371	17.670	12.810
Superávit Técnico Acumulado	-3.371	17.670	12.810
Reserva de Contingência	-	6.277	5.789
Reserva para Revisão de Plano	-	11.393	7.021
(-) Déficit Técnico Acumulado	-3.371		
3. Fundo Previdencial (*)	23.470	7.768	6.238

(*) Registramos que foi constituído Fundo Previdencial em 2013 com a finalidade de identificar os recursos destinados a cobertura dos compromissos com o pagamento do pecúlio por morte. Nos anos anteriores, este valor estava agregado ao Patrimônio de Cobertura do Plano.

Análise e Justificativas quanto ao déficit apresentado no exercício de 2013, relativamente ao compromisso do benefício de invalidez, do Plano RJU:

O déficit técnico teve como origem variação significativa do valor dos benefícios em manutenção, em especial, daqueles relativos aos benefícios decorrentes da invalidez, bem como da alteração na base cadastral.

Por ocasião do encerramento do exercício, o plano está deficitário em 10,35% do valor das Provisões Matemáticas, de acordo com a legislação vigente. Este déficit deverá ser equacionado mediante instituição de contribuição adicional, caso o equilíbrio não seja alcançado no primeiro semestre de 2014.

7. Conclusões do último estudo atuarial

O resultado da avaliação atuarial de 2013, data base 30/06/2013, concluiu que:

- a. O Plano CLT estava superavitário em 2,71% do valor da Provisão Matemática, o que pode ser verificado na página 9 do Relatório Atuarial; e
- b. O Plano RJU estava deficitário, o que pode ser verificado na página 6 do Relatório Atuarial.

45.2 Informações sobre as Ações de Fiscalização Empreendidas no Exercício com Base no Disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001, Demonstrando o Tipo de Fiscalização Efetuada, a Data em que Ocorreu, as Principais Constatações e as Providências Adotadas para Sanear as Irregularidades Verificadas.

Durante o exercício de 2013 não ocorreram ações de fiscalização realizadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Anexo 1: Principais Objetivos Estratégicos do IBGE por Macroprocesso

Produção de Informações Estatísticas

- 01 - Acompanhar a evolução de curto prazo da economia e da sociedade brasileiras, por meio de um conjunto de pesquisas conjunturais, utilizando conceitos, definições e classificações adotadas internacionalmente.
- 02 - Acompanhar a evolução estrutural da economia e da sociedade brasileiras por meio de um conjunto de pesquisas anuais nas áreas econômicas e sociodemográficas, utilizando conceitos, definições e classificações adotadas internacionalmente.
- 03 - Promover o conhecimento demográfico do País, a partir da compilação das informações produzidas pelo IBGE e outras instituições, através da divulgação dos resultados correntes e dos aprimoramentos do Sistema Síntese: Sistema de Projeções e Estimativas Populacionais (SISPEP).
- 04 - Promover o conhecimento dos principais aspectos sociais do País, a partir da compilação das informações produzidas pelo IBGE e outras instituições, através da divulgação dos resultados correntes e dos aprimoramentos do Sistema Síntese das Informações Sociais (SIS).
- 05 - Promover o conhecimento da economia do país, a partir da compilação das informações produzidas pelo IBGE e outras instituições, através da divulgação dos resultados correntes do Sistema Síntese: Sistema de Contas Nacionais (SCN)
- 06 - Aperfeiçoar e completar o Sistema de Contas Nacionais, visando à atualização da base de dados, da metodologia, incluindo a implantação de recomendações do novo manual *System of National Accounts 2008* (SNA 2008) e estimando uma nova série do Sistema de Contas Nacionais, com ano base em 2010.
- 07 - Finalizar a implantação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), incluindo novos temas, investigados em intervalos de tempo mais curtos e com regularidade, com a produção de fontes de informações e bases de dados integradas.
- 08 - Implantar o Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC) nas capitais (ou regiões metropolitanas) dos estados atualmente não incorporados à pesquisa, visando torná-lo mais abrangente, com produção e divulgação do índice de cobertura nacional e resultados de índices em todas as unidades da federação.
- 10 - Avançar na integração da produção das estatísticas econômicas, ampliando a abrangência do sistema e incluindo a revisão do processo de produção.
- 11 - Avançar nos estudos sobre estimativas para pequenas áreas e no estudo da modalidade do Censo Demográfico Contínuo, com vistas a produzir resultados para pequenas áreas
- 12 - Aprimorar a produção e análise de informações estatísticas de natureza econômica e sociodemográfica, através de revisões metodológicas.
- 13 - Aprimorar a produção e análise de informações estatísticas de natureza econômica e sociodemográfica, através da ampliação do quadro temático.
- 14 - Consolidar a produção regular de pesquisas, definindo sua periodicidade.

Produção de Informações Geocientíficas

- 01 - Disponibilizar, através da Rede Geodésica Brasileira, dados para o georreferenciamento com alto grau de confiabilidade, visando à atuação pública e privada no desenvolvimento de projetos que demandem o conhecimento preciso das coordenadas geográficas.
- 02 - Produzir dados geoespaciais de referência do território nacional, visando à atuação pública na gestão do território e no referenciamento das informações temáticas.
- 03- Produzir os dados geoespaciais de referência, de acordo com as necessidades de detalhamento e de envolvimento das Unidades da Federação na sua execução.

04 - Concluir a produção de informações geoespaciais referentes à geologia, geomorfologia, vegetação e solos, de todo o território nacional na escala 1:250.000 e acompanhar as mudanças metodológicas que justifiquem sua atualização, proporcionando conhecimento dos recursos naturais e ambientais para subsidiar o desenvolvimento sustentável.

05 - Produzir informações geoespaciais referentes ao uso atual e às mudanças de cobertura e uso da terra de todo o território nacional, proporcionando a análise dos impactos e a definição dos indicadores da qualidade ambiental.

06 - Caracterizar e analisar o território nacional, contribuindo para o processo de conhecimento e fornecimento de informações geográficas que auxiliem a gestão do território.

Produção de Informações Censitárias

01 - Realizar a Contagem da População 2015, visando aprimorar as estimativas anuais de população para a segunda metade da década.

02 - Planejar o Censo Agropecuário, a ser realizado em 2016 com ano de referência 2015, visando investigar a estrutura, o nível da produção e a dinâmica da atividade agropecuária.

Produção de Informações Ambientais

01 - Produzir sistemática e padronizadamente informações básicas ambientais de abrangência nacional.

02 - Aprimorar e consolidar a produção do Sistema Síntese de Informações Ambientais, adotando como referência as recomendações internacionais como forma de melhorar a base informacional sobre meio ambiente, e de subsidiar a elaboração de políticas públicas.

Infraestrutura, Metodologia e Qualidade para a Produção de Informações

01 - Consolidar a gestão da qualidade através da construção, desenvolvimento e implementação de sistema de avaliação e monitoramento do processo de produção das informações estatísticas e geocientíficas, visando aumentar a excelência das informações.

02 - Desenvolver, assimilar e disseminar novas metodologias, novas tecnologias e sistemas voltados para a coleta, produção e análise de informações estatísticas e geocientíficas, visando aprimorar as pesquisas, agilizar a produção e reduzir custos, atendendo as recomendações internacionais.

03 - Aprimorar os mecanismos de acompanhamento e atualização da Base Territorial (BT) e do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE), para apoio aos processos operacionais das coletas censitárias e das pesquisas do IBGE e representação do território.

05 - Avançar na consolidação das Classificações Estatísticas, como instrumentos fundamentais à harmonização e padronização conceitual das pesquisas estatísticas e dos registros administrativos, visando articular as informações a partir da construção de linguagem comum compatível, inclusive com classificações internacionais.

Disseminação de Informações

01 - Manter a força da marca IBGE, reforçando a Instituição como coordenadora e responsável pela produção e disseminação de informações estatísticas e geocientíficas oficiais do país.

02 - Aprimorar a gestão dos relacionamentos com clientes e informantes, mantendo-os como o principal foco das ações do IBGE no cumprimento de sua missão.

03 - Potencializar e dinamizar o uso das ferramentas de informações estatísticas e geocientíficas pelos usuários, auxiliando assim a geração de conhecimento.

04 - Fomentar o aprendizado e a familiaridade com informações estatísticas e geocientíficas junto ao público infantojuvenil, de forma a contribuir com a construção da consciência cidadã nesse segmento.

05 - Fomentar a sensibilização e o uso das informações do IBGE junto a segmentos específicos (gestores estaduais e municipais, jornalistas, empreendedores e universitários), ajudando-os a perceber a utilidade das informações do IBGE frente às suas necessidades de informação.

06 - Ampliar o número de usuários por meio da expansão dos serviços de informações estatísticas e geocientíficas.

07 - Ampliar a atuação no campo da Memória Institucional, tendo em vista a preservação da memória e a inserção dos servidores do IBGE na construção de uma história institucional, reforçando-se uma identidade ibgeana.

Ensino Superior, Pesquisa e Extensão

01 - Ampliar e fortalecer a Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) como instituição de Ensino Superior e Pesquisa, visando a ampliar o acesso ao conhecimento científico e tecnológico requeridos para o desenvolvimento do País, bem como fortalecer o papel do IBGE como formador de recursos humanos qualificados na sua área de atuação.

02 - Ampliar e fortalecer a institucionalização da pesquisa e extensão, visando aperfeiçoar os mecanismos de pesquisa, extensão, gestão e avaliação necessários ao crescimento acadêmico da Escola.

03 - Fortalecer a gestão acadêmica da ENCE, aprimorando os mecanismos legais e de gestão necessários ao bom funcionamento dos cursos de graduação e de pós graduação.

04 - Fortalecer a gestão administrativa da ENCE, visando melhorar a transparência administrativa, a comunicação, a qualidade dos recursos físicos, humanos e alcançar uma maior eficiência dos processos de trabalho.

Coordenação dos Sistemas de Informações Cartográficas e Estatísticas

01 - Coordenar o sistema de produção de estatísticas oficiais, por meio da manutenção e funcionamento de instâncias institucionalizadas de coordenação da produção de informações estatísticas.

03 - Coordenar o Sistema Cartográfico Nacional, por meio dos Planos Geodésico Brasileiro e Cartográfico Básico.

04 - Implantar a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), segundo o Plano de Ação elaborado pela Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR)

05 - Ouvir usuários e produtores de informações estatísticas e geocientíficas, no âmbito da esfera pública, mapeando lacunas e identificando as necessidades que permitam a operação eficiente dos Sistemas Estatístico e Cartográfico e a garantia da qualidade, da racionalidade na produção e a harmonização conceitual e metodológica, sem duplicidade de esforços.

Anexo 2 – Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			x		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					x
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas			x		
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	

27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
<p>Análise Crítica: O IBGE possui normativos internos que asseguram o cumprimento de seus objetivos. Nesse aspecto é relevante mencionar a existência de Política de Comunicação Integrada como um instrumento orientador e normativo, concebido para sistematizar as ações de comunicação do IBGE. A Comunicação Integrada, alinhada à missão institucional do IBGE e aos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais da Comissão de Estatística das Nações Unidas, ajuda a fortalecer o inter-relacionamento dos elementos de controle interno.</p>					
<p>Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

Anexo 3 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Portador	CPF	Limite individual	Saque	Fatura	Total
FUNDAÇÃO IBGE-ADMINISTRAÇÃO CENTRAL/RJ	UG - 114601	322.170	25.529	222.457	247.987
LEANDRO MIRANDA MALAVOTA	000804217-92	3.610	360	3.229	3.589
LUIZ PAULO DO NASCIMENTO	011828367-71	11.400	-	7.177	7.177
MARCELO PAIVA DA MOTTA	033959927-80	1.400	-	192	192
AURELIO DA SILVA DE SOUZA	040844536-09	2.050	-	487	487
BRUNO GONCALVES SANTOS	042630487-09	700	-	678	678
THERENCE PAOLIELLO DE SARTI	092937717-64	2.100	-	960	960
PAULO ROBERTO HENRIQUE	192894997-53	9.000	1.219	5.837	7.056
MOISES PORTO DA SILVA	209009887-20	7.500	301	2.703	3.004
WARLEY PINTO DE AZEVEDO	212311257-72	3.800	542	1.328	1.870
IDMO ALVES	237811227-00	7.100	288	2.888	3.177
ANDRE CORREIA DE ALMEIDA	246508488-73	4.700	310	1.904	2.214
CARLOS ALBERTO MONTEIRO DE ALMEIDA	247536026-72	4.100	558	2.680	3.238
NILTON SANCHES ALVAREZ	258723627-49	16.000	-	15.867	15.867
LUIZ COSTA XAVIER	361851247-34	25.000	-	23.685	23.685
CARLOS ALBERTO SOARES	382862897-49	3.600	700	1.990	2.690
FERNANDO MOTTA LIMA CASCON	414946877-04	10.000	443	6.441	6.885
FELISBERTO TEIXEIRA DE PAULA	422142627-68	2.500	-	1.945	1.945
JOSE HAROLDO DA ROCHA TEIXEIRA	458183127-04	34.000	2.302	28.955	31.257
REGINALDO NABUCO PEREIRA	496092037-87	9.000	2.228	5.587	7.816
JULIO CESAR MARTINS	510805407-68	23.600	510	22.610	23.120
JOSE CARLOS CORREA	513395447-68	8.200	1.176	5.080	6.257
ANTONIO DA CRUZ CASTRO	528314187-04	3.000	-	879	879
JOSE LUIZ MOSE FERREIRA	529201607-10	7.250	385	3.894	4.279
PAULO SERGIO DE OLIVEIRA ALVES	545587867-00	6.000	-	3.128	3.128
LUCIO DA COSTA FIGUEIREDO	550674507-97	9.000	201	5.410	5.611
LUIZ ANTONIO DE MORAIS	552520017-15	1.700	1.692	-	1.692
ELIAS ANTONIO DOS SANTOS	552834897-87	2.700	285	1.295	1.580
JUCEMAR ALVES FERREIRA	590984907-78	12.650	2.355	7.575	9.930
RICARDO FIGUEIREDO THOMAZ VIEIRA	626419727-00	2.000	80	429	509
CARLOS ALBERTO JULIO DA SILVA	643786677-20	1.300	-	1.230	1.230
SUELI SILVA CANDIDO ALVES	659985457-53	2.350	-	2.343	2.343
AMERICO DE LIMA FERREIRA	669727287-20	6.800	1.098	4.155	5.253
ECIO SILVA	705826617-49	18.060	3.397	9.216	12.613
SERGIO LIMA DE ARAUJO	707004357-00	12.500	-	10.761	10.761
ANTONIO JURANDIR CONSTANTINO DE OLIVEIRA	708887367-20	7.100	763	3.656	4.420
JORGE LUIZ DOS SANTOS SANCHES	739489267-00	9.700	1.318	5.628	6.945
DECIO NOGUEIRA DE BARROS	762700927-87	15.300	1.300	13.591	14.891
ROBSON SILVA SANTOS	781460707-87	10.100	1.407	4.735	6.142
ANDERSON RIBEIRO SANTIAGO	855702731-15	4.700	310	2.003	2.313
MARCELO DE ASSIS CUNHA	904763527-20	600	-	305	305
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM RONDONIA	UG - 114602	58.032	32.286	20.178	52.463
JURANDIR SOARES DA SILVA	031437322-53	1.700	1.350	150	1.500
MARIA DE FATIMA PAIVA XAVIER	044674002-06	300	0	229	229
FERNANDO AUGUSTO NERY LIMA	060843202-44	7.570	5.835	1.591	7.426
DANILO CORREA SALES	113217092-34	130	0	130	130
ASCLE BRITO DE SOUZA	146431382-20	400	365	0	365
MARILTON GOMES VIEIRA	149476412-15	3.833	100	3.355	3.455
FABIO JOSE ALVES DE SOUZA	192116512-04	500	500	0	500
ADEMILSON UCHOA MATOS	204000632-04	2.300	1.021	800	1.821
ANTONIO NIRVANDO MARCIEL ROCHA	219730404-68	3.359	800	2.502	3.302
FRANCISCO HERBENIO OLIVEIRA DA SILVA	256265903-15	7.210	2.780	3.294	6.074
AIRTON JOSE DALPIAS	286003122-72	6.735	4.050	1.573	5.623
MIGUEL HEITOR LIMA DE ARAUJO	410810997-04	5.130	3.806	866	4.672
VALTER NICHIO BERTONI	540598528-72	200	200	0	200
JOAQUIM LOPES LAMEGO	634638657-34	6.160	4.020	1.402	5.422
LUIZ CLEYTON HOLANDA LOBATO	659530882-72	776	0	776	776
ALEX DA SILVA PARLOTI	745925482-72	11.729	7.460	3.510	10.970
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO ACRE	UG - 114603	760.404	126.007	85.594	211.602
THIAGO HARLEY PAULO	002649393-44	8.718	6.342	1.810	8.152

ANGELA AUGUSTA LOPES DA SILVA	018386577-46	3.410	1.668	1.625	3.293
ALCIDES GADELHA DA SILVA	025943312-87	255	0	234	234
AGMAR LOPES DE SOUZA	048797162-00	975	0	966	966
NACELIO ANTONIO DA SILVA	060670422-15	3.370	13	3.250	3.263
CELIA MOTA BRANDAO	091145722-49	25.356	24.650	706	25.356
EDSON PRUDENCIO DA SILVA	126857632-87	5.680	880	4.315	5.195
EVANDRO CAVALCANTE DE ARAUJO	128952882-91	10.110	6.140	3.674	9.814
CAROLINA DE SOUZA SANTOS	136175322-68	3.000	0	2.380	2.380
RAPHAEL LOPES DIAS	443962952-00	5.275	3.465	1.810	5.275
LARA TORCHI ESTEVES	477770952-34	6.734	5.050	1.682	6.732
EMERSON MAGNO NANTES PEREIRA MOULARD	518763881-53	4.609	2.050	684	2.734
JOSE ELEUTERIO SANTIAGO BATALHA	526065972-49	95.661	45.720	48.361	94.081
GARDENIA DE OLIVEIRA SALES	629648792-49	1.350	0	1.150	1.150
ADRIANO COSTA DA ROCHA	700235902-97	52.478	28.830	12.772	41.602
ALAN BERNARDO ARRUDA BISSO	825656860-72	1.850	1.200	176	1.376
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO AMAZONAS	UG - 114604	876.424	674.116	149.334	823.450
JANSEN ATIER ESTRAZULAS	000597190-01	7.640	5.539	0	5.539
LUIZ STANISLAU VITAL	026327132-34	16.070	4.232	7.811	12.043
RONALDO DOS SANTOS DEZINCOURT	028065332-87	18.800	18.750	50	18.800
JONATAS BENTES PICANCO	030418912-04	53.160	42.187	8.785	50.973
MANOEL TEIXEIRA MELO	034723702-97	19.554	7.300	12.226	19.526
EDY GRIJO DOS SANTOS	035605462-49	3.272	3.172	0	3.172
ANTONIO TAVARES DE SOUZA	040130002-10	38.400	19.300	16.900	36.200
SANDRA MARIA TORRES DE BRITO	040991762-15	3.800	3.800	0	3.800
TIAGO ALMUDI	041979639-80	2.710	1.456	699	2.155
FERNANDO DE SOUZA LIMA	073213092-15	3.190	3.190	0	3.190
SIMPLICIO OLIVEIRA DE ALMEIDA	091402121-49	55.800	53.640	2.160	55.800
HAROLDO BRUNO CAMPOS DOS SANTOS	126133552-04	51.010	27.178	20.000	47.178
JURACY FREIRE DE LIMA	135054402-72	2.000	2.000	0	2.000
JOAO MONTEIRO DE SOUZA JUNIOR	147979172-53	106.500	106.500	0	106.500
DARLAN VIANA CAVALCANTE	160323492-68	4.000	2.205	1.340	3.545
ARGEMIRO NOGUEIRA DO NASCIMENTO NETO	161551062-15	40.200	39.185	0	39.185
JOSE ROBERVAL CALHEIROS GONZAGA	181482712-91	34.285	25.320	5.925	31.245
LUCIA TEREZA PORTO REGO	193022662-49	6.730	6.709	0	6.709
EDINEIA MACEDO DO NASCIMENTO	219475032-00	64.300	60.300	3.840	64.140
FERNANDO JOSE HERKRATH	267600758-03	2.000	988	0	988
MARIA DE FATIMA SANTOS DA SILVA	291652532-72	97.600	89.200	8.372	97.572
ANTONIO ALFREDO DA COSTA REZENDE	294412006-97	11.580	3.359	6.127	9.485
JECIVAN VIEIRA BRAGA	413313112-68	13.295	4.823	7.102	11.925
ANTONIA FRANCISCA COSTA FONSECA	514730462-20	8.850	1.978	1.846	3.824
RITER LUCAS MIRANDA GARCIA	569754902-44	8.800	1.704	5.953	7.658
PAULO AUGUSTO DE MENEZES SARMENTO	634806891-91	19.260	17.729	570	18.299
WASHINGTON REGINALDO DE OLIVEIRA MACI	680193512-72	18.760	18.370	290	18.660
FRANCISCO BRAZ DA SILVA PORTELA	727060152-68	83.715	44.231	26.433	70.664
JOSE CARLOS SANTIAGO MAGALHAES	736133202-15	16.355	11.400	4.949	16.349
CARLOS ELEOTERIO DE MORAES	755045702-63	19.600	10.220	5.202	15.423
JESSIKA PALOMA VIEIRA LIMA	843716252-15	45.188	38.151	2.754	40.904
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM RORAIMA	UG - 114605	59.410	24.895	11.277	36.172
JOSE CARLOS RAMIRES	007646898-43	5.300	2.304	1.063	3.367
CARLOS PE	008211034-40	14.400	1.968	5.651	7.619
MURILO CI	042700102-15	12.080	8.900	568	9.468
GUILHERME FERREIRA CORNELY	352543780-34	5.900	2.465	2.291	4.756
RENATO JOSE	530955027-53	9.000	3.160	450	3.610
NAYARA OLIVEIRA	919406302-82	12.730	6.098	1.255	7.353
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO PARA	UG - 114606	691.148	566.530	96.370	662.900
VALDIR BORGES DE OLIVEIRA	004366648-52	5.620	3.288	2.008	5.295
OSVALDO NASCIMENTO	014967602-63	6.680	4.347	1.808	6.155
MELQUISANOR GONCALVES GESTER FILHO	022816272-68	8.450	3.047	5.368	8.415
ARLINDO PEDROSO FERREIRA FILHO	028699342-20	43.860	43.504	348	43.852
EDILBERTO FIGUEIRA DE CASTRO	028710502-44	47.500	44.627	2.775	47.402
JOAO PAULO DE QUADROS	029548852-20	2.250	1.820	99	1.919
ARTEMIO DE BRITO MACHADO	030401272-68	41.470	41.028	420	41.448
IVONILSON BRITO ROLIM	032066102-49	5.050	4.241	350	4.591

PAULO SERGIO DE MORAIS BORGES	032067002-30	14.270	9.253	1.454	10.707
ANTONIO ARAUJO GOMES	033441262-53	20.070	19.137	380	19.517
MARINEIDE DA ROCHA LEITE	037833082-91	10.160	9.577	529	10.106
ARIOVALDO BANHOS CABRAL	044569982-53	700	300	161	461
ANTONIO SERGIO DA SILVA WANZELLER	048003622-53	4.950	2.048	1.909	3.957
OTAVIO ALMEIDA DE SOUZA	050615802-06	2.200	760	0	760
LUIZ PEDRO FELGUEIRAS NETO	055348522-91	16.050	13.670	1.746	15.416
NILTON DA CRUZ ROCHA	055602092-87	18.550	10.907	5.828	16.735
JEFERSON ANTONIO DA SILVA PAIVA	056639112-00	5.460	3.839	1.134	4.973
ALMIR DE VASCONCELOS UCHOA	069298422-49	18.950	6.820	12.036	18.856
EDVALDO BARBOSA DA SILVA	071952142-49	23.320	20.942	2.270	23.212
FERNANDO FERREIRA GOMES	082011024-87	1.360	554	535	1.089
CLOVES JOSE SOUSA DA SILVA	083398992-87	6.102	614	5.226	5.840
EZEQUIEL PEREIRA DE ARAUJO	093124632-68	5.430	1.400	3.990	5.390
OSVALDO CAMARA DA SILVA	094238262-53	6.410	4.393	822	5.215
RENALDO FERREIRA DO CARMO	099194492-53	7.000	1.545	3.990	5.535
LUIZ AUGUSTO DA SILVA MELO	101576892-04	7.040	1.750	4.643	6.393
DJALMA CARDOSO DE ALMEIDA	102376902-68	3.150	704	1.706	2.410
RONALDO BARROSO SINIMBU	105616252-04	48.620	48.455	100	48.555
ENILSON SARDINHA COSTA	105980732-72	18.775	12.066	2.516	14.582
EDA MARIA DE ALBUQUERQUE FELIX	118152212-91	4.740	1.668	1.264	2.932
MARIA TEREZA DA SILVA PENHA	124892552-15	7.210	6.486	644	7.130
SILVIO COSTA DE SOUSA	137035602-15	790	430	360	790
EMILIO SERGIO CARVALHO MENINEA	144425312-34	4.895	480	4.062	4.542
MARIA ANGELA GEMAQUE ALVARO	165849372-91	4.210	3.824	0	3.824
ROBERTO ELIAS BRITO MOREIRA	168078472-20	22.369	21.941	380	22.321
JOSE DANUZIO PINTO POMPEU	172416342-68	11.212	7.401	3.701	11.102
HELIO ARAUJO DOS REIS E SILVA	181770692-68	19.870	18.238	596	18.834
MAX ELIAS CALIL GOMES	223217642-87	1.300	900	272	1.172
ROBERTO TAVARES DE QUEIROZ	332976652-20	2.210	1.275	53	1.328
LUIZ CLAUDIO DO MONTE MARTINS	426119032-04	2.835	2.655	0	2.655
SOLANGE DO SOCORRO OLIVEIRA PEROTES	450433372-49	11.770	9.781	1.672	11.453
DOUGLAS GOMES DE OLIVEIRA	611589922-20	14.066	6.413	7.621	14.034
MOISES DE MATOS LOPES	647732302-82	20.610	17.310	2.372	19.682
MARCIO FRANKLIN PONTES DA SILVA	649410782-68	6.840	6.136	664	6.800
KESIA BOHRY MOSCHEN	660143952-53	23.670	22.907	636	23.543
BRUNO ALENCAR DA COSTA	673521462-53	800	800	0	800
ITAMAR BATISTA VANZELER	676491142-87	46.460	43.058	3.109	46.167
WELLINGTON DENIS COSTA PEREIRA	696980402-00	47.280	47.230	0	47.230
DINEI MARTINS FREIRE	702499542-49	28.890	27.394	922	28.316
MIRNA ARAUJO SILVA CARTONILHO	886507312-87	9.674	5.570	3.890	9.460
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO AMAPA	UG - 114607	189.440	125.619	54.958	180.577
JOSE MARIA OLIVEIRA MONTEIRO	062462902-30	28.270	5.800	21.559	27.359
MARCONI EDSON SILVA UCHOA	064587502-34	5.030	2.009	2.626	4.634
ADELSON SILVA UCHOA	066708572-68	4.000	1.507	1.968	3.475
FRANCISCO TOME TELES DE MENEZES	067626461-15	45.840	17.072	25.702	42.774
EDUARDO LUIS TEIXEIRA BAPTISTA	099296847-00	19.700	19.601	0	19.601
ANANIAS DO CARMO PICANCO	208913262-00	12.700	12.248	0	12.248
JOSE RONALDO RODRIGUES	297522721-34	43.810	42.086	0	42.086
JEFFENICE MIRTES PICANCO COSTA	432939722-68	4.250	801	3.064	3.864
EDUARDO FISBHEN	826540267-87	25.840	24.495	40	24.535
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO MARANHÃO	UG - 114608	343.865	290.183	20.168	310.351
JOAO MARCIO FERNANDES MENDONCA	000836543-13	4.460	2.855	0	2.855
JORGE LUIS LISBOA CARDOSO	002453883-38	8.390	8.000	0	8.000
WELLINGTON GEORGES COSTA DA SILVA	005611943-78	20.300	18.592	0	18.592
MARCOS HENRIQUE DE SOUSA HONORATO	011262933-42	3.930	3.166	0	3.166
DIRCEU SILVA DE MELO	011371011-99	600	567	0	567
LEANDRO NUNES SAMPAIO	015309033-27	280	0	278	278
LUANA SANTANA DOS SANTOS	018160483-30	6.460	5.100	244	5.344
THAIANNE LARA BATISTA COSTA	018705163-11	6.530	4.196	652	4.848
JAL JYRRA ALVES DA COSTA	024557963-02	7.355	4.890	1.353	6.243
ALENICE AUSTRIACO LIMA	043840403-34	4.460	4.114	0	4.114
WILLIAM GENNYSON CORREIA DE ALMEIDA	064096443-53	1.450	1.270	0	1.270

ANTONIO LIMA TAVARES	069138223-91	17.110	16.422	0	16.422
JOSUE NUNES BRITO	080670583-34	20.370	19.810	0	19.810
FRANCISCO CARLOS MACEDO RODRIGUES	081717503-20	900	0	674	674
AUDIZIO ARAUJO DOS SANTOS	093914603-72	5.020	4.854	0	4.854
JOSE CARLOS DE CARVALHO PINTO	095190253-91	16.950	15.438	400	15.838
RAIMUNDO NONATO APOLIANO PINHEIRO	095337613-34	11.770	10.277	638	10.915
LUIS FERNANDO FARIAS	100436243-91	2.460	2.327	0	2.327
ZACARIAS MENESES CARVALHO	112149023-91	8.380	5.800	1.304	7.103
MARIA LUZENIR UCHOA DINIZ	126136573-91	4.010	2.753	716	3.469
ROBESPIERRE ROCHA FONTES	126206293-49	2.180	1.082	1.072	2.154
EDSON COSTA	127535563-34	960	432	0	432
JONATAS MOTA ATAIDE	127698433-20	11.520	10.264	0	10.264
MARIA DE JESUS GUIMARAES	136858053-04	4.820	4.020	240	4.260
JOSE DE RIBAMAR JACOME ERICEIRA	147099533-68	12.150	11.384	0	11.384
JOSE NATAN ANDRADE	149730303-68	8.320	7.529	120	7.649
FRANCISCO AGUIAR DOS SANTOS	150188571-53	4.850	4.380	193	4.573
FRANCISCO DE SOUZA LIMA	175222773-53	33.750	32.650	0	32.650
LUIS MAGNO PADILHA	175668353-00	5.920	5.097	0	5.097
LEIDE CARVALHO FREITAS	197012843-72	1.740	940	480	1.420
LILIO REMI LAGO	197875293-87	7.700	7.305	235	7.539
DEMIURGO LOPES TRINTA	204962737-87	12.350	11.446	0	11.446
JOSE RIBAMAR MATOS BORGES	215355663-53	590	590	0	590
SOSTONO ALVES DA SILVA	261061917-00	7.400	6.503	0	6.503
ELI MARTA VERAS BARROSO	270516413-87	810	410	190	600
BENVINDA MARIA REGO MOREIRA NETA	293779273-15	4.500	3.645	0	3.645
ANDRE LUIZ SILVA COIMBRA	303317223-72	3.300	1.551	700	2.251
SHIRLEY CRISTINA SOARES NUNES	334457613-53	1.900	1.479	0	1.479
WELLINGTON LUIS MINEIRO FRANCA	418089753-91	600	0	526	526
WALTER REIS LOPES JUNIOR	611043701-82	1.000	360	357	717
FERNANDO MORAIS DA COSTA	626839773-87	5.600	5.140	0	5.140
PATRICIA DE OLIVEIRA BORGES E SOUZA	655588476-20	2.500	2.203	0	2.203
DAVI SOUZA DA COSTA	714758183-00	500	80	0	80
ELIZALDO PEREIRA QUIXABA	748098653-04	7.500	5.830	0	5.830
FRANCISCA JOSEANE MENDES DE SOUSA	753466053-04	2.650	2.057	0	2.057
OLIVIA MARIA MENDONCA TEIXEIRA	766383247-72	1.450	1.030	350	1.380
ELCYLENE MENDES RODRIGUES	771560053-91	4.200	3.136	748	3.884
MELQUISEDEK RODRIGUES DE OLIVEIRA	811643863-87	9.000	8.380	0	8.380
CLEBIO ROCHA MATOS	822657553-20	4.600	1.544	1.131	2.675
ADALBERTO SOUSA PEREIRA	827998143-87	7.620	5.420	2.064	7.484
DEOGENES FERREIRA VIEIRA	910787503-78	12.250	6.100	5.503	11.603
SAULO CARVALHO PIRES	995144003-72	8.450	7.770	0	7.770
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO PIAUI	UG - 114609	119.584	69.774	36.583	106.358
RAFAEL DE ARAUJO COSTA	001685763-17	2.532	1.598	759	2.357
MANOEL SILVA DE MOURA NETO	030282163-53	2.020	1.470	693	2.163
ANTONIO JOSE CARVALHO DOS ANJOS	030365533-04	150	101	0	101
SEBASTIAO RIBEIRO FONTINELE	035705763-53	2.780	1.350	1.096	2.447
ANTONIO RAIMUNDO GONZAGA MARTINS	047705953-87	6.035	3.426	3.135	6.561
GILDECIO VIEIRA DE ARAUJO	053523043-53	1.120	493	312	805
IZALMI IOLZOFI DA SILVA LIMA	054288313-91	600	0	499	499
RAIMUNDO NONATO DE SOUSA	065628173-15	5.642	3.872	1.396	5.267
EURIPEDES FERREIRA SOBRINHO	065815363-34	2.650	1.570	1.050	2.620
JOSE DIRSO ALVES DE MENESES	066359703-04	2.100	2.097	0	2.097
JOSE FRANCISCO SANTANA	067075133-20	1.070	910	0	910
MARIA DO DESTERRO LOPES ANTUNES	067152223-04	4.000	3.494	0	3.494
PEDRO ANDRADE DE OLIVEIRA	077574843-91	600	304	0	304
JOSE ROSA FILHO	078800223-68	7.290	4.746	890	5.635
VALDIMAR MARQUES DA SILVA	079219853-00	3.470	1.079	1.308	2.388
EDONIAS ALVES DE ANDRADE	079311583-34	2.650	1.294	1.082	2.376
IVANA MARIA MORANDI LUSTOSA	082414078-82	5.768	2.696	1.904	4.600
CARLOS BENEVIDES AMORIM	096923803-78	7.569	1.581	4.862	6.442
MARIA DO AMPARO CRUZ CARVALHO	099085953-34	500	0	192	192
RAIMUNDO NONATO MENDES DE SOUSA	099830823-49	5.050	3.277	1.820	5.097
PAULO DORMAN MARTINS DA SILVA	103715163-15	4.500	1.886	784	2.670

HORACIO FERNANDES LIMA NETO	118701333-15	4.720	3.177	1.337	4.514
SEVERINO FERREIRA LIMA	130191203-49	5.580	2.137	1.384	3.521
DANIEL PAZ E SILVA	133063083-15	3.740	2.240	1.579	3.819
ANTONIO ADES DE SOUZA NETO	138329303-10	1.380	1.280	100	1.380
GEZOALDO PORTO LIMA	151407761-20	175	0	174	174
PEDRO BARROS FEITOZA	151462434-68	4.129	2.433	1.306	3.739
CARLOS EUGENIO LAGES VERAS	182233703-87	2.800	0	2.044	2.044
ANTONIO GONCALVES DOS SANTOS	183507473-15	1.932	1.520	422	1.942
FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES MIRAND	183749483-53	2.670	1.946	541	2.487
HERMES RODRIGUES DE ARAUJO	199307633-68	5.730	4.258	1.358	5.616
RANIERI FERREIRA LEITE	217718983-72	2.900	2.393	500	2.893
ANTONIA RODRIGUES SILVA	244849201-82	4.822	3.561	1.251	4.811
GILVAN CARVALHO CORREIA	306455653-34	2.700	1.980	637	2.617
FRANCISCO WILSON DA SILVA	335071201-00	370	270	100	370
MIRIAM ELIONORA DE NAZARE DE OLIVEIRA	347469003-53	1.600	1.596	0	1.596
FRANCISCO DAS CHAGAS SOTERO	428385681-91	500	500	0	500
TIAGO GOMES VIANA	967983193-00	980	0	874	874
JANNETE MARIA DE JESUS	977044073-68	1.710	850	748	1.598
CAMILA COSTA IBIAPINA REIS	996155503-10	3.050	2.391	450	2.841
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO CEARA	UG - 114610	120.217	17.579	74.864	92.443
MODESTO MOITA NETO	003098113-17	450	150	300	450
JOSE MARCOS	010164663-15	775	0	770	770
JOSE FALCAO TORRES	017867843-00	10.350	3.642	6.078	9.720
JOSE ARARUNA DA SILVA	019675333-34	780	152	500	652
GERALDO SANTOS LANDOVSKY	022855809-32	3.700	150	1.777	1.927
FRANCISCO ERIVALDO COSTA	033815953-34	6.700	500	6.151	6.651
JOSE ROBERTO BEZERRA TAVARES	034423303-00	184	0	184	184
FRANCISCO CONRADO CHAVES	043141743-15	845	40	545	585
JOSE ORION DE VASCONCELOS	045717203-78	1.100	800	300	1.100
FRANCISCO LUIZ DA SILVA	046202593-49	3.110	0	2.808	2.808
RAIMUNDO NONATO ARAUJO	050232463-53	1.700	830	387	1.217
LUIZ WALTER LEITE DE CASTRO	061178723-72	2.580	70	2.310	2.380
JOSE CARLOS MESQUITA	061550653-49	200	0	188	188
JOSE ADEMAR ARAUJO	061947703-25	800	795	0	795
JOSE ARODO NOBRE	070667163-53	1.070	250	497	747
JOSE FIRMINO DA SILVA	071834533-91	2.515	0	2.383	2.383
JOSE DA SILVA DO NASCIMENTO	073469303-63	900	0	807	807
RAIMUNDO VIEIRA DE LIMA	073663023-68	12.700	3.252	5.470	8.723
GENY WALTER LEITE DIAS	073757863-72	1.600	800	800	1.600
RAIMUNDA DE CASTRO FERNANDES	081211843-04	5.650	0	5.577	5.577
CICERO PEREIRA DE OLIVEIRA	092207803-30	1.490	80	987	1.067
JOAO LUIZ DOS SANTOS MELO	092579263-20	4.740	0	4.216	4.216
RAIMUNDO ROGACIANO MONTENEGRO	117676503-53	3.770	294	3.418	3.712
ELISVALDO ALMEIDA DE CASTRO	119951903-06	5.870	973	3.743	4.716
JOSE FELIX PEREIRA FILHO	135340253-34	3.000	623	1.221	1.844
MANOEL FROTA CORREIA	135736753-87	370	61	220	281
JOAO DO CARMO FELIPE	162191713-49	8.730	550	4.389	4.939
JOSE AIRTON MELO CAVALCANTE	165935533-87	1.100	255	696	951
RENATO RODRIGUES PINHEIRO	214188008-48	500	500	0	500
ABEL RAMALHO DA COSTA FILHO	218175297-49	25	19	0	19
JOSE DEUSIMAR DE ANDRADE PEREIRA	219906543-04	10.100	380	4.488	4.868
ANTONIO CESAR FERREIRA LIMA	261468513-53	300	0	294	294
CARLOS REGINALDO DE FREITAS FIGUEIRED	267007861-34	2.700	534	1.379	1.913
WASHINGTON LUIZ RODRIGUES SILVA	375088907-44	3.700	160	2.063	2.223
JORGE SANGALI FERREIRA	461661577-20	700	0	97	97
BENEDITO LUIS DE LIMA	466401347-72	2.070	960	1.007	1.967
NILTON JOSE DE ANDRADE	467761684-15	800	0	763	763
MIGUEL FONTES FERREIRA	591771527-00	1.600	0	1.600	1.600
LEANDRO FEITOSA LEITE NOBREGA	600508413-51	400	0	368	368
THEO LEVI SILVA DE SALES	616038053-20	470	79	385	463
FABIO CARNEIRO LOBO	633358911-04	1.900	0	699	699
FRANCISCO CARLOS SARAIVA	662734637-00	4.850	270	2.300	2.570
JOANA DARC BALBINO DA SILVA	692628104-15	1.923	300	1.500	1.800

JOSE NEWTON SERRA LOPES	749369643-87	1.400	110	1.199	1.308
UNIDADE ESTUDUAL DO IBGE NO RIO G. NORTE	UG - 114612	31.691	15.473	13.440	28.914
ROGERIO HENRIQUE DA COSTA CAMPELO	035082054-60	700	402	290	692
FRANCISCO SINESIO FERREIRA VILACA	048260164-76	3.255	1.530	1.425	2.955
CARLOS EDUARDO DANTAS GOMES	061207754-39	300	0	300	300
MARCELO ANTUNES DE OLIVEIRA	075004164-15	356	200	156	356
MAIKON ROBERTH DE NOVAES	095707387-90	382	0	382	382
MOYSES MARIO DE PAIVA JUNIOR	103286294-72	2.669	864	1.457	2.321
EDSON MOREIRA DE AGUIAR	106334054-34	1.180	0	1.180	1.180
DECIO DE SA FIGUEIREDO NETO	106725594-04	400	159	193	352
JOSE EUZEBIO DOS SANTOS FILHO	129956814-91	563	375	123	498
SEVERINO BATISTA DE ARAUJO	156658954-15	1.569	83	1.414	1.497
JAILSON FILGUEIRA PEREGRINO DA SILVA	156948284-53	2.985	1.095	1.702	2.797
WILSON FIGUEIREDO FILHO	199855334-53	1.430	1.290	116	1.406
ZULEIDE ARCOVERDE DE MELO	217295304-00	400	273	75	348
MANOEL GOMES DE MEDEIROS NETO	241429054-49	2.695	1.238	707	1.945
YALE CLECINO MARTINS	271880004-68	1.566	155	1.122	1.277
JOSE WANDERLEY DOS SANTOS	322516704-59	1.410	483	768	1.251
GILVAN ALVES DA SILVA	328679994-72	30	30	0	30
RAIMUNDO REJANE DE CARVALHO	336435044-20	430	210	220	430
MARIA JOSE VEIGA DE MEDEIROS	355313474-72	365	87	257	344
JOSE GENARIO DE CASTRO	384480257-68	40	40	0	40
TEMISTOCLES BARROS DA ROCHA	429893454-34	1.500	916	459	1.375
LUCINEIDE GOMES PERES	443522634-00	3.020	2.622	209	2.831
VALERIA MARIA LIMA DA COSTA ROCHA	447143354-72	2.030	1.651	240	1.891
RAFAEL BRUNO GOMES DE LIRA	762210912-68	60	60	0	60
LUIS FERNANDO VENTURA DA CONCEICAO	915950537-00	2.356	1.711	645	2.356
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NA PARAIBA	UG - 114613	145.525	68.334,40	30.261	98.596
JOSE JERONIMO DA NOBREGA CARVALHO	034596344-05	1.475	245	50	295
OBEDE VERISSIMO DA SILVA	040482724-11	4.390	3.054	672	3.726
ELTON DE SOUZA LEITE	052674184-80	1.820	1.330	0	1.330
ANTONIO VALDECY MARTINS	058404064-49	5.367	2.224	2.310	4.534
CESAR PATRICIO DE SANTANA ROSA	063603824-66	4.758	1.848	402	2.251
ANTONIO FELIX DOS SANTOS	067808904-30	4.532	2.474	888	3.362
IVAN VITORIANO DA SILVA	090719704-34	5.920	1.690	1.705	3.395
JOSE FELIX DE LIMA	114204641-91	7.050	3.658	1.704	5.362
JOSE ALVES SANTIL	115488432-53	7.982	5.334	1.191	6.525
OSVALDO DE SOUSA	132385234-49	12.120	6.064	3.802	9.866
IRAILDO VITORIANO DA SILVA	132871504-30	11.900	2.675	1.605	4.280
JOAO LEONARDO CARNEIRO DA CUNHA DE MI	132894704-15	970	346	312	658
JOSE ROBSON VALENTE DE MORAIS	139438044-53	1.600	1.250	0	1.250
MAURO DIAS VELOZO	140948274-04	1.995	729	841	1.570
JOAO COELHO DE LEMOS	176706404-72	18.760	11.748	3.032	14.780
FRANCISCO DE ASSIS NOBREGA	205092274-49	10.540	5.654	1.080	6.734
ERIOGENIL ALVES DE ARAUJO	219397214-15	2.156	574	949	1.523
JOSE EGRIMAR DE MORMIG	225280834-91	2.570	956	945	1.901
GILDETE ALVES FERMIGA	238189994-49	7.808	4.364	480	4.844
DIMAS TADEU DE MEDEIROS	296841884-04	9.465	4.603	1.569	6.171
DAVILA MARIA ANDRADE FIGUEIREDO	299302784-00	6.587	4.730	1.545	6.275
DAMIAO GONDIN ALVES DOS SANTOS	380415704-10	15.760	2.785	5.180	7.964
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM PERNAMBUCO	UG - 114614	178.095	112.674	52.515	165.189
LUIS GUSTAVO FERREIRA PEIXOTO	028939124-51	8.498	7.193	1.042	8.235
JOAO ALEXANDRE DA SILVA	030440834-43	200	0	200	200
JOSE GEOVAN LIMA DE SIQUEIRA	034875484-10	5.040	4.640	400	5.040
ALINE PEREIRA DE OLIVEIRA ALMEIDA	040565814-10	4.690	2.078	2.339	4.417
RICARDO JORGE DE MELO FORTUNATO	042701594-48	832	410	421	831
JORGE AUGUSTO MORAIS DE BARROS	044154664-19	910	350	543	893
AGNALDO ISRAEL MASCENA PIRES	046709734-87	4.534	3.200	1.101	4.301
GUSTAVO SIQUEIRA ARAUJO	051818024-78	5.606	4.047	941	4.988
FRANCISCO ESMERALDO NUNES JANUARIO	059608494-37	1.859	1.001	745	1.746
GENIVALDO GONCALVES DE QUEIROZ JUNIOR	060324364-97	1.100	690	397	1.087
JOSE AMAURY DE ARAUJO	080468404-91	9.460	7.782	912	8.693
PEDRO SALVADOR DA ROCHA	081050064-72	5.390	4.643	624	5.267

PEDRO JORGE LEITAO DE MELO	081642074-20	8.780	4.954	1.661	6.615
JOSE FRANCISCO OLINDA DE SOUZA	100585674-53	1.090	655	263	918
HERCULANO DE OLIVEIRA GUIMARAES NETO	114404814-15	280	250	0	250
MARCOS JOSE DE LIMA CARVALHO	122411644-53	6.950	2.800	3.416	6.216
ASARIAS FREITAS DE LIMA	123328364-20	2.450	1.912	500	2.412
OTONIEL ALVES ALCANTARA	123356494-34	4.083	1.884	1.439	3.323
ALDO BANDEIRA CAVALCANTI	126897774-87	5.352	3.259	1.794	5.053
LUZINELMA VELOZO GONCALVES	127368564-49	5.710	4.311	1.007	5.318
JOSENILSON CAVALCANTI CATOLE	134472704-20	3.919	3.655	210	3.865
PEDRO FERREIRA FILHO	134949104-72	2.400	1.467	444	1.911
ADELMO COSTA ESTIMA	134995134-04	1.250	730	509	1.239
MARIA AURICELIA ANDRADA BEZERRA LIMA	135228414-68	2.796	2.453	241	2.694
EDMILSON AGUIAR DA SILVA	135544924-34	6.909	4.211	2.481	6.692
MAURO VIEIRA DO NASCIMENTO	147055084-91	4.500	400	3.735	4.135
RICARDO ROBERTO DE LIMA	153288644-68	1.200	1.120	80	1.200
FRANCISCO JOSE DE CARVALHO	166157434-34	4.167	1.362	2.700	4.062
JOSE FERNANDO FERNANDES DE CARVALHO	174128974-20	5.750	2.817	2.188	5.005
AMARO AYRES FRAGA	178865704-72	2.960	1.736	1.170	2.906
FRANCISCO EUDES PEREIRA	183146784-49	12.240	7.913	3.756	11.669
MARGARETH CARNEIRO DE LIMA	197190434-15	1.872	1.657	44	1.701
IVO DE SOUSA	211589676-91	9.295	4.044	4.090	8.134
JOSE BALTAZAR SOARES DA SILVA	214738464-04	7.030	4.590	2.166	6.756
EDILSON BRONZEADO QUIRINO	257322344-20	380	380	0	380
LOURINALDO BEZERRA DOS SANTOS	274084694-00	6.190	3.086	2.142	5.227
HERCILIO TORRES BARBOSA FILHO	298282364-00	5.774	3.365	2.113	5.479
VANDALUCIA ALBUQUERQUE VANDERLEI	318098474-00	4.930	3.156	1.587	4.743
KARLA VALERIA ANNES DE SA LEITAO DA C	342411754-49	2.020	1.320	700	2.020
VITAL LEAO DE SA	402790064-20	5.540	4.428	1.107	5.535
ROSIANE BASTOS PEREIRA DE FRANCA	864402174-53	4.160	2.727	1.309	4.036
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM ALAGOAS	UG - 114615	66.799	59.411	4.839	64.249
LUCIANO CARLOS MOTTA	001011800-47	3.470	3.420	50	3.470
MARLA BARROSO FRANCA	009397074-97	400	352	0	352
THOMAZIO BERGSON FARIAS CORREIA	013159394-36	3.010	2.880	131	3.011
VALDEMIR FERREIRA SILVA	031549374-71	2.270	1.982	150	2.131
LUCIANA DE OLIVEIRA CARVALHO	034492104-24	230	212	0	212
ALCIDES JERONIMO DE ALMEIDA TENORIO J	034898324-77	570	481	0	481
PLINIO JOSE MEDEIROS CERQUEIRA DE ARA	036714864-14	90	0	90	90
CARLOS EDUARDO NOIA ALVES LIMA	038864454-02	350	350	0	350
JOSE LUIZ DE OLIVEIRA LIMA	045155604-68	7.010	6.371	410	6.781
FLAVIO FERREIRA SILVA LIMA	048209044-85	3.916	2.940	319	3.259
PAULO DUARTE FERRO	049067804-15	380	380	0	380
PEDRO PINTO DA SILVA	061099774-20	4.530	4.203	80	4.283
JOSE ANTONIO DA SILVA	061219934-72	125	125	0	125
CREMILSON CAMPOS VIANA	067991674-15	2.880	2.662	181	2.843
NEUTON TAVARES BARBOSA	071419634-72	3.030	2.930	100	3.030
VICENTE PEDROSA DE LIMA	072887084-38	640	580	60	640
JOSE CARLOS FERREIRA DA SILVA	110980584-53	5.653	5.448	90	5.538
WASHINGTON BARRETO OLIVEIRA	133688264-68	2.940	2.612	62	2.673
SILVIO BEZERRA SOBRAL	133956704-06	3.500	3.423	0	3.423
MANOEL CARLOS BARBOZA	134094094-91	850	350	444	794
JOSE LUCINDO DA SILVA	134154924-00	3.280	2.952	172	3.124
MARIA LUCIA CORREIA MATA	134317224-15	250	140	0	140
CARLOS ROBERTO CAVALCANTE TENORIO	134416474-91	6.530	6.001	480	6.480
EDIVALDO FLORENCIO DE OLIVEIRA	151781704-82	6.980	6.431	471	6.902
HAROLDO ALVES DE FARIAS	163853734-87	100	0	100	100
MARCOS MARANHÃO LIMA	164290104-06	600	492	0	492
MARIA TELMA VICENTE ARAGAO	223224424-53	1.265	0	1.200	1.200
VICENTE PETRUCIO DA SILVA	272006714-87	1.540	1.290	250	1.540
EDUARDO ANTONIO RAMOS DE MENEZES	399202754-68	410	407	0	407
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM SERGIPE	UG - 114616	39.225	24.806	10.214	35.021
FRANCISCO NICOLAU DE BRITO SOBRINHO	000138265-90	2.070	1.646	0	1.646
LEONARDO GOMES DE OLIVEIRA	021808355-66	400	250	0	250
CARLA JULIANA SANTOS ALENCAR	023612365-32	2.192	1.293	687	1.980

ANDIR DO CARMO WANDERLEY	049280912-72	2.268	0	2.007	2.007
JOSE EXPEDITO DOS SANTOS FREIRE	068426235-53	6.445	3.221	3.062	6.283
JOSE AILTON SANTOS	077030315-34	1.450	789	500	1.289
CEZAR OLIVEIRA FREITAS	085630125-68	4.840	3.975	458	4.433
MANOEL MESSIAS ALVES	102218595-00	1.380	987	266	1.253
MUCIANO MENEZES JUNQUEIRA	127043425-04	400	0	344	344
LEONARDO SOUZA LEO LEITE DE SA	189811434-04	3.630	1.941	662	2.604
REJANE COSTA DO NASCIMENTO	199545145-20	3.230	2.256	330	2.586
ALESSANDRO ROCHA SANTANA	913008005-34	10.920	8.448	1.898	10.346
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NA BAHIA	UG - 114617	656.306	220.463	370.810	591.273
OLIVIO BARBOSA VIEIRA	001896945-30	5.420	723	2.857	3.580
ADEMIR SILVA SOUSA	001901985-83	10.230	5.489	3.579	9.068
MATHEUS RIBEIRO BRANDAO CANARIO	002445965-81	1.180	630	200	830
RONNEY ALEXANDRE SILVA COSTA	004170535-17	10.720	1.260	8.122	9.382
BRUNO DOURADO BASTOS	004402825-35	485	0	485	485
CLEBSON SANTOS DE BRITO	008158595-03	8.260	3.855	2.971	6.826
THIAGO PIMENTEL SANTIAGO	009991635-58	4.310	2.265	1.707	3.972
VERONICA PEREIRA SANTOS	011013725-67	5.700	2.210	2.623	4.834
SAAD ARNAUT BRITO MORAES	011587385-60	8.500	2.127	5.115	7.242
JOAO CALDAS NETO	013157978-95	5.900	2.683	3.095	5.777
SAULO ALVES DE ALMEIDA	014976115-55	5.150	1.112	2.768	3.881
JOERALDO DOS SANTOS FRAGA FILHO	015249915-62	6.483	24	6.343	6.367
FERNANDO YUTAKA YAMAGUCHI	019394888-50	220	0	220	220
ALEXANDRE SILVA SOUSA	021599645-30	13.210	1.424	10.912	12.336
ITALO AGUIAR DE SIQUEIRA	023973615-07	15.753	2.042	12.226	14.267
MURILO ROMAO GAMA	025588935-64	7.690	3.817	3.340	7.157
MARIMARTA TOLEDO DE FREITAS	028758978-10	500	75	262	336
MAGNO FERREIRA DA SILVA MOTA	029222835-00	6.510	680	5.740	6.420
OSORIO DE OLIVEIRA BITTENCOURT FILHO	037563785-00	12.220	3.400	8.499	11.899
RICARDO TEODORO DA CRUZ CARDOSO GOMES	038266855-39	5.860	2.877	2.319	5.196
FELISBERTO JOSE DE SANTANA	042002095-00	380	380	0	380
LUIZ MARCIO OLIVEIRA DE CARVALHO	048457905-30	8.514	1.100	7.395	8.495
VALDOLINO MINEIRO CUNHA	049856135-68	4.795	2.825	1.769	4.594
JOAO BATISTA MENDES MORAES	050290155-15	2.260	1.394	608	2.002
GUSTAVO LEFUNDES BLUMETTI	056955115-34	2.630	1.731	348	2.079
DACILIO CHAVES CAMPOS	058209525-53	17.045	644	12.595	13.239
ABELARDO DA SILVA NORMANHA	062615315-87	5.570	3.020	2.161	5.181
JAILSON ARAUJO	063397275-49	5.537	1.340	4.028	5.368
JOSE ERNESTO DE OLIVEIRA	068952555-91	5.000	552	2.456	3.007
EDVERGES RAMOS DE ALBUQUERQUE	070225815-68	1.030	0	804	804
IVETE MARIA DIAS LAGO	070981895-53	10.267	7.155	2.744	9.899
ODILON RIBEIRO DE SANTANA	074370805-91	600	216	167	383
ANTONIO CARLOS DA SILVA PEREIRA	076132615-49	1.845	810	1.008	1.818
ADENOR MARIANO JUNIOR	079758805-15	640	0	640	640
RAIMUNDO GOMES DA SILVA	083250815-20	7.765	3.295	4.305	7.600
GENIVAL SILVA TAVARES	084454605-44	500	500	0	500
ANIBAL BORGES BRITTO	085240685-15	1.300	0	1.021	1.021
DIONIR PEREIRA	086511325-49	2.975	0	2.975	2.975
MARIA JOSE COSTA LEITE DOS SANTOS	092801115-15	6.814	2.960	3.309	6.269
ADERIVALDO LIMA DA SILVA	094273685-00	5.042	3.393	1.301	4.694
JOSE RAIMUNDO LIMA DE CERQUEIRA	097087745-53	3.090	1.365	1.288	2.653
DOMINGOS DE JESUS LIMA	101806055-34	7.900	2.730	3.696	6.426
EVARISTO ROQUE LOPES DAS VIRGENS	105928225-91	700	0	643	643
ROBERTO CONCEICAO SANTANA	107833265-72	10.276	3.451	5.358	8.809
LUIZ MAFRA DE SANTANA	116013965-20	7.948	3.570	2.937	6.506
HERMANO JOSE DE CASTRO	117418055-20	4.250	2.880	1.311	4.191
FERNANDA DA SILVA BASTOS	120727295-72	3.061	990	1.710	2.700
PAULO MOREIRA JUNIOR	122819995-72	5.410	1.000	4.410	5.410
CRISTOVAL PADUA DE FRANCA	126403795-34	11.582	2.723	8.417	11.140
EUGENIO ANTONIO DE LIMA	127004444-34	3.600	326	2.293	2.619
REYNALDO AUGUSTO FONTENELLE FILHO	128692105-82	12.517	0	12.253	12.253
EDIL DA SILVA DOURADO	132994685-53	7.340	3.673	3.237	6.910
HERMES ARAUJO BARROS	136674245-15	470	0	408	408

ESMERALDO DE ARAUJO SANTOS	139535595-91	10.995	2.845	7.409	10.254
JOSE ESTEVES RIBEIRO NETO	140580065-87	3.855	2.470	1.157	3.627
ELIZABETE CONCEICAO LEAL DE OLIVEIRA	143157505-49	6.460	3.133	2.389	5.522
MARIA APARECIDA PEREIRA MANTOVANI	147964735-72	2.020	1.302	551	1.852
ISRAEL VIEIRA DE CASTRO	148607835-49	3.475	2.434	879	3.312
ANA MARIA LOBO DE MELO	148652895-34	10.640	6.718	2.241	8.959
SANDOVAL MARTINS MANCIOLA FILHO	156191335-91	8.970	3.160	5.036	8.196
CARLOS VIEIRA DE SOUZA	162193765-87	2.990	800	1.812	2.612
JERONYMO CARNEIRO DA SILVA FILHO	162822215-87	6.833	0	6.584	6.584
MANOEL MACHADO JUNIOR	167733655-20	2.245	1.346	854	2.200
OLGA MARIA FREIRE SANTOS FALCAO	169398835-68	80	0	48	48
OSVALDO BATISTA DE OLIVEIRA FILHO	169467075-91	8.820	694	7.269	7.963
RAIMUNDO FALEIRO LOPES	176760535-87	2.650	2.250	386	2.636
IRINEU SANTOS DOS REIS	177612475-87	9.270	3.400	5.097	8.497
GILTONEI EVERTON SANTOS BARROS	187235355-04	19.304	85	17.528	17.613
ZENY PEREIRA AZEVEDO	192095335-34	8.570	3.860	4.483	8.343
RAILDA SOUZA RIBEIRO MELO	193311695-15	4.400	4.200	200	4.400
ARTUR CONSTANTINO FIGUEIREDO MACHADO	195394955-04	250	0	98	98
BERNARDO THADEU DE ALMEIDA NUNES	200145206-30	1.300	0	249	249
ANTONIO LUIZ FROES PEREIRA	202913025-72	1.300	650	330	980
MARIA JOAQUINA BATISTA MARQUES PERALV	220699095-49	5.190	3.910	1.045	4.955
ERICA DOS SANTOS BRITES GUIMARAES	229017285-53	3.677	1.397	2.271	3.668
HUMBERTO SOARES PRAZERES	232653885-49	10.259	1.953	8.220	10.174
MARCIO BRITO BONIFACIO	233396754-49	8.380	1.723	4.597	6.320
JOSE DERALDO MIRANDA SANTOS	238606265-15	7.232	2.250	4.707	6.957
MARIA APARECIDA SOUZA FEITOZA BRANDAO	239223705-00	4.090	1.277	2.306	3.583
SANDRA COSTA NEVES DE ALMEIDA	241629225-00	1.000	700	0	700
EDIVALDO BORGES DE SANT ANNA JUNIOR	272758505-59	3.770	1.820	1.876	3.696
KATIA REGINA LOPES DOURADO	278679516-87	12.800	3.588	8.882	12.470
FERNANDA DE ALMEIDA PRADO	317191178-70	5.800	325	4.046	4.371
HEBER HENRIQUE CAMARGO	327196618-48	8.382	3.181	4.804	7.984
MARILIA OLIVEIRA GAMA BRITO MENDONCA	345351445-91	5.400	3.270	1.324	4.594
NILO ANTONIO MONTEIRO DE MENDONCA	347983315-20	16.410	4.304	11.158	15.462
WESINER MEYER PITTA	351893985-87	6.352	3.875	1.560	5.435
ELIETE OLIVEIRA ALMEIDA	352821505-49	6.130	3.445	2.004	5.449
MARIA THEREZA CERQUEIRA SILVA	356469345-91	3.900	0	2.625	2.625
RUTE ANUNCIACAO CRUZ	378506605-87	1.370	1.368	0	1.368
ANA CECILIA AMARAL PIRES	440114665-49	550	390	0	390
PAULO CESAR CAVALCANTE DA SILVA	452743047-53	2.185	807	1.317	2.124
BENI JOSE MUNIZ	470275418-15	480	0	306	306
MARCOS ROGERIO PAIXAO PESTANA	500304425-91	16.200	5.659	9.482	15.141
CREIVAL PINTO FILGUEIRAS JUNIOR	508220397-53	9.800	500	7.829	8.329
NELSON LARA DA COSTA	510681847-87	2.000	0	577	577
TARCISIO COUTINHO COSTA	606922605-44	4.130	2.983	923	3.905
GILDA VALVERDE DE LIMA	640159475-68	5.630	2.050	3.525	5.575
EDIGAR ALVES GOUVEIA	770080658-68	8.869	5.161	3.209	8.370
HAMILTON GONCALVES DA SILVA JUNIOR	827876975-34	9.400	8.511	574	9.086
JOAO REGINALDO DA SILVA NETO	830831895-91	8.434	4.026	3.024	7.050
RONALD BERNARDO SAMPAIO DE OLIVEIRA	838762785-20	4.305	3.201	770	3.970
MARLEIDE CAMPOS SANTOS COSTA	886442355-91	1.540	1.220	226	1.446
DIONISIO COSTA CRUZ JUNIOR	886626755-49	4.300	40	2.779	2.819
PEDRO RICARDO DA SILVA BISCARDE	899290555-68	200	200	0	200
NILTON DE SOUZA RIBAS JUNIOR	922409924-68	14.068	790	10.918	11.708
CLAUDIA GONCALVES XAVIER	933515265-04	6.253	3.351	2.700	6.051
MANOEL FABIO LOPES SANTOS	941587975-00	16.120	8.370	7.498	15.868
IVAN JACUIPENSE MASCARENHAS FILHO	970697015-00	7.404	4.028	2.182	6.210
MATEUS RODAMILANS BASTOS	996237225-91	6.915	735	5.968	6.703
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM MINAS GERAIS	UG - 114618	144.759	30.600	100.416	131.015
RAPHAEL ANTUNES DO AMARAL SANTOS	015698476-81	65	0	65	65
MARCOS ROBERTO APOLINARIO	015808376-89	1.295	0	1.295	1.295
GERALDO MARIANO DA SILVA	031074406-71	775	338	409	747
JULIO CESAR TERCETTI BELLI	034582686-85	1.567	110	1.395	1.506
ROBERTO GONCALVES DE SOUZA	035417556-44	1.435	551	879	1.430

TATIANA OLIVEIRA MAIA ANICETO	036673336-25	1.838	273	1.454	1.727
ALIDA APARECIDA DE CARVALHO CAETANO	039642986-62	2.860	1.837	960	2.797
MARIA JOSE MENK	040751918-18	210	0	165	165
JULIO CESAR DE OLIVEIRA MOREIRA	040994656-75	210	169	0	169
PABLO AUGUSTO DE ARAUJO FRANCO	042885126-62	1.380	0	1.340	1.340
BRUNO FERNANDES MOURAO	043244706-77	250	229	0	229
SARA DE ALVARENGA ANDRADE	044876346-01	1.030	211	666	878
JOELSON DE OLIVEIRA CARVALHO	045540987-02	220	197	0	197
CHRISTIANE AVILA DE LIMA MASCARENHAS	046899796-26	780	229	418	647
KLEO FIDELIS	047012386-94	620	360	220	580
CATIA APARECIDA RODRIGUES	047460696-11	750	376	255	631
RAFAEL MARQUES DOS SANTOS	049515486-58	1.060	430	620	1.050
FABRICIO BONIFACIO DE OLIVEIRA	056505146-66	600	38	530	569
JOAO GONCALVES FILHO	058243366-52	828	0	587	587
ADILIO ALVES LEAL	063279606-50	7.125	744	5.778	6.523
SERGIO DE OLIVEIRA SOFIATI	065167686-09	830	366	350	716
BENEDITO AUGUSTO BARROS LIARTH	066497423-68	880	182	664	845
TOBIAS AUGUSTO ROSA FARIA	066825076-31	1.445	261	1.064	1.325
FABIANE FAGUNDES DA SILVA	067415386-31	2.005	35	1.922	1.957
EDSON RODRIGUES DE OLIVEIRA	070137296-63	1.505	863	530	1.393
SELMA EVANGELISTA JERONIMO	073633666-40	1.835	538	1.160	1.697
ANDRE FILIPE SOUTO COSTA	075972446-65	1.970	363	1.282	1.645
BALTAZAR GLECIO DA SILVA	076900716-35	700	329	149	478
CARLOS GUILHERME MENDES BOTELHO	080417666-33	750	0	629	629
RICARDO ALVES DE LIMA	089693826-31	100	0	98	98
GISLENE MARIA FERREIRA RAMOS	096256746-91	460	0	454	454
WODSON SOUTO LEPESQUEUR	096422691-04	300	0	300	300
ERNEI BARBOSA SILVA	099884086-68	5.262	1.293	3.271	4.564
DELMIR SILVA REIS	105254298-08	1.900	495	1.287	1.781
ORLANDO ANTONIO DA SILVA	124084686-04	655	540	104	645
EUNICE NERY DA SILVA	132929431-91	1.703	234	1.117	1.351
JOSIAS NOGUEIRA GIFFONI	166307856-49	2.045	90	1.560	1.650
OSCAR TONA JUNIOR	166682866-15	477	250	227	477
HELIO SOARES PEREIRA	173669841-91	480	311	149	460
ROGERIO RODRIGUES DA SILVA	178577596-00	1.530	250	1.273	1.523
JULIO CESAR BRITO NASCIMENTO	179593656-87	980	208	700	907
CLAUDIO MANOEL DE MOURA	181659586-15	1.170	905	200	1.105
JOSE CIRILO MAGALHAES	181667766-34	440	107	330	437
PAULO ARAUJO QUEIROZ	182406406-30	460	127	308	435
SEBASTIAO CESAR ALMEIDA MACHADO	194089276-72	1.565	160	1.230	1.390
OTACILIO RODRIGUES ALVES	195416436-04	1.380	488	870	1.358
MARIA CECILIA DE SANTANA PARREIRAS	199492786-00	730	350	316	666
OTAMIR JOSE DE ANDRADE	203222836-04	1.757	194	1.387	1.581
NELSON HISSAO NISHICAVA	210015969-00	1.810	178	1.535	1.712
JEFFERSON ALVES DE OLIVEIRA	211725286-91	3.190	747	1.850	2.597
LUIS PEDRO GUIMARAES	212218046-34	1.030	32	763	795
JOSE EDUARDO FRANCO	212651516-87	894	0	849	849
JOEL RODRIGUES REIS	214286116-49	970	0	842	842
JOSE DA SILVA HERMOGENES	215003206-68	648	0	628	628
MARCIA MARIA PINTO DE MOURA BARROS	227747426-68	40	40	0	40
ANSELMO DE MOURA	230735276-72	2.825	1.831	765	2.596
MARIA DE FATIMA ARAUJO RIBEIRO	237695806-72	322	100	110	210
DONIZETTI DOMINGOS	237758156-00	2.070	81	1.757	1.838
ANTONIO SERGIO DE MELO QUEIROZ	239168266-20	1.891	80	1.797	1.877
WELLINGTON MOREIRA BAHIA	245138736-04	60	43	0	43
EDSON MENDES NASCIMENTO	246567636-91	745	588	145	733
EVANDRO MENDES	258512686-20	4.499	1.616	2.543	4.159
MARCELO AGUIAR	262747796-04	1.923	0	1.898	1.898
CLAUDIO LUPIANO DIAS	267950606-59	1.240	354	826	1.180
JOSE GERALDO DE SOUZA	267962106-97	3.830	441	2.278	2.719
PAULO ILDECIO GONCALVES	268359916-15	2.128	0	1.954	1.954
MARCELO GOMES MARTINS	279753396-87	100	0	58	58
MARCOS TOLEDO FERNANDES	287537716-72	1.397	16	1.283	1.299

GILBERTO DOS SANTOS	297593237-53	420	0	420	420
JOAO ALMEIDA FILHO	304640646-00	500	0	440	440
MARIA LUCIA LAENDER PITA	304686806-59	880	127	685	812
MARCIO SILVA BALAO	316427211-15	1.215	0	1.202	1.202
BELMIRO DIAS GOMES	320935196-15	400	0	312	312
CLAUDIA TITO GUIMARAES	328212126-15	1.781	489	861	1.349
ROBSON ALVARES DA SILVA CAMPOS	328261846-87	240	165	67	232
ANTONIO AUGUSTO CORREA	332195406-00	1.032	0	998	998
ADALCIO MARTINS VIEIRA	337084286-68	460	0	438	438
MARIA CARMEM INACIO	343923781-87	333	0	332	332
EDUARDO ANTONIO MENDES OLIVEIRA	348119586-91	1.634	204	1.367	1.571
ANTONIO SADI DA SILVA	359210996-00	965	173	785	958
HELICIO RESENDE JUNIOR	359975166-87	529	117	399	516
MARIA CRISTINA DE ALMEIDA	364520256-00	450	171	188	359
JOSE MARCILIO MATOS COSTA	374737606-10	3.865	300	3.351	3.651
ORSINI LOPES VIEIRA SOBRINHO	386521536-04	1.510	0	1.277	1.277
JOAO BATISTA FERREIRA	386603346-04	1.620	348	1.197	1.545
GILBERTO MARINHO GOMES	386892517-15	2.690	221	2.044	2.265
GILMAR MORAES DE FREITAS	387193636-72	1.655	400	899	1.299
ROSANGELA RODRIGUES COELHO	402263527-49	1.337	100	1.237	1.337
HELVECIO ANTONIO COSTA AMORIM	402404526-15	7.105	599	6.390	6.989
GILBERTO ARANTES JUNQUEIRA	414975206-06	400	0	397	397
CARLA MARIA ROCHA ALVES	425868016-87	1.865	144	1.520	1.664
JOSIANE DOS SANTOS BARBOSA	428624346-04	310	0	304	304
JULIO CEZAR COTTA	428931786-34	3.023	686	2.077	2.763
ADELIMARCIO LEONIDAS VIANA GONCALVES	430418686-87	960	334	604	938
GUILHERME DE OLIVEIRA ASSIS	443232806-10	340	41	278	319
MAURO GALVAO FONSECA	496811097-91	1.210	308	764	1.073
IRAPUAN VIDAL JUNQUEIRA DA SILVA	506112597-53	880	0	698	698
EUGENIO PACELLI MORAIS RENNO	532671846-49	494	20	466	486
EDERSON TADEU MOURAO	627612696-91	1.760	893	407	1.300
JOSE EDUARDO LEITE PONTES	632324807-72	310	0	301	301
ANGELINA ORLANDO BORGES	677252446-20	1.638	765	689	1.454
ANDREA SATIE AMARAL HAYASHIDA RESENDE	689947886-20	230	0	188	188
MARIA BEATRIZ RIBEIRO BRITO	788630827-15	440	0	428	428
ROBERTO JORGE DE FREITAS FILHO	793860677-49	200	100	94	194
MARCOS MARINHO DE MEDEIROS	828406956-34	1.156	120	706	826
GIOVANI SOARES SILVA	846081886-15	1.335	895	230	1.125
GUSTAVO CASTANHEIRA BOLOGNANI	871406246-15	1.542	816	380	1.195
JIOJI NISHIDA	921444708-04	1.701	0	1.663	1.663
JOSE FERREIRA RODRIGUES	930320996-68	1.250	849	348	1.196
ANA LUIZA BERNARDES	984252186-91	1.270	35	1.141	1.176
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO ESPIRITO SANTO	UG - 114619	64.232	37.692	23.179	60.871
SHELLA BODART RAMALHETE GAMEIRO	039288577-89	350	200	148	348
DANIEL ANICETO DE SOUZA DA SILVA	071517476-24	1.250	220	984	1.204
DAIANE BENEVIDES NASCIMENTO	098126047-07	1.645	929	570	1.499
JEFESSON MISSIAS BERNARDO	114591825-53	1.086	0	1.070	1.070
VINICIOS ABREU DA SILVA	118118007-42	2.890	430	2.016	2.446
CLAUDIO LUIS STORINO DE MELO	271725467-68	200	0	35	35
CARLOS ALBERTO D ALMEIDA	353684707-20	2.920	2.520	227	2.747
GILBERTO LOPES GHIDETTI	364808197-72	130	0	129	129
JOAO COELHO DE LACERDA	416647017-53	248	0	248	248
AGNALDO LUIZ PAGANINI	418124507-10	2.980	0	2.853	2.853
JOAO ODILIO GUEDES FARIA	420677317-34	600	599	0	599
SEBASTIAO DAS GRACAS BORGES	420974607-04	542	0	541	541
NEIDIMAR TEIXEIRA NARCIZO	442905867-91	11.101	5.407	5.336	10.743
ABILIO MARINS PINTO	470689737-87	1.486	435	749	1.184
CARMEM LUCIA VIEIRA AMENTA	488204587-72	20.805	18.615	1.825	20.440
ELIOMAR FERREIRA PIMENTEL	526896387-20	2.640	120	2.062	2.182
TERCIO ENGELHARDT	574421267-15	200	0	193	193
ELENI DIONIZIO DE OLIVEIRA	620857517-68	575	335	154	489
ALICE ENEIDA DE SOUZA	703687407-49	1.461	550	859	1.409
GILSON VIGNATTI	809107267-87	1.242	720	414	1.134

ESTER HERINGER PEREIRA COSTA BELONI	809921027-15	3.330	2.920	305	3.225
ADELSON COELHO PASSOS	885027917-53	400	0	303	303
MARCIA VARGAS SANTOS MENEGUELLI	924203977-20	2.312	547	1.527	2.074
ILMAR VICENTE MOREIRA	939457367-49	300	0	272	272
ALUIZIO DE LOURDES LOPES	991279627-68	3.540	3.145	359	3.504
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO MATO GROSSO SUL	UG - 114620	51.779	30.711	18.293	49.004
SYLVIA MARTINEZ ASSAD DE OLIVEIRA	018461581-09	1.476	400	1.056	1.456
EMILIO FLAVIO VIEIRA	074096788-60	760	0	570	570
JOSE TIAGO LEAL	086344321-49	630	8	572	580
HUDMAR ASSIS SANDES	099413711-72	2.825	2.098	536	2.634
SONIA MARIA MACHADO	102894451-91	4.893	3.227	1.130	4.357
LOURIVAL OLIVEIRA AZAMBUJA NETO	103878201-59	3.580	3.306	224	3.530
EVERALDO ASSAD ARGUELLO	104836161-68	1.210	38	1.160	1.198
VICTOR SHOICHI GUENKA	108956801-06	6.424	550	5.636	6.186
JESUS GARCIA DE CAMARGO	110605141-68	800	756	0	756
ELOIZIO CORREA DA COSTA	138762101-78	180	0	160	160
CECILIA DE FATIMA ARGEMON FERREIRA	140759111-87	4.740	4.471	185	4.655
JAIRO ANTONIO DE QUEIROZ	142874711-72	2.350	1.150	650	1.800
ISABEL DE PAULA COSTA	165049091-72	750	31	679	710
HONORIO MARCOS MACHADO	178715731-87	4.300	2.880	1.100	3.981
JEIZE DO AMARAL CARVALHO PEITL	312659281-34	6.610	4.979	1.550	6.529
CLAUDIONOR BRUNETTO	797728548-72	1.740	0	1.590	1.590
MARCIA MORENO JARA	860186711-15	4.893	4.674	145	4.819
TADEU JOSE DENARDI	897209388-20	345	345	0	345
JOAO PAULO DOS SANTOS VANIN	908751501-44	400	400	0	400
ALEXANDER BRUNO PEGORARE	930804501-59	2.293	998	1.171	2.169
ALBERTINO LIMA RIBEIRO	969230327-68	180	0	180	180
PAULO JOSE DINIZ JUNIOR	975853781-49	400	400	0	400
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM SAO PAULO	UG - 114622	648.444	154.603	399.365	553.968
IVAN NOGUEIRA DO AMARAL	000259808-66	4.477	960	3.264	4.224
MARCOS CHICCOLLI	001128548-69	2.635	1.217	1.151	2.368
DAGNALDO DE ALCANTARA RIOS	001590628-02	7.460	2.769	3.699	6.468
ANA LUCIA KAZAN	001609648-73	800	46	0	46
EDSON JOSE FERRAGINI LOPES	001627358-39	1.833	148	957	1.105
BENEDITO CELSO DE PAULA	001826508-12	3.960	1.050	2.446	3.496
ANTONIO INACIO DA SILVA NETO	001968378-20	3.615	694	2.462	3.157
FRANCISCO FERREIRA MARTINS	002475918-07	6.497	526	5.114	5.639
MILTO TAVARES DA SILVA	003804758-63	1.880	0	1.703	1.703
ANTONIO CASADO FILHO	004328468-08	7.520	4.459	2.478	6.937
ELPIDIO BELO DE SOUZA	004612748-84	1.200	488	68	557
CLEIDE PEREIRA DE MENEZES BALERO	005920168-11	2.100	1.982	0	1.982
MARCILEI CORREA VENTRIS	006300588-30	3.239	98	2.991	3.089
GERALDO MARQUES	008043568-82	400	0	394	394
JOSE QUIRINO FILHO	008327608-46	19.400	2.840	15.715	18.555
SERGIO SANCHES	008529868-90	2.890	328	2.002	2.330
NARCIZO FRANCISCO DE LIMA	009251698-03	5.110	837	3.252	4.089
FERNANDO MARTINELLI	010907288-08	1.926	832	931	1.762
SEBASTIANA PATENTE DE ANDRADE	011725648-09	1.300	1.253	0	1.253
JOAO PEREIRA FREIRE NETO	013486968-00	6.500	1.196	4.745	5.940
REINALDO APOLINARIO DOS SANTOS	014355048-95	9.225	5.424	1.423	6.847
LUIZ FERNANDO NICOLINI LEMOS	015617888-56	2.890	794	1.100	1.894
AFONSO MARIA NOGUEIRA	015648568-01	2.740	35	2.276	2.311
ANTONIO CARLOS AMARO DA SILVA	016341408-42	5.760	200	4.912	5.112
RENEE DE JESUS PACHECO DE ALMEIDA ANT	017203498-19	850	490	276	765
MARCOS ANTONIO CECATO	017292568-13	2.005	622	1.287	1.909
RUBENS PAULO DE LAZARI PASTANA	017758038-05	750	0	409	409
BENEDITO ROBERTO DA SILVA	018558138-23	6.433	303	5.855	6.158
LUIZ LAERTE SOARES	019740428-63	1.735	71	1.651	1.722
JULIO CESAR MORA	020368598-95	3.527	410	2.859	3.269
EVA NEIDE RAGOZONI	020386108-60	6.660	1.182	4.841	6.024
AILTON ULIANA	020847718-70	5.640	1.621	3.725	5.346
PRISCILA PEREIRA RODRIGUES PINTO	021092008-47	4.400	3.867	0	3.867
CARLOS ALBERTO IANGUAS	021443278-58	1.400	297	643	940

SONIA REGINA DA SILVA CALLEFI	022148888-02	2.622	859	1.442	2.301
WAGNER MARTINS MAGALHAES DA SILVEIRA	023229448-82	2.000	800	1.200	2.000
LAERTE SILVA JUNIOR	023650698-60	50	44	0	44
IEDO VECCHI MACHADO	023711808-40	4.345	996	2.745	3.742
NILTON JOSE MORAES	024789478-89	200	0	160	160
SAMUEL CLAUDIO ALO DE ALVARENGA	027017108-80	4.126	0	4.103	4.103
NICOLAU TADEU ARCARO	027991788-04	800	141	0	141
BENEVALDO JULIO CARDOSO	030462058-05	1.900	732	1.147	1.880
FABIO AUGUSTO AFFONSO	031563738-26	6.800	6.760	0	6.760
MAURICIO PILAR DA SILVA	033671868-30	3.400	507	1.611	2.118
ADEMIR CANDIDO DE OLIVEIRA	034413038-06	4.030	2.539	927	3.466
GILMAR FERREIRA DOS SANTOS	035221168-79	960	429	294	722
REGINA PULZI	035425578-97	1.820	0	1.769	1.769
JOSE DE OLIVEIRA PEREIRA	035861908-40	5.160	67	4.546	4.613
MARIA JOSE ALVES FELIPPE	035881968-70	2.490	682	834	1.517
MARIO SERGIO DE ALENCAR	036434518-73	1.610	15	926	941
IVONE PROENCA CHAGAS	036733788-64	3.937	226	3.398	3.623
ROBERTO MITSUO YAMAMOTO	036957618-73	2.960	1.400	1.190	2.590
ANTONIO DOS SANTOS JUNIOR	045956058-11	3.330	428	1.750	2.178
ROSA MARIA FORTI DA SILVA	049641388-01	1.680	0	1.543	1.543
ROMESSI FERRAZ DOS SANTOS	050176878-58	7.560	3.568	2.594	6.161
GERALDO JUNIOR CARNEIRO	052092218-22	4.880	1.600	3.140	4.740
FERNANDO CARRARO	052376018-39	4.000	232	1.755	1.987
RUBENS TADEU DE CARVALHO	055507108-11	7.437	206	4.130	4.336
LUIS CARLOS DA SILVA	056876618-08	1.424	0	1.378	1.378
RAIMUNDO LIMA VIANA	057464263-34	300	300	0	300
JOSE AYAN	058036672-34	1.482	0	1.470	1.470
JOSE ROBERTO BUENO OMAI	061147208-22	2.850	1.193	508	1.700
ANTONIO IZIDIO DE SOUZA FILHO	065309168-06	380	146	190	336
YVETTE PILEGGI	066519638-56	4.700	4.541	0	4.541
MARIA ANGELA MONTINI	069879168-10	2.749	0	2.452	2.452
GERALDO OLIVEIRA SANTANA	070824958-20	6.000	230	5.453	5.683
LUIZ ROGERIO GODOY	072433966-31	2.411	1.075	1.173	2.247
NILDO EDUARDO MARTINS	073978468-40	2.640	304	2.148	2.452
VERA LUCIA PULZI WEISER	075233668-13	4.287	140	4.001	4.141
ROSANA APARECIDA ALVES DE SOUZA	075909688-03	920	320	507	827
CELIO ROBERTO STANQUINI	076344088-40	2.700	534	1.179	1.713
DEISE SALLES GARCIA	077225578-48	3.210	1.148	1.698	2.846
PAULO SERGIO DA SILVA	077305468-50	950	8	750	757
JOSE VITORINO DE SOUZA	080826198-30	1.810	740	1.005	1.745
ANA MARIA PEDRO SORIANO	081606958-10	7.950	2.165	4.036	6.202
SONIA REGINA MEDEIROS DE LIMA	086110648-28	1.400	1.400	0	1.400
MIRIAN GONCALVES DOS SANTOS MARUCHO	086466288-25	1.330	765	408	1.173
EDJANIO CORREIA DE OLIVEIRA	087480778-60	3.305	1.546	1.629	3.175
MARCELO DE SOUZA PRADO	089579828-09	750	0	740	740
PATRICIA REGINA NUNES MARQUES	089899578-77	180	180	0	180
JEFFERSON JOEL DE CARVALHO JUNIOR	091556138-70	178	0	178	178
ELIZABETH CONCEICAO TURNES BORGES LIM	091608078-14	5.350	1.928	3.329	5.258
JOSE VANDERLEY MENDES SILVA	104513718-95	3.366	0	3.113	3.113
LUIZ MAURICIO GOMES ESTEVES	104613808-11	17.030	2.257	14.279	16.536
MARIA LUCIA DRUDI FERNANDES	107292678-49	1.500	0	1.170	1.170
IONE DE ALENCAR SILVA	113056368-56	2.990	1.430	1.032	2.463
MARIA IZABEL ZOTARELLI	118544418-17	4.650	623	3.061	3.683
MARIA VIRGINIA TERAN CREMONESI	123456258-80	1.725	33	1.595	1.628
PAULA MARQUES MEYER	145820648-33	664	0	664	664
MARCO ANTONIO COCHIOLITO	150419428-46	2.295	818	815	1.633
ANTONIO ROGERIO UEHARA SILVA	150769338-94	3.413	670	2.529	3.199
PAULO ROBERTO SEGATO	164486691-91	845	0	645	645
ANSELMO AUGUSTO	169906028-21	2.430	1.007	980	1.987
MARCOS ELI DE ALMEIDA BARBOSA	177193428-01	4.853	0	3.713	3.713
ALEXSANDRO ANGELO BARREIRA	182865708-55	5.440	1.455	3.105	4.560
ANDREA CRISTINA BERTI SILVA	184446048-79	620	0	556	556
MIGUEL SANTANA FILHO	206859556-72	2.009	550	1.430	1.980

MARCUS VINICIUS FARBELOW	215571998-17	1.120	260	452	712
JONAS FIGUEIREDO PIOVEZAN	216616568-03	726	0	650	650
PAULO SERGIO FERRARI	217551588-58	1.870	257	718	975
ABDIAS SILVEIRA ALVES RIBEIRO	218801158-91	2.791	1.439	1.015	2.454
BRUNO GARKAUSKAS RAMOS	218826788-50	7.156	1.161	5.859	7.019
RAFAEL GUTIERRE CARVALHO	223454258-81	9.100	1.543	6.552	8.095
ANA LUIZA SIGNORETO E SOUSA	224650008-70	540	76	454	530
VANESSA SOARES DE ABREU	225297788-41	636	0	633	633
ANGELA GUERRA DE SANTANA	227859838-40	1.200	1.149	0	1.149
ERIC NUSSBAUMER	229604278-31	1.707	186	1.399	1.586
MARCELO GODOY ALVES LIMA	231547228-82	3.630	1.530	1.730	3.260
LUCIANO LIESENBERG	252871168-96	480	48	0	48
LAUDO KIYOHIRO NATSUI	254703658-40	5.560	780	4.269	5.049
FERNANDO RODRIGUEZ FONTANA	282681468-00	290	113	162	275
JANIO ALMEIDA TEIXEIRA	285460508-05	150	0	120	120
HAMILTON RODRIGO CAMILLO DE SOUZA	287312428-80	1.850	0	1.827	1.827
CAROLINA DA COSTA ZIVIANI	287486848-56	3.035	76	2.858	2.934
VANDO DA PAZ NASCIMENTO	290645168-12	2.800	252	1.901	2.153
RICARDO VERZEGNASSI VERISSIMO	294134978-26	2.928	234	1.864	2.098
PAULO ROBERTO COSTA STRUMINSKI JUNIOR	296137898-20	9.270	1.709	6.850	8.559
MICHELLE CRISTIANE YOSHIDA DA SILVA	297694658-28	510	0	472	472
MAISA VILLELA SANTOS REIS NOBREGA	298284218-10	5.950	457	3.690	4.147
LUIZ CARLOS XAVIER FILHO	298400239-34	11.570	5.532	5.590	11.122
FLORINDO JACINTO DA SILVA	299372308-10	8.012	2.808	4.636	7.444
CARLOS HENRIQUE SANTA	300553238-04	500	178	124	302
ANDRE LUIZ DE PIERRE	300731698-70	2.805	492	1.586	2.078
LUCAS SCOMBATTI MARTINS	304982768-80	4.460	1.963	1.534	3.496
DENISE SERNAGLIA CAPOANO	306176888-26	5.480	451	2.340	2.792
FABIO CEZAR DE ASSIS	310109918-84	700	123	425	548
MURILO FRISANCO SOSSAI	310809978-73	3.022	1.069	1.221	2.290
RAPHAEL MOURA DE ALMEIDA	323522928-08	5.300	2.099	2.357	4.456
LUCAS VIEIRA FANTIN	323634368-06	400	148	225	372
ROMULO GASPARINI DA CUNHA	324136938-23	2.124	30	1.893	1.923
JULIO CESAR FERREIRA DA SILVA	326899258-77	120	0	117	117
FILIPE VIEIRA FERNANDES DOS SANTOS	331590748-03	4.100	150	3.372	3.522
ANTONIO APARECIDO FERREIRA	333873978-87	7.300	7.091	0	7.091
DARLI DANIELI FAVONI LOQUETI	335247538-50	730	0	693	693
ALAN HENRIQUE DE SOUZA	337138108-00	3.420	381	2.332	2.713
FERNANDA LOPES DE ARAUJO BARROS	337954898-73	1.416	99	1.277	1.375
THIAGO CARVALHO BAYERLEIN	338578178-79	175	72	97	169
VICTOR ALEXANDRE DE BIAGI	338705718-02	990	0	731	731
VITOR BERTO MICAS	340729578-28	2.683	290	1.751	2.041
CRISTIANE SANTOS	343049818-03	2.417	1.020	1.006	2.026
FABIO DE ALBUQUERQUE PINTO	346795168-60	2.515	225	2.178	2.403
ALESSANDRO AKIRA XAVIER	350392638-05	4.365	1.602	2.440	4.042
FLAVIA FONSECA FALCAO	350393138-45	540	0	421	421
FERNANDA SILVA GAUY	358397188-40	2.155	0	1.915	1.915
FERNANDA GALVAO GALDINO	359090898-03	750	0	698	698
ELSON MACIEL COUTINHO	362101708-97	2.850	238	1.529	1.767
JOAO CARLOS RODRIGUES	363443628-04	5.420	319	4.689	5.007
BEATRIZ CAMPANELI	368882268-40	1.018	450	568	1.018
ANTONIO ROBERTO FERNANDES	391255210-04	19.440	4.635	7.203	11.837
AGUINALDO SILVA	605034328-49	6.690	1.422	4.106	5.529
MIRIAN CABRAL BRAGA DE OLIVEIRA	665850317-68	5.163	270	4.440	4.710
HILDEBRANDO NEVES PUBLIO	670725778-15	1.745	0	1.633	1.633
ERONIDES PROTASIO DA SILVA	694086968-91	4.600	1.682	2.052	3.734
FATIMA REGINA SALLES FORCACIN	706491388-72	760	210	228	438
LINDOMAR RODRIGUES	712111107-10	3.830	582	2.540	3.122
HELIO RODRIGUES	724958478-20	2.440	104	1.367	1.471
JOSE APARECIDO MOCHETI	736660338-49	4.535	540	2.677	3.217
JOSE MARIA GURGEL FERNANDES	738077708-44	4.516	210	4.101	4.310
JOSE TEIXEIRA GUIMARAES	753197998-53	2.890	0	2.388	2.388
JOSE LUIZ CARDOSO	777051228-04	1.550	400	1.127	1.527

JAIR DA SILVA FILHO	778908338-49	790	0	790	790
JULIO CESAR BIAGGIO	779447718-20	6.170	71	3.959	4.030
LUIZ CARLOS ESTEVAM FOGLIA	779832548-49	1.550	199	1.096	1.296
MAURICIO SINEZIO SARQUIS PINTO	779902008-30	10.756	3.908	5.294	9.202
JOSE ALDO BARRETO	780511698-91	2.620	62	2.296	2.358
SERGIO DE CAMPOS CRUZ	781213028-20	130	12	61	73
ENIVE VIOLIN	785212708-87	1.368	0	1.332	1.332
SERGIO MAJEWSKI	793298298-72	6.290	705	5.248	5.952
NELSON HISSAO KOMIYAMA	799843988-20	4.560	0	4.351	4.351
ALVARO FERNANDES GONCALVES	807203668-87	9.425	3.302	5.124	8.425
PAULO FREITAS BRITO	811674908-00	4.275	698	3.071	3.770
PAULO ROBERTO DEVIDES	825600308-10	740	72	559	631
JOSUE ULIANA	835083928-72	2.300	829	1.089	1.918
VLADEMIR DE AZEVEDO	843668778-72	2.050	122	1.843	1.965
PAULO CESAR DE SOUZA	857952168-87	1.744	198	1.472	1.670
JOSE CARLOS COGO	862101738-53	280	0	280	280
JOSE ROBERTO OSEAS DA SILVA	862493808-25	3.559	418	1.446	1.864
ODAIR ROBERTO ZILLI	862586808-87	270	0	269	269
OSCAR EURIPEDES MOLINA	863598438-20	933	58	829	887
GILBERTO FONTOLAN COSTA	870462378-91	4.860	1.415	2.581	3.997
VALDEMAR DA CRUZ RODRIGUES	875755318-15	2.988	156	2.727	2.883
MANOEL MAURICIO SANTANA LINS	880320438-53	7.350	1.632	4.643	6.275
OCTAVIO CARRILLO JUNIOR	885490978-53	860	130	690	820
SONIA ANTONIA SOARES	925598248-68	2.465	407	1.349	1.756
CARLOS ALBERTO DA SILVA	925945068-34	2.530	976	1.412	2.387
EDSON DA SILVA	928404428-68	2.715	339	2.164	2.503
MARCOS ANTONIO TENORE	931578438-34	670	49	618	667
IVAN DONIZETTI MARAFON	932163278-68	6.611	1.387	4.458	5.845
EDISON AUGUSTO MACHADO	941353478-00	1.010	0	969	969
CARLOS ROBERTO DA SILVA	961586548-68	3.060	428	2.368	2.796
MARIA DE LOURDES MONTEIRO DOS SANTOS	969291628-68	1.050	638	280	918
EDISON PEREIRA	974674728-20	100	0	100	100
DAVI JOSE LOURENCO GOMES	981485838-20	6.262	98	5.746	5.844
BENEDITO DONIZETE DE ALMEIDA LEITE	990746488-00	5.620	1.369	3.384	4.753
VERA LUCIA CAPPOBIANCO DA SILVA	995301128-15	1.748	0	1.640	1.640
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO PARANA	UG - 114623	505.090	133.022	324.681	457.702
LUCAS EDUARDO BOFF	008090909-45	1.220	466	898	1.364
MARCO AURELIO FERRAZ DOS SANTOS	017358809-30	9.080	1.862	6.396	8.258
PRISCILA DE MOURA PORTELA BAMBINI	018583069-22	4.850	1.593	2.707	4.300
MARCELO BERWANGER	023854759-01	9.910	2.171	7.116	9.287
RODRIGO CATANI	025356049-73	8.113	1.257	5.895	7.152
HENRY MAZER	026325959-59	9.984	3.633	4.590	8.223
LUCIANA DE BARROS	027725899-51	5.345	1.663	3.341	5.004
DIVONEI ROSENILSON DA SILVA	028634359-22	1.680	534	859	1.393
SHARON CALEFFI	029199379-60	13.070	2.350	8.553	10.902
LUIZ CARLOS RUSINEK	033210039-10	3.530	960	1.865	2.825
FRANCIELI MALLMANN	034732629-35	7.407	1.985	5.282	7.267
ALEXANDRO JOSE CASTAGNARO	036551929-40	1.000	214	411	625
MARCOS ROBERTO LEITE	036751519-99	9.590	2.350	6.346	8.696
DIOGO TULER FORLANI	036957819-80	2.380	534	1.770	2.304
PAULO CARDOZO LAVADO	038344109-93	8.390	1.495	6.211	7.706
ALEXANDRE SCHENATTO	040618859-95	827	352	196	548
MAX NUNI CESCA BATTISTI	042899919-04	300	0	203	203
TATIANE GIRALDI VASSELAI	045579049-39	9.340	2.804	4.903	7.707
ALFEU CELSO CAMPIOLO	047159939-53	12.435	4.808	6.737	11.545
CASSIUS MARCELUS TALES MARCUSSO BERNA	047916379-09	1.300	267	907	1.174
MARCOS VINICIUS VICENTE	049655399-23	3.300	988	2.198	3.186
RONALDO DE SOUZA SANTOS	050782649-30	5.202	1.780	2.837	4.617
ALEX JUNIOR POLAK	052115749-82	6.715	1.300	4.164	5.464
RICARDO GALINDO SOARES	052513249-01	7.615	3.124	2.343	5.467
TALISSA CRESPLAN LAZZAROTTO	053439999-13	800	214	375	589
HERCULES ANTONIO VIEIRA	055868809-89	2.005	534	1.348	1.882
THAYARA CHRISTINA OSSWALD DE OLIVEIRA	056742679-36	3.961	330	2.578	2.908

DOUGLAS FELIPE DE OLIVEIRA	056891779-03	400	0	400	400
ROGERIO GONCALVES ALVES	057350459-89	6.910	2.136	3.942	6.078
LAERCIO ARALI	057711029-20	7.050	1.335	6.589	7.924
FRANCISCO RODRIGUES NEVES	062028379-34	11.470	2.898	7.472	10.370
ANDRESSA SCHAFASCHECK	064275579-55	6.285	1.630	4.341	5.971
JOAO DA SILVA	067767449-04	300	0	240	240
ORLANDO SERGIO RIZENTAL DA LUZ	081452709-44	1.115	312	1.017	1.328
ANDRE TOYOFUJI KANEKO	112447338-65	1.200	214	802	1.015
DEVAIR JESUS DE SOUZA	140647409-63	1.095	227	1.201	1.428
BERENILDO FERNANDES CHAGAS	140872359-04	9.085	2.563	5.758	8.322
WILSON BARBOSA	143433559-34	385	249	267	516
RUBENS DO COUTO COSTA	161079859-72	570	0	450	450
ARNOLDO PICELLI	166052929-87	2.860	2.574	280	2.854
MATEUS DE MELO RODRIGUES	171063709-91	1.950	0	1.785	1.785
BATISTA CARNEIRO	177383509-20	1.100	0	1.059	1.059
HIRAN HERNANE HURPIA	185693878-65	6.385	1.276	4.490	5.767
JOSE MILTON MANTOANI	187718749-68	3.560	1.064	2.784	3.849
ADMOCIR DE SANT ANA SILVA	192728129-68	7.695	2.422	4.321	6.743
ANTONIO MOZAIR DE SOUZA	197281159-20	2.160	356	2.150	2.506
SEBASTIAO APARECIDO DE AZEVEDO	198790089-87	6.480	1.246	4.619	5.865
HILARIO BEDENDO PRICINATO	201062979-53	3.375	748	2.501	3.249
BELMIRO BACHETT	205262539-91	1.210	356	844	1.200
OLINDO FRAZETO FILHO	208985171-68	9.212	2.607	5.466	8.072
JOSE LEOCADIO PEDROSO	214112479-49	2.320	356	1.714	2.070
ANA LIVIA KASSEBOEHMER	218216698-00	12.467	3.844	6.286	10.130
CLOVIS DOS SANTOS	236882209-78	6.250	2.350	2.784	5.134
ALBERTINO FRANZONI	237004759-34	9.675	3.807	4.974	8.781
ADISON TULIO AYRES DO NASCIMENTO	253463699-53	8.185	2.350	4.961	7.311
JOSE DOS SANTOS MIRANDA	275913449-00	4.420	1.338	2.618	3.956
JOAO AUGUSTO MOREIRA	276125979-34	455	267	143	410
GUILHERME ERNESTO TONIN	279867729-72	4.815	1.909	2.744	4.653
ANTONIO ZUBER NETO	285945339-34	18.610	2.687	16.255	18.942
EDEMILSON MAINARDES GONCALVES	287280179-00	5.060	3.738	836	4.574
FABIO FUJIMOTO	294891048-09	9.435	3.110	5.257	8.366
RAFAEL DE OLIVEIRA RIBEIRO	297406268-74	11.075	2.350	8.313	10.662
RUDIMAR ANTONIO STEFANELLO	298045409-59	9.390	2.442	6.327	8.769
JORGE MRYCZKA	307622869-20	1.620	0	1.524	1.524
AUGUSTO DOS SANTOS PEREIRA	321231358-79	14.683	7.173	4.866	12.039
LUIZ CARLOS RODRIGUES	323499129-49	7.280	1.442	3.866	5.307
ZIDO RADDATZ	333001869-00	10.350	2.002	7.462	9.464
LUIZ CARLOS LUBCZYK	337795119-91	13.315	2.982	9.009	11.991
CARLOS HENRIQUE PETROSKI	348539879-91	5.875	1.442	2.234	3.676
HELENA JOSE DA SILVA DE OLIVEIRA	350417659-87	3.480	0	3.532	3.532
ANTONIO NORBERTO SCHNEIDER	362004339-68	9.010	1.994	4.753	6.747
JOSE DE NEZ	370921709-15	720	312	799	1.110
JOSE CARLOS KOECHE	391284319-87	12.565	2.206	10.203	12.409
VALDIR MATUCHAKE ASCARI	396072089-00	800	214	554	768
CARLOS ALBERTO DE SA	401941089-53	1.790	427	1.062	1.489
LUIZ FERNANDO ROCHA	403992819-91	820	775	0	775
DELMO DE CARVALHO	480222849-04	5.506	879	5.195	6.074
HELENA BEATRIZ DE SOUZA	501530309-25	3.700	908	2.577	3.484
ERLETE LUIZA SCHECHELI	514564439-68	3.770	1.785	1.791	3.576
MARCELO ESPLUGUES	514659149-00	11.900	1.778	10.220	11.997
ROMEU UBIRAJARA MOREIRA	536250809-15	1.850	1.040	745	1.785
SERGIO RICARDO BRAGA DA SILVA	568232401-30	8.650	1.335	5.534	6.869
PAULO ROBERTO DE FREITAS	603317559-04	1.910	401	1.386	1.787
ISRAEL VALERIO DA SILVA	620053249-49	700	214	460	673
SIRVAL INACIO DA SILVA	675633769-68	10.195	2.514	7.310	9.824
ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA COSTA	727919348-04	8.450	2.448	5.925	8.373
JAIR IMAY	749451069-91	3.850	1.246	2.203	3.449
CRISTIANO DONHA LIBERATO	847688789-20	9.208	2.011	6.317	8.329
CRISTINA HIROKO SAKATA	858132149-68	5.300	0	5.148	5.148
LUIS ALBERTO MACEDO JUNIOR	882190629-91	3.305	960	1.872	2.832

LUIZ CARLOS GARCIA	951500728-34	1.130	214	1.113	1.327
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM SANTA CATARINA	UG - 114624	360.134	180.351	114.741	295.092
RAFAEL DE OLIVEIRA PINTO	000038239-62	14.010	5.940	7.042	12.983
GREGORIO FERNANDES PIMENTA DOS ANJOS	002057251-47	10.100	2.079	2.182	4.261
GILSON WERLE	004344219-60	15.605	9.771	4.651	14.422
EDMILSON BALDUINO MARINHO JUNIOR	004975009-73	15.110	8.762	4.201	12.963
TALITA SCHRODER	009979089-04	6.963	5.118	1.227	6.345
ARLAINE SITTA LENZI	015435061-35	250	230	0	230
WAGNER PEREIRA IZIDORO	023069129-39	7.882	4.392	3.054	7.445
GUSTAVO PEREZ LEMOS	026405699-02	10.790	4.956	3.997	8.953
PATRIK DAGOSTIM COSTA	026816719-22	9.245	5.012	3.038	8.050
VILMAR LUIZ DREY	027364819-50	830	475	24	499
TIMOTEO ABIAS STUTZER	043852699-63	2.196	1.416	343	1.759
LEANDRO VINICIUS DE AZEVEDO	048175799-60	13.095	9.606	517	10.123
CLAUDIO HELIO RADTKE JUNIOR	053439869-35	480	270	200	470
CLEITON FERNANDO REMOR	056298879-39	6.760	2.720	3.112	5.832
ROBERTO THUMS	056733249-79	2.540	2.125	400	2.525
RONALDO LUIZ PEDROSO	057254669-65	320	0	168	168
MAURICIO ZACHARIAS MOREIRA	065940208-46	2.300	100	493	593
ACELINO ORTIZ DOS SANTOS	154135359-53	4.760	1.978	1.008	2.986
AMILTON MARINHO MACHADO	155136029-20	12.945	8.556	4.319	12.875
SADY ROQUE SILVESTRE	162496409-59	12.990	6.157	3.585	9.741
SIRLEY MULLER LENCINA	194215759-20	10.300	7.320	1.455	8.775
IVO PEREIRA	216230829-00	6.800	4.586	121	4.707
AIRTON RIBEIRO DOS SANTOS	219751169-68	19.500	13.439	5.440	18.879
ALEXANDRE MAGNO CAMARGO	245378610-53	8.440	4.796	1.977	6.773
GILBERTO JOEL SEGUNDO POSTALLI LANZAR	258014309-20	9.280	4.841	3.654	8.495
JOSE WAGNER DOS ANJOS	258558167-53	3.278	0	1.235	1.235
WAGNER CARRUPT MACHADO	264777668-76	350	0	35	35
SOLDEMIR ANTONIO ZANELLA	292982109-49	5.330	4.256	847	5.103
CLACIR VIRMES	294783249-34	5.795	3.153	1.994	5.147
BERNARDETE MARIA KRINDGES	295404109-91	14.883	6.766	3.759	10.525
ROBERTO DE SOUZA	298558459-00	6.825	1.405	3.724	5.128
SUENI JURACI DE MELLO DOS SANTOS	299824649-49	1.700	1.400	265	1.665
DONATO PAULO DA SILVEIRA	299895669-68	8.300	100	6.378	6.478
PAULO ROBERTO GUIMARAES LEAL	332250957-53	1.400	120	658	778
MARIANGELA RIBEIRO BRELINGER	342295669-72	7.005	3.180	2.243	5.423
MARIO SERGIO VIEIRA	343396129-87	4.400	255	2.521	2.776
ALVARO ANTONIO WATZKO	352318409-63	4.650	3.061	1.146	4.207
DARCIO FRANCISCO BORGES	379033499-53	14.000	0	12.650	12.650
GILMAR ORSI	380736419-68	13.380	6.690	4.162	10.852
ONEIDE MARGARETE LAZZARIN	400467539-15	5.415	2.190	3.038	5.228
CESAR LUIS SOARES MONTEIRO	402882937-20	1.570	30	1.012	1.042
ODILON MAURICIO WALTER	428351609-06	8.015	5.234	2.268	7.502
LUIZ GUSTAVO VIEIRA	429298819-68	1.380	128	265	393
MARIA GORETTI DA SILVEIRA	429631769-53	3.100	950	500	1.450
NADIA CARL REINERT LOPES	437608569-34	1.940	899	192	1.091
VERONI JOSE CRISTOVAO	461456139-04	700	0	199	199
JORGE LUIZ DA SILVA TEIXEIRA	470826159-49	700	500	100	600
LEILA REGINA JERONIMO	471387009-97	3.200	700	916	1.616
MARISTELA ZANINI POMPERMAYER	510820399-34	12.229	9.682	2.492	12.174
ADRIANA BANDEIRA SEIBERT	516034119-68	11.038	6.623	1.572	8.195
REGINA CELIA COUTINHO LE	538739127-91	13.510	8.363	3.424	11.787
SERGIO HIDEITI SHIMIZU	928987188-15	2.550	24	941	964
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO RIO GRANDE DO SUL	UG - 114625	267.679	173.025	65.671	238.696
NATALIA BESSEGA	000637080-27	30	30	0	30
RICARDO BOTTEGA	001088000-32	3.982	2.770	927	3.697
VALERIO NEUMANN	001933140-10	1.020	750	193	943
DANIEL DOS SANTOS	002125160-60	6.955	4.808	1.553	6.361
LAIANE CASTRO LOPES	002270730-10	5.152	3.694	847	4.541
JEFERSON DOS SANTOS GOMES	002774020-00	2.715	1.764	780	2.544
CLAUDIA PIOLA DA LUZ	005118600-48	3.745	1.777	1.242	3.019
JONAS HUBNER	006305460-45	800	436	285	722

EMMANUEL TEIXEIRA FERREIRA	007558680-05	110	0	50	50
PAULO RICARDO GARCEZ BARRETO	009982340-36	5.227	4.095	559	4.654
ANGELO MIGUEL DOS SANTOS XAVIER	010767760-19	856	450	220	670
WILLIAN MATHEUS HEINECK	011331850-29	3.565	1.740	1.601	3.341
THIAGO BENIZ BIEGER	014215050-96	707	0	707	707
SUELEN FUQUES SEVERO	014276910-02	1.765	1.176	484	1.660
CLEOVANE SELBACH	016058220-27	3.745	3.245	454	3.699
BRUNO DIEGO DE MELLO	017668910-98	465	390	70	460
VALDIR JOSE FRONER	091001050-15	1.528	1.435	90	1.525
LUIZ SERGIO MELLO PERIN	093651170-20	10.815	8.498	1.056	9.554
LAURO LINDOLFO STEFFAN	163573450-91	900	700	154	854
PAULO MUSZINSKI	171987040-34	3.040	1.717	1.003	2.720
JORGE LUIS FEITEN	185290700-20	11.835	8.303	1.580	9.883
CARLOS ROSANO SCHMIDT	185482880-00	9.230	5.678	2.704	8.382
CIRIO ERNESTO SABIN	188363800-34	3.567	2.487	684	3.171
FABIO EINSFELD	192115110-20	6.005	4.070	1.530	5.600
DOMELVIRO MORAES TRINDADE	200656120-00	965	734	224	958
OSMAR DE MARTINI	207750240-15	860	518	250	767
MARIO DE AVILA	210595780-34	5.190	3.645	1.401	5.047
RENATO KLUMB	218832380-72	1.240	655	311	966
ADENIR HOFART	220399530-00	566	454	99	553
ERCI DA SILVA FRAGA	221476160-87	2.361	1.659	456	2.115
NEI OLIVEIRA PEREIRA	224367070-49	1.984	1.346	233	1.579
FLAVIO ANTONIO FREIRE DA ROSA	235365430-49	3.780	2.951	523	3.473
CLAUDIO RANGEL BAPTISTA	237767220-53	4.300	965	2.492	3.457
JOSE ANTONIO INSABRALDE DOS SANTOS	239096920-87	3.750	2.450	1.257	3.707
JONES DOMINGO BIANCHETTI	240780770-72	5.155	3.806	893	4.699
MARIA DO CARMO RODRIGUES TRUGILLO	248250420-15	9.825	6.842	1.870	8.712
JOSE ERNANI MARTINS DOS SANTOS	248254840-34	855	581	240	821
JORGE BENHUR BILHAR	253302090-72	9.880	6.480	3.334	9.814
ARTHUR KRZYZANIAK	253812100-00	547	350	197	547
MARCO AURELIO MARQUES	262971400-49	3.320	2.623	0	2.623
VERA LUCIA FREITAG	266038020-15	1.935	969	585	1.554
SILVIO FEROLETO	267086550-04	640	440	71	511
JOAO PEDRO PERUFO	281542580-72	4.879	2.815	1.389	4.204
ROGERIO JARDIM RAEDER	285978340-72	380	271	0	271
ROGERIO MICHELON KRAUSE	288987700-06	9.937	5.643	2.347	7.990
ELINTON DA SILVA VASCONCELOS	290425500-15	4.725	3.748	648	4.397
RENATO FELBERMAYER DE FREITAS	293163240-68	300	288	0	288
CLAUDIO ROBERTO DA ROSA SANTOS	293476960-72	735	560	43	603
ANA LUCIA DOS SANTOS SILVA BONI	294708460-87	94	0	94	94
GUSTAVO REGINATTO	297691750-72	1.189	870	290	1.160
INACIA GOMES PINTO DE ARAUJO	300445610-91	4.065	2.302	992	3.294
LUIZ EDUARDO BRAGA	300734800-53	6.192	2.816	1.690	4.506
JOAO ALBERTO BERNARDI	306152080-53	3.075	1.261	564	1.824
IVON ADOLFO SCHAEDLER	308998000-25	4.707	3.991	634	4.625
LUIZ CARLOS FAVA	312368390-72	4.089	1.806	1.584	3.390
FERNANDO ANTONIO BALLESTER CAMARA	315489110-20	580	540	0	540
JOSE ROBERTO ALVES	317128600-97	3.475	1.820	938	2.758
GETULIO MOACIR RAMOS DURGANTE	333133420-00	3.925	3.362	349	3.711
APOLONIO VELVITES FERREIRA	334169820-53	9.270	1.095	7.680	8.774
CARLOS AUGUSTO COSTA NUNES	335758780-72	2.132	1.180	486	1.666
MANOEL LENTZ DE OLIVEIRA	336437330-20	2.230	1.303	524	1.828
MILTON PAULO JUSTEN BOELKE	357211970-72	1.243	717	288	1.005
ANGELINO GOMES SOARES NETO	359252640-53	200	196	0	196
LUIZ MAURICIO DIHL BITELO	369285180-49	6.460	4.462	1.840	6.302
ADMAR HELINTON DORNFELD	371950340-20	1.130	902	68	969
ADEMIR MOREIRA GONZALEZ	389736500-68	1.702	997	214	1.211
CARLOS ALBANO THOMAS	390670680-04	5.702	3.839	1.147	4.986
RUBENS VOLNEI BENATO	407111700-10	7.149	4.573	1.603	6.175
VERA LUCIA DA CRUZ FERREIRA	414091320-72	240	218	0	218
MARIA CRISTHINA WEBSTER	416794070-15	6.920	5.099	1.478	6.577
CLAUDIO FRANCO SANT ANNA	421429540-49	600	508	0	508

EDELSON LUIS PINHEIRO SEZEROTTO	469792800-82	900	700	173	873
ELIS REGINA MANHABOSCO ALLEGRAZZI	471773900-06	5.030	3.435	1.410	4.845
MILENA VARGAS CAMBRAIA	473392250-72	1.730	1.330	368	1.698
FRANCISCO JORGE BOFILL FILHO	476239340-15	780	450	319	769
WALTER PAULO DE SOUSA RODRIGUES	539812000-04	500	475	0	475
ANDRE SCHEIBE	693377640-91	550	405	145	550
MATEUS NASCENTE DA CONCEICAO	784598770-00	640	426	130	556
LUIS BENTO DALCORTIVO JUNIOR	809686860-87	1.490	1.133	299	1.432
GLEIDSON COMACHIO	809816660-00	260	185	29	214
DANIEL DE PIETRO DA ROCHA	925471840-87	3.447	2.695	513	3.208
EDENILSON FOGOLARI FAGUNDES	940431160-04	3.050	2.163	734	2.896
CARLA PATRICIA RODRIGUES RIBEIRO	953158027-87	3.150	2.410	610	3.020
ELVIS VITORIANO DA SILVA	959007055-87	3.430	2.220	730	2.950
JULIANO SANTANA MARTINS	972955580-04	485	334	114	448
UNIDADE ESTUDUAL DO IBGE NO MATO GROSSO	UG - 114626	587.433	327.264	164.827	492.091
OLINTO DE SOUZA MACHADO NETO	000974851-28	6.400	2.992	2.709	5.701
WILLIAM FOSCHIERA	011299341-95	1.400	0	295	295
ANTONIO RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS	019120218-54	2.600	2.048	439	2.487
ARISTOTELES TEOBALDO NETO	042297136-73	3.473	500	1.804	2.304
NIVALDO DE SOUZA LIMA	045822681-53	8.650	1.390	2.940	4.330
PEDRO SPOLADORE FERREIRA DOS REIS	047529669-99	15.100	1.942	6.451	8.393
ALTAIR BENEDITO PEDROSO DA SILVA	052995271-87	11.800	1.330	3.394	4.724
VICENTE DAS GRACAS SILVA	065150531-34	600	0	520	520
IVAN DA SILVA MAIA	078498001-25	64.060	44.820	15.122	59.942
DOMINGOS DA COSTA E SILVA	103006001-00	58.150	44.076	7.362	51.438
EVELINO MARTINS DA CRUZ	107173401-63	11.700	6.354	2.002	8.356
HELITO SERRA	108572651-72	4.700	870	1.695	2.565
SATURNINO JOSE DA SILVA	109222451-34	2.200	590	672	1.262
ATAHIDE CARVALHAES DE OLIVEIRA	110374311-20	6.800	1.970	1.759	3.729
DEAJAN DAVID MONTANHA	138069201-68	3.000	835	545	1.379
ARISTON JERONIMO DOS SANTOS	138552121-04	7.850	1.685	4.981	6.666
MANOEL NILSON RIBEIRO	138927621-04	56.850	40.877	11.201	52.078
REMILDO RODRIGUES DE SOUZA	139013111-49	8.300	2.541	4.604	7.145
BENEDITO CARLOS TEIXEIRA PINTO	163772149-87	15.400	2.384	8.714	11.098
LAURO ANTONIO DE OLIVEIRA AUAD	166279891-15	3.500	633	0	633
RENATA BORTOLETTO SILVA	167907228-58	3.000	50	1.210	1.260
PEDRO JOSE DE ARRUDA	171663571-34	41.200	30.971	4.232	35.203
WANDERLEY SEBASTIAO DA SILVA FRAGA	172480001-91	12.880	11.062	1.710	12.772
ALCY SILVA	176418291-04	36.500	23.484	8.040	31.524
ERIVELTH CASASUS DE FIGUEIREDO	178821921-04	2.000	0	1.837	1.837
JUBER ALEXANDRINO LEITE	206965581-49	62.300	44.433	11.777	56.210
DARCY FRANCISCO DE BARROS	209212411-00	1.200	500	685	1.185
PAULO AFONSO LIRIO	232833940-91	18.590	11.790	6.613	18.404
FERNANDO LOMBARDI GOUVEIA SAMPAIO	289231308-26	14.900	2.423	10.227	12.650
RICARDO LITRAN	352832700-68	8.700	300	4.992	5.292
ADALTRO LEANDRO DALTRO	362889771-87	12.300	4.722	4.514	9.236
CARLOS ANTONIO NETO SANTOS	363066817-87	45.200	32.580	8.967	41.547
PABLO ESPERANDIO SANTOS MUNIZ	364524668-10	700	700	0	700
MILLANE CHAVES DA SILVA	429545251-34	800	186	530	716
NILSON SANTANA FILHO	488817831-34	14.500	3.500	9.122	12.622
RODRIGO GROTTI NASCIMENTO	525200132-49	900	0	169	169
MICAEL ETIENE DE SOUZA	570553941-04	680	0	660	660
LUCIANO DUARTE DE ASSIS MACEDO	652019731-91	3.560	1.327	1.876	3.203
ELTON MENDES FIOR	729587741-04	1.590	0	1.181	1.181
PEDRO NESSI SNIZEK JUNIOR	807593351-68	6.800	0	5.475	5.475
MARCELO MENDES MARQUES	928044971-00	6.600	1.400	3.802	5.202
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM GOIAS	UG - 114627	199.985	104.569	45.473	150.042
ROBSON AMERICO DE OLIVEIRA	001955641-11	3.160	2.710	244	2.954
MARCO TULIO PEREIRA ARANTES	003791991-14	4.520	3.450	846	4.295
MAURICIO TAVARES ANDRADE	005396071-85	2.690	1.340	993	2.333
TIAGO STIVAL GOMIDE	017056201-83	3.070	2.041	192	2.233
RAFAEL GOMES PEREIRA	024604191-98	100	0	98	98
ANTONIO FONSECA	043402801-00	500	350	150	500

PEDRO GOMES GODINHO	047141301-10	800	600	199	799
JOSE BELISARIO MONTEIRO	081413391-68	5.510	4.587	797	5.384
JOAO FRANCISCO DE SOUZA	082169671-87	5.500	3.562	2.050	5.612
APARECIDA DA CRUZ RIBEIRO	083808561-04	3.750	461	164	626
ELISBETH MENEZES DE LEMOS	093840301-04	3.860	2.870	815	3.685
GOIAS DO COUTO SOBRINHO	095511071-87	1.600	300	951	1.251
ALTAMIRO PAULINO SOARES	101209711-00	900	200	654	854
JOSE ARAUJO DOS SANTOS	108354661-91	16.150	8.932	1.644	10.576
EZIMAR PEREIRA DA COSTA	117408841-91	3.940	2.934	630	3.564
CARLOS AUGUSTO CANEDO	118377721-34	3.000	2.742	0	2.742
WALDEVINO FERREIRA MATINADA	120632151-20	650	124	225	349
EUVALDO XAVIER NUNES	124587161-72	2.400	117	508	625
LUCAS COELHO SOBRINHO	125272623-68	1.100	256	314	570
CARLOS ROBERTO VIEIRA SILVA	125355161-87	7.380	5.241	1.259	6.500
ECINVAL NUNES DA FONSECA	126057601-97	4.820	3.273	1.256	4.529
VALPERINO GOMES DE OLIVEIRA FILHO	128778081-49	3.000	1.514	1.231	2.745
IOLANDO DE OLIVEIRA CABRAL	129487211-72	7.465	4.734	2.665	7.399
JOAO BATISTA CAVALCANTE	129964241-15	3.100	781	901	1.682
SEBASTIAO GONCALVES DE MATOS	131237851-49	1.460	241	570	811
ELZA MARIA SOARES	133756011-15	800	400	399	799
HELIO AIRES ALVES CABRAL	134531061-72	1.580	1.000	462	1.462
ANTONIO CARLOS RODRIGUES DA SILVA	136653911-72	12.700	4.010	4.835	8.846
EMIVAL LUDOVINO DE SANTANA	136782991-72	7.260	6.746	0	6.746
ASSIS JERONIMO CORTES	160840716-00	5.500	527	976	1.502
DIOBERTO CARVALHO ARANTES	166289771-53	800	98	0	98
SEBASTIAO SERGIO SERRANO	167157721-34	4.430	3.455	889	4.344
JOSE NILTON DE BRITO	170597121-00	3.515	2.730	486	3.216
WILLIAM CARLOS PAPINI	170653131-15	1.620	1.205	353	1.558
VALDIVINO ESTEVES RODRIGUES	188495631-91	3.190	1.890	1.300	3.190
ROBLEDO SOARES TEIXEIRA	233763841-34	6.400	797	1.932	2.729
ANTONIO ALBERTO FACHINELI	240364716-00	300	178	100	278
VIRLEI ALVARO DE OLIVEIRA	244001307-20	1.300	30	0	30
EVERTON ALVES TOLEDO	282047781-04	12.945	8.405	3.714	12.119
GISLAINE REGINA COSTA RHEINLANDER	291091158-62	6.280	4.673	1.521	6.195
MARILENE SOARES DE ARAUJO	319247001-15	6.930	4.764	2.079	6.843
CLAYTON EVANGELISTA DA ROCHA	349159581-91	1.650	100	823	923
PAULO JORGE FAGUNDES	464536957-15	5.050	747	703	1.450
MARCOS ANTONIO PIRES DE ARAUJO	470384461-34	3.590	2.865	400	3.264
EDGARD DA COSTA FREIRE	537721217-72	7.100	97	325	422
LUIZ CLAUDIO MESSIAS DA COSTA	599977531-00	3.380	2.800	486	3.286
LEOCARMO VIEIRA DA SILVA	802680481-34	6.500	1.924	2.306	4.230
ALESSANDRO DE SIQUEIRA ARANTES	856342201-49	5.850	1.130	1.777	2.907
GEYSA LOPES MOREIRA COSTA	926621101-04	890	640	248	888
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO DISTRITO FEDERAL UG - 114629		59.905	10.734	43.421	54.155
FRANCISCO CRISTIANO ORLANDO	038837277-09	550	95	438	533
ERENIDES NUNES DE SOUZA	060028891-91	800	800	0	800
CARLOS ALFREDO GONCALVES LODI	072735921-53	3.275	0	2.495	2.495
GASPAR GONCALVES DE ANDRADE	085423331-87	5.740	708	4.271	4.979
ANTONIO JOSE VENANCIO	092918491-20	11.850	1.870	9.621	11.491
FRANCISCO INACIO DE CARVALHO	098775091-72	4.850	559	3.728	4.287
ANTONIO PEREIRA DA SILVA FILHO	143895091-87	4.720	484	3.465	3.949
WILLIS BATISTA GONCALVES	153014601-10	5.090	616	4.243	4.859
CELSO JOSE CARNEIRO DA SILVA	179365001-20	2.100	509	1.435	1.944
JOSE GERALDO LOPES ALMEIDA	185643211-49	3.800	404	2.708	3.112
DELIOMAR ARAUJO LOUZEIRO	240222681-15	6.250	1.130	4.914	6.044
MARIO ALEXANDRE DE ABREU	257916508-84	1.950	170	1.184	1.354
BENTO DA SILVA BARROS	289772891-49	1.000	800	193	993
CARLOS ALBERTO VIANA	298600679-53	2.100	442	1.489	1.931
MIGUEL ALVES DE OLIVEIRA	299130716-15	4.350	667	3.237	3.905
CAIUS CESAR SOUZA FERREIRA	339711611-20	680	680	0	680
ANTONIO RODRIGUES CARDOSO JUNIOR	478340806-87	800	800	0	800
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO RIO DE JANEIRO UG - 114631		91.631	15.935	60.272	76.207
ALESSANDRA MARIA SILVA PINTO	032793477-85	800	0	765	765

ALAN AZIZ DE MORAIS	302059057-49	7.683	2.100	4.903	7.003
MARINEIA MAGALHAES GOMES	320519307-59	1.018	50	955	1.005
ENILSON DE CARVALHO VIDAL	345485137-87	240	240	0	240
PAULO MAURICIO FERREIRA DIAS	346842637-20	4.462	180	3.731	3.911
JESSE CALDAS DE ALMEIDA	365590597-15	1.170	0	1.161	1.161
SANDRA FARNEZI DA CONCEICAO	368658187-68	1.970	1.050	703	1.753
DOMINGOS FERNANDO ANDREONI	371466617-68	1.495	1.320	165	1.485
LEDI ANTONIO DOS SANTOS	380768537-53	1.351	330	782	1.112
NELYCI MADEIRA GONCALVES FERRAZ	391788897-15	200	120	70	190
JOSE ARMANDO DE OLIVEIRA	403879927-15	1.450	950	452	1.402
NAILDA ARANTES DA SILVEIRA	406727947-72	700	0	682	682
SERGIO PALHARES	408005477-72	5.200	250	3.642	3.892
RONY ANDRADE VIEIRA	418943087-00	2.395	187	1.717	1.904
ABELARDO FLORIANO DE PAULO	428160177-53	560	0	486	486
LUCIANO POSSIDENTE CAMPANARIO	444254227-91	1.500	1.500	0	1.500
ARTHUR MORAES SILVA	445486137-49	4.250	1.120	2.776	3.896
CARLOS LUIS NOGUEIRA GENTIL	449243057-15	3.680	0	2.709	2.709
PEDRO DA SILVA BRAGA	453414787-20	1.560	0	1.449	1.449
GILMAR FERNANDES DA SILVA	470296177-20	240	100	100	200
ALVARO DE LIMA MALDONADO FILHO	476566207-10	3.770	1.730	1.774	3.504
MARCOS ANTONIO DA SILVA SERRAO	485111377-34	540	0	523	523
GERALDO LOUZA DA VEIGA	494614947-34	1.400	0	1.139	1.139
CELSO MENDES TARGUETA	502490297-15	360	0	345	345
JOAO FERREIRA DA SILVA NETO	510932277-53	170	60	84	144
ANTONIO JORGE DA ROCHA TEIXEIRA	513998147-53	910	0	311	311
DEA DOLORES AMARAL ALVES	541381087-34	4.713	640	3.732	4.372
CID OLIVEIRA DE MACEDO	561850227-53	3.043	120	2.088	2.208
EVALDO DE SOUZA SANTANA	564748227-91	1.035	535	488	1.023
JOSE ROBERTO BITTENCOURT BOIA	567180637-20	110	0	100	100
MARIA CRISTINA SILVA THIMOTIO	590752107-44	4.650	790	3.416	4.206
PAULO SERGIO REIS DE SIQUEIRA	617881557-34	770	0	770	770
CARLOS MESSIAS SILVA BARBOSA	632816197-20	820	100	598	698
CARLOS EDUARDO PORTELLA BERNARDE	632816787-34	2.250	0	1.052	1.052
DENISE GUIMARAES VIEIRA	642121227-15	230	130	100	230
ALBERTO AZEMIRO MARTINS DE CARVALHO	661481207-63	1.100	0	958	958
EDSON MORSCH DE MELLO	675471417-49	11.300	1.467	4.952	6.419
GERSON LUIZ BASTOS PORTO RIBEIRO GARC	678270477-34	1.008	180	817	997
LUIZ CARLOS LIMA DOS SANTOS	720226717-91	1.250	0	1.067	1.067
MIRALDO FERNANDES RIBEIRO	808124147-72	4.340	0	4.130	4.130
HELIO LUCIO CALAIS	973904296-15	5.938	687	4.580	5.267
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM TOCANTINS	UG - 114639	183.204	87.739	48.468	136.208
MANOEL OLIVEIRA CASTRO JUNIOR	007515173-13	9.610	5.680	2.223	7.903
NEREU RIBEIRO SOARES JUNIOR	009489651-85	3.900	941	274	1.215
DHONATAN ARAUJO FAGUNDES	015563091-12	1.950	1.477	289	1.766
WILTON ANDRADE DE CARVALHO	017691283-52	6.000	1.724	2.564	4.288
GLERGER ALCANTARA SABIA	026579953-81	28.255	9.213	14.373	23.586
RAIMUNDO COSTA BARBOSA	059150401-44	29.430	14.954	4.863	19.817
JOSE RIBAMAR DE OLIVEIRA	094859611-20	20.780	10.729	5.322	16.051
MAXIMO LEVI LEITE GOMES	126288321-00	450	372	0	372
OLIVIO GOMES FERREIRA	130933631-87	9.000	2.751	2.682	5.433
CELIO COSTA LACERDA	185264701-91	13.770	8.573	1.890	10.463
GERISVALDO PEREIRA DA SILVA	192127551-00	15.040	8.789	3.005	11.794
FERNANDO CEZAR RODRIGUES POVOA	327102081-72	3.790	1.864	741	2.605
JOAO FRANCISCO SEVERO SANTOS	693529500-97	1.500	445	0	445
LEONARDO RODRIGUES PAMPLONA	762380161-91	4.470	2.678	547	3.225
RONIGLESE PEREIRA DE CARVALHO TITO	853045571-15	9.070	6.186	1.912	8.098
JOAO PAULO DANTAS ARANTES	955764011-15	9.900	2.160	2.800	4.960
AGNELO ROCHA NOGUEIRA SOARES	966828173-04	4.159	2.036	1.384	3.420
SILVEIRINHA GUIMARAES LIMA	978731601-49	10.260	5.601	3.410	9.011
PAULO RICARDO DA SILVA AMARAL JESUS	997078291-68	1.870	1.565	190	1.755
Total geral		7.556.824	3.739.925	2.662.671	6.402.595

Fonte: Siafi2013

Anexo 4 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Continua

Unidade Contratante																
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística																
Informações sobre os Contratos																
Ano de Contratação	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Situação			
					Início	Fim	F		M		S					
							P	C	P	C	P	C				
2012	L	O	015/12	RIO GREEN SERVIÇOS LTDA (12.272.927/0001-60)	5/5/2012	4/5/2014		11								P
2009	L	O	040/09	ANGELS SERVICOS TECNICOS LTDA (68.565.530/0001-10)	2/7/2009	2/7/2014		176								P
2009	V	O	060/09	BEST VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA (05.234.289/0001-27)	2/10/2009	2/10/2014		27								P
2010	L	O	131/10	DIGNA SERVIÇOS AUXILIARES LTDA (08.380.194/0005-33)	18/11/2010	17/11/2014		2								P
2012	L	O	001/12	EMPRESA BRASILEIRA REUNIDAS EMBRATER LTDA - EPP (05.965.136/0001-50)	4/1/2012	4/1/2015		4								P
2012	V	O	005/12	SERVI-SAN VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA (12.066.015/0011-03)	12/9/2012	11/9/2014		2								P
2013	L	O	004/13	D&L SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA (09.172.237/0001-24)	13/5/2013	12/5/2014		4								A
2009	L	O	003/09	TAWRUS CONSERVAÇÃO, SERVIÇOS E EQUIP. ELETR. LTDA-ME (09.406.002/0001-50)	7/4/2009	7/4/2013		2								E
2012	L	O	002/12	ALVORADA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-ME (13.096.822/0001-60)	1/8/2012	1/8/2014		2								P
2012	L	O	002/12	TOPSERVICE TERCEIRIZAÇÃO LTDA-ME (05.333.566/0001-59)	1/6/2012	3/6/2014		5								P
2012	L	O	004/12	D&L SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA (09.172.237/0001-24)	10/7/2012	10/7/2014		9								P
2010	L	O	027/2010	BRASFORT ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA (36.770.857/0001-38)	29/11/2010	30/6/2013		21								E
2013	L	O	006/2013	BRASFORT ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA (36.770.857/0001-38)	1/7/2013	30/6/2014		29								A
2010	L	O	54/2010	M & C ADMINISTRADORA E CONSERVADORA LTDA. ME (07.709.197/0001-81)	15/7/2010	15/7/2013		14								E

2011	L	O	003/2011	DISKLIMPEZA ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA (07.548.828/0001-28)	7/4/2011	6/4/2014	5												P
2009	L	O	001/2009	C . A. MORAIS COMERCIO REPRESENTAÇÃO E SERVIÇOS (03.992.919/0001-05)	9/3/2009	10/3/2013	3												E
2010	V	O	25/2010	ALPHA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA. (03.108.004/0001-86)	1/9/2010	1/9/2014	13												P
2011	L	O	008/2011	ALFA GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA. (07.123.889/0001-43)	11/4/2011	11/4/2014	27												P
2011	L	O	009/2011	MÁXIMA SERVIÇOS E OBRAS LTDA (08.764.312/0001-83)	11/4/2011	11/4/2014	33												P
2009	L	O	15/2009	MÁXIMA SERVIÇOS E OBRAS LTDA (08.764.312/0001-83)	16/3/2009	25/3/2014	12												P
2013	L	O	006/13	P.G.A. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA. - EPP	22/11/2013	22/11/2014	1												A
2012	L	O	002/12	SILVIA HELENA FERNANDES JUCÁ - EPP (09.484.770/0001-21)	1/5/2012	1/5/2014	2												P
2012	L	O	007/12	RUELA E SOARES LTDA - ME (10.732.146/0001-85)	1/12/2012	30/11/2013	4												E
2011	L	O	006/2011	L. G. SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA. (06.028.733/0001-10)	5/12/2011	5/12/2014	14												P
2011	L	O	007/2011	MARANATA PRESTADORA DE SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA (03.325.436/0001-49)	1/1/2012	1/1/2014	2												E
2011	V	O	005/2011	FALCONSEG SEGURANÇA DE VALORES LTDA (05.554.220/0001-80)	24/10/2011	24/10/2014	4												P
2010	V	O	13/2010	HAVAÍ VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA (08.578.865/0001-41)	2/10/2010	2/10/2014	2												P
2009	L	O	001/2009	AUTENTICA ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS LTDA (84.965.706/0001-88)	24/4/2009	23/4/2013	14												P
2009	L	O	017/2009	CONSTROL CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS LTDA (04.994.966/0001-42)	29/7/2009	28/3/2013	1												E
2013	L	O	008/2013	TECNOLIMP SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA. (14.983.004/0001-41)	20/6/2013	20/6/2014	2												A
2010	L	O	005/2010	THALI-COMÉRCIO E SERV. DE MATERIAL DE LIMPEZA LTDA (07.545.455/0001-31)	25/1/2010	28/2/2014	25												E
2010	L	O	004/2010	ART SERVICE EMPREENDEMENTOS E SERVIÇOS LTDA (00.544.298/0001-09)	1/6/2010	1/9/2013	7												E
2013	L	O	006/2013	ART SERVICE EMPREENDEMENTOS E SERVIÇOS LTDA (00.544.298/0001-09)	2/9/2013	2/9/2014	11												A

2009	L	O	016/2009	SHEKINAH CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP. (03.761.180/0001-12)	30/6/2009	29/8/2013	7											E
2013	L	O	006/2013	SHEKINAH CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP. (03.761.180/0001-12)	2/9/2013	1/9/2014	2											A
2012	L	O	035/2012	IRANEIDE S RODRIGUES ME (84.038.678/0001-53)	17/10/2012	16/10/2014	2											P
2008	L	O	012/2008	MARINONIO TRANSPORTES LTDA (06.339.572/0001-86)	2/6/2008	2/6/2013	6											E
2009	V	O	009/2009	MATRIX SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA (09.316.305/0001-81)	29/6/2009	29/6/2013	1											E
2009	V	O	003/2009	VIGILÂNCIA ASGARRAS LTDA. (04.281.402/0001-62)	3/3/2009	4/3/2013	4											E
2012	L	O	002/2012	Laboral Serviços Terceirizados Ltda - ME (09.628.278/0001-82)	2/1/2013	1/1/2014	1											E
2013	L	O	008/2013	AGÊNCIA BOLHA AZUL PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA (05.579.604/0001-58)	3/5/2013	27/5/2014	7											P
2013	L	O	002/2013	HIGICLEAN TECNOLOGIA EM HIGIENIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO (14.768.911/0001-78)	22/4/2013	29/4/2014	3											A
2008	L	O	002/2008	EMBELCON EMPREENDEIMENTOS LTDA ME (32.858.441/0001- 15)	25/6/2008	26/4/2013	8											P
2010	L	O	015/2010	MEGA JJ ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA. (04.999.840/0001-60)	24/5/2010	24/5/2014	11											P
2007	L	O	006/2007	CONFIANCA ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA (04.829.840/0001-12)	9/4/2007	9/4/2013	1											E
2013	L	O	006/2013	CONFIANCA ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA (04.829.840/0001-12)	10/4/2013	11/1/2014	1											E
2010	L	O	24/2010	CONSERVADORA INTEGRA ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA (09.434.186/0001-61)	13/8/2010	16/2/2014	50											E
LEGENDA																		
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.																		
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.																		
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.																		
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.																		

Anexo 5 - Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Unidade Contratante													
Nome: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA													
UG/Gestão: 114601													
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Situação
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
				(CNPJ)									
2012	Call Center	O	014/12	ANGELS SERVICOS TECNICOS LTDA (68.565.530/0001-10)	17/9/2012	16/9/2013		10					E
2012	Motoboy	O	020/12	CAMILY LOCAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS LTDA (08.268.712/0001-06)	5/11/2012	4/11/2013		1					E
2012	Secretariado	O	009/12	ADVENTURE TECNOLOGIA E SOLUÇÕES CORPORATIVAS (05.621.208/0001-41)	24/3/2012	23/3/2014						16	P
2013	Motorista	O	041/13	DEFENDER CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA -ME (09.370.244/0001-30)	24/9/2013	23/9/2014		29					A
2010	Portaria	O	001/11	DIGNA SERVIÇOS AUXILIARES LTDA - ME (08.380.194/0001-00)	1/1/2011	28/2/2013		30					E
2012	Governança	O	016/12	Álamo Engenharia S.A. (34.125.294/0001-08)	5/5/2012	4/5/2014		6					P
2010	Manobrista	O	065/2010	DIGNA SERVIÇOS AUXILIARES LTDA - ME (08.380.194/0001-00)	21/7/2010	20/7/2014		2					P
2013	Motoboy	O	27/2013	MISCELLANY PRETTY HOUSE SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA (02.558.535/0001-08)	19/7/2013	18/7/2014		4					A
2011	Ascensorista	O	063/11	COTTA S TERCEIRIZACAO LTDA (09.606.978/0001-76)	26/8/2011	25/8/2013		4					E
2013	Ascensorista	O	035/13	GMC SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA - ME (17.633.418/0001-39)	31/8/2013	30/8/2014		4					A
2013	Governança	O	039/13	PHOENIX TELECOMUNICACOES LTDA - EPP (35.868.918/0001-31)	12/9/2013	11/9/2014		5					A
2011	Telefonista	O	004/11	ABRA RIO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA (05.231.661/0001-41)	4/1/2011	3/1/2014		6					E
2011	Recepcionista	O	057/11	ANGELS SERVICOS TECNICOS LTDA (68.565.530/0001-10)	15/8/2011	14/8/2014		8					P
2011	Motoboy	O	043/11	CAMILY LOCAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS LTDA (08.268.712/0001-06)	19/6/2011	18/7/2013		2					E
2013	Portaria	O	011/13	RIO GREEN SERVIÇOS LTDA (12.272.927/0001-60)	1/3/2013	28/2/2014		34					A
2012	Manutenção Predial	O	044/12	Angel's - Eletricista e Mecânico de Alta (68.565.530/0044-50)	11/12/2012	10/12/2014		11					P

2012	Manutenção Predial	O	045/12	ANGEL'S - PEDREIRO E PINTOR (68.565.530/0045-31)	11/12/2012	10/12/2014	3												P
2012	Manutenção Predial	O	046/12	ANGEL'S - JARDINEIRO (68.565.530/0046-12)	11/12/2012	10/12/2014	1												P
2012	Manutenção Predial	O	047/12	ANGEL'S - MARCENEIRO (68.565.530/0047-01)	11/12/2012	10/12/2014	1												P
2011	Motorista	O	028/11	M A RESENDE DA COSTA LOCAÇÕES (04.387.843/0001-43)	22/3/2011	21/9/2013	27												P
2012	Auxiliar de Biblioteca	O	021/12	DIGITAL BOARDS PESQUISA E AUDIOVISUAL (10.446.137/0001-28)	1/6/2012	31/5/2014	3												P
2013	Recepção	O	010/13	SERVICON SERVICO E CONSULTORIA LTDA - EPP (11.661.499/0001-02)	3/9/2013	3/9/2014	1												A
2013	Recepção	O	005/13	D&L SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA (09.172.237/0001-24)	19/6/2013	19/6/2014	2												A
2012	Manutenção Predial	O	002/12	ITACOL - COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MATERIAIS DE CONST (01.426.994/0001-75)	16/4/2012	15/4/2013	1												E
2012	Portaria	O	003/12	DISTRIBUIDORA FLORESTA E SERVIÇOS ÇTDA - EPP (34.925.479/0001-99)	3/12/2012	3/12/2014	2												P
2013	Motorista	O	010/13	BAHIA SERVICOS LTDA (09.144.947/0001-40)	2/9/2013	2/9/2014	6												A
2012	Portaria	O	008/12	CSC TERCERIZAÇÃO E SERVIÇOS ME (07.633.003/0001-01)	3/8/2012	3/8/2014	10												P
2012	Reprografia	O	008/2012	TOPSERVICE TERCEIRIZAÇÃO LTDA-ME (05.333.566/0001-59)	26/12/2012	26/12/2014	1												P
2011	Copeiragem	O	003/11	UNIÃO DE SERVIÇOS GERAIS LTDA (00.636.712/0001-00)	1/2/2011	31/1/2014	3												E
2011	Motorista	O	008/2011	BRASUL ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA (06.959.859/0001-09)	1/9/2011	31/8/2014	5												P
2013	Manutenção Predial	O	003/2013	CWF INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA-ME (10.632.953/0001-26)	15/5/2013	14/5/2014	2												A
2009	Motorista	O	001/2009	INTERATIVA DEDET. HIGIENIZAÇÃO E CONSERV LTDA. (05.058.935/0001-42)	12/1/2009	11/1/2014	2												E
2012	Portaria	O	002/12	ZARCONE CONSTRUÇÕES, SERVIÇOS E TRANSPORTE LTDA. (01.757.138/0001-00)	2/4/2012	1/4/2014	2												P
2010	Portaria	O	014/10	EMPRESA DE CONSERVACAO E LIMPEZA DALU LTDA (01.569.755/0001-74)	1/7/2010	28/2/2014	3												E
2008	Reprografia	O	008/2008	TRICOM ALLIANCE (04.699.703/0001-00)	17/3/2008	17/3/2013	1												E
2012	Motorista	O	29/2012	ADCON ADMINISTRAÇÃO E CONSERVAÇÃO LTDA. (04.552.404/0001-49)	23/7/2012	23/7/2013	12												E

2012	Manutenção Predial	O	42/2012	SERTA SERVIÇOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS LTDA. (01.548.339/0001-90)	19/11/2012	19/11/2014	2												P
2013	Motorista	O	021/2013	PERPHIL SERV. ESP. E MONITORAMENTO ELETRONICO LTDA (04.712.320/0001-25)	24/7/2013	24/7/2014	15												A
2009	Recepção	O	004/2009	CONSERVADORA INTEGRAL ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA (09.434.186/0001-61)	1/2/2009	2/2/2013	5												E
2013	Recepção	O	009/2013	CLASSE A ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA ME (14.241.107/0001-36)	4/2/2013	4/2/2014	3												E
2011	Portaria	O	003/11	SILVIA HELENA FERNANDES JUCÁ - EPP (09.484.770/0001-21)	9/7/2011	9/7/2014	4												P
2012	Portaria	O	008/2012	LUNIC LTDA - EPP (05.393.490/0001-57)	2/11/2012	31/3/2014	8												P
2013	Motorista	O	005/2013	AKKYLES SOUSA DO NASCIMENTO-ME (14.601.896/0001-79)	20/9/2013	20/9/2014	3												A
2013	Portaria	O	001/2013	AKKYLES SOUSA DO NASCIMENTO-ME (14.601.896/0001-79)	15/1/2013	15/1/2014	2												E
2011	Motorista	O	001/2011	VIASERV TERCEIRIZAÇÃO LTDA (41.102.641/0001-34)	2/5/2011	2/5/2014	8												P
2009	Portaria	O	008/2009	FUTURA SERVIÇOS PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS LTDA (06.234.467/0001-82)	13/5/2009	1/1/2014	2												E
2009	Portaria	O	015/2009	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA (79.283.065/0003-03)	5/8/2009	4/8/2014	9												P
2012	Motorista	O	017/2012	A3 GESTÃO DE PESSOAS EIRELI - ME (14.010.744/0001-00)	26/11/2012	26/11/2014	19												P
2009	Motorista	O	21/2009	EXECUTIVA SERVIÇOS PATRIMONIAIS LTDA. (06.156.739/0001-73)	16/2/2010	15/2/2013	4												E
2013	Manutenção Predial	O	007/2013	GAESAN ENGENHARIA E CONSULTORIA TÉCNICA LTDA. EPP (09.438.067/0001-87)	3/5/2013	2/5/2014	2												A
2010	Motorista	O	042/2010	DIGNA SERVIÇOS AUXILIARES LTDA - ME (08.380.194/0001-00)	8/11/2010	8/12/2013	1												E
2009	Portaria	O	002/2009	GUERREIRO GUIMARÃES SERVIÇOS LTDA (07.356.612/0001-60)	12/1/2009	13/3/2013	4												E
2011	Recepção	O	003/2011	ABRA RIO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA (05.231.661/0001-41)	16/2/2011	16/2/2014	1												E
2009	Portaria	O	004/2009	ART SERVICE EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA (00.544.298/0001-09)	20/7/2009	20/7/2014	4												P

2012	Portaria	O	004/2012	IVAN OLIVEIRA DE CARVALHO - ME (84.580.141/0001-10)	1/11/2012	31/10/2014	2												P
2012	Apoio	O	007/12	PONTUAL ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA (02.780.863/0001-54)	1/6/2012	31/5/2013	9												E
2010	Apoio	O	132/10	DIGNA SERVIÇOS AUXILIARES LTDA - ME (08.380.194/0001-00)	18/11/2010	17/11/2014	4												P
2011	Apoio	O	080/11	TGWX RECURSOS HUMANOS LTDA ME (13.134.882/0001-20)	22/11/2011	21/11/2014	4												P
2012	Apoio	O	035/12	FW / BRAZIL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS GERAIS LTDA (07.581.273/0001-16)	2/10/2012	1/10/2014	4												P
2009	Apoio	O	005/09	TAWRUS CONSERVAÇÃO, SERVIÇOS E EQUIP.ELETR.LTDA-ME (09.406.002/0001-50)	17/6/2009	16/6/2013	2												E
2012	Apoio	O	009/12	ALLIANCE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA-ME (11.023.253/0001-05)	20/6/2012	20/6/2014	2												P
2012	Apoio	O	001/2012	RIO FORT LTDA (05.206.485/0001-98)	27/2/2012	26/2/2014	4												E
2012	Recepcionista	O	027/12	MEGASUL GESTÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA (13.334.498/0001-70)	17/12/2012	16/12/2014	1												P
2011	Apoio	O	017/2011	GUIPESERVICE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA. (09.310.539/0001-11)	28/11/2011	28/12/2013	2												E
2011	Recepcionista	O	006/2011	ELLO SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA (06.888.220/0001-80)	12/6/2011	13/6/2013	4												E
2013	Recepcionista	O	001/2013	PERFIL HELO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA-ME (07.487.633/0001-15)	14/8/2013	14/8/2014	4												A
2009	Motorista	O	007/2009	STA LUCIA COM PROD LIMP SERV CONS PREDIAL LTDA-ME (08.604.419/0001-64)	4/5/2009	4/5/2013	3												E
2012	Motorista	O	009/2012	PLATAFORMA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.-EPP (02.738.552/0001-27)	3/12/2012	3/12/2014	10												P

2012	Portaria	O	003/2012	TAC MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA (07.951.388/0001-55)	2/1/2012	2/1/2014	4											E
2011	Recepção	O	002/2011	A C SERVIÇOS CORPORATIVOS LTDA (66.059.510/0001-42)	3/1/2011	3/1/2014	2											E
2011	Telefonista	O	004/2011	LATUF GOMES SERVIÇOS EIRELI (09.069.299/0001-05)	16/11/2011	16/11/2014	2											P

LEGENDA

Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas; 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes; 12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Anexo 6 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Localização Geográfica	Quantidade de Imóveis de Propriedade da União de Responsabilidade da UJ	
	Exercício 2013	Exercício 2012
UF - ACRE	1	1
Rio Branco	1	1
UF - ALAGOAS	1	1
Maceió	1	1
UF - AMAZONAS	1	1
Manaus	1	1
UF - BAHIA	4	4
Paulo Afonso	1	1
Salvador	1	1
São Francisco do conde	1	1
Valença	1	1
UF - CEARA	7	7
Crato	1	1
Fortaleza	3	3
Itapagé	1	1
Jaguaribe	1	1
Itapipoca	1	1
UF - DISTRITO FEDERAL	2	2
Brasília	2	2
UF - GOIÁS	1	1
Goiânia	1	1
UF - MARANHÃO	6	6
Chapadinha	1	1
Itapecuru Mirim	1	1
São Luis	4	4
UF - MINAS GERAIS	4	2
Belo Horizonte	2	2
Governador Valadares	1	0
Uberlândia	1	0
UF - MATO GROSSO	3	3
Barra do Bugre	1	1
Nortelândia	1	1
Poxoréo	1	1
UF - MATO GROSSO DO SUL	1	1
Campo Grande	1	1
UF - PARÁ	2	2
Belém	1	1
Almeirim	1	1
UF - PERNAMBUCO	2	2
Recife	2	2
UF - PIAUÍ	1	1
Teresina	1	1
UF - PARANÁ	1	1
Curitiba	1	1
UF - RIO DE JANEIRO	16	16
Rio de Janeiro	16	16
UF - RIO GRANDE DO NORTE	1	1
Natal	1	1
UF - RONDONIA	1	1
Porto Velho	1	1
UF - Roraima	1	1
Boa Vista	1	1
UF - RIO GRANDE DO SUL	1	1
Porto Alegre	1	1
UF - SANTA CATARINA	1	1
Florianópolis	1	1
UF - SÃO PAULO	4	4

São Paulo	1	1
Registro	1	1
Ribeirão Preto	1	1
Pirajú	1	1
UF - SERGIPE	1	1
Aracajú	1	1
UF - TOCANTINS	3	3
Araguaina	1	1
Palmas	1	1
Tocantinópolis	1	1
Total	66	64

Fonte: SPIUNET, jan/2014

Anexo 7 - Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel (R\$ 1,00)			Observação	Despesas no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliação		Com Reformas	Com Manutenção
OCUPADOS									
114601	6001.01850.500-8	21	3	13.087,72	18/11/2013	10.640.000,06		0,00	0,00
114601	6001.01873.500-3	21	3	402.014,37	18/11/2013	18.050.000,22		0,00	48.988,77
114601	6001.01957.500-0	21	3	8.463,39	13/11/2013	8.336.539,34		0,00	0,00
114601	6001.01958.500-5	21	3	2.657.246,65	27/09/2012	3.539.543,82		0,00	0,00
114601	6001.02411.500-3	21	3	2.608,56	10/12/2013	1.649.492,80		0,00	0,00
114601	6001.02546.500-8	21	3	2.608,56	10/12/2013	213.539,22		0,00	0,00
114601	6001.02639.500-3	21	3	7.378,93	14/11/2013	80.850.000,00		1.379.960,54	13.550,00
114601	6001.02644.500-0	21	3	58.733,63	10/12/2013	365.469,84		0,00	0,00
114601	6001.03056.500-7	21	3	83.652,50	10/12/2013	243.484,98		0,00	0,00
114601	6001.03060.500-9	21	3	83.652,50	10/12/2013	243.484,98		0,00	0,00
114601	6001.04239.500-4	21	3	11.136.000,00	14/11/2013	40.301.000,00		126.171,68	179.715,91
114601	6001.04241.500-5	21	3	100.000,00	10/12/2013	239.661,63		0,00	0,00
114601	6001.04243.500-6	21	3	100.000,00	10/12/2013	239.661,63		0,00	0,00
114601	6001.04245.500-7	21	3	91.000,00	10/12/2013	239.661,63		0,00	0,00
114603	0139.00278.500-7	21	3	1.393.301,30	06/04/2011	1.393.301,30		0,00	13.872,00
114605	0301.00105.500-0	21	3	2.181,29	21/12/2011	494.036,37		0,00	53.811,90
114606	0409.00019.500-5	21	3	1.428,35	03/10/2012	19.401,52		0,00	0,00
114606	0427.00683.500-4	21	3	3.926,32	02/10/2012	910.444,39		9.800,00	10.360,00
114606	0483.00193.500-1	3	3	0,00	03/10/2012	80.075,64		0,00	0,00
114606	0501.00020.500-1	3	3	0,00	03/10/2012	51.981,03		0,00	0,00
114608	0761.00007.500-7	21	3	35.358,30	11/08/2000	35.358,30		0,00	0,00
114608	0921.00543.500-5	21	3	225.991,53	13/12/2012	514.523,10		0,00	0,00
114608	0921.00544.500-0	21	3	103.823,87	13/12/2012	408.544,56		0,00	6.202,37
114608	0921.00545.500-6	21	3	27.787,02	13/12/2012	33.452,77		0,00	0,00
114609	1219.00174500-9	21	3	547.552,03	10/12/2012	1.238.358,01		0,00	1633,00
114610	1349.00006.500-2	21	3	19.193,27	15/08/2001	19.193,27		0,00	0,00
114610	1373.000013.500-3	21	3	66.738,75	17/08/2001	66.738,75		0,00	0,00

114610	1385.00030.500-0	21	3	103.927,60	17/08/2001	103.927,60		0,00	0,00
114610	1389.00525.500-3	21	3	380.781,36	17/08/2001	380.781,36		0,00	27.499,03
114610	1389.00526.500-9	21	3	266.793,95	17/08/2001	266.793,95		0,00	0,00
114610	1389.00527.500-4	21	3	933.720,00	15/08/2001	933.720,00		0,00	0,00
114610	1427.00012.500-0	21	3	15.880,80	20/08/2001	15.880,80		0,00	0,00
114610	1439.00042.500-8	21	3	33.745,16	16/08/2001	33.745,16		0,00	0,00
114612	1761.00322.500-5	21	3	48.084,48	04/09/2012	428.536,39		0,00	1.120,00
114612	1759.00058.500-9	3	3	0,00	14/11/2013	398.519,79		0,00	0,00
114612	1761.00325.500-1	3	3	0,00	10/12/2013	746.162,77		0,00	0,00
114613	2051.00159.500-3	21	3	724.159,02	13/04/2011	778.566,27		0,00	0,00
114614	2531.00625.500-3	3	3	0,00	24/10/2012	214.203,64		0,00	0,00
114614	2531.00479.500-0	3	3	3.299.912,53	29/07/2013	3.299.912,53		0,00	0,00
114617	3781.00051.500-8	21	3	4.558,27	12/11/2012	550.000,00		0,00	0,00
114617	3849.00532.500-5	21	3	319.870,99	12/11/2012	2.750.000,00		0,00	0,00
114617	3883.00002.500-3	21	3	261,75	12/11/2012	226.000,00		0,00	0,00
114617	3957.00015.500-1	3	3	0,00	21/09/2012	236.454,56		0,00	0,00
114618	4123.00230.500-0	21	3	0,00	04/12/2013	10.516.402,11		0,00	3.398,00
114618	4123.00231.500-6	21	3	32.921,10	04/12/2013	1.245.067,71		0,00	0,00
114619	5629.00042.500-5	3	3	298.433,61	22/08/2000	298.433,61		0,00	0,00
114620	9037.00008.500-4	7	3	2.213,06	22/10/2012	46.848,04		0,00	0,00
114620	9051.00174.500-3	3	3	0,00	19/10/2012	16.000,00		0,00	0,00
114620	9051.00209.500-2	3	3	0,00	19/12/2012	232.445,48		0,00	0,00
114620	9051.00217.500-6	3	3	0,00	19/10/2013	186.431,86		0,00	0,00
114620	9051.00251.500-1	21	3	164.397,96	25/03/2011	885.782,84		0,00	1.800,00
114622	6761.00005.500-9	3	3	142.445,04	18/11/2011	142.445,04		0,00	0,00
114622	6771.00003.500-5	3	3	30.395,61	02/12/2011	30.396,30		0,00	0,00
114622	6953.00011.500-3	3	3	86.563,29	17/11/2011	86.563,29		0,00	0,00
114622	6969.00037.500-1	3	3	148.246,30	03/10/2011	148.246,30		0,00	0,00
114622	7107.00502.500-3	21	3	12.568.533,08	18/11/2011	12.568.533,08	1.802.631,58		29.538,00
114622	7097.00030.500-7	3	3	0,00	08/06/2012	110.984,23		0,00	0,00
114624	8047.00029.500-0	3	3	28.000,00	17/06/2003	28.000,00		0,00	0,00
114624	8105.00234.500-6	21	3	880.053,58	04/12/2012	1.312.642,53		0,00	7.414,00
114625	8585.00007.500-5	3	3	128.326,05	10/05/2007	128.326,05		0,00	0,00
114625	8801.00512.500-9	21	3	2.111.778,00	26/12/2000	2.529.243,75		0,00	0,00
114626	9033.00024.500-9	21	3	27.893,51	19/09/2012	56.950,20	1.663.440,46		1.600,00

114626	9067.00201.500-5	3	3	823.214,99	05/10/2012	1.378.556,66		0,00	0,00
114626	9119.00006.500-1	21	3	50.383,09	19/09/2012	63.674,19		0,00	0,00
114626	9139.00021.500-8	21	3	0,00	28/09/2012	23.641,39		0,00	0,00
114627	9373.00303.500-3	3	3	1.637.572,92	02/12/2013	2.680.528,92		0,00	0,00
114627	9373.00396.500-0	21	3	884.233,47	30/11/2013	1.074.539,67		0,00	16.232,00
114629	9701.17707.500-9	21	3	9.182.678,42	26/12/2000	9.182.678,42		0,00	0,00
114629	0003.003456.500-3	21	3	194.249,00	26/12/2010	194.249,00		0,00	0,00
114631	5865.00123.500-4	21	3	11.614,89	14/11/2012	11.614,89		0,00	0,00
114631	6001.01955.500-9	21	3	1.739.526,63	22/11/2013	10.130.000,21		0,00	0,00
114631	6001.02547.500-3	21	3	520.907,80	22/05/2013	1.157.352,76		0,00	0,00
114639	9241.00018.500-0	21	3	154.700,85	16/03/2011	154.700,85		0,00	0,00
114639	9621.00011.500-2	3	3	8.372,44	26/12/2000	8.372,44		0,00	0,00
114639	9621.00020.500-1	21	3	20.000,00	26/03/2003	20.000,00		0,00	0,00
114639	9733.00058.500-9	21	3	68.870,08	26/12/2000	68.870,08		0,00	0,00
114604	0255.00585.500-4	12	5	698,11	11/12/2012	307.886,94		0,00	10.490,84
114623	7535.00239.500-5	12	5	842.130,23	02/10/2012	1.778.752,63		0,00	71.101,79
114629	9701.17741.500-4	12	5	305.999,25	26/12/2000	305.999,25		0,00	0,00
114608	0921.00546.500-1	12	5	141.960,00	11/08/2000	141.960,00		0,00	0,00
114614	2531.00606.500-0	12	5	63.485,09	01/11/2012	839.668,55		0,00	0,00
114615	2785.00220.500-3	12	5	261.221,04	15/10/2012	490.030,44		0,00	0,00
114616	3127.00007.500-5	12	5	253.571,99	27/12/2000	253.571,99		0,00	1.200,00

Spiunet – jan/2014

Anexo 8 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Localização Geográfica	Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros	
	Exercício 2013	Exercício 2012
UF - ACRE	2	1
Cruzeiro do Sul	1	1
Tarauacá	1	0
UF - ALAGOAS	4	4
Palmeira dos Índios	1	1
Maceio	1	1
Penedo	1	1
São Miguel dos Campos	1	1
UF - AMAZONAS	2	2
Itacoatiara	1	1
Manaus	1	1
UF - AMAPÁ	1	1
Macapá	1	1
UF - BAHIA	31	30
Alagoinhas	1	1
Bom Jesus da Lapa	1	1
Caetite	1	1
Camaçari	1	1
Cipó	1	1
Conceição de Coité	1	0
Esplanada	1	1
Eunápolis	1	1
Feira de Santana	1	1
Guanambi	1	1
Ilheus	1	1
Ipiaú	1	1
Ipira	1	1
Itaberaba	1	1
Itapetinga	1	1
Jacobina	1	1
Jaguaquara	1	1
Jeremoabo	1	1
Juazeiro	1	1
Remanso	1	1
Riachão do Jacuipé	1	1
Ribeira do Pombal	1	1
Salvador	1	1
Santa Maria da Vitória	1	1
Santo Amaro	1	1
Santo Antônio de Jesus	1	1
Seabra	1	1
Senhor do Bonfim	1	1
Serrinha	1	1
Teixeira de Freitas	1	1
Vitória da Conquista	1	1
UF - CEARÁ	6	5
Crateus	1	1
Iguatu	1	1
Sobral	1	0
Juazeiro do Norte	1	1
Quixadá	1	1
Tianguá	1	1
UF - DISTRITO FEDERAL	3	3
Brasília	3	3

UF – ESPIRITO SANTO	8	7
Cachoeiro de Itapemirim	1	1
Guarapari	1	1
Cariacica	1	1
São Mateus	1	1
Vila Velha	1	1
Vitória	3	2
UF - GOIÁS	16	16
Anápolis	1	1
Aparecida de Goiânia	1	1
Ceres	1	1
Formosa	1	1
Goiânia	1	1
Inhumas	1	1
Iporá	1	1
Itumbiara	1	1
Jaragua	1	1
Jataí	1	1
Luziania	1	1
Morrinhos	1	1
Porangatu	1	1
Posse	1	1
Rio Verde	1	1
Uruaçu	1	1
UF - MARANHÃO	11	11
Bacabal	1	1
Balsas	1	1
Caxias	1	1
Grajaú	1	0
Imperatriz	1	1
Pedreiras	1	1
Pinheiro	1	1
Presidente Dutra	1	1
Santa Inês	1	1
São Luiz	0	1
Timon	1	1
Viana	1	1
UF – MINAS GERAIS	40	39
Além Paraíba	1	1
Barbacena	1	1
Belo Horizonte	1	1
Bom Despacho	1	0
Carangola	1	0
Caratinga	1	1
Caxambú	1	1
Conselheiro Lafaiete	1	1
Contagem	1	1
Diamantina	1	1
Divinópolis	1	1
Formiga	1	1
Governador Valadares	0	1
Ipatinga	1	1
Itaobim	1	1
Itaúna	1	0
Ituiutaba	1	1
João Monlevade	1	1
Juiz de Fora	1	1
Lavras	1	1
Manhuaçu	1	1

Mantena	1	1
Monte Carmelo	1	1
Montes Claros	0	1
Pará de Minas	1	1
Paracatu	1	1
Patos de Minas	1	1
Pedra Azul	1	1
Piumhi	1	1
Poços de Caldas	1	1
Ponte Nova	1	1
Rio Pomba	1	1
Salinas	1	1
São João Del Rei	1	1
São Lourenço	1	1
Teófilo Otoni	1	1
Três Corações	1	1
Tupaciguara	1	1
Ubá	1	1
Uberaba	1	1
Unaí	1	1
Varginha	1	1
UF – MATO GROSSO DO SUL	5	3
Aquidauana	1	0
Coxim	1	0
Dourados	1	1
Ponta Porã	1	1
Três Lagoas	1	1
UF – MATO GROSSO	7	5
Alto Araguaia	1	0
Barra das Garças	1	1
Cáceres	1	1
Cuiabá	1	1
Rondonópolis	1	1
Sinop	1	1
Várzea Grande	1	0
UF - PARÁ	9	9
Abaetetuba	1	1
Altamira	1	1
Belém	1	1
Bragança	1	1
Cametá	1	1
Capanema	1	1
Castanhal	1	1
Santarém	1	1
Xinguara	1	1
UF - PARAÍBA	7	7
Campina Grande	1	1
Itabaiana	1	1
Itaporanga	1	1
João Pessoa	1	1
Patos	1	1
Pombal	1	1
Sousa	1	1
UF - PERNAMBUCO	6	10
Afogados da Inganzeira	1	1
Belo Jardim	1	1
Caruaru	1	1
Garanhuns	1	1
Jaboatão dos Guararapes	1	1

Limoeiro	0	1
Ouricuri	0	1
Palmares	0	1
Recife	1	1
Salgueiro	0	1
UF - PIAUÍ	11	11
Barras	1	1
Campo Maior	1	1
Canto do Buriti	1	1
Corrente	1	1
Floriano	1	1
Oeiras	1	1
Parnaíba	1	1
Picos	1	1
Piripiri	1	1
São Raimundo Nonato	1	1
Valença do Piauí	1	1
UF - PARANÁ	30	29
Apucarana	1	1
Assis Chateaubriand	1	1
Campo Mourão	1	1
Capanema	1	1
Cascavel	1	1
Cianorte	1	1
Colorado	1	1
Cornélio Procópio	1	1
Curitiba	2	1
Foz do Iguaçu	1	1
Francisco Beltrão	1	1
Guarapuava	1	1
Irati	1	1
Ivaiporã	1	1
Londrina	1	1
Medianeira	1	1
Maringá	1	1
Nova Londrina	1	1
Paraíso do Norte	1	1
Paranaguá	1	1
Paranavaí	1	1
Pato Branco	1	1
Ponta Grossa	1	1
Rio Negro	1	1
Rolândia	1	1
Telemaco Borba	1	1
Toledo	1	1
Umuarama	1	1
União da Vitória	1	1
UF - RIO DE JANEIRO	22	20
Barra do Pirai	1	1
Cabo Frio	1	1
Campos	1	1
Campo Grande	1	0
Copacabana	1	1
Duque de Caxias	1	0
Itaboraí	1	1
Itaperuna	1	0
Jacarepaguá	1	1
Madureira	1	1
Meier	1	1

Niterói	1	1
Nova Friburgo	1	1
Nova Iguaçu	1	1
Petrópolis	1	1
Resende	1	1
Rio de Janeiro	3	3
São Gonçalo	1	1
Teresópolis	1	1
Volta Redonda	1	1
UF – RIO GRANDE DO NORTE	5	4
Açu	1	1
Caicó	1	1
Parnamirim	1	0
Pau dos Ferros	1	1
Santa Cruz	1	1
UF – RIO GRANDE DO SUL	33	33
Alegrete	1	1
Bagé	1	1
Bento Gonçalves	1	1
Cachoeira do Sul	1	1
Camaquá	1	1
Canoas	1	1
Carazinho	1	1
Caxias do Sul	1	1
Cerro Largo	1	1
Cruz Alta	1	1
Erechim	1	1
Frederico Westphalen	1	1
Guaporé	1	1
Ijuí	1	1
Lagoa Vermelha	1	1
Lageado	1	1
Novo Hamburgo	1	1
Osório	1	1
Passo Fundo	1	1
Pelotas	1	1
Rio Grande	1	1
Santa Maria	1	1
Santa Rosa	1	1
Santana do Livramento	1	1
Santiago	1	1
Santo Ângelo	1	1
São Jerônimo	1	1
São Leopoldo	1	1
Taquara	1	1
Três Passos	1	1
Uruguaiana	1	1
Veranópolis	1	1
Viamão	1	1
UF – RONDÔNIA	5	4
Ariquemes	1	0
Cacoal	1	1
Ji-Paraná	1	1
Porto Velho	1	1
Vilhena	1	1
UF – SANTA CATARINA	21	21
Araranguá	1	1
Blumenau	1	1
Brusque	1	1

Canoinhas	1	1
Chapecó	1	1
Concordia	1	1
Criciúma	1	1
Curitibanos	1	1
Florianópolis	1	1
Itajaí	1	1
Jaraguá do Sul	1	1
Joaçaba	1	1
Joinville	1	1
Lages	1	1
Orleans	1	1
Palmitos	1	1
Rio do Sul	1	1
São Lourenço do Oeste	1	1
São Miguel do Oeste	1	1
Tubarão	1	1
Videira	1	1
UF – SERGIPE	6	6
Aracaju	1	1
Estância	1	1
Itabaiana	1	1
Lagarto	1	1
Nossa Senhora das Dores	1	1
Propriá	1	1
UF – SÃO PAULO	15	15
Andradina	1	1
Araçatuba	1	1
Araraquara	1	1
Bauru	1	1
Campinas	1	1
Diadema	1	1
Marília	1	1
Mauá	1	1
Osasco	1	1
Ourinhos	1	1
Presidente Prudente	1	1
São José dos Campos	1	1
São Paulo	3	3
UF – TOCANTINS	7	4
Araguatins	1	0
Dianópolis	1	1
Gurupi	1	1
Miracema do Tocantins	1	0
Palmas	1	1
Paraiso do Tocantins	1	0
Tocantinópolis	1	1
TOTAL	313	300

Fonte: Banco de Dados Administrativos/BDA, Sistema de Imóveis/IBGE

Anexo 9 - Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
X	Monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
X	Aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	Aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	Aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	Aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
X	Aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013 .
X	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2013 , plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
X	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
X	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)?
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013 .
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
X	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.

<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na internet para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/PDTI_2013_2014_IBGE.pdf
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input checked="" type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
4	São feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
4	Nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
4	São adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
4	Os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
4	No caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
4	No caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input checked="" type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

Anexo 10 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Continua

Aspectos sobre a gestão ambiental Licitações Sustentáveis	Avaliação				
	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).			X		
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?				X	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Sim, o menor consumo de energia e/ou água reduz custo.					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?		X			
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).					X
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.			X		
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.				X	
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X		

Considerações Gerais: Respondido individualmente pelo Coordenador de Recursos Materiais, área normatizadora das aquisições.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Anexo 11 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Continua

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística					29813
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	031.474/2011-0	770/2012	9.1	DE	Ofício de Requisição nº 01-707/2013, de 16/10/2013.
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística					29813
Descrição da Deliberação					
<p>9.1.6. Solicite do servidor José Carlos Pereira Rosa que apresente, no prazo de noventa dias, esclarecimentos quanto à possível acumulação do cargo de Técnico de Informações Geográficas e Estatísticas no IBGE e de professor aposentado do estado do Rio de Janeiro com o de professor no ensino médio da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro;</p> <p>9.1.7. Obtenha, no prazo de noventa dias, evidências documentais, inclusive junto à Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, aptas a refutar ou confirmar a existência da acumulação de cargo do servidor acima mencionado no referido órgão, adotando, se necessário, as providências, em especial a prevista no art. 133 da Lei 8.112/1990;</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria-Executiva (DE/GEPAD)					45142
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>. Referência: Ofício de Requisição nº 01-70712013, de 16/10/2013</p> <p>Em atenção ao ofício em referência, o qual solicita informações acerca das providências adotadas em relação ao cumprimento das determinações constantes dos itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6 e 9.1.7 do Acórdão TCU 770/2012-1ª Câmara, informamos que o solicitado foi objeto de resposta através do Ofício IBGE/PR nº 216, de 18/06/2012, aditado pelo Ofício IBGE/PR nº 237, em 12/07/2012, no que diz respeito ao Item 9.1.6. Desta forma, cabe reafirmar que as providências em relação ao cumprimento das determinações foram devidamente adotadas, o que pode ser comprovado mediante cópia das documentações encaminhadas na ocasião, as quais seguem também anexadas ao presente Ofício.</p> <p>Entretanto, dando continuidade ao acompanhamento do caso relativo à determinação contida no Item 9.1.6, aproveitamos o ensejo para atualizar as informações prestadas anteriormente em relação à acumulação de cargos por parte do servidor José Carlos Pereira Rosa.</p> <p>Recapitulando, em 2011 foi aberto o processo administrativo nº 03604.006718/2011-60 e o servidor em questão se manifestou no sentido de que não exercia outro cargo, emprego ou função pública. Que exerceu o cargo público de professor na Secretaria Estadual de Educação, tendo sido aposentado em 30/03/2008. Comprovou tal justificativa ao apresentar seu comprovante de proventos referente ao mês de outubro/2011, a partir do qual se verificou que o mesmo é aposentado.</p> <p>Após o conhecimento do Acórdão 770/2012, a Coordenação de Recursos Humanos (DE/CRH) expediu ofício à Prefeitura do Rio de Janeiro, o qual foi anexado, juntamente com a resposta da Prefeitura, ao mencionado processo e encaminhado à Gerência de Processo Administrativo da Diretoria Executiva (DE/GEPAD) que convocou o servidor, tendo o mesmo comparecido em 11/04/2012 para tomar ciência da resposta da Prefeitura do Rio.</p> <p>Diante desse contexto, o servidor apresentou documentação comprobatória (protocolo) de "RENÚNCIA DE ESTIPÊNDIO" junto ao Estado, onde era aposentado como professor, comprometendo-se, tão logo concretizado em todo o procedimento, apresentar ao IBGE a respectiva documentação.</p> <p>Em 09/10/2013, por provocação da DE/CRH à DE/GEPAD, nos autos do Processo nº 03604.005457/2013-22, a</p>					

mesma situação de acumulação ilícita de cargos públicos, por parte do referido servidor inativo, volta a ser identificada.

Ocorre que o servidor teve a efetivação do ato de "RENÚNCIA DE ESTIPÊNDIOS" publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em 18/10/2012. Entretanto, aproximadamente um ano depois, em 10/09/2013, foi publicado, no mesmo veículo oficial, ato que tornou sem efeito a renúncia de estipêndios mencionada.

Em 21/10/2013 o servidor inativo José Carlos Pereira Rosa, compareceu a DE/GEPAD e foi notificado para, na forma do art. 133, da Lei 8112/90, apresentar opção por um dos cargos que ocupa em situação irregular, no prazo de 10 (dez) dias.

Ressalte-se que, neste ato, interpelado pelo gerente da DE/GEPAD, sobre o porquê de ter tornado sem efeito o ato de sua renúncia de estipêndios, informou que assim procedeu de acordo com orientação de sua advogada.

Ademais, juntou documentação comprovando seu grave estado de enfermidade e, em razão desta, rogando pela prorrogação do prazo de 10 dias, estipulado na Lei 8.112/90, a qual estabelece em seu artigo 133, os ritos a serem adotados quando detectada a acumulação ilegal de cargos públicos, assim dispendo:

Art.133 Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade a que se refere o art. 143 notificará o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases:

I- instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por dois servidores estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração;

II- instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório;

III- julgamento.

Observe-se que a Lei não dá alternativa para apresentação de qualquer tipo de defesa, a não ser a opção por um dos cargos (no caso em tela, como se trata de 3 cargos, abrir mão de um deles).

Diante do exposto, o IBGE se vê agora diante da imposição de instaurar Processo Administrativo Disciplinar - Rito Sumário, para apuração e regularização da acumulação.

Outrossim, verificado o estado de saúde do servidor e sua iminente internação para cirurgia de potencial gravidade, em 08/11 próximo passado, fato que, certamente, o impediu de acompanhar o processo, outra alternativa não restou à esta Administração, senão aguardar a alta médica do servidor, prevista para 18/12/2013, para que de forma segura se possa dar continuidade aos ditames do art. 133, em destaque no parágrafo sobrejacente.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

A adoção de providências dependeu do estado de saúde do servidor, fato que prejudicou a adoção de medidas para regularização.

Anexo 12 - Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Nota de Auditoria 201118425/001	Recomendação 001	Ofício nº 3616/2013/NAC-1/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE			29813
Descrição da Recomendação			
Recomendação 001 Solicitar à Friburgo Auto Ônibus, conforme previsto no Projeto Básico, a disponibilização de relatório com a utilização do cartão, para que os responsáveis pelo assunto no IBGE possam avaliar, periodicamente, a adequação dos gastos ao planejamento do trabalho.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Unidade Estadual do IBGE no Rio de Janeiro - UE-RJ			20870
Síntese da Providência Adotada			
O Contrato nº 04/2013, processo nº 03633.000351/2013-95-, cujo objeto é a comercialização e distribuição de cartões de bilhetagem eletrônica para atender a Agência do IBGE em Nova Friburgo, contempla a disponibilização de relatórios de recarga e utilização demonstrando as movimentações ocorridas no âmbito do referido Contrato.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação atendida conforme Relatório CGU nº 201314924, de 31/10/2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Melhoria no controle e utilização dos gastos.			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	Relatório 201108581	Recomendação 001 da Constatação nº 054	Ofício nº 3616/2013/NAC-1/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE			29813
Descrição da Recomendação			
Recomendação 001 O IBGE deverá, nas próximas celebrações de termos de cooperação, exigir do executor o encaminhamento do orçamento detalhado dos serviços a serem prestados, bem como justificativas quando houver variação de valor a ser firmado.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE			29813
Síntese da Providência Adotada			
Com relação à recomendação de que este Instituto passe a exigir, nas próximas celebrações de termos de cooperação, o orçamento detalhado dos serviços a serem prestados, bem como apresentar justificativas quando houver variação do valor firmado, informamos que o IBGE acatou tal recomendação e adotará a orientação em causa sempre que firmar compromissos na qualidade de concedente.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação atendida conforme Relatório CGU nº 201314924, de 31/10/2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Anexo 13 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Instituto de Geografia e Estatística - IBGE			29813
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório 246587	Recomendação 001 da Constatação 012	Ofício nº 3616/2013/NAC-1/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística			29813
Descrição da Recomendação			
Que o IBGE adote imediatamente os mecanismos de controle adicionais (solicitação mensal de bilhetes de passagens intermunicipais/interestaduais e realização de visitas e inspeções físicas) previstas na OS CRH nº 02/2010 para os servidores matrículas nº 0765611, 1362142, 0766818, 0772156, 1503461 e 0772651.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação de Recursos Humanos			27586
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Quanto às Recomendações 001 e 002 da Constatação 012 do Relatório 246587, a Coordenação de Recursos Humanos – DE/CRH está estudando a criação de um processo automatizado para recadastramento de todos os servidores para fins de auxílio-transporte, bem como para a atualização dos valores pagos. Acredita-se que com a implementação desse sistema, será possível emitir relatórios, realizar cruzamento de informações e confrontar valores de passagens. Cabe esclarecer que a OS CRH nº 02/2010, citada na recomendação 001, foi revogada pela OS CRH nº 03/2011.			
Resultados a serem obtidos			
Aguardando o resultado dos estudos para criação de um processo automatizado para recadastramento de servidores para fins de auxílio-transporte.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Na dependência dos resultados a serem obtidos.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Instituto de Geografia e Estatística - IBGE			29813
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Relatório 201108581	Recomendação 001 e 002 da Constatação 011	Ofício nº 3616/2013/NAC-1/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística			29813

Descrição da Recomendação	
Recomendação 001 Instituir procedimentos de cobrança que assegurem a entrega das declarações de bens e rendas por todos os servidores da entidade no prazo estabelecido na Portaria MP/CGU nº 298/2007.	
Recomendação 002 Adotar as penalidades previstas no art. 3º da Lei nº 8.730/1993, nos casos futuros em que o servidor que tenha optado pela entrega em meio físico, não o fizer após sua regular notificação.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação de Recursos Humanos	27586
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Em relação às Recomendações 001 e 002 da Constatação 011 do Relatório 201108581, a DE/CRH estará mais atenta aos procedimentos de cobrança relativos à entrega da declaração de bens e renda no próximo ano para que os servidores que não autorizarem o acesso ou não vierem a entregar a declaração em papel sejam devidamente notificados e se cumpram as sanções previstas em lei.	
Síntese dos resultados obtidos	
Aguardando entrega da declaração no próximo ano.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Na dependência dos resultados a serem obtidos.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Instituto de Geografia e Estatística - IBGE			29813
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	NA 2011184251002	Recomendação 001	Ofício nº 3616/2013/NAC-1/CGU-Regional/RI/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística			29813
Descrição da Recomendação			
Atentar para a correta instrução do processo de suprimento de fundos com a caracterização da emergencialidade ou excepcionalidade das despesas, de forma que o mecanismo somente seja utilizado nas situações em que não é possível realizar o procedimento regular de aquisição.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação de Orçamento e Finanças			45188
Justificativa para o seu não Cumprimento			
No que diz respeito à Recomendação 001 da NA 201118425/002, a Coordenação de Orçamento e Finanças da Diretoria Executiva – DE/COF, através de Memorando às Gerências de Atendimento da Diretoria Executiva – DE/GAT, reafirmou a importância e necessidade da configuração da situação de emergência e excepcionalidade que deu razão à despesa, tanto no pedido de concessão de suprimento, quanto na prestação de contas			
Síntese dos resultados obtidos			
Recomendação atendida imediatamente.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As solicitações emitidas estão em conformidade com as recomendações.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Instituto de Geografia e Estatística - IBGE			29813
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	Relatório 201118425	Recomendações 001 e 002 da Constatação 004	Ofício nº 3616/2013/NAC-1/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística			29813
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 001</p> <p>Tendo em vista os riscos decorrentes do não pagamento de direitos e encargos trabalhistas, verificar a pertinência de suspender a orientação às Unidades Estaduais de contratação direta de serviços de limpeza por suprimimento de fundos, expedida pela Coordenação de Recursos Materiais do IBGE, até que seja concluído um estudo técnico fundamentado para embasar a referida contratação.</p> <p>Recomendação 002</p> <p>Realizar estudo técnico pormenorizado, considerando não apenas a economicidade, mas também a legalidade e os riscos envolvidos em cada modalidade de contratação, com vistas a fundamentar orientação para as Unidades Estaduais do IBGE realizarem a contratação de serviços de limpeza, apresentando o resultado à CGU.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação de Recursos Materiais			45191
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Sobre as Recomendações 001 e 002 da Constatação 004 do Relatório 201118425, como já mencionado em outras ocasiões, vale destacar, no primeiro caso, que a Coordenação de Recursos Materiais da Diretoria Executiva – DE/CRM já orientou todas as Unidades Estaduais a suspenderem as instruções relativas a não contratação de pessoa jurídica, até a conclusão dos estudos recomendados.</p> <p>Quanto à segunda recomendação, importa registrar que em função da carga de trabalho, da capilaridade do IBGE e da complexidade das análises a serem efetuadas, inclusive com relação a aspectos legais, a previsão de conclusão dos estudos é o primeiro semestre de 2014.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Aguardando estudo pormenorizado			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Na dependência dos resultados a serem obtidos.			

Anexo 14 – Conclusões Contidas no relatório de auditoria independente

AUD/042/134/14



Rua da Assembléia, 10 Grupo 1312
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20011-901
Tel/Fax: (21) 2531-1021
www.auditasse.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores da

SIAS – SOCIEDADE IBGEANA DE ASSISTÊNCIA E SEGURIDADE

Examinamos as demonstrações contábeis da SIAS – Sociedade Ibgeana de Assistência e Seguridade, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações da mutação do ativo líquido (por plano e consolidado), demonstração do ativo líquido por plano de benefícios, demonstração do plano de gestão administrativa (por plano e consolidado) e demonstrações das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraudes ou erros.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorções relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraudes ou erros. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SIAS – Sociedade Ibgeana de Assistência e Seguridade em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.



AUD/042/134/14



Rua da Assembléia, 10 Grupo 1312
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20011-901
Tel/Fax: (21) 2531-1021
www.auditasse.com.br

Ênfase:


Sobre a contabilização do ativo contingente relativo às Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND.

A entidade registrou no exercício de 2010, o montante R\$ 35.791 mil, referente ao ativo contingente relacionado com as OFND, considerando que a decisão já havia sido transitada em julgado, e que para fins de determinação do valor a que cada entidade teria direito, a ABRAPP ter contratado consultoria especializada que emitiu laudo técnico e parecer. As demonstrações foram por nós auditadas e o respectivo parecer, emitido em 16 de março de 2011, não apresentava ressalva.

Em obediência a determinação da PREVIC através do Ofício nº 4706/2011/CGMC/DIACE/PREVIC de 14 de outubro de 2011, a entidade efetuou a reversão desse registro no balanço de 2011, em função de questionamentos relativos principalmente ao montante da causa. O registro da reversão ocorreu nas contas “investimentos/Outros realizáveis” no ativo e “outras deduções/variações negativas” no resultado do exercício, conforme descrito em nota 8, e), OFND.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2014.

Auditasse Auditores Independentes
CRC-RJ nº 237/O-0



Paulo Afonso Heliodoro dos Santos
Contador CRC-RJ nº 052.280/0-1